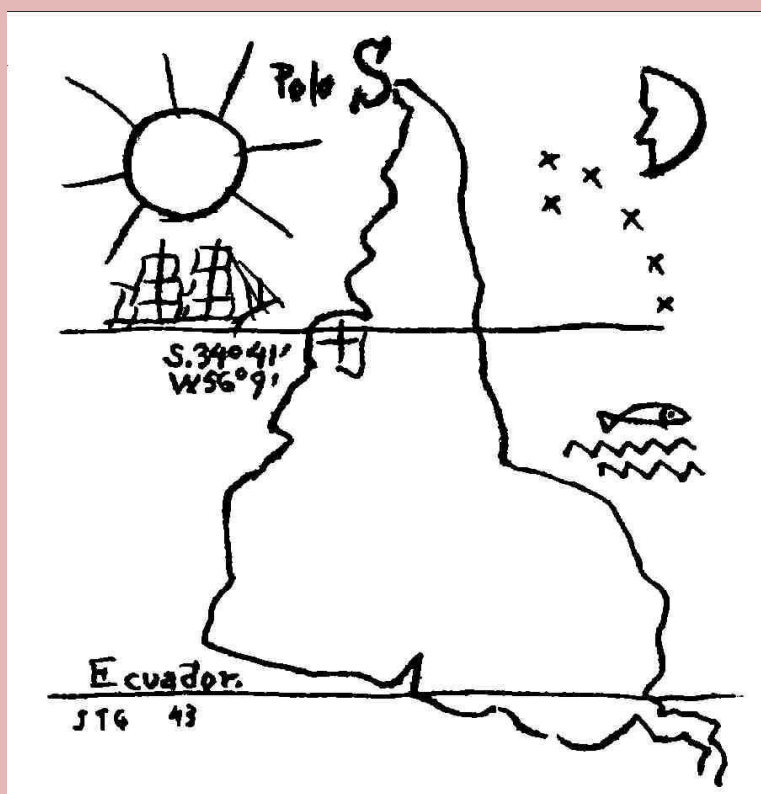


Anais do III Simpósio Internacional em História
Contemporânea - Conflitos e Revoluções no
Século XX: Circulação de Ideias entre a América
e a Europa
Textos Completos



Universidade Estadual do Maranhão
20 a 23 de setembro de 2016



“MINHA QUEBRADA”: CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EM ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO BAIRRO VILA EMBRATEL

Peterson Passion Birino Miranda¹

Este trabalho tem por objetivo identificar os níveis de consciência histórica observados em estudantes da escola C.E. Dayse Galvão de Sousa, localizada no bairro Vila Embratel. Para tanto, utilizamos a sugestão metodológica proposta pelos historiador alemão Jörn Rüsen (1992) de modo a perceber de que forma a dimensão histórica contribui nas interpretações que os estudantes constroem acerca de si e do espaço social onde estudam e - em muitos casos - moram. Assim sendo, analisamos as distintas interpretações dos estudantes sobre o bairro Vila Embratel, o qual é tomado cotidianamente nos jornais locais - impressos e televisivos -, nas redes sociais, nas rodas de conversa, como um bairro “violento”, como se esta fosse uma marca imanente a sua realidade social. Percebemos que as representações sobre o bairro (CHARTIER, 1990), via de regra, associadas à criminalidade, à violência e à pobreza, são (re) apropriadas de distintas maneiras nas narrativas dos estudantes, ora aceitando-as, ora negando-as, criticando-as e desprezando-as.

Palavras-chave: Ensino de história. Consciência histórica. Vila Embratel.

O espaço da pesquisa

Esta pesquisa não se ambienta em qualquer lugar: elegemos a escola como espaço da pesquisa e os estudantes como seus sujeitos. A escola compreendida como espaço da prática social, da diferença, da construção de identidades. Os estudantes como sujeitos praticantes daquele espaço, diferentes, plurais, que revelam por meio de suas narrativas suas percepções e interpretações acerca do mundo social: como se veem? como veem o outro? como percebem o espaço que praticam ordinariamente?

Circunscritos a ideia de que a escola é um ambiente isolado, estático, uma bolha inatingível, corremos o risco de pensar a escola como um lugar a-histórico. Disto resulta uma série de problemas. Um deles é tomar os estudantes como uma “tábula rasa”, sem qualquer bagagem cultural e social; outro é tomar a escola (e a universidade) como um

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão sob a orientação da professora Dra. Ana Lívya Bomfim Vieira.

lugar único e exclusivo de conhecimento, menosprezando e inferiorizando outros saberes. Tratamos aqui a escola e o bairro como espaços sociais que estabelecem interrelações simbólicas constantes. A partir desta perspectiva, buscamos discutir no âmbito do ensino de história a configuração das identidades dos estudantes em relação ao espaço que praticam - o bairro e a escola, lançando mão dos pressupostos da didática da História, tal como preconizada pelo historiador Jörn Rüsen (1992), utilizando-nos do conceito de *consciência histórica*.

Nesta empreitada, julgamos importante, primeiramente, descrevermos de forma breve alguns dos aspectos que envolvem o bairro Vila Embratel e o Centro de Ensino Dayse Galvão de Sousa, tomados como espaços da pesquisa, pelo qual exercitamos nossas *caminhadas* (CERTEAU, 2012), desbravando os meandros do ambiente social praticado por estudantes e moradores.

O bairro Vila Embratel está localizado à 6 quilômetros do centro da cidade de São Luís em uma região conhecida como área Itaqui-Bacanga, no sudoeste da Ilha². O surgimento da Área Itaqui-Bacanga está associado ao “boom” populacional observado na cidade de São Luís entre as décadas de 1960 e 1980. Neste momento, estava em curso um “projeto de modernização conservadora” executado pelo governo estadual que teve consequências para as populações pobres do interior do Estado. Este projeto, pautada no discurso de um “Maranhão Novo”, visava dinamizar a estagnada economia maranhense por meio da atração de multinacionais e de grandes investimentos como o Projeto Grande Carajás. Segundo o pesquisador Josinaldo da Luz:

Para garantir que o processo não tivesse obstáculos a sua efetivação, levou-se a cabo um amplo processo de modernização da economia, cujo traço principal estava baseado nos grandes projetos e no apoio irrestrito das elites locais e nacionais ao grande capital nacional e estrangeiro. Para isso, realizou-se uma gama diversificada de investimentos no norte do país, os quais irão influenciar de forma decisiva no processo de expansão urbana da capital e das cidades do interior do estado do Maranhão. (LUZ, 2007, p.26)

Em linhas gerais, este processo combinava de maneira sórdida desenvolvimento econômico e acirramento das desigualdades sociais (COSTA, 1997). A estrutura fundiária do estado foi drasticamente atingida a partir do favorecimento a

²Ilha de São Luís ou Ilha do Maranhão envolve os quatro municípios da região metropolitana da capital: São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa.

empreendimentos no setor agropecuário em detrimento da agricultura familiar, processo aprofundado pelas regulamentações impostas pela famosa Lei de Terras, que segundo o historiador Wagner Cabral “ampliou o espaço para a grilagem com apoio do governo do Estado e para a venda de terras devolutas a grupos privados” (COSTA, 1997, p.9).

Um grande contingente populacional deslocou-se para “cidade” em busca de melhores condições de vida e trabalho, uma vez que o único meio de sobrevivência da maioria destes, a terra, passava a ser incorporada à lógica do mercado. Estes conflitos pela terra atingiram também a ilha de São Luís com a implantação de grandes empresas do setor de exploração mineral, que além do impacto ambiental, também obrigaram comunidades tradicionais a sair de suas terras (LUZ, 2007).

Como parte deste processo, em 1970 foi construída a ponte sobre a barragem do bacanga que, além de facilitar o trânsito para o Porto do Itaqui e o Distrito Industrial, também abriu caminho para uma nova frente de ocupação populacional em direção ao sudoeste da Ilha. Assim, surgiram diversos bairros como Sá Viana, Anjo da Guarda, Fumacê e Vila Embratel. Para os pesquisadores Burnett Venâncio, o projeto de modernização conservadora consolidou um processo histórico de segregação social na cidade de São Luís, o que vinha sendo almejado pelas elite desde tempos coloniais. Assim, destinaram-se territórios distintos para ricos e pobres: basta lembrar-nos que outra frente de ocupação em direção a zona litorânea, a partir da construção da Ponte José Sarney, abriu espaço para a construção de boa parte dos chamados “bairros nobres” da cidade.

Até então, a Área Itaqui-Bacanga era pontilhada por pequenos sítios e núcleos de povoamento que chegavam a no máximo cinco famílias. A partir da década de 1970 tal quadro se modificou rapidamente. Em 40 anos de ocupação, a região do Itaqui-Bacanga passou a ter uma população de aproximadamente 250 mil habitantes (um quarto da população da capital) e mais de 50 bairros.

O bairro Vila Embratel foi fundado em fevereiro de 1978 por moradores remanejados de regiões susceptíveis a alagamento do bairro vizinho, Sá Viana, bem como por famílias retiradas de terreno reivindicado pela Universidade Federal do Maranhão. Esta instituição distribuiu os primeiros lotes de terra para estes moradores.

A partir de então, gradativamente os serviços públicos começaram a chegar ao bairro muito em função das lutas dos próprios moradores, organizados em torno da União dos Moradores da Vila Embratel. Entre essas conquistas estão as sete escolas públicas de educação básica que funcionam atualmente no bairro, entre elas, o Centro

de Ensino Dayse Galvão de Sousa, aberto em 1999. Hoje, a escola, localizada na Avenida do Contorno, atrás do campus do Bacanga (UFMA), atende 787 estudantes matriculados no ensino médio nos três turnos de funcionamento.

Historicamente, foi construído em torno do bairro um quadro representacional que impõe ao mesmo um estigma de violento, como marca imanente a este espaço social. Em trabalho anterior³, pudemos constatar que este quadro, reproduzido e reforçado cotidianamente da mídia, anuncia um bairro imerso em um terror constante: o bairro é tomado como palco quase exclusivo da criminalidade e seus moradores como criminosos em potencial. Tal imagem vem se reafirmando não só na mídia, como também nas rodas de conversa, nas piadas, nas redes sociais, impondo representações deturpadas e hegemônicas sobre o bairro no imaginário ludovicense.

Desta feita, percebemos que além do processo de histórico de exclusão social experimentado pelo bairro, o mesmo também é envolto em um quadro representacional igualmente cruel assentado na associação quase automática entre violência e periferia.

Neste cenário, entendemos que reflexão crítica sobre a realidade social da qual faz parte a escola é indispensável para a configuração identitária das escola do bairro e dos estudantes. Aqui propomos levar este debate para o âmbito do ensino de história com vistas a contribuir na formação da consciência histórica dos discentes, bem como na conformação de suas identidades como estudantes, jovens e moradores.

Narrativas estudantis: expressões da consciência histórica

A *consciência histórica* como categoria analítica que nos permite analisar as formas de produção de sentido histórico é por nós utilizada para investigar as elaborações discursivas enunciadas por estudantes da escola C.E. Dayse Galvão de Sousa, situada no bairro Vila Embratel, na cidade de São Luís-MA. Buscamos perceber de que modo a dimensão histórica contribui na formação da consciência histórica partindo do pressuposto de que esta não se forja exclusivamente a partir do ferramental fornecido pelo saber histórico escolar.

Ancorados na proposta metodológica apresentada pelo historiador Jörn Rüsen (1992), analisamos as narrativas dos estudantes tendo como parâmetro os quatro níveis

³Trata-se de nossa monografia de conclusão de curso de História intitulada *Sob o estigma da violência: representações sobre o bairro Vila Embratel* defendida na Universidade Federal do Maranhão sob a orientação da professora Dra. Antônia da Silva Mota.

de consciência histórica apontados pelo autor supracitado, a saber: *tradicional, exemplar, crítico e genético*.

A consciência histórica de tipo tradicional estrutura-se a partir de tradições que obrigam a conservação de valores e comportamentos. No âmbito externo, o tempo tem significado na medida em que nele se inscreve a continuidade das relações sociais, dos valores morais, modelos de vida. Já no âmbito interno, se estabiliza uma identidade histórica que afirma um consentimento em relação aos modelos tradicionais preestabelecidos. Tal permanência é rememorada para justificá-la.

O tipo exemplar de consciência histórica não envolve as tradições, mas as regras, os parâmetros atemporais que dirigem o curso das nossas ações. Nossa experiência com o passado referencia-se em casos exemplares que justificam nossas práticas. No ponto de vista externo, abre-se um “horizonte temporal” significativamente amplo, tendo em vista que a consciência histórica utiliza vários casos exemplares. Aqui a história é vista como uma senhora que dá lições para o presente. Do ponto de vista interno, a identidade é construída a partir da aplicação de regras gerais oriundas de casos específicos a situações práticas diversas, tomando, desta forma, valores morais como universais.

Por sua vez a consciência histórica de tipo crítica expõe uma negação da realidade. Apresenta uma interpretação que refuta a validade do que está posto. deste modo, opera-se uma ruptura no *continuum* temporal. Internamente, a identidade é forjada afirmando aquilo que não queremos ser, rompendo com modelos pré-determinados, fórmulas, representações apriorísticas e generalizações.

Finalmente, a consciência histórica genética enuncia a percepção das mudanças temporais. O pensamento histórico erige-se dentro de valores atualizados. A história é mudança e nela se operam as ações da vida prática e também se enquadram diferentes ponto de vista. A identidade se vê ambulante, transitando no tempo, conforme as mudanças ordinárias. Procura-se ver o outro como imerso nessas transformações históricas (RÜSEN, 1992; 2006; 2010).

Numa perspectiva sincrônica, o autor expõe estas formas de produção de sentido histórico podem coexistir e se mesclar nas narrativas, o que implica que podemos verificar traços de dois ou mais níveis presentes em uma construção discursiva.

Nesta senda, as narrativas revelam diferentes interpretações acerca do bairro, as quais subjugam os estereótipos e visões generalizantes que atribuem àquele espaço social o atributo de “violento”, como um aspecto imanente ao mesmo. Deste modo, as

experiências reais praticadas pelos estudantes e manifestas por meio das narrativas evocam a existência de uma dinâmica própria vivenciada no bairro caracterizando-o como um espaço plural, contraditório e heterogêneo, longe das formulações simplistas e deturpadas presentes nos discursos estigmatizantes.

Entendemos, deste modo, que as aulas de história podem suscitar discussões críticas sobre a realidade social que circunda e da qual faz parte a escola, tendo em vista sua inseparabilidade enquanto espaços sociais praticados cotidianamente pelos discentes. Aqui compreendemos a escola e o bairro como espaços praticados, nos quais os estudantes operam maneiras próprias de apropriar-se deles. Segundo Certeau (2012), tais operações se inscrevem em sistemas de produção (urbano, social, escolar, jornalístico) os quais, por sua vez, instituem formas pretensamente “corretas” ou “padronizadas” de praticá-lo. No entanto, estes sistemas estão sujeitos às práticas de “bricolagem” operadas pelos “consumidores” que submetem as estratégias impostas aos usos astuciosos e improvisados que os subjagam. São pois maneiras criativas e plurais de perceber, interpretar, manipular os objetos e códigos oferecidos (CERTEAU, 2012).

Com efeito, podemos pensar que as narrativas estudantis apresentaram essas maneiras criativas e astuciosas de ver, interpretar e praticar o espaço social em que vivem e estudam cotidianamente, oferecendo “imagens outras” do bairro que destoam da imagem de “violento” imposto de forma cruel pelos sistemas de produção - em especial, o sistema jornalístico e o sistema social.

Assim sendo, as narrativas estudantis se inserem num cenário de lutas simbólicas pela afirmação de si, do outro e do espaço que praticam, na medida em que atuam sobre um lugar “imóvel”, estático, ordenado - conforme as representações estigmatizantes -, e o transformam em um espaço de mudança intensa, ininterrupta, onde se moldam relações no tempo, lugar praticado, historicizado, palco das bricolagens (CERTEAU, 2012). A escola e o bairro se afiguram, portanto, como lugares que ao serem praticados transmutam em espaço móveis, experienciados, vividos, historicizados.

A análise das narrativas nos permite, desta forma, perceber as maneiras distintas de praticar o espaço social elaboradas diariamente pelos discentes: como se veem? como veem o outro? como constroem suas interpretações sobre o bairro em que estudam - e em muitos casos também - moram. Indubitavelmente, o que está em jogo é a configuração das identidades estudantis, no qual a consciência histórica contribui de forma relevante.

Se, a consciência história é apontada como pré-requisito indispensável para a orientação dos sujeitos dentro da dimensão tempo, então é razoável definir que o ensino de história volta suas lentes para o aprendizado histórico tendo como parâmetro a vida prática, de tal modo que, a partir do saber histórico “aprendido-apreendido”, é que os estudantes podem dar sentido a suas experiências temporais e projetar suas ações no futuro (RÜSEN, 1992).

Propomos aos estudantes do segundo ano da referida escola que escrevessem um texto cujo tema era o seguinte: “A partir de experiências vividas em seu cotidiano, escreva um texto expondo suas percepções sobre o bairro onde está situado sua escola. Em outras palavras, escreva sobre o que você pensa sobre o bairro Vila Embratel?”.

Procuramos utilizar no enunciado uma linguagem direta e clara para facilitar a compreensão dos estudantes. Também, em nenhum momento, perguntamos se o bairro era ou não violento, evitando induzir qualquer resposta. Era preciso evitar toda possibilidade de intervenção na produção do texto, de modo a captar as narrativas dos estudantes enunciarem as interpretações subjetivas construídas na prática diária do espaço social.

Em muitos dos relatos⁴, percebemos que o estigma de violento é reproduzido pelo estudante. O bairro é visto como um lugar dominado pelo medo da violência, uma vez que os casos de crimes seriam constantes. É comum nestes relatos a associação da ocorrência de delitos a inoperância da polícia. A narrativa de Andreia, que expressa um tipo tradicional de consciência histórica, segue nesta direção:

Falar sobre o bairro onde eu moro é fácil, difícil é ter que mostrar o que acontece, a realidade vivida pelos moradores, o medo que temos de até sair de casa por conta da violência. Os assaltos acontecem diariamente por todos os lados, homicídios, violência contra a mulher e maltrato aos animais, mas e a polícia? Até porque tem uma delegacia no bairro, a polícia não faz nada? É, até que faz, mas não como deveria, não existe segurança suficiente para tanta violência

Outro fator que causaria a ocorrência da criminalidade no bairro seria a atuação de facções criminosas. O relato de Ana se configura a partir da percepção de um bairro bem pior do que era, especialmente por conta das facções. Sua narrativa manifesta uma consciência história de tipo tradicional, senão vejamos:

⁴ Os nomes utilizados no texto são fictícios; procuramos também manter a grafia tal como elaborada pelos discentes.

Eu nasci na Vila Embratel e quando eu era menor o nosso bairro era muito bom. eu não estou dizendo que hoje ele tá assim só que ele está sendo um mau ponto de vista para a sociedade”. (...) Hoje eu acho que nosso bairro está muito violento por causa das facções que existem agora, antigamente não tinha esse negócio de facção hoje eles não consideram as famílias, nosso bairro hoje é visto como um dos piores bairros de São Luís.

O tema violência e sua relação com o bairro emerge em todas os 43 textos produzidos pelos discentes sob diferentes abordagens, no entanto, observamos referências a outros problemas sociais enfrentados diariamente no bairro, tendo como motivação a ineficácia ou mesmo ausência de ações dos governantes com vistas melhorar os serviços públicos no bairro, como por exemplo podemos perceber nas narrativas de Ingrid e Paulo:

O Bairro Vila Embratel é um „bom“ mais precisa da atenção dos governantes e prefeito. Tanto na educação quanto na saúde. Nas escolas precisam investi nelas contratar mas funcionários e professores que faltam. As ruas são esburacadas e deveriam fazer mas um posto de saúde porque só tem um que serve para o bairro e outros.

Sinceramente, a Vila Embratel é um bairro muito mal visado. Até pelos próprios moradores, porque falta tanta coisa. Como saneamento básico, como policiamento, como escolas bem estruturadas, sinalização e o lixo, que também é bastante visto por aqui.

Podemos também inferir que as duas narrativas acima exprimem um tipo tradicional e exemplar de consciência histórica emoldurando um quadro social “válido” para os bairros periféricos tomados como espaços sem infraestrutura de serviços e marcados por inúmeros problemas sociais, numa clara naturalização da ideia de periferia em oposição a realidade ordenada, pacífica e “normal” de bairros nobres. As estratégias representacionais adotadas pelos sistemas de produção dominantes direcionam a uma legibilidade do espaços, distinguindo-os e demarcando suas fronteiras como naturalmente configuradas: desta feita, o tempo é solapado pelo espaço, este sim inteligível e determinado (CERTEAU, 2012).

Nas narrativas anteriormente expostas, fica patente o trânsito pela linha tênue - porém aparentemente confortável do “lugar-comum”, ainda que operado sob diferentes “maneiras de escrever”. A repetição incessante do “mantra” Vila Embratel = bairro violento sustentado em representações imagéticas que habitam no imaginário

ludovicense pode exercer atração maior aos leitores/consumidores, inclusive aos próprios moradores/estudantes.

No entanto, em outras narrativas enunciadas pelos estudantes da escola Dayse Galvão outras diversas maneiras de ver e interpretar o espaço social que praticam hodiernamente. Observamos em pelo menos 11 relatos uma postura de negação ao rótulo de violento imputado ao bairro, nos quais se manifestou um tipo de consciência histórica crítica, mesmo que em alguns pontos mesclada com os tipos tradicional e exemplar. A narrativa de Ribamar é taxativa ao relativizar as perspectivas preconceituosas e generalizantes em relação ao bairro:

„„A Vila Embratel não entro nem morto”, “cruz credo Vila Embratel”, vejo muitas pessoas falarem isso sem que eles venham até aqui (Vila Embratel), mais agora me pergunto que Bairro não é perigoso, qual bairro não tem seus problemas. Neste Bairro não tem só ladrões, também tem pessoas honetas que trabalham para ter o que viver.

Nas narrativas escritas pelos estudantes Márcio e Aparecida, respectivamente, expressa-se uma percepção sobre o transcurso do tempo pautado numa evolução inevitável. Nela, o bairro estaria paulatinamente caminhando para um futuro melhor:

Eu vejo a Vila Embratel como um Bairro em evolução. As pessoas de fora criticam muito o bairro por não conhecerem, muitas dizem que no bairro só tem o que não presta que só tem pessoas erradas (...) É verdade sim que no Bairro existem pessoas erradas, pessoas que não querem nada com a vida, mas no meio de pedras há flores, pessoas que lutam e se dedicam para ter uma boa condição.

Mas no meu ponto de vista, a Vila Embratel, vejo pessoas humildes e de bom coração, nos quais vale a pena ver um lado positivo, no qual quem sabe um dia ela poderá ser um bairro com mais pontos positivos do que negativo.

A postura crítica adotada por Márcio e Aparecida também encontra eco na narrativa de Marcel rompendo com o quadro imagético/representacional construído de forma estereotipada sobre o bairro, negando sua validade como esquema explicativo, relativizando visões preconceituosas sobre o espaço social e seus moradores:

A Vila Embratel é o bairro onde eu fui criado. Tenho muito respeito por esse bairro, mas eu sei que muitas pessoas tem pre-conceito. Mas essas pessoas não sabem que nesse bairro de periferia tem pessoas do bem, tem pessoas com alto grau de conhecimento. Eu já fui tratado

com indiferença por viver nesse bairro. Os preconceituosos pensam que porque eu vivo em um bairro periférico eu automaticamente tenho que ser bandido, tenho que ser mau caráter. Em meu bairro isso só vai mudar se as pessoas que moram aqui fizer diferença.

Podemos afirmar que as narrativas dos estudantes revelam de maneiras bem distintas suas representações sobre o espaço social pelo qual transitam ordinariamente, trilhando de maneira própria pelo mesmo. As identidades, deste modo, são moldadas constantemente tendo como referência a materialidade do espaço, estabelecendo laços com ele, consolidando na memória referenciais que justificam sua vivência nele, demarcando sua diferença em relação ao Outro - o “de fora”, reafirmando e dando sentido a si mesmo e ao espaço que pratica. Assim sendo, em um contexto de “liquidez moderna” (BAUMAN, 2005), percebemos que as identidades são construídas por alguns estudantes pela necessidade de assegurar o pertencimento a um lugar e rechaçar representações preconceituosas, conforme fica evidente nas narrativas dos estudantes Luan e Flávia, respectivamente:

Vila Embratel é um bairro nobre como qualquer outro. Amo meu bairro da Vila Embratel. Tenho meus amigos e família e garanto que todos eles são do bem. A estas pessoas que falam mal este bairro tão querido, falo que „não joguem a capa pelo livro, porque nos livros de matemática tem sempre um menino tem sempre um menino se divertindo em fazer cálculos.

(...) a Vila Embratel não é um dos bairros mais bonito, mais interessante, mas concerteza é o bairro mais importante da minha vida, a Vila Embratel, pode até ter muitas pessoas que praticam, violência, usam drogas, etc... mas também é um bairro com vários pais de família, pessoas de bom caráter e que tem um sonho na vida. Vila Embratel, minha casa, meu lar. #amominhaquebrada.

As experiências destes jovens dentro das fronteiras do bairro praticando-o em suas ações mais triviais lhes permitem produzir significados distintos de visões estigmatizantes, nas quais o bairro aparece como “um lar”, confortavelmente estabilizado em suas representações subjetivas.

Palavras Finais

Portanto, pudemos perceber nas narrativas que manifestaram um tipo de consciência histórica crítica explicações que negam as representações pejorativas impostas como estratégias produzidas para demarcar um processo de distinção social em curso na cidade de São Luís. De acordo com estas interpretações os construtos imagéticos carregados de estereótipos não elucidam a complexidade ordinária deste “espaço-tempo” e, deste modo, invalidam a compreensão ancorada em concepções generalizantes em relação aos bairros considerados periféricos.

Nesta senda, a função prática do ensino de história no sentido de orientar os sujeitos dentro da dimensão tempo, estrutura-se como um elemento indispensável para o desenvolvimento no discente da capacidade de “pensar historicamente” (CERRI, 2011), percebendo como imerso em uma temporalidade, interpretando os diferentes pontos-de-vistas, construindo uma autonomia intelectual, enfim, aprendendo historicamente.

Faz-se imperativo, à luz do exposto, levar para as aulas de história, a reflexão sobre o espaço social que envolve o bairro e a escola, compartilhando significados acerca do “ser morador” e “ser estudante” contribuindo na constituição de identidades razoáveis e positivas nos discentes que possam valorizar os sujeitos, a escola e o bairro.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURNETT, Frederico L.; VENANCIO, Marluce W. C. “Breve Perfil Histórico da Habitação Popular em São Luís”. In: **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara**. Guia de Arquitetura e Paisagem. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008, 15p.

CARVALHO, Mauro G. A construção das identidades no espaço escolar. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.20, n1, p.209-227, jan./jun.2012.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. “Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In._____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p. 13-28. – (Coleção memória e sociedade).

COSTA, Wágner Cabral da. “**Do „Maranhão Novo“ ao „Novo Tempo“: A Trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão**”. Disponível em http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1772%3A-do-qmaranhao-novoq-ao-qnovo-tempoq-a-trajetoria-da-oligarquia-sarney-no-maranhao-&catid=58&Itemid=414 acesso em jan. 2017.

DA LUZ, Josinaldo Santos. **Lutas por Moradia e Expansão do Espaço Urbano na Cidade de São Luís**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 2004.

MIRANDA, Peterson P.B. **Sob o estigma da violência: Representações sobre o bairro Vila Embratel**. Monografia de conclusão do curso de história. São Luís: UFMA, 2011.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Unb, 2010.

_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis educativa**. Ponta Grossa, PR, v.1, n.2, p.7-16, jul. - dez. 2006.

_____.El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Año 4, n.7, p.27-36. oct. 1992.

IMPrensa E GOLPE DE ESTADO: OS JORNAIS EM SALA DE AULA.

Manoel Afonso Ferreira Cunha¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir acerca dos discursos e métodos existentes na produção histórica levando em consideração os diversos tipos de linguagens e suas influências no campo do saber histórico e da prática escolar a partir da aplicabilidade da teoria no campo do ensino de história sobre o golpe de 1964 a partir dos livros didáticos. Outro ponto fundamental de análise é a importância da utilização dos jornais em sala de aula como recurso pedagógico de auxílio ao professor e de desenvolvimento do senso crítico e analítico do aluno.

INTRODUÇÃO

A proposta de tal trabalho é articular as principais referências teóricas no campo da escrita da história, da história dos conceitos, dos discursos, da linguagem textual com o saber histórico aplicado socialmente na prática escolar. Utilizar de autores como Michel de Certeau, Reinhart Koselleck, fazendo uso de suas elaborações teóricas, trará importantes contribuições acerca da formulação de uma nova proposta de reconfiguração da prática pedagógica acerca do golpe de 1964 em sala de aula.

O projeto de elaborar um produto que utilize os jornais da imprensa local maranhense como arcabouço documental, em consonância com o próprio livro didático usado pelo professor em classe, exige, por parte do pesquisador, uma maior leitura de autores que busquem trabalhar imprensa e história dentro da historiografia. Para isso, luzes serão lançadas sobre as importantes colaborações de Cybelle de Ipanema, Alzira Alves de Abreu e Isabel Lustosa.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação: História, Ensino e Narrativas vinculado ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) vinculado à mesma instituição. Bolsista de Mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Ciência no Maranhão (FAPEMA).

Isto posto, num plano paralelo ao primeiro objetivo citado anteriormente, é também necessário analisar a importância da história enquanto conjunto de discursos e métodos advindos de divergentes matrizes teóricas, utilizando-se, especificamente para este trabalho, de notáveis referências acerca da linguagem textual e imagética no que se referem ao papel da imprensa no ensino de história para educação básica. Sendo assim, ao refletirmos também, como recurso para a elaboração do texto, acerca do saber histórico aliado à prática escola, traremos louváveis leituras de Vera Lucia Maciel Barroso, Philippe Perrenoud e Monica Thurler.

Antes de adentrar no propósito principal do artigo, é necessário salientarmos alguns pontos. O primeiro deles, sem sombra de dúvidas, se trata da afirmação deste texto como uma pesquisa historiográfica, mesmo sendo curta. E toda a escrita da história se constrói em articulação com um lugar social, político e econômico, já dizia Michel de Certeau em sua famosa obra *A escrita da história*. A partir deste lugar social que podemos definir os métodos, interesses, fontes e questionamentos a serem adotados na investigação histórica, pontos que serão melhor descritos nas próximas linhas.

LINGUAGEM TEXTUAL E IMPRENSA: JORNAIS COMO FONTE HISTÓRICA

O gênero textual popularmente se conhece a partir das diferentes maneiras de linguagem empregadas em forma de texto, podendo ser formais ou informais. Dentro deste seguimento podemos identificar o romance, o artigo de opinião, conto, notícia, e até mesmo os debates, aulas e palestras, estas sob a forma oral. Partindo desta leitura, podemos apontar que a imprensa, através do texto escrito nos jornais, também se enquadra como uma importante linguagem textual desde a sua invenção até os dias atuais.

A partir do momento que fazemos uso da linguagem textual como arcabouço documental para a investigação histórica, como é o caso da utilização dos jornais no contexto do governo Goulart e da ditadura, precisamos reconhecer a importância da operação historiográfica para tal. E quando falamos desse tipo de exercício, Michel de Certeau traz uma importante contribuição no que se refere ao estabelecimento das fontes, como podemos notar no trecho:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. (DE CERTEAU, 2002, p. 81)

O ato de definir um documento específico como fonte para uma pesquisa por parte do historiador o leva, na ação de escolha do material, a criá-lo através de ações concatenadas, mediante um delineamento temporal e temático, e isso exige uma operação de caráter técnico. Nos dias de hoje isso requer um cuidado ainda maior tendo em vista que, nos tempos passados e atualmente, o estabelecimento de um arquivo enquanto fonte é reflexo de uma combinação de um lugar (biblioteca, arquivo e etc), aparelho e técnica.

Quando tratamos especificamente dos meios de comunicação, particularmente de jornais, sejam eles digitais ou impressos, precisamos destacar que durante muito a noção predominante na história era não fazer uso desses recursos documentais. Com o surgimento da "Nova História", advinda das Escolas dos Annales, afirmando que qualquer manifestação humana poderia se constituir fonte histórica, passando a surgir novos olhares, abordagens e questionamentos em contraponto à visão rankeana tradicional do século XIX determinista e estritamente política.

Seguindo essa evolução no campo da história, ainda na metade primeira do século XX, os jornais passavam a se apresentar como primordiais elementos da operação historiográfica. Reforçando essa tese, temos o notório trabalho de Tânia Regina de Luca, em artigo intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos*, contido no livro *Fontes Históricas*, afirmando que a função desempenhada pelos jornais, em qualquer momento da história, mas especialmente em períodos de regime autoritário, produzem ressonância nas preocupações atuais.

Antes lidos como meros recursos secundários na elaboração histórica, os jornais, no decorrer da contemporaneidade, ganharam protagonismo e, neste sentido, para uma melhor historização dessas fontes algumas condições se fazem necessárias, como afirma Tânia de Luca:

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem

permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas como fontes históricas. (DE LUCA, 2008, p.139)

Corroborando com a valorização dos impressos como arcabouço documental para à historiografia, afirmamos que a utilização da imprensa servia apenas para sustentação de algo afirmado por uma fonte tida como "oficial". Manusear periódicos traz benefícios para a produção historiográfica, pois estes, enquanto objetos de estudo, são instrumentos de intervenção social e manipulação em prol de diversos interesses, e essas intenções precisam identificadas.

Com a expansão dos cursos de graduação em comunicação a partir da década de 1970, o jornalismo passou a ganhar mais destaque na sociedade brasileira e esse movimento seguiu também para o campo dos estudos históricos. Passou-se a valorizar ainda mais o papel dos jornalistas que escreviam sobre história e também dos próprios jornais enquanto fonte documental.

Neste sentido, Cybelle de Ipanema, em trabalho intitulado *A tradição historiográfica de estudos sobre a imprensa*, destaca as diversas vertentes de linguagem textual advindos da imprensa e que serviram e servem como arcabouço documental, ressaltando a validade de "conservação de periódicos - jornais, revistas, anuários, almanaques - era filosofia levada ao paroxismo por nós, pesquisadores, a partir, principalmente, das décadas de 1940 e 1950. Não era ideia nova, mas sempre reclamada".

Já destacada a relevância dos periódicos como recurso para a operação historiográfica, faz-se justo também estabelecer uma sucinta reflexão acerca das diversas mudanças na imprensa brasileira entre as décadas de 1950 e 1970, período da história brasileira que está inserido o recorte temporal de nossa pesquisa. O jornalismo brasileiro muda consideravelmente no caminho de uma linguagem mais objetiva, passando a notícia a ocupar bem mais espaço que a opinião, tendência em eclosão na Europa e Estados Unidos pós II Guerra.

Vale apontar ainda que na transição da primeira para a segunda metade do século XX o país passava por importantes mudanças estruturais, sociais, políticas e

econômicas. O Brasil estava deixando de ser uma país rural para se tornar urbano e, sem sombra de dúvidas, essas alterações influenciaram na imprensa nacional. Atestando isso, temos a significativa leitura de Alzira Alves de Abreu em *As mudanças na imprensa brasileira: 1950-1970* :

As mudanças que ocorreram na estrutura produtiva do país com a maior diversidade da atividade produtiva, em especial da indústria, permitiram a formação de uma sociedade de consumo em que cada setor da cultura se desenvolveu de forma diferenciada. O teatro, o cinema, o rádio, a televisão, o disco, a publicidade e as editoras foram se estruturando como indústria de massa ao longo da década, para atingir nas décadas seguintes, a configuração de uma indústria de bens culturais. (ABREU, 2008, p. 468)

Outra mudança significativa foi na forma de financiamento dos principais veículos de comunicação de massa do país. Até os anos 1940 o Estado brasileiro era majoritariamente patrocinador dos principais jornais brasileiros, no entanto, pós ditadura Vargas esse movimento muda. Agora os chefes de redação e donos de periódicos passariam a angariar fundos na iniciativa privada e isso muda completamente a maneira de se elaborar notícias, formar opinião e até mesmo em aspectos técnicos e estéticos do jornal.

Segundo Alzira Alves de Abreu "a imprensa, que até os anos 30-40 dependia dos favores do estado, de pequenos anúncios populares ou domésticos e da publicidade das lojas comerciais, teve essa situação alterada". Grandes jornais como o Última Hora, as empresas Roberto Marinho e os Diários Associados de Assis Chateaubriand, recebiam financiamentos e empréstimos a juros do Banco do Brasil.

Paralela a essas mudanças no campo financeiro, o país passava por uma profunda efervescência política advinda da ampliação dos espaços de atuação e manifestação das classes trabalhadoras, movimentos sociais e entidades estudantis. A agitação saiu das ruas, sindicatos e universidades e chegou nas redações dos grandes jornais brasileiros:

Os anos 50-60 conheceram o apogeu do jornalismo político, que acompanhava as reivindicações e contestações político-ideológicas. A conjuntura nacional foi toda ela marcada pelo engajamento político, que se expressava por ações em prol de uma sociedade mais justa e mais igual, a ser alcançada por meio de um regime democrático ou de um regime socialista, de acordo com a orientação de cada movimento. (ABREU, 2008, p. 469)

Até a década de 1960 a imprensa brasileira era hegemonicamente partidária e personalista, comumente grandes jornais estavam ligados a importantes nomes do cenário nacional e a partidos ou grupos políticos. Os periódicos "refletiam os interesses ideológicos dos partidos, faziam parte de uma imprensa que tinha uma concepção missionária de sua atividade" (ABREU, 2008, p.470). Além disso:

Os jornais gravitavam em torno da personalidade do dono ou do redator-chefe do jornal: falava-se no jornal do Lacerda (Tribuna da Imprensa), do Samuel Wainer (Última Hora), do Roberto Marinho (O Globo), do Macedo Soares (Diário Carioca), do Paulo Bittencourt (Correio da Manhã). (ABREU, 2008, p. 470)

Citadas e analisadas às principais mudanças na imprensa brasileira, além de ressaltarmos a importância dos arquivos jornalísticos como fontes históricas no exercício da operação historiográfica, cabe a nós agora salientar e problematizar o último objetivo desse trabalho que é explorar o papel dos jornais, sejam eles digitais ou impressos, como recurso pedagógico em sala de aula. É seguindo esse movimento que o próximo tópico do texto vai tratar.

SABER HISTÓRICO E PRÁTICA ESCOLAR: OS JORNAIS EM SALADE AULA

O centro de análise do trabalho dissertativo do qual este artigo servirá de subsídio teórico é a elaboração de um produto paradigmático sobre o Governo João Goulart² (1961 a 1964) que sirva como auxílio metodológico nas escolas da Rede Básica do Maranhão abordando as nuances do último mandato democrático antes da ditadura empresarial-militar³ e tendo como fonte documental os jornais maranhenses.

² Quando falamos de governo João Goulart, no caso específico desta pesquisa, estamos nos referindo ao recorte temporal de 1961 a 1964, período que engloba a crise da renúncia de Jânio Quadros e vai até os seis primeiros meses pós golpe de estado.

³ A adoção do termo "Empresarial-Militar", no que se refere tanto ao golpe de 1964 quanto ao regime autoritário subsequente, representa a marcação de um posicionamento dentro dos embates teóricos em torno do caráter da conspiração que destituiu João Goulart do executivo federal e dos posteriores anos de estado de exceção. Tendo em vista a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista que confirma e reproduz uma série de mistificações sobre o período, endossamos a aplicação do termo "Empresarial-Militar", originalmente proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*, na qual é ressaltado o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

Os impressos a serem analisados são o *Jornal Pequeno*, *O Imparcial* e o *Jornal do Dia*⁴, três dos maiores veículos de comunicação do Estado do Maranhão naquele período. A partir da construção desse conhecimento histórico temos outros objetivos: refletir sobre o conteúdo abordado nos materiais didáticos atuais se estão ou não de acordo com os debates mais recentes dentro da academia, destacando a importância da utilização dos jornais impressos como importante ferramenta pedagógica.

Passados cinquenta anos do golpe de 1964 e trinta anos do processo de redemocratização, notamos ainda inúmeras permanências do regime ditatorial vigente por duas décadas anos em nosso país. Uma dos principais, sem dúvida, é a pouca ou quase inexistente abordagem desse período da história do Brasil sob uma perspectiva regional em materiais didáticos no ensino público e privado do Estado.

Neste sentido, este trabalho tende a possuir enorme relevância, podendo contribuir para o solucionamento dessa problemática, já que a proposta é estabelecer novas estratégias pedagógicas através da elaboração de um material paradidático sobre o período de 1961 a 1964. Isto posto, faz-se extremamente salutar, destacarmos nas próximas linhas pontuais reflexões referentes ao saber histórico dentro da prática escolar.

A discussão em torno da utilização dos jornais como ferramenta pedagógica no ensino não é de hoje. Os primeiros debates neste sentido datam da década de 1970 e a maior preocupação dos pesquisadores dessa temática desde àquela época é justamente mudar o comportamento do aluno diante desse recurso. Espera-se uma posição mais ativa do estudante no que tange os meios de comunicação adotando uma leitura mais crítica.

Um comportamento mais questionador e criterioso exige uma capacidade e domínio de conteúdo maiores pro parte de quem leciona. Todos sabemos que os jornais podem se tornar, desde que bem manuseados, em excelentes potencializadores do ensino-aprendizagem. Os benéficos desta atividade não atingem apenas os alunos, mas também os professores, profissionais, que fazendo uso dessa ferramenta que são os jornais, acabam lendo mais e estudando mais. Ou seja, existe um processo de capacitação profissional inculcado nessa ação. Os impressos tendem a ser um recurso a mais em sala de aula, auxiliando o livro didático e a aula expositiva no quadro, além de:

⁴ Posteriormente torna-se *O Estado do Maranhão*, em 1973, após ser adquirido pela família Sarney.

Atualmente, o uso do jornal na escola pode abranger iniciativas de criação de um jornal escolar (geralmente apresentadas pelos professores ou pela equipe pedagógica da escola), inclusão de textos jornalísticos em livros didáticos ou a partir de projetos elaborados e mantidos por empresas jornalísticas. (VOSGERAU, 2012, p. 261)

As principais consequências positivas da utilização dos jornais impressos na educação básica são: incentivo à leitura, contato com informações contextualizadas, dinamização do processo de ensino-aprendizagem, tornando os conteúdos escolares mais relevantes e despertando uma consciência mais crítica tanto no aluno quanto no docente. No entanto sabemos que mídia não pode e nem deve substituir o livro didático, mas constituir-se enquanto alternativa paralela a ele.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, criados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1997, tinham como finalidade sugerir um leque de alternativas profissionais para o professor em sala de aula. As diversas temáticas e abordagens, específicas à cada área, constituíam-se novo fôlego na educação brasileira. E uma das maneiras de fomentar o desenvolvimento educacional foi justamente trazer os jornais para dentro da sala de aula.

Meio de comunicação sempre atual, dinâmico e de fácil leitura, os jornais, segundo Márcio de Oliveira Rodrigues em *O jornal na sala de aula: um recurso didático potencializador dos temas transversais para o ensino fundamental e médio*, ajudam na formação do cidadão, pois:

Trabalhar o jornal na sala de aula, se transformou numa ação relativamente comum e, em certo grau, bem desenvolvida. Professores e educadores têm à sua disposição uma série de instrumentos para viabilizar esta prática. Programas desenvolvidos por empresas jornalísticas e secretarias de educação (nas esferas municipal e estadual), ações individuais de professores que se encantaram pela técnica, e exemplos de atividades semelhantes, que podem ser encontradas na web, fazem do jornal um instrumento desconstruído e de fácil manuseio para os professores dos ensinos fundamentais e médio. (RODRIGUES, 2007, p.07)

As diversas facetas de utilização dos jornais em sala de aula podem ampliar o leque de possibilidades de assimilação do conteúdo por parte do aluno. O educador poderá manuseá-lo no intento de gerar mais informações além daquelas exibidas no livro didático, promovendo a aprendizagem, o desenvolvimento crítico e cognitivo dos

aprendizes em virtude da atualidade das notícias estabelecendo questionamentos sobre temas por todo o mundo.

Outra notável vantagem do uso dos jornais em sala de aula é o fácil acesso. Este material bastante atraente e atual se constitui como um recurso de intensa e vasta cobertura de ricos assuntos, desde à política, economia, cultura, sociedade e esporte, não se limitando apenas às abordagens históricas e sim para qualquer disciplina da grade curricular do ensino básico.

O discurso jornalístico a ser adotado em sala de aula pelo professor apresenta em seu corpo três tipos de vertentes. A vertente linguística, composta por vários tipos de escrita, da argumentativa passando pela narrativa, dissertativa e descritiva. A segunda vertente é a cognitiva, pois o jornal dá um panorama do dia a dia, oferecendo possibilidade de atualização de conteúdo e informações de todo tipo, despertando no leitor, estudante e professor um posicionamento crítico e analítico. A última vertente é a cidadã, ou seja, voltada para a cidadania, pois os impressos jornalísticos sempre vão representar uma janela aberta para um mundo repleto de fontes de costumes diferentes dos nossos.

Portanto, segundo Elaine Anhussi em *O uso jornal em sala de aula: sua importância e concepções de professores* :

Evitar o uso dos jornais é desvincular o aluno de seu contexto histórico cultural, retardando o desenvolvimento de habilidades que favorecem a apropriação crítica do conhecimento social e historicamente produzido. Para que isso ocorra é necessário que as escolas facilitem o acesso aos jornais impressos e digitais. Assim, acreditamos ser necessário ampliarmos as discussões sobre os usos dos jornais impressos e digitais em sala de aula como prática docente de leitura e escrita, contribuindo para um ensino de melhor qualidade e para a construção de um leitor crítico sobre o uso das mídias.

A utilização do jornal como ferramenta pedagógica traz importantes benefícios, como já foi bem explicado anteriormente, mas um outro que corrobora ainda mais com essa tese é com relação ao aprimoramento teórico do docente quando ele faz desses recurso didático. O professor que utiliza os impressos não pode apenas mostrar os jornal com as notícias e reproduzi-las. É necessário um aprimoramento teórico também, uma verdadeira articulação entre teoria e prática.

A formação teórica nunca deve vir separada da atuação prática em sala de aula. O que é discutido na academia não pode ficar distante do aluno da rede básica, conforme afirmam Philippe Perrenoud e Monica Gather Thurler em *As competências para ensinar no século XXI*:

No máximo, a formação teórica permitira ser aprovado nos exames e obter diploma, enquanto a formação prática daria bases para a sobrevivência na profissão. É preciso combater essa dicotomia e afirmar que a formação é uma só, teórica e prática ao mesmo tempo, assim como reflexiva, crítica e criadora de identidade. (PERRENOUD, 2002, p.23)

Neste sentido, chegamos ao fim desse tópico reforçando a importância da aula subsidiada pela utilização dos jornais e, principalmente da aula de história especificamente, pois, acima de tudo, devemos sempre, no exercício historiográfico, articular fonte e teoria. A aula de história tem importantes elementos constituintes e destacamos dois deles: os saberes da disciplina e os saberes da docência.

O primeiro se trata do conhecimento teórico, metodológico, conceitual, historiográfico da disciplina. Conteúdos como história do Brasil e História da África, conceitos como cultura, tempo e revolução fazem parte desse tipo de saber. Já o segundo, relativo à docência, aborda questões do tipo prático, da vivência em sala de aula, do contato humano, da relação com alunos, pais e colegas de trabalho, além do domínio de classe, do planejamento pedagógico, do sentimento de classe, do dia a dia do professor.

Portanto, concluímos que a utilização dos jornais em sala de aula é muito benéfica em vários aspectos. Esse exercício torna o aluno um sujeito crítico e analítico da sua realidade além é claro de tornar o professor um profissional mais capacitado ao passo que o manuseio dessa ferramenta pedagógica acaba exigindo uma renovação teórica e prática do profissional docente para uma melhor prática pedagógica acerca do saber histórico.

Encerramos esse trabalho com a importante contribuição de Fernando Seffner acerca da aula de História em *Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevisto: atravessamentos no território do ensino de História* :

O objetivo de uma aula de história é a produção de saberes de natureza histórica que façam sentido aos alunos, que sirvam para que eles se indaguem acerca de sua vida social e familiar, de seus relacionamentos, de seus valores, de sua história enfim. Podemos dizer que o objetivo de uma aula de história é a realização de aprendizagens de conteúdos, conceitos, métodos, e tradições que lhe sirvam para entender de modo mais denso o mundo em que vivem. (SEFFNER, 2010, p. 213)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao destacar a necessidade de uma eficaz e cuidadosa aplicação os jornais enquanto fontes primárias, dentro dos estudos da História do Tempo Presente, procurou-se enfatizar o importante papel dos meios de comunicação na investigação histórica. O saber histórico e a prática escolar devem andar lado a lado e os jornais contribuem para isso no que se refere ao auxílio pedagógico e como suporte ao livro didático em classe.

Portanto, analisar a função social, política e cultural dos jornais no campo da luta de classes do século XX são de extremamente caros ao presente estudo. O conceito de História pode ser empregado de várias formas segundo Estevão Martins em artigo intitulado *História: consciência, pensamento, cultura, ensino*, publicado na revista paranaense Educar em Revista, no ano de 2011.

O primeiro emprego se dá no sentido de que a História se refere à totalidade das ações humanas no tempo e no espaço; o segundo, e mais comum, enquanto produto de procedimentos teóricos e metodológicos de investigação do passado, ou seja, a ciência da História através de uma narração demonstrativa; e a última se define como um produto finalizado da narrativa científica, a chamada historiografia, submetida à convenções e controles metódicos de espacialidade.

Neste sentido, o propósito deste trabalho, que já foi exposto acima, nasce de um importante debate acerca de como a História, enquanto matéria escolar, ainda apresentar uma grande defasagem entre o conhecimento histórico produzido na academia, através de pesquisa científica, e os seus "resultados" difundidos nos sistemas de ensino pedagógicos da educação básica. Em *Historiografia, memória e ensino: percursos de um reflexão*, a professora Maria da Glória Oliveira destaca que dentro do ofício de historiador, um dos traços e tarefas mais importantes é a sua atuação como professor de História.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANHUSSI, Elaine Cristina. **O uso do jornal em sala de aula: sua importância e concepções de professores** / Elaine Cristina Anhussi. - Presidente Prudente: [s.n], 2009.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org). Ensino de história: desafios contemporâneos - Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH-RS, 2010.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história; tradução: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel - 2ed - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LUSTOSA, Isabel (org). **Imprensa, história e literatura.** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PERRENOUD, Philippe. (org). As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação - Porto Alegre: Artmed editora, 2002.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; PINHEIRO, Rafaela Bortolin. O uso do jornal impresso na educação básica: resultados de uma década de pesquisas no Brasil. *REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN*. N.º 59 (2012), pp. 259-276 (1022-6508) - OEI/CAEU.

ENSINO DE HISTÓRIA: REPENSANDO A QUESTÃO AGRÁRIA NO MA MARANHÃO EM SALA DE AULA.

Mariana da Sulidade

1. Introdução

O presente trabalho objetiva refletir sobre a temática da luta pela terra presente no livro didático da Educação Básica durante Maranhão Contemporâneo, para tanto compreendemos o livro didático de História como fonte e objeto de estudo nos esquivando de uma tradição historiográfica que pontua e aprofunda a hierarquização entre pesquisa e ensino em História.

História e Ensino de História são caminhos que nem sempre se cruzam em sala de aula, a distancia estabelecida entre os conteúdos presentes no livro de história e reflexão e produção do conhecimento histórico faz parte de uma invenção antiga que estabeleceu um fosso entre ensino e pesquisa. Mas uma outra questão se coloca de forma imperativa: o que pensar e refletir em sala de aula sobre o tempo, a humanidade e o espaço, e que relação essa dinâmica estabelece com a construção do conhecimento histórico e suas múltiplas linguagens?

A operação historiográfica apresentada por Michael Certaeu na obra *A Escrita da História* oferece-nos um espaço para pensar o processo de formalização do conhecimento histórico. Ao pensar a produção do discurso sobre o tempo e como é produzido a história, o autor desmonta a anatomia da operação historiográfica como um cirurgião do tempo, ou melhor da escrita sobre o tempo e dos modos operantes. É bem verdade que a análise filosófica do autor em questão chamou atenção sobre o fazer da prática (operação) historiográfica, *o que dizer? como dizer? onde é fabricado o dizer?* de certa forma essas indagações contribuíram para a reflexão teórica sobre o conhecimento histórico.

O conhecimento e elaboração do mesmo em sala de aula, ora os materiais didáticos e paradidáticos que circulam em sala de aula também são historiografia? Arrisco dizer que uma vez que tal "escritura" dialoga com determinada produção e especificidade de uma linguagem de conhecimento, no caso o conhecimento histórico, é sim, uma produção historiográfica

(...)Mas receptível é apenas a teoria que articula uma prática, a saber, a teoria que por um abre as práticas para o espaço de uma sociedade e, que, por outro lado, organiza os procedimentos próprios de uma disciplina. Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. DE CERTEAU, 2002, p. 66

Compreender a prática escolar em combinação com De Certeau lança luz ao objeto que nos interessa *O ensino de História e a Questão Agrária no Maranhão*, ou seja, traduzir uma historiografia que pontue sua relevância no ensino de história na construção de saber histórico de uma lugar social, ou mesmo na perspectiva de construir uma operação em que consiste o conhecimento histórico em ação

Como Certeau, emprego-o para designar a própria operação em que consiste o conhecimento histórico empreendido em ação. Essa escolha de vocabulário tem uma vantagem importante que não aparece se se reserva esta denominação para a fase escrita da operação, como o sugere a própria composição da palavra: historiografia, ou escrita da história. Para preservar a amplitude do termo historiográfico, não chamo a terceira fase de escrita da história, mas de fase literária ou escriturária, quando se trata do modo de expressão, fase representativa, quando se trata da exposição, do mostrar, da exibição da intenção historiadora considerada na unidade de suas fases, a saber, a representação presente das coisas ausentes do passado. RICOEUR, 2007, p. 148 apud PENA, 2012)

No sentido de contribuir para a construção do conhecimento histórico procuramos desenvolver um ensino de história capaz reconhecer a relevância da Questão Agrária e dos agentes envolvidos que pese a atuação dos movimentos de luta pela terra, na construção política e social do Maranhão e do Brasil tendo em vista as particularidades do estado durante a Ditadura Empresarial-militar e no processo de Redemocratização, a partir dos conflitos emergentes em torno das disputas pela terra nos anos de 1979-1988 no Maranhão.

2. Ensino de História e Questão Agrária no Maranhão: repensando o conhecimento histórico.

A problemática da Questão Agrária é crucial para compreender o caráter de mudança e continuidade em torno da história política, econômica e social do país. Terra

e poder formam o binômio cuja permanência marcaram e marcam as relações construídas em diferentes tempos históricos no Brasil. Impossível pensar nos desencontros políticos do Brasil e não pensar na Questão Agrária, assim como pensar em movimentos sociais sem pensar nas diversas atuações do movimento camponês.

O presente trabalho possui o propósito de analisar a Questão Agrária no Maranhão envolvendo as categorias de propriedade, posse, terra, poder, trabalho, reforma agrária e movimento camponês a partir dos conflitos emergentes em torno das disputas pela terra na Ditadura Civil Militar nos anos de 1970-1988 no Maranhão, conferindo uma revisão do material didático utilizado nas escolas públicas de Educação Básica.

Ademais esse período é marcado por forte mobilização política dos camponeses. No Maranhão, nos anos de 1975-1985, o cenário de disputas agrárias e modificações do campo são alvos de pesquisas e denúncias sobre a situação do camponês, das comunidades tradicionais e da estrutura fundiária do estado. Em um contexto dúbio de autoritarismo e abertura política os conflitos ligados à terra se estendem por todo estado, do Bico do Papagaio às regiões de Pindaré, Baixada e Mearim mostram as multiplicidades de organização política e sobretudo os impactos das políticas estatais de fortalecimento do latifúndios na vida de milhares maranhenses. Apesar de um historiografia marcada pela ausência do reconhecimento da luta camponesa no período da Ditadura Civil Militar é válido reconhecer que os sujeitos envolvidos nas disputas agrárias durante o período ditatorial lançaram mão de diferentes estratégias na luta de acesso à terra.

Durante a Ditadura Civil Militar o projeto de concentração fundiária passa ser o centro da política econômica. Nas décadas de 1970-1980 o que vemos é tanto a repressão militar ao movimento camponês quanto a emergência do agronegócio.

Embora compreendamos o Estado como o principal patrocinador da política latifundiarista, é importante ressaltar os movimentos contra-hegemônicos envolvidos na problemática da Questão Agrária. Assim, podemos observar a emergência do movimento camponês, do movimento quilombola, da questão indígena e de tantas formas possíveis de modo de produção e relação com a terra negligenciados pelas políticas públicas em especial às de cunho estadual.

A partir da década de 1980 o debate sobre a Questão Agrária ganha fôlego com o processo de abertura política. A criação do MST (Movimento Sem Terra), da Comissão Pastoral da Terra e do "alargamento" da participação da sociedade civil. A

participação política, todavia, pode ser encarada como limitada visto o modelo de transição política negociada com permanência da tradição autoritária do Brasil verificados pelas limitações da própria redemocratização do país.

A tarefa de repensar o ensino de História do Maranhão pautando na questão agrária está intimamente relacionado com os conceitos de *tempo histórico* e *sujeito histórico* uma vez que permite o conhecimento de um conjunto complexo de vivências humanas ligadas à questão agrária do estado através do reconhecimento de diferentes relações com a terra. É compreendendo a realidade histórica do estado que se desperta a noção de pertencimento e de sujeito ativo, noções essas de extrema importância para o saber histórico escolar.

Nesse contexto, os estudos históricos desempenham um papel importante, na medida em que contemplam pesquisas e reflexões das representações construídas socialmente e das relações estabelecidas entre os indivíduos, os grupos, os povos e o mundo social, em uma época. Nesse sentido, o ensino de História pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua , região e à sociedade nacional e mundial (PCN, 1998, p.34)

A ausência das discussões sobre a questão agrária no ensino de História, assim como seu silêncio nos materiais didáticos contribuem de forma drástica para: a) hierarquização de temas históricos; b) incompreensão das especificidades e da multiplicidade da sociedade maranhense, que dificulta a percepção do aluno sobre si como sujeito histórico e sobre a realidade que o cerca; c) dificuldade em conhecer realidades históricas singulares, distinguindo diferentes modos de relação nelas existentes gerando uma percepção única de uma realidade histórica múltipla comprometendo a noção de multiplicidade do saber e do tempo histórico.

3. Livro Didático e A luta pela terra: apontamentos para um diálogo sobre Ensino de História

A análise do livro didático tem ganhado uma atenção relevante no debate sobre o ensino de História. A sua caracterização mercadológica, a sua inserção como fonte e objeto de estudo contribuiu significadamente para pensá-lo como espaço de disputas de projetos de leituras acerca do passado. O livro didático, desta forma além de uma lugar

de transposição didática¹ é também portado de valores, ideologias e sobretudo, está inserido nos desenvolvimentos das tecnologias editoriais. Para além disso, o livro didático é um produto cultural, dotado de múltiplas e complexas linguagens e inserido em uma hierarquia de confecção.

O livro didático também produto coletivo que envolve as relações hierárquicas entre editor, autor (autores), técnicas gráficas e público consumidor. Nesses interregnos os agentes avaliadores são acionados para qualificar e enquadrar o livro didático em uma inserção de tradição de ensino que traduz uma expectativa de valores de uma sociedade.

E finalmente, o livro didático é um importante veículo portador de uma ideologia e de uma cultura [...] o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. (BITTENCOURT, 2004, p. 72, 73.)

Dito isso, o livro didático é um produto mercadológico e lucrativo envolvendo grandes empresas, autores que visam um mercado promissor, Universidades e Grupos de Pesquisas que tecem uma disputa sobre a memória e sobre uma consciência histórica.

Cumprido destacar que para o segmento voltado para as compras do setor público importa menos a orientação metodológica ou a ideologia contida em uma coleção didática e mais a sua capacidade de vendagem e aceitação no mercado. Nesse contexto, o livro didático assume claramente sua dimensão de mercadoria, sujeita a múltiplas interferências em seu processo de produção e vendagem. (MIRANDA e LUCA, 2004, p.148)

Pontuadas as questões acerca da historicização do livro didático em sala de aula, retomamos a presença da luta pela terra nos livros didáticos. Como explicitamos no primeiro momento do presente texto, essa temática tem grande relevância, uma vez que as múltiplas experiências de resistência de grupos distintos em uma sociedade são indispensáveis para uma leitura do tempo que agregue sujeitos históricos com realidades históricas divergentes.

Se por um lado, a qualidade do livro didático tem sido significativa para a construção de um material diversificado e crítico, em que pese a historicidade desse processo, avaliamos também um grau ainda hierarquizado na produção do saber histórico que evidencia um contexto de homogeneização do ensino de História através

¹ Pode ser compreendida como uma prática pedagógica de reconstrução de um objeto de ensino de forma dialética. Não só uma mera tradução de linguagem, mas um refazer, repensar um determinado objeto inserindo-o em cultura ensinada.

da pasteurização do material didático, que tem como eixo de produção e problematização das realidade das regiões sul e sudeste, tal aspecto coloca em questão o caráter urgente de se repensar o ensino História Local e da relação entre conhecimento histórico e saber histórico escolar.

Grande parte das escolas públicas tem utilizado a Coleção Projeto Aribabá - História como único material didático disponível para alunos da Educação Básica do Ensino Fundamental II sendo produzido em São Paulo. A editora responsável é Maria Raquel Apolinário – Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo. O livro contém 296 (duzentos e noventa e seis páginas) divididas em oito unidades² que intercalam entre história europeia e a história nacional.

A temática da luta pela terra aparece apenas uma vez, na unidade sete, referente às discussões sobre às Reformas de Base. o material não apresenta distinção entre reforma agrária e questão agrária e sobretudo não aborda as especificidades das lutas pela terra presentes na formação do Brasil República.

Durante o ano letivo o aluno do 9º terá contato com um texto de três parágrafos sobre as problemática a respeito da Questão Agrária do país. Termos como "desapropriação", "arrendamento" não são explicitados no texto. Poderíamos pensar que em outros ciclos do Ensino Fundamental essa modalidade fora abordada, mas diante da análise da coleção do 6º ao 9º chega-se a conclusão que apresentação temática (Figura 1) diz respeito à primeira abordagem do tema.

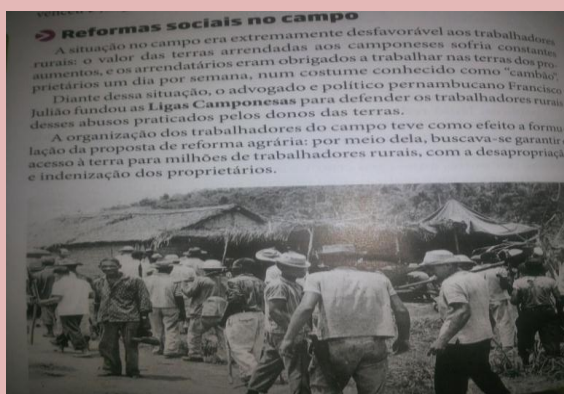


Figura 1 Camponeses no contexto das Reformas de Base³

² Unidades: 1 – A era do imperialismo; 2 – A República chega ao Brasil; 3 – A Primeira Guerra e a Revolução Russa; 4 – A crise do capitalismo e a Segunda Guerra Mundial; 5 – A Era Vargas; 6 – Os anos da guerra fria; 7 – Democracia e ditadura na América Latina; 8 – A nova ordem mundial.

³ FONTE: Projeto Aribabá - História Ensino Fundamental. 2012, p. 210

Na Biblioteca da Escola Modelo (instituição pública de ensino) há disponível o livro didático História do Maranhão, que embora não utilizado na sala de aula consiste em um dos poucos materiais didáticos sobre o Maranhão. O livro tem 102 páginas abarcando o período colonial até o Maranhão na Nova República. A autora Maria Nadir Nascimento (ligada a Secretaria de Educação do Governo de Roseana Sarney -2000) faz referências às lutas camponesas de forma geral e sintética.

Sobre os territórios indígenas e outras ocupações tradicionais, estes são mencionados no início do material fazendo referência ao processo de colonização. A Ditadura Civil Militar é abordada em duas páginas e pela primeira vez a autora apresenta três parágrafos sobre as condições dos camponeses no Maranhão (FIGURA II).

Nas atividades sugerida pela autora há um enunciado que solicita o aluno a *citar* "duas grandes obras do Governo Sarney". Embora a autora faça referência de forma rápida às condições dos camponeses e as relacione ao problema da Questão Agrária do estado, o material se faz insuficiente não dando conta das complexas relações entre terra e poder no período ditatorial.

Figura II



Fonte: NASCIMENTO, 2001, p. 87.

Figura III



Fonte: NASCIMENTO, 2001, p. 22.

As condições dos materiais didáticos apresentados e seus silenciamentos sobre a questão agrária e as especificidades históricas do Maranhão justificam o presente trabalho e sua validade em construir um novo conhecimento histórico a partir da elaboração de material instrucional que contemple as contradições a respeito da estrutura agrária no Maranhão.

A Universidade Estadual do Maranhão é a responsável, há vinte anos, pela formação de grande parte (senão a maioria) dos professores de História no estado do Maranhão. Durante a graduação relevantes problemáticas são postas para discussão historiográfica e construção do conhecimento histórico, não raras vezes essas questões se transformam em problemas-chave para a iniciação à pesquisa científica que resulta em trabalhos de conclusão de curso.

Enquanto isso já em sala de aula professores contam com discussões frágeis a respeito das complexas relações históricas, com materiais didáticos insuficientes para se pensar noções básicas do ensino de História, tal fenômeno revela uma invenção duradora: o desencontro entre Pesquisa e Ensino e expõe a lacuna entre conhecimento histórico e saber histórico escolar.

A experiência do material didático utilizada no nono ano do Ensino Fundamental do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN) mostra-nos alguns aspectos dignos de reflexão: material utilizado e sua avaliação segundo o Guia do Livro Didático e sua abordagem sobre a luta pela terra no Brasil Republicano. O livro selecionado é *Estudar História*⁴: Das origens do homem à era digital da autora Patrícia Ramos Braick⁵ edição de 2011. O livro indicado ao nono ano do Ensino Fundamental contém 328 páginas apresentando 15 capítulos⁶

Estudar História - Das origens do homem à era digital, apresenta abordagem da história integrada, com ênfase na apresentação da história política e social de diferentes povos e sociedades, os conteúdos são apresentados de forma progressiva e linear cruzando história europeia e brasileira. A abertura dos capítulos sempre associada

⁴ O livro faz parte da Coleção da Editora Moderna (a editora com o maior número de coleções na rede Pública) *Estudar História: das origens do homem à era digital*. Os livros vão do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental

⁵ Patrícia do Carmo Ramos Braick é mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

⁶ Capítulos: 1. O imperialismo na Ásia e na África; 2. O Brasil da primeira República; 3. A Europa e a América antes da Primeira Guerra; 4. A Primeira Guerra Mundial; 6. Entre duas guerras; 7. A Segunda Guerra Mundial; 8. A Era Vargas (1930-1945); 9. O mundo dividido pela guerra fria; 10. O populismo no Brasil; 11. A descolonização da África e da Ásia; 12. Os governos militares no Brasil; 13. Crise e desagregação do bloco soviético; 14. A volta da democracia ao Brasil; 15. O Mundo Contemporâneo.

abordagem com outras linguagens gráficas. Esse material apresenta glossários em capa capítulo e boxes que diversificam o enforque cronológico direcionando para aspectos temáticos. A seção *Enquanto Isso* trás aspectos da particularidade cultural que se relaciona com o conteúdo em questão. É comum nas coleções identificadas como integradas a centralidade de uma narrativa cronológica que se relaciona com boxes interativos de natureza temática. Tais aspectos foram identificados na avaliação do próprio Guia do Livro do Didático

O componente curricular História desenvolve-se por meio de narrativa linear e cronológica da história, oferecendo reflexões que relacionam a produção do conhecimento histórico ao trabalho do historiador, além de apresentar as fontes históricas, em algumas situações, como objetos de pesquisa, submetendo-as a interpretações orientadas por procedimentos teórico-metodológicos do campo da história. A proposta pedagógica oferece inúmeras fontes documentais, tanto no decorrer dos textos didáticos como nas atividades. A seção História feita com arte merece especial atenção porque oferece possibilidades concretas de trabalho com as artes como fontes históricas, além de ter grande potencialidade para o desenvolvimento da sensibilidade dos alunos para as diversas manifestações artísticas apresentadas. Na coleção, todos os capítulos estão organizados por meio de uma narrativa central e boxes, nos quais estão alocadas as seções principais: Amplie o seu conhecimento; Enquanto isso; Atividades; Compreender os conteúdos, Ampliar o aprendizado e História feita com arte; Avalie o seu aprendizado. Algumas seções são esporádicas: Biografia; Navegue pelo site; Vale a pena assistir e Glossário (BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD 2014 História. Ensino fundamental: anos finais, 2013, p. 30).

A temática sobre a luta pela terra aparece de forma mais pontuada nos capítulos: O Brasil da Primeira República; A Europa e América Latina antes da Primeira Guerra; O Populismo No Brasil. Os sub capítulos estão relacionados respectivamente: a) aos movimentos de resistências no meio agrário durante a Primeira República; b) á Revolução Mexicana e seus aspectos de Luta Camponesa; c) reformas de base do Governos Goulart.

CONTEÚDO	SUBCONTEÚDOS	ABORDAGEM
O Brasil Republicano	Arraial de Belo Monte; A Guerra de Canudos;	Evidencia a singularidade da relação terra-trabalho em Canudo; Destaca a centralidade da luta pela terra em Canudos; Ausência de uma relação interpretativa de inserção de Canudo em conjuntura de poder Nacional;
	A Guerra do Contestado - José Maria e a luta pela terra;	Relaciona a estrutura agrária e aos interesses macro-econômicos; Apresenta aspectos de liderança camponesa centralizado na figura de José Maria;
A Europa e a América antes da Primeira Guerra	A luta pela terra no México;	Apresenta a experiência de terras comunitárias no México; Centraliza a problemática agrária como fator determinante para a Revolução Mexicana
O Populismo no Brasil	As Reformas de Base;	Apenas cita as Ligas Camponesas não relacionando com aspecto da questão agrária nacional; Não diferencia Questão Agrária e Reforma Agrária;

Tabela II Luta pela terra: conteúdo e abordagem⁷

Embora não seja o objetivo do trabalho analisar as representações sobre a Revolução Mexicana, chamou-nos atenção abordagem conferida a esse tema no tocante a centralidade da questão agrária.

Nos conteúdos sobre o Brasil Republicano as lutas agrárias aparecem deslocada do processo de formação política e da estrutura agrária do país, com foco que em hora

⁷ Tabela de construção própria a partir dos conteúdo e abordagem da luta pela terra em BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar História: origens do homem à era digital. São Paulo: Moderna, 2011. 9 v.

ou outra ficam emergentes. Muito embora, alguns elementos positivos podem ser percebidos, tais como o diálogo com a historiografia recente no tange a Guerra de Canudos, sobre isso, a abordagem conseguiu traçar um paralelo interpretativo que desloca Canudos a um evento messiânico e destaca a brutalidade do massacre conferido a Belo Monte.

Outro aspecto diz respeito ausência do meio rural durante a Ditadura Empresarial Militar, na atuação do regime opressor é privilegiado as lutas de resistência nos meios urbanos. O mesmo acontece quando da Redemocratização onde são privilegiadas temáticas relativas às eleições e personificação dos processos político.

3. Considerações Finais

Levando em consideração as contribuições de uma História Política (o que não é menos importante) optamos por uma interpretação política pautada na luta de classe sobre a atuação do Estado e das relações deste com a sociedade civil nas pautas sobre questão agrária. Conferir uma análise histórica do Maranhão sem falar sobre as problemáticas agrárias é impossível. Compreender o fenômeno político entre terra e poder no estado Maranhão é o ponto nodal para se construir o conhecimento histórico sobre o Maranhão Contemporâneo e se reconstruir enquanto sujeito histórico participante desse processo.

A relacionado dos conceitos de *tempo histórico* e *sujeito histórico* nos permite o conhecimento de um conjunto complexo de vivências humanas ligados à questão agrária do estado através do reconhecimento de diferentes relações com a terra. É compreendendo a realidade histórica do estado que se desperta a noção de pertencimento e de sujeito ativo, noções essas de extrema importância para o saber histórico escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo. Cortez, 2004.

_____. **Livros didáticos entre textos e imagens. In: O saber histórico na sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

- BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História: das origens do homem à era digital**. São Paulo: Moderna, 2011. 9 v.
- CAMARGO, Aspásia. **Questão Agrária, crise de poder e Reformas de Base (1930-1964)** In: III. O Brasil Republicano. FAUSTO, Boris (Orgs) Vol. 10. São Paulo. Difel, 1986.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica. Implicações didática de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro. FGV, 2011.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Os caminhos da História Ensinada. Campinas - São Paulo**. Papirus, 1993.
- LINHARES, Maria Yeda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- _____. **História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias**. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1981.
- MELANI, Maria Raquel Apolinário. **Projeto Araribá: História**. São Paulo: Moderna, 2010.
- MENDONÇA, Sonia Regina. **A Questão Agrária no Brasil. A classe dominante – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo. Expressão Popula, 2010.
- MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144. 2004.
- NASCIMENTO, Maria Nadir. **História do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Ensino Fundamental. História** Brasília: MEC, 1998.
- POULANZTAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.
- SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: o indispensável partido neoliberal. (1989-2002)**. Tese (Programa de Pós graduação em História) UFF, Niterói, 2005.

CENAS DA TRANSIÇÃO NO MARANHÃO: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Ana Raquel Alves de Araújo¹

Resumo: Neste trabalho abordarei discussões da literatura sobre o comportamento da sociedade civil maranhense, que tiveram como foco as suas manifestações nas ruas e praças e também as entidades organizadas, que tiveram caráter não hegemônico, ou seja, não assumiram os interesses da classe dominante no Maranhão. O interesse é mapear as ações coletivas dos grupos sociais, suas estratégias e articulações políticas. Procurei apontar as lutas mais significativas quanto às produções acadêmicas para constituir um cenário social do Maranhão na Transição.

Palavras-chave: Sociedade Civil; Transição Democrática; Maranhão.

Introdução

Este trabalho apresenta um cenário da sociedade civil maranhense a partir da pesquisa bibliográfica dos movimentos sociais atuantes no período da Transição Democrática, na tentativa de expor a conjuntura de mobilizações em torno do fim do regime autoritário e também de outras bandeiras, consideradas novidades no quadro histórico da atuação social brasileira, bem como maranhense.

O interesse é mapear as ações coletivas dos grupos sociais, suas estratégias e articulações políticas da sociedade maranhense no período da Transição Democrática. Desde já, estou ciente que a tarefa de discutir a literatura sobre esta temática envolve um número considerável de estudos, devido à própria abrangência que é a sociedade civil. Diante disso, foquei nos movimentos e organizações que levantavam a bandeira da democracia, o movimento estudantil e o movimento feminista. Considero que estas foram lutas significativas para constituir um cenário social do Maranhão na Transição.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas – PPGHEN/UEMA. Bolsista FAPEMA.

Movimento *Oposição pra Valer*, SMDDH E CBA-MA: organizações pela democracia

Serão abordadas as entidades e os movimentos que tiveram reivindicações que ligavam a democracia e os Direitos Humanos, no intuito de questionar o regime ditatorial.

É interessante pontuar que

a inclusão desse tema [Direitos Humanos] na agenda política está vinculada a organizações da sociedade civil, partidos políticos e grupos de esquerda e, principalmente, setores progressistas da Igreja católica, pioneiros na denúncia à prática da tortura e da violência policial com motivações políticas (grifos da autora) (DIAS, 2011, p. 45).

Partirei da constituição de duas organizações que tiveram sua origem relacionadas com o MDB. São elas: o Movimento ou Comitê *Oposição pra Valer* e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH). E por último abordarei a seção maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-MA).

Dentro do MDB, uma ala assumia uma postura mais engajada e voltada para a esquerda. Segundo Borges, dois membros dos chamados “autênticos”, Haroldo Saboia e Freitas Diniz, organizaram o Movimento *Oposição pra Valer* durante o processo eleitoral de 1978, que teve como propósito reunir os setores da esquerda – intelectuais, estudantes, comunistas das diversas orientações e católicos progressistas – em torno da eleição de parlamentares comprometidos com a execução de mandatos populares, com o intuito de educar e mobilizar o povo para ocupar as ruas, contribuindo para a retomada da democracia, associada à questão dos direitos sociais e políticos (PEREIRA, 2015a, p. 70), e a defesa dos Direitos Humanos (BORGES, 1997, p. 73).

Já Pereira pontua que o Movimento *Oposição pra Valer* era heterogêneo, composto, além dos parlamentares, por artistas e pessoas envolvidas em outros movimentos sociais na Ilha, e não teve a direção dos dois parlamentares como pontapé inicial.

De modo geral, todos concordavam que as eleições de 1978 eram o momento oportuno para a inserção de um candidato na disputa eleitoral com o objetivo de representar uma série de demandas sociais e dos segmentos de esquerda. Nesse sentido, identificam-se os problemas de abertura política, clandestinidade, anistia e demandas sociais, percebendo que o termo — *Oposição pra Valer* traz consigo uma característica relacional que aponta a — causa de todos esses

problemas – o governo militar – e, ao mesmo tempo, canaliza todas as ideias de possibilidade de mudança em torno de uma campanha (PEREIRA, 2015a, p. 75).

Haroldo Saboia, cuja campanha foi direcionada, foi o candidato mais bem votado do MDB. Venceu para o cargo de deputado estadual com o lema “Nem Maranhão Velho, nem Maranhão Novo, Maranhão do Povo”. Entretanto, após sua vitória, a heterogeneidade do grupo ficou evidente quanto aos rumos do movimento, já que uns percebiam a centralidade da disputa política no papel do parlamentar, e outros valorizavam a base política popular construída durante a campanha (PEREIRA, 2015a, p. 73).

Da cisão no Movimento *Oposição pra Valer*, formou-se a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, em 1979, que dentro da linha de atuação e interpretação do primeiro, como “a identificação dos atores e a solução dos problemas por meio da eleição de um deputado com capacidade de representar todos os segmentos afetados por esses problemas” (PEREIRA, 2015a, p. 74), ressignificou os problemas – abertura política, clandestinidade, anistia e demandas sociais – “em termos de justiça social, inserindo assim a possibilidade de desenvolvimento de uma linguagem pautada na ideia de reivindicação de direitos, de Direitos Humanos” (PEREIRA, 2015a, p. 74).

As rupturas e saída de muitos militantes, não impediu que o Comitê continuasse existindo e produzindo sucessivas vitórias eleitorais. Dos dissidentes, ficaram com o deputado Haroldo Sabóia aqueles considerados imprescindíveis, os cabos eleitorais que trariam votos (DIAS, 2011, p. 53).

A dissidência não significava que houvesse uma homogeneidade, mas

a convergência desses militantes baseava-se na oposição à ditadura militar e, sobretudo, na compreensão de que esta deveria acontecer através do reforço à organização dos movimentos populares (DIAS, 2011, p. 53).

Assim, a SMDDH atuava prioritariamente na mobilização popular, educação de base e apresentação de denúncias de “violações de direitos” (PEREIRA, 2015a).

A seção maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia compunha o quadro das mobilizações sociais de caráter democrático popular. Foi criado em 1979, pelo advogado Reginaldo Telles, sendo construído

em reforço ao movimento nacional que reivindicava anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos e exilados do país pelos atos

institucionais dos governos militares. Reivindicava também o abrandamento da Lei de Segurança Nacional e o retorno da autonomia do Congresso para proceder à anistia política (BORGES, 1997, p. 100).

O CBA-MA esteve junto com os outros movimentos sociais de São Luís, realizando diversas atividades em memória dos mortos e desaparecidos, tendo destaque o ato público do dia 14 de agosto de 1980, contra o projeto de anistia encaminhado para o Congresso pelo governo Figueiredo² (BORGES, 1997, p. 100).

Movimento Estudantil e Greve da Meia-Passagem

O movimento estudantil foi expressivo nas mobilizações do período da Transição, envolvendo-se em torno da luta pela meia-passagem e criando um clima de renovação política e protesto diante do regime autoritário que havia extinto a maior organização estudantil do país³.

O ano de 1977 marca o retorno das atividades do movimento estudantil maranhense a partir de reuniões em torno da questão da meia-passagem que havia sido extinta após a implantação da ditadura⁴, e também a partir da reestruturação do Movimento Estudantil nacional. Momento em que assume a responsabilidade de agente social em nível regional (FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 12).

Apesar dessa articulação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), esta organização teve papel praticamente nulo no processo de rearticulação dos estudantes na cidade de São Luís. Foram estudantes ligados à Igreja Católica, em especial da

² O projeto de Anistia encaminhado pelo presidente Figueiredo, e que acabou sendo aprovado, em 28 de agosto de 1980, assegurava “que não haveria *revanchismos* – uma das principais preocupações das Forças Armadas –, pois o perdão não consentiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas” (grifo do autor) (SILVA, 2003, p. 270).

³ “Os estudantes foram, sem dúvida, um dos principais setores responsáveis pelo clima de efervescência política daquele período. Por essa razão foram duramente perseguidos e reprimidos durante o regime militar que se instaurou com o golpe de 1964. No dia seguinte ao golpe, a UNE foi extinta e sua sede incendiada. A entidade iniciava, naquele momento, um longo período de clandestinidade” (COSTA, Célia M L. Os estudantes e a política. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_estudantes_e_a_politica Acesso em: 26 Ago 2016.

⁴ Em 30 de março de 1965, a lei da meia-passagem passou a ser ignorada. Desarticulado e reprimido, o movimento estudantil muito pouco ou quase nada podia fazer enquanto no estado ditatorial no Brasil (FIALHO JR., 2007, p. 28).

Pastoral da Juventude (PJ), que retomaram a mobilização política independente dos quadros institucionais das universidades locais⁵.

O Movimento Estudantil Maranhense, apesar de se mobilizar em função da reestruturação da UNE não tinha participação muito ativa neste movimento. [...] Havia um distanciamento que fez com que o Movimento Estudantil no Maranhão, como em outros estados do Norte e Nordeste, [caminhasse] com a força da sua própria estrutura e o apoio da igreja, mas sem deixar a luta em prol da UNE em um segundo plano (FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 26).

Ilídio Lima Fialho Júnior oferece uma exemplificação da atuação da UNE:

A gente se organizava, se organizou para dar força à UNE, para que ela voltasse a existir, mas a interferência ideológica de formação aqui dentro do estado não. Existia alguma coisa de relação com a Diretoria da UNE para a região Norte/Nordeste, mas não tivemos grandes influências não. O movimento aqui era um movimento mais localizado realmente (VIÉGAS, 2004, p. 20 apud FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 26).

Segundo Fialho Júnior, somente a partir do ano de 1979 a UNE se tornou mais participativa nos Movimentos Estudantis de São Luís. Até esse ano a Igreja tomou atitudes para despertar do senso crítico e libertário dos jovens.

Esse posicionamento da Igreja Católica, como oposição da Ditadura Empresarial Militarregime de exceção iniciado em 1964, se deu após o seu rompimento com o poder quando foi instituído o AI-5⁶, em que os direitos humanos passaram a ser violados. Essa instituição se converteu no único centro de oposição institucional, desafiando o governo em matéria de direitos humanos e ao dar prioridade a sua “opção pelos pobres”⁷ (COSTA, 1994, p. 13).

Na Transição, a Igreja Católica emergiu como um dos principais interlocutores dos governos autoritários, ao lado da OAB e da ABI (COSTA, 1994, p. 13).

⁵ Em fins dos anos 1970, havia em São Luís duas universidades: Fundação Universidade do Maranhão FUM (hoje denominada Universidade Federal do Maranhão – UFMA) e a Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM (atual Universidade Estadual do Maranhão – UEMA) (BORGES, 1997, p. 48).

⁶ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, passou a autorizar o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em: 25 Ago. 2016.

⁷ Sobre a Teologia da Libertação ver ZANINI (2011).

Para Gramsci, a religião apresenta uma concepção de mundo baseada no senso comum, e que deveria sofrer a crítica para que a cultura, e conseqüentemente, a política, tenha grande alcance filosófico. Pelo descortinamento ideológico os homens e mulheres adquirem consciência dos conflitos (GRAMSCI, 1999, p. 56).

Para Borges, além da Igreja Católica, o que veio a interferir no movimento estudantil foi o grupo em torno do cearense Gilvan Rocha, que instruía nos caminhos do marxismo, diferenciando-se do grupo da Igreja (BORGES, 1997, p. 53), mas que não chegou a “ameaçar” a predominância católica. Por isso a autora lança a tese da articulação entre fé e política: “o empenho em vivenciar a dimensão política da fé religiosa foi uma poderosa força a animar o movimento estudantil em 1978 e 1979” (BORGES, 1997, p. 52).

Entretanto, Fialho Júnior apresenta outra perspectiva, que o movimento pela meia passagem teria esse papel na reorganização do movimento estudantil. Apresentando-se como uma causa de forte apelo mobilizador, já que a sua exigência vinha se arrastando de 1977 a 1979, quando ocorreu a greve da meia-passagem.

Houve várias tentativas de obter o benefício para os estudantes, como por exemplo, em 1978, quando

os estudantes universitários de São Luís voltaram a empreender a solicitação da meia passagem, desta vez buscando estender o benefício aos estudantes secundaristas. Esta solicitação foi feita por meio do Diretório Central dos Estudantes – DCE –, ao qual foi entregue um documento abaixo-assinado por 35.000 (sic) pessoas. Este documento foi levado pelo DCE ao prefeito Lerenó Nunes, reivindicando o direito já consolidado em todos os outros estados. Mais uma vez a solicitação foi ignorada (FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 28-29).

As ações do movimento estudantil incluíram como estratégias a aglomeração de pessoas, ou de luta de massas, nos espaços públicos, em especial na Praça Deodoro e imediações. Realizaram uma assembleia geral com a presença de 1500 participantes. Depois um ato público com 15 mil pessoas (BORGES, 1997, p. 56-57).

Mas o que predominou foi a espontaneidade, que contou com a adesão dos estudantes das duas universidades da cidade, posteriormente somando-se os secundaristas e até mesmo não-estudantes na deflagração da greve dos estudantes e na sua presença maciça nas ruas do centro da cidade. A atuação foi unificada e por isso conseguiu fazer frente ao governo de maneira considerável.

Viégas, citado por Fialho Júnior, comenta o período histórico em que se deflagrou a greve:

Este tipo de incursão fomentada desde o final do ano de 1977, veio descambar num conjunto de manifestações públicas (o dia 17 de setembro de 1979 é considerado o seu grande ápice). Foi a consequência do amadurecimento de muitos movimentos, entidades e organizações, a síntese de bandeiras de luta, o destilamento do modo de atuação, o arrefecimento da repressão através do processo gradual de reabertura política (21 de maio de 1979 é a data do fim do famigerado Decreto-Lei nº477/69, que estrangulou o ME [movimento estudantil] em diversas partes do país), da criação de novos movimentos (no ritmo de abertura, o Congresso pela Anistia, no dia 02 de novembro cria o Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA) (VIÉGAS, 2004, p. 51 apud FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 32).

As explicações para a greve da meia-passagem variaram entre

a crise econômica que, após o “milagre”, aumentava a pobreza no país inteiro; as influências dos movimentos de contestação ao regime, que precipitavam e/ou radicalizavam a abertura política, nas regiões do Centro Sul e que, em maior ou menor intensidade, repercutiam no restante do país; a capacidade mobilizadora do movimento estudantil de São Luís, associada à estratégia de lutas de massas, que ganhava força em diversos movimentos pelo país; ou até, como especulava o governador João Castelo, uma “ação do comunismo internacional, infiltrado entre os pacatos estudantes de São Luís (BORGES, 1997, p. 61).

Para Fialho Júnior, os principais motivos da ocorrência da greve de 1979 pela meia passagem foram as reivindicações do povo ignoradas pelo poder (as tentativas fracassadas de obtenção da meia-passagem pela via “pacífica”), aumento das tarifas do transporte público e a repressão política aos movimentos sociais (FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 29).

Borges faz a ressalva que as justificativas econômicas não são suficientes para explicar a mobilização de um grande contingente da população. “A questão particular do mal-estar ou bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus” (GRAMSCI, 1999, p.45). Não se pode negar que as crises econômicas criem um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, mas ela sozinha não explica a iniciativa de vontade para empreender uma campanha de agitação política (GRAMSCI, 1999, p.44-45).

Infelizmente as obras aqui analisadas para expor a ação coletiva do movimento estudantil não apresentaram um aprofundamento na experiência dos participantes para desnudar a constituição da vontade coletiva em torno da luta pela meia-passagem.

Após a vitória dos estudantes na greve da meia-passagem, o movimento estudantil passou por uma intensa atividade política e não se limitou às suas demandas, mas participaram de outras lutas sociais:

pela liberação da Praça Deodoro para eventos do tipo comemoração do dia dos estudantes, o dia nacional de luta contra a carestia, organizado pelo Movimento Contra a Carestia em 27/08/80 e, no dia seguinte, o 1º Comício de Lula no Maranhão; a luta dos moradores do bairro Sá Viana contra a UFMA pela posse dos terrenos, que resultou na derrubada das casas, cujos moradores foram abrigados pelo DCE em sua sala, na própria UFMA; a luta dos estudantes pela carteira ou farda como critério para o direito à meia passagem, que resultou em ocupação da Câmara dos Vereadores e em brutal violência policial em 1981; os atos públicos de protesto, dentre outras (BORGES, 1997, p. 68).

A Igreja Católica, que inicialmente esteve envolvida diretamente na articulação dos estudantes, passou a perder espaço para os partidos políticos, resultando numa radicalização do debate político-ideológico nas universidades (BORGES, 1997, p. 67).

A política estava na pauta do dia da sociedade civil, que percebia uma importância na sua participação, tornando as ruas e praça da cidade em espaços políticos.

Movimento Feminista: “o pessoal é político”

Desde os anos 1960 existiam em São Luís grupos de mulheres, articulados principalmente com as associações de bairro, com as paróquias da Igreja Católica ou com instituições públicas, e que se mobilizaram para a supressão de problemas, geralmente relacionados aos serviços urbanos e às políticas públicas (ROCHA, 2003, p. 82).

No ano de 1980 surgiu o primeiro movimento feminista no Maranhão, Grupo de Mulheres da Ilha, abrindo caminho para a consolidação das discussões sobre a condição feminina no estado e, se posicionando contra a ditadura empresarial militar.

De acordo com Lourdes Rocha, a emergência desses grupos está relacionada com

o processo iniciado na segunda metade de 70, na luta pela redemocratização do Estado brasileiro e da reorganização e fortalecimento da sociedade civil, e, ao mesmo tempo, sob a influência das mudanças evidenciadas no movimento feminista europeu e norte-americano⁸ com repercussão no Brasil, quando no início dos anos 70 (ROCHA, 2003, p. 82).

⁸ A segunda onda do feminismo começou na década de 1960 nos [Estados Unidos](#), espalhando-se pelo [mundo ocidental](#). No Brasil, chegou nos anos 1970. O debate feminista apresentou uma ampla gama de

Ao longo da década de 1980 se formaram outros grupos: Grupo de Mulheres Comitê Oito de Março (1983), União de Mulheres do Sacavém (1984), SOS Violência, depois transformado no grupo Viva Maria (1985), Espaço Mulher (1985), Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (1985) (ROCHA, 2003, p. 85; ARAÚJO, 2007, p. 63).

Em São Luís, a realização de um curso de oferecido pelo Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, ministrado por Mariza Correa, professora do Departamento de Antropologia da Unicamp, bem como o curso de outra professora, Lucila Scavone, estão intimamente ligados à criação do grupo pioneiro, que teria surgindo motivado pelas questões que foram discutidas nesses cursos (ARAÚJO, 2007, p. 62).

Disso, Araújo e Rocha inferiram, e também ficou evidente a partir das entrevistas que realizaram, que a formação dos grupos era constituída, originariamente, por universitárias, participantes dos referidos cursos e que já pesquisavam ou passaram a pesquisar as questões femininas (ARAÚJO, 2007, p.62).

As reflexões das reuniões dos grupos estavam voltadas para a crítica ao machismo, discutindo a condição feminina a partir das desigualdades no mundo doméstico, do trabalho, e em outras dimensões da vida. Além de colocar a pauta da questão da violência, do direito sobre seu corpo, e também da saúde da mulher.

O movimento feminista passa a colocar como bandeira das lutas sociais questões até então entendidas como questões pessoais, secundárias ou consequência apenas das contradições de classe. Fala-se de diferenças, de poder nas microrrelações, da afetividade e da sexualidade. Reivindica-se para as mulheres o protagonismo na história da qual foram secularmente alijadas. Nas faixas das passeatas e atos públicos, a grande descoberta: “o pessoal é político”, portanto, é preciso alargar a noção de política e mudar o jeito de fazê-la (ROCHA, 2003, p. 86).

A politização do doméstico significava o rompimento com os problemas considerados “coisa de mulher”.

Os grupos que se constituíram em São Luís tinham uma composição social de classe média. Mulheres universitárias e profissionais liberais, geralmente das áreas das ciências sociais, humanas e da saúde, voltadas para às questões da mulher. Isso significa que não se tratava de movimentos populares.

questões: [sexualidade](#), [família](#), mercado de trabalho, direitos reprodutivos, desigualdades reais e desigualdades legais.

Ao longo dos anos 1980, organizaram-se outros grupos, indicando divergências sobre o protagonismo da questão da mulher. Rocha identificou duas posições diferentes nos grupos de São Luís: uma socialista, e a outra marxista dogmática.

Na primeira, as militantes mesmo participando de outros grupos políticos, como partidos de oposição, movimento estudantil, entidades progressistas e sindicatos, não abriam mão das chamadas “questões específicas” às mulheres, que era o caso do Grupo de Mulheres da Ilha. Enquanto o Grupo de Mulheres Oito de Março e a União de Mulheres, militantes, respectivamente, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), consideraram que não deveriam haver questões específicas das mulheres. Tendo como objetivo somente o incentivo a mobilização e organização das mulheres (ROCHA, 2003, p. 87-88).

Além dessa diferenciação, as militantes também formaram novos grupos com a justificativa da não identificação com o grupo, relacionada principalmente à questão étnico-racial. Tanto Araújo como Rocha expõem essa divergência que ilustra a inserção do movimento feminista no mundo concreto perpassado pelo recorte de classe, e no caso brasileiro, pelo recorte étnico-racial.

A designação no singular para o movimento feminista não tem a pretensão de negar a diversidade sociocultural das suas participantes. A multiplicidade dos seus sujeitos confronta as teorias sobre gênero com a história, passando da abstração para a concretude do cotidiano das mulheres e suas diversas inserções sociais.

Entretanto, a vivência contraditória que gerou divisões de acordo com diferentes inserções sociais não impediu a realização de ações conjuntas, principalmente, nas comemorações do dia internacional da mulher, em 8 de março. Segundo Araújo, essa data se constituiu em momentos-chave para a articulação de protestos públicos contra a discriminação de gênero, ilustrando a solidariedade em torno da condição feminina (ARAÚJO, 2007, p. 69).

Apesar da ligação acadêmica, as militantes feministas se articularam com as mulheres dos bairros populares. Tanto autonomamente quanto por intermédio da Igreja Católica, que tinha setores ligados às comunidades em um período caracterizado pelo conflito em torno de problemas de infraestrutura e de moradia.

Essa aproximação com as classes populares não foi pacífica.

Eram comuns as interferências dos grupos políticos de esquerda que criticavam a posição do grupo em discutir questões específicas quando o país passava por um momento de grandes transformações para todos. Outro fator para o fim dessa articulação diz respeito ao

preconceito por parte dos companheiros das mulheres, por não verem com bons os discussões sobre prazer, o corpo e a sexualidade (ARAÚJO, 2007, p.72).

Havia uma polêmica na década de 1980 diretamente relacionada à questão da saúde da mulher.

Para o feminismo em geral, o Estado não deveria vincular o acesso aos serviços de planejamento familiar às suas políticas de controle demográfico, devendo garantir liberdade de decisão para o casal e prover recursos educacionais e científicos para o exercício desse planejamento por parte da sociedade (ARAÚJO, 2007, p. 65).

O Grupo de Mulheres da Ilha criticou incisivamente a política de planejamento familiar focada estritamente na mulher e de uma concepção de saúde resumida ao aspecto da fertilidade. As militantes chegaram a denunciar a distribuição de anticoncepcionais feita de forma inadequada para mulheres da periferia de São Luís (ARAÚJO, 2007, p. 66). Chegaram a se envolver na implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) do Ministério da Saúde.

Apesar dessa vitória, o programa foi implantado somente por dois anos. Fato lamentado pelas militantes, já estava previsto ações educativas e preventivas, contemplando todas as fases da vida da mulher, e considerando a sua inserção social além dos aspectos biológicos (ARAÚJO, 2007, p. 65-66).

A criação da Delegacia Especial da Mulher foi outro foco de ação das militantes feministas maranhenses, que empreenderam articulações políticas, pesquisas, reuniões, diálogos, no intuito de conseguir a efetivação de políticas públicas que considerem a condição de desigualdade em que estão submetidas pessoas na condição feminina.

Para isso, formou-se uma ação conjunta de mulheres de várias organizações – SOS Violência, Comitê Oito de Março, Grupo de Mulheres da Ilha, Fórum de Debates e Grupo de Mulheres Negras do Centro de Cultura Negra – que se manifestavam críticas ao poder crítico ao poder público pela demora em efetivar a Delegacia da Mulher, que só foi se realizar no ano de 1987, dois anos após a criação no estado de São Paulo.

A implantação dessas políticas públicas não representava o paraíso, e o fim da luta feminista, mas, evidentemente, representou conquistas inéditas, reconhecidas pelo Estado Restrito.

Considerações finais: uma sociedade articulada

A exposição dos principais movimentos sociais maranhense indica que a sociedade civil estava articulada. A constituição de *Frentes* de atuação política, em que coadunavam entidades, movimentos ou lideranças políticas, que se envolviam nas causas um do outro significava menos vulnerabilidade, mais visibilidade e ampliação do poder de barganha porque agregava mais pessoas, representa bem o grau de organização dos sujeitos coletivos. Mesmo que a diversidade de interesses dificultasse a definição de ações concretas e o alcance dos objetivos (BORGES, 1997, p. 47), a interação entre os atores sociais levou à interpretação de que os grupos não hegemônicos organizados em suas respectivas bandeiras possuíam uma luta em comum, contra a exclusão e a opressão de uma forma geral. Mas apesar de proferirem um discurso uníssono, calcado na reivindicação de direitos e na transformação social, era evidente a heterogeneidade das manifestações e bandeiras de luta.

Os resultados da ação dos movimentos sociais foram variados, criando espaços de institucionalização ou mesmo mantendo a crítica constante como ponto de solidez do coletivo. Alguns apresentaram uma noção de participação política excepcional, relegada a momentos específicos. Muitos movimentos e entidades não duraram muito tempo. Infelizmente, a consolidação do espaço de debate de muitos grupos esteve condicionada a exigências pontuais, e não foi comum o prolongamento das atividades políticas para além da luta pela volta da democracia, consolidada com a Constituição de 1988.

A emergência de novos sujeitos políticos envolveu a articulação dos movimentos sociais com outras formas de organização, como os setores progressistas da Igreja Católica e setores da esquerda. E essa relação foi significativa para politizá-los, chegando a produzir uma linguagem de identificação, que por fim, constituiu o “nós” – o sujeito coletivo (ROCHA, 1998, p. 13).

Considero que a articulação de movimentos sociais com outras entidades não seja suficiente para menosprezar o cenário de agitações políticas porque não corresponderiam a ações populares autônomas, e até mesmo espontâneas. Analiso as articulações dentre organizações e movimentos como representativas de uma sociedade civil engajada na construção de um outro padrão para a política. “Os movimentos lutavam para ter direito a ter direitos e não eram autocentrados, no sentido de estarem voltados apenas para suas próprias questões” (PEREIRA, 2015b, p.19).

O mapeamento dos movimentos sociais no Maranhão tem uma grande validade diante do comportamento apolítico e da passividade tradicionais das grandes massas populares no país. A tentativa que esses movimentos empreenderam direciona para uma

compreensão da questão democrática além da concepção liberal, mesmo que as bandeiras de luta não se configurassem em propostas de ruptura do sistema. Porque mesmo limitadas, indicavam algum grau de amadurecimento político.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ana Lígia Alves de. **Mulheres em luta**: memória e história na São Luís dos anos 80. 2007. 103 f. Monografia (História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. 1997. 296f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas.

COSTA, Célia Maria Leite. **Os estudantes e a política**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_estudantes_e_a_politica> Acesso em: 26 Ago. 2016.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja**: a atuação da CPT no Maranhão 1976/1981. 1994. 70f. Monografia de conclusão do curso de História – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

DIAS, Roseane Gomes. **Direitos humanos no Maranhão**: concepções, agentes e institucionalização. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

FIALHO JUNIOR, Ilídio Lima. **“Neste luto começa a luta”**: Uma análise historiográfica da Greve Estudantil de 1979 em São Luís do Maranhão. 2007. 50f. Monografia (História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Maquiavel notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999, p. 13-109.

Herança Maldita: José Sarney e a reinvenção do latifúndio. Disponível em: <<http://www.maranhaodagente.com.br/heranca-maldita-jose-sarney-e-reinvencao-latifundio/>> Acesso em: 29 Ago. 2016.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta**: um estudo da luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré - Maranhão. São Luís, UFMA/Secretaria Educação Ma., 1984.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Luta por direitos**: movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980. 2015a. 209f. Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA. João Pessoa.

_____. Luta por moradia e condicionantes necessários: história, agentes e organização popular ludovicense entre as décadas de 1970 e 1980. In: BARROS, Antonio E. A. et al. **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma; Jundiaí: Paco Editorial, 2015b, p. 353-380.

ROCHA, Lourdes de M. L. Nunes. Movimentos Sociais em São Luís: revisitando a década de 80. In: LIMA, Terezinha Moreira (org.). **Caderno de Exercícios 2**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1998, p. 9-24.

_____. Abrindo os olhos e botando a boca no mundo: a emergência do movimento feminista em São Luís-MA, na década de 80. In: COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha Moreira. **Políticas Públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003, p. 81- 107.

ZANINI, Camila Follegati; BACCEGA, Marcus; ZAPPIA, Rafael Balan. A teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres na América Latina. **História e Perspectivas**, Uberlândia (44), jan.jun. 2011, p. 61-104.

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO NA OBRA DOCTRINA PARA CRIANÇAS DE RAMON LLULL

Natasha Nickolly Alhadeff Sampaio Mateus (PPGHEN/UEMA) ¹

Resumo: A educação é para Ramon Llull, percebida como uma auxiliadora na constituição moral do sujeito. Em sua obra “Doutrina para Crianças”, o filósofo expõe uma proposta de modelos educativos. Religiosidade e educação como marco na construção das relações humanas. A Doutrina foi escrita por volta de 1274, é considerado como um dos primeiros manuais pedagógicos que visava apresentar as normas importantes de condutas. Apresenta os principais elementos para uma boa educação destinada à educação de seu filho Domingos. Desse modo, tendo como referência central o escrito Luliano, o presente trabalho tem como objetivo analisar como Llull compreendia a educação e religião, na formação do indivíduo moralmente, o valor pedagógico religioso, devido a forte carga da religião que fazia parte da interpretação da época. O comportamento terreno era inquestionável para conseguir a vida eterna. Diante disso, a relação entre educação e religiosidade, na idade média, encontrou terreno fértil, visto que educação foi influenciada por aquele meio.

Palavras-Chave: Ramon Llull. Educação. Religiosidade

Introdução

Durante o período medieval, devemos considerar diversas modalidades de educação. Primeiramente é essencial não esquecermos que religião e educação no medievo não se separavam, estavam ligadas uma na outra. Seria impossível compreendermos a educação medieval, sem levarmos em consideração o forte pensamento religioso da época. Para o homem medieval, o referencial de todas as coisas era o sagrado, a “manifestação do sagrado” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 30), e as bases fundamentadas nos ideais cristãos. Era a mistura do visível com o invisível, do material com o imaterial. Durante a Idade Média perdurou o ideal clássico quanto a formação da personalidade, ou seja, o propósito de se plasmar o cristão perfeito, na aquisição das virtudes.

Doutrina para Crianças está dividida em cem capítulos, divididos em onze partes. Cada uma tratando dos assuntos relacionados a uma educação cristã que são:

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação História, Ensino e Narrativas (PPGHEN) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista FAPEMA. Membro do grupo de Pesquisa Mnemosyne coordenado pela Prof^a. Dr^a Adriana Maria de Sousa Zierer.

Dos Treze Artigos, Dos Dez Mandamentos, Dos Sete Sacramentos da Santa Igreja, Dos Sete Dons que o Espírito Santo dá, Das oito Bem- Aventuranças, Dos Sete Gozos de nossa Senhora, Das sete Virtudes que são os Caminhos da Salvação, Dos Sete Pecados Mortais pelos quais o Homem vai a Danação Perdurável, Das três leis, Das Sete Artes.

Para Llull o homem deve ensinar seu filho a amar e servir seu “glorioso Deus”. “É conveniente que o homem mostre a seu filho a forma de cogitar a Glória do Paraíso e as penas infernais [...], pois através de tais meditações, a criança se acostumará a amar e temer a Deus, conforme os bons ensinamentos” (LÚLIO, 2010, p. 03).

Precisamos compreender como funcionava a Educação. Será se a criança possuía algum valor? Que valores eram importantes? “A obra Doutrina foi uma das primeiras obras pedagógicas na Idade Média em língua vulgar e um dos primeiros livros escritos para crianças” (ZIERER, 2013, p. 327). Visava à educação infantil, visto que nessa época a educação estava fortemente ligada à religião. Na Idade Média a religião era, com efeito, a mola propulsora de toda a atividade pedagógica; o estudo e a investigação não tinham finalidade em si mesmos, mas endereçavam à busca da perfeição cristã; enfim, o elemento religioso ocupava a posição central na vida interior da Idade Média cristã.

Dessa forma Le Goff afirma que “[...] em nenhum outro tempo histórico houve um „ modelo humano” tão bem definido como na Idade Média. Para ele, este modelo era o homem cristão, logo, era natural que a educação empreendida tivesse como intuito a formação de um homem pautado na fé cristã e seguidor dos preceitos da Igreja Católica” (LE GOFF apud COSTA, 2007, p. 13). Esse é um diferencial da Idade Média para atualidade que tem o ensino separado das questões religiosas,

Na Idade Média a religião era, com efeito, a mola propulsora de toda a atividade pedagógica; o estudo e a investigação não tinham finalidades em si mesmas, mas endereçavam a busca da perfeição cristã; enfim, como diz Willmann, o elemento religioso ocupava a posição central da vida interior da Idade média (BASCHET, 2002, p. 143)

Os ensinamentos deveriam estar pautados na fé Cristã. Dessa forma reconhecemos a importância da obra Doutrina para Crianças, escrita no século XIII, por um pai preocupado com a boa educação do seu filho para que o mesmo entendesse os ensinamentos cristãos, já que a salvação da alma era o objetivo central do homem

Medieval, assim outros pais mostrariam a suas crianças também o caminho que elas deviriam seguir para se tornarem cristãs. A importância dada a criança irá crescer, no entanto, a partir do século XIII. A princípio, e como sempre acontece na Idade Média, um sentimento poderoso vai buscar seu fundamento e sua legitimação na religião.

O cristianismo contribui para a valorização da criança, mostrando que o reino dos céus seria alcançado somente por quem fosse semelhantes a elas (crianças). Reconhecendo essa importância Ramon adverte seu filho que a vida é muito passageira, e tudo o que ele fizesse aqui seria determinante para alcançar o Paraíso (LLULL, 2010, p. 40).

Para conduzir o homem à salvação eterna foi construído durante a Idade Média um projeto pedagógico pautado na moral cristã, que regularizaria a vida humana e levaria assim o indivíduo a desfrutar das condições perpétuas de salvação. A detentora do ato humano na Idade Média era a Igreja, a educadora do povo desde o fim da Antiguidade, que buscava aliar a educação científica à moral e principalmente à educação da alma. Era a Igreja a representante de Deus na terra, e a ela cabia à elaboração das regras que levariam o homem ao Paraíso ou ao Inferno após a morte (GOMES, 2007, p. 35.).

Uma forma de organização social também, esse projeto levaria cada indivíduo a ter uma forma de comportamento adequado aos ensinamentos que a Igreja divulgava. Não podemos questionar a verdadeira intenção de Ramon Llull, mas sabemos que ele teve um pensamento inovador, valorizando a educação infantil deixando para seu filho princípios que deveria seguir. Voltado para uma moral cristã, Llull com uma sensibilidade de um pai ensina o seu filho.

O amor que é uma forma muito profunda e especial de afeto, difícil de ser descrito, difícil de ser registrado a não ser nas emoções daqueles que o compartilham. Por isso, a História registra sempre o que se veste, onde se vive o que se come, mas dificilmente narra como se ama, especialmente a intensidade e a forma do amor. Os tipos de textos consultados pelos historiadores - as Crônicas, por exemplo - estão mais atentos aos acontecimentos importantes, aos personagens e à política. Assim, ofereceram pouco espaço para o mundo infantil, deixando muitas perguntas que não puderam ser respondidas satisfatoriamente. Por exemplo: como pais e filhos exprimiam seus carinhos, suas incompreensões? De que forma as crianças apreenderam o mundo existente? Como reagiram à escola e aos estudos? (COSTA, 2002, p. 2).

Ramon Llull tenta transmitir ao seu filho, e para outros pais, valorizando a criança, e cuidados primordiais com a educação, sobretudo, uma educação cristã, que tinha como principal objetivo a salvação. Isso mostra que como um pai teve amor, cuidados e carinho para com seu filho, como em qualquer outro tempo histórico.

Não podemos negar a existência de um sentimento “forte” paterno, apresentado por Ramon Llull ao seu filho Domingos, e o historiador Ricardo da Costa classifica como “um ato de amor puro”, ou seja, o amor esteve presente em todos os períodos da humanidade, sendo expressado de formas distintas. A obra *Doutrina para Criança* vem mostrar a preocupação de um pai para seu filho, confirmando a preocupação também com as crianças para terem um bom ensinamento e aprenderem a mensagem da fé cristã, conduzindo assim a criança ao caminho da salvação.

O filósofo como um defensor da fé cristã entendia que a criança precisa ser ensinada. O cristianismo trouxe uma revolução pedagógica em se tratando da educação, incentivando a valorizar a criança como ser humano e também ensinando desde a infância a ter uma orientação cristã. Jesus consagrou às crianças e o exemplo que deixou para os educadores cristãos foi o de ensinar a criança a mais cedo possível.

A Bíblia declara “[...] ensina a criança no caminho que deve andar e quando estiver mais velha não se desviara dele” (Pr. 22,6) Ensinar nessa fase era mais fácil. Desde a Antiguidade Platão afirmou que “É mais fácil educá-la na infância, uma vez que adquirem para sempre o caráter que se deseja imprimir” (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

Segundo a Bíblia é na infância que deveria logo iniciar o processo de ensinamentos cristãos, para que a criança fosse educada, compreendendo que a vida era reflexo da vontade divina, e o comportamento aqui embaixo seria determinante para a salvação da alma. Na obra *Doutrina para Crianças* isso vai estar bastante claro, já que se trata de um manual pedagógico, que ensinaria a criança a manter uma vida pura para assim poder alcançar a salvação. Llull está preocupado em mostrar que a religião e educação caminham juntas, porém o conhecimento de Deus é mais importante, pois é ele que dará a vida eterna.

Para Llull „ciência é saber o que existe“. Segundo o filósofo existem dois tipos de ciência: uma adquirida e a que é dada pelo Espírito Santo. Paulo, baseado em Isaías, recorda que será tirada a sabedoria dos sábios, pois para Deus a sabedoria deste mundo é loucura. Llull afirma que a ciência dada pelo Espírito Santo é „maior e mais nobre que aquela que o homem aprendeu nas escolas de seus mestres“, pois a ciência infundida dá consciência aos pecadores e ilumina os olhos dos homens que estão em erro. O

conhecimento de Deus é dado ao homem para que este O ame mais que todas as coisas e assim seja conduzido á salvação. Assim segundo o filósofo, o homem que tem mais conhecimento de Deus e age condizentemente a este terá maior glória. (GOMES, 2007, p. 30)

De acordo com Llull os homens devem aprender a Amar a Deus usando sua mente racional, para atingirem a glória que não terá fim. Era buscando a sabedoria e aproximação com o criador que o homem poderia consolidar uma boa educação voltada para salvação da alma “A educação é acostumar o outro ao hábito mais próprio á obra natural. Pois assim como a natureza segue seu corpo e não se desvia de sua obra, as crianças, no princípio, se acostumam à boa educação ou má” (LLULL, 2012, p. 78). É dessa forma que queremos destacar uma grande contribuição também importante foi de Santo Anselmo que por volta do século XII fala sobre sua percepção sobre a educação,

[...] a melhor educação é aquela que é inculcada na pessoa desde a infância, pois é capaz de moldar a criança para a vida em sociedade. Em uma das cartas escritas por seu discípulo Eadmero, verifica-se este propósito do mestre Anselmo. Nela ele comparou o estado da cera com o do espírito da pessoa. Observou o mestre que, quando a cera está muito mole, é impossível moldar qualquer forma nela; o mesmo ocorre com a criança. Quando é recém-nascida ainda não está preparada para aprender. Quando a cera está dura, nenhum artesão consegue modificar seu espírito porque já está moldado de uma dada maneira. Daí a necessidade de principiar a educação das crianças assim que elas alcançam certa idade/ forma, agindo do mesmo que artífice ao moldar a cera (OLIVEIRA, 2010, p.25)

2.2- As sete Artes Liberais e outras Ciências na obra Doutrina para Crianças

O maiorquino dedica um capítulo para tratar a respeito das setes artes liberais, das mecânicas, e outras ciências. Ele reconhecia a importância que ambas tinham para uma melhor compreensão do mundo, sobretudo de Deus “O conhecimento de Deus é dado ao homem para que este O ame mais que todas as coisas e assim seja conduzido à salvação”.

Assim, o homem que tem mais conhecimento de Deus e age condizentemente e este terá maior glória” (GOMES, 2007, p. 30). O projeto pedagógico luliano tinha como objetivo levar o homem a está cada vez mais perto do criador, para que o homem aprendesse a amar e conhecer a Deus. Dessa forma Baschet afirma que:

Santo Agostinho legou aos educadores medievais os princípios pelos quais eles se pautassem quanto à orientação dos estudos: deveriam dedicar-se ao aprendizado das artes liberais e mecânica, e a filosofia a fim de aproveitarem ainda mais no Estudo das Sagradas Escritura que ensina o que é preciso saber e praticar para alcançar a vida eterna e feliz (BASCHET, 2002, p. 88,).

Como já falamos antes, a educação estava ligada à religião, aprender significaria utilizar tudo para uma elevação espiritual segundo a visão de Ramon Llull, assim na obra fica bastante nítida essa preocupação “[...] em uma ética moral religiosa, onde a busca pelo conhecimento passa por sucessivos degraus. Em suma educar é o ato de elevação espiritual”. (COSTA, 2008, p. 07).

A utilização das artes liberais significaria, como Santo Agostinho declarou, uma orientação para cada indivíduo. Ramon Llull adota esses saberes ensinando seu filho também utilizar os mesmos, pois o modelo ideal de educação para o maiorquino, era compreender o material, ou seja, o que estava a volta do ser humano, para dessa forma conhecer Deus em ciência. As artes liberais proveriam de fato a libertação humana do mundo terreno.

Llull afirma ao seu filho que o uso da *gramática* seria importante para que ele aprendesse a escrever retamente e também passasse a conhecer outras ciências. “[...] primeiramente convém que passes por esta arte da Gramática, pois ela é o portal pelo qual se passa para saber as outras ciências” (LLULL, 2010, p 58). Diz para seu filho, inclusive, traduzir toda a obra Doutrina para Crianças para o Latim, assim ele enriqueceria seu vocabulário.

A Lógica seria a ciência que exalta o entendimento humano demonstrando as coisas falsas e verdadeiras, ou seja, o entendimento seria o responsável para mostrar ao homem reconhecer tanto o bem como o mal, e alcançar a verdade de Deus,

Amável filho através da lógica saberás conhecer os gêneros, as espécies, as diferenças, as propriedades e os acidentes, chamados de os 5 universais. Através deste conhecimento, saberás descer das coisas gerais para as especiais, e saberás elevar teu entendimento. Através da lógica saberás sustentar, e concluir o que disseres, e pela lógica defender-te-as para que não possam te enganar com palavras sofisticadas, e serás mais sutil em todas as outras ciências (LLULL,2010, p 59).

A retórica era importante para que aprendesse a falar bem, sobretudo, nos discursos sendo agradáveis aos ouvintes. A retórica mostra como o homem deve falar, qual deve dizer no fim e quais no meio, “Convém que tuas palavras concordem com todas essas ditas, para que sejam agradáveis às gentes e a Deus”. (LLULL, 2010, p. 59).

Para Llull “O caráter interdisciplinar é exposto, os saberes têm dependências entre si, e um serviria de auxílio para compreensão da outra, o trivium representa para o filósofo uma unidade” (GOMES, 2007, p. 31). Essas três primeiras artes são consideradas, como sendo de extrema importância para que os cristãos estejam preparados tanto para si quanto para alcançar o público de infiéis, eram as três disciplinas básicas.

As *Quadrivium* também fazia parte das artes liberais que eram a Aritmética que seria o ato de multiplicar somas em somas e dividir uma soma em muitas, assim o homem poderia melhor reter o número na memória.

Geometria é a doutrina de formas imóveis, que serviria para analisar as dimensões da terra, do que tinha sido feito pelo Criador. “Através dessa arte, o homem tem conhecimento da altura da torre, da distância e dos altos montes, e através das medidas que o pensamento humano pode multiplicar imaginariamente, se tem conhecimento da grandeza de Deus, que é maior que todo o mundo”. (LLULL, 2010, p.59)

A *Astronomia* ciência demonstrativa, que levaria a aproximação de Deus, seria mapeamento do céu através dos Astros, “[...] é a ciência demonstrativa pela qual se tem conhecimento que os corpos celestiais têm senhoria e operam sobre os corpos terrenos. Isso acontece para demonstrar que a virtude que existe nos corpos celestiais vem de Deus, Soberano dos céus e de tudo quanto existe”. (LLULL, 2010, p. 60)

A *Música* seria uma arte de cantar de forma bela e correta, para que o homem louvasse a Deus, longe das vaidades humanas.

A Música é arte pela qual temos doutrina para cantar e soar instrumentos corretamente, rápido e lentamente, elevando, baixando e igualando os tempos breves e as vozes, de tal maneira que diversas vozes e sons sejam concordantes. Assim, filho, essa arte foi descoberta para que, cantando com instrumentos, o homem seja louvador de Deus. **Os clérigos possuem essa arte pois cantam na igreja para louvarem a Deus** (LLULL, 2010, p. 59, grifo nosso).

Os clérigos deveriam, segundo, Llull, mostrar ao homem uma boa educação e bons costumes, para que os homens pudessem receber a graça de Deus. Os clérigos foram estabelecidos em paróquias e em lugares para *cantarem missas*. “Filho é feita tão grande honra ao clérigo, para significar que a honra a Deus é feita, pois neste mundo nenhum homem é tão honrado quanto os clérigos”.

A través de las artes y oficios de los maestros, Llull ve y percibe sensualmente las intelectualidades, es decir, basta que los hombres que deseen enamorarse de Dios y derramar muchas lágrimas miren los oficios mecánicos, pues todas estas artes representan la pasión de Jesucristo⁵⁶; basta que nosotros miremos todo com ojos amorosos y contemplativos: todo representa a Dios, Dios se encuentra en todo, en todas partes(COSTA, 2006, p. 138).

Segundo Ramon Llull, os estudos das Sete Artes liberais eram pertinentes, pois abria a mente humana para entender as outras ciências: A Teologia, a Medicina, a Ciência do Direito. Assim instruía seu filho a estudar todas a ciências e aprender outras línguas.

A *Ciência da Teologia*, segundo o filósofo era a ciência de falar de Deus. Disse ao seu filho: “Saibas que essa ciência da teologia é mais nobre que todas as outras. E como essa ciência é mais conservada e amada pelos homens religiosos, por isso eles são tão honrados”. (LLULL, 2010, p. 60). Essa ciência serviria para o homem conhecer a Deus, e fugir dos “infinitos trabalhos”. Os clérigos deveriam aprender Teologia para mostrar aos homens como se guardar dos pecados. Llull continua afirmando que era importante o uso da filosofia,

Fé e Razão convém na sentença da Teologia para que, se a fé cair, o homem se ajude com razões necessárias, e se a razão cair no entendimento humano, que o homem se ajude com fé, crendo nas coisas de Deus que o entendimento não pode entender. Filho, Aristóteles, Platão e os outros filósofos que, sem fé, desejaram ter o conhecimento de Deus não puderam elevar seu entendimento tão alto para que pudessem ter, declaradamente, conhecimento de Deus, Eles não desejavam crer nem ter fé naquelas coisas pelas quais o entendimento humano, através da luz da fé, se exalta para entender Deus (LLULL, 2010, p.60).

Quanto a *Ciência do Direito* ensina ao filho que “o Direito está dividido em duas partes: Direito canônico e Direito Civil. Por isso, o Direito canônico é Direito divino e Direito civil é direito terreno, do costume, e pertence ao uso dos príncipes para que

mantenham a justiça. Mas afirmava que tanto o canônico como o civil, tinham falhas, e muitos usavam para mal. Advertiu ao filho se quisesse aprender o Direito que fosse utilizado para o bem,

Filho se desejas aprender o Direito para cometeres erro, desejas saber o Direito porque amas o erro; e aprendes o Direito civil com o patrimônio da Santa Igreja, cometes erro ao Direito canônico. Mas se tu aprendes o Direito para manteres os pobres que não têm o que dar aos advogados, serás maravilhosamente agradável as gentes e a Deus (LLULL, 2010, p. 65).

Para Ramon Llull o Direito Civil e Canônico estavam diretamente ligados um ao outro, e caso alguém quisesse aprender, deveria ser usado para ajudar os pobres, os humildes, aqueles que necessitavam da justiça espiritual e justiça terrena, pois existia uma inconveniência entre a teoria e a prática, assim uma coisa seria o Direito na teoria, e seu contrário é o direito na prática.

Ciência da Medicina “é a ciência que une o que é natural para conservar a natureza e retorná-la aquilo no qual estava frequentemente no corpo animado. Assim, filho, essa ciência possui três princípios: o primeiro é natural, o segundo inatural e o terceiro contra a natureza.” Ensina o filho como importante é comer e beber moderadamente, e ter cuidados com a saúde, ressaltando aspectos como dormir, acordar.

Filho Comer e beber muito faz com que o homem encha as tripas do intestino, fortificando a operação natural que parece minguando o calor natural fortificando por se estar muito cheio. Dormir muito destrói o espírito e o priva do calor natural, que convém por trabalho e por movimento, trabalhar muito destroem o calor natural (LLULL, 2010, p. 65) .

Diante disso podemos notar que o maiorquino desejava dar uma educação para seu filho envolvendo vários aspectos da vida espiritual e terrena, queria que seu filho aprendesse as Artes liberais e mecânicas, as ciências, que usasse a razão, cuidasse do corpo, da alma, e se preocupasse também com a salvação da alma, como veremos no próximo capítulo, essa questão dos vícios *versus* virtudes, será um dos grandes marcos para o homem cristão, e a glotonaria, fazia parte dos pecados capitais.

Llull embora tenha uma visão do mundo espiritual não despreza os estudos das Artes Mecânicas que para ele é “ciência lucrativa manual para dar sustentação á vida corporal. Filhos, nessa ciência estão os mestres, isto é os lavradores, os ferreiros, os marceneiros, os sapateiros, os alfaiates, os mercadores e os outros ofícios semelhantes a esses.” (LLULL, 2010, p. 66).

Sin embargo, en Mallorca ya existían escuelas conventuales organizadas por los dominicos que enseñaban las artes del trivium (gramática, retórica y lógica). De unamaneira general, la visión que Llull tiene de las artes mecánicas es muy positiva. Para él, debemos agradecer a Dios por habernos dado el arte y el oficio del comercio, pues los mercaderes cambian las cosas malas por las buenas, y sus errores –como la venta de cosas para los deleites corporales– no vuelven su oficio desgraciado (COSTA, 2006, p. 137).

Essa ciência seria responsável pela sobrevivência do homem, pois sem a mesma, o mundo não seria ordenado. O ofício mecânico deveria ser ensinado para o filho desde cedo, para que o mesmo pudesse viver do seu trabalho. Assim fala ao seu filho Domingos e a outros pais,

A mais segura riqueza é enriquecer seus filhos com algum ofício que lhe dar dinheiros e posses, pois todas as outras riquezas desamparam o homem que não tem um ofício. Logo, filho, eu te aconselho que lhes mostrasse algum ofício. Não existe nenhum ofício que seja bom, mas assim como todo homem poder pegar qualquer nome ou sinal que quiser, todo homem pode eleger um bom ofício. Por isso meu filho, aconselho-te que elejas um bom ofício (LLULL. 2010, p. 67).

Apesar de ensinar essas artes ao filho, Llull aconselha seu filho na *Doutrina* a não ter tanta confiança na ciência ensinada nas escolas, mas somente a ciência que vinha do “Espírito Santo”. Quanto ao conteúdo, já vimos que os estudos medievais compreendiam: - o *trivium* (gramática, dialética e retórica) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música). As diversas ciências (Da Medicina, Do Direito e Da Teologia).

Considerações Finais

Para Llull nada disso faria sentido se não fosse interligado à fé, ou seja, era preciso um compromisso com o mundo invisível, pois cada um prestaria conta no Juízo Final. Ele foi um grande defensor de uma educação moral, e em algumas passagens da

obra ressaltou para o Filho a importância de Amar e honrar o Filho de Deus “Amável filho, tu nasceste e vieste ao mundo para honrar e servir esse Filho de Deus do qual te falo, pelo qual vieste ao mundo, e serás servo e cativo de perduráveis trabalhos, pelos quais serás julgados pela sentença de Nosso Senhor Deus”.

A espiritualidade está presente desde o início da História, são os homens sempre preocupados com seu destino final. A suposta existência de uma vida pós-morte muda complementemente a conduta aqui em baixo, além do que o *Além* ganhou suas novas interpretações ao longo do tempo, cada sociedade adaptando conforme a suas crenças. Não importa se hoje vivamos um cotidiano agitado, tecnológico, ou científico, as pessoas continuam acreditando. Os espíritos continuam existindo para muitas pessoas, as preces, as orações não perderam seu valor.

Se há um além e este além é um lugar, existe uma geografia do além, e esses espaços estavam determinados de acordo com a conduta aqui em baixo, o Paraíso era um lugar harmonioso, lugar para os bons. O Purgatório era lugar transitório, onde o homem teria uma oportunidade para se arrepender. E o Inferno era o local mais temido, as pessoas não queriam ir para lá, a mensagem sobre este local era sempre de pavor, fogo, a presença dos demônios, a Igreja sempre apresentava em suas mensagens, mais o medo do Inferno.

Compreender um pouco o imaginário do homem medieval é saber que naquela época viveram homens como nós, que tiveram seus medos, angústias e desesperam, sabiam que a vida era finita, mas isso não impediu que eles acreditassem que a morte não era o fim, tinham esperança de uma vida no Além. Essas representações coletivas, os homens constroem para dar sentido ao mundo.

Através da obra *Doutrina para Crianças*, foi possível percebemos rastros de sua uma sociedade medieval marcada pela religiosidade, assim como entendermos que a educação tinha como principal fundamento, ensinar o homem a “Amar, temer e servir a Deus”. Por fim, compreendemos que durante a História há muitas rupturas nas estruturas sociais, mas quando falamos em religiosidade, olhamos para nossa sociedade, ao nosso redor e conseguimos ver a presença, a continuidade dessa atmosfera “espiritual”.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

LLULL, Ramon. Doutrina para crianças. (trad. De Ricardo da Costa, e Grupo de Pesquisas Medievais da UFES III [Felip e Dias de Souza, Revson Ost e Tatiana Nunes]). Editorial Ivitra, 2010. Tradução feita a partir da edição de Gret Schib. Ramon Llull. Doutrina Pueril. Barcelona: Editorial Barcino, 1972.

LLULL, Ramon. Vida Coetânea. Disponível em: <www.ricardocosta.com>. Acesso em: 20 de set. 2016.

Obras Gerais

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

COSTA, Ricardo da. “ A criação da ciência universal: Ramon Llull e as premissas de sua Arte”. In: Santiago, Homero (Coord.). **Discutindo Filosofia**. 3. São Paulo: Editora Escala, 2006. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/criacao-da-ciencia-universal-ramon-llull-e-premissas-de-sua-arte>>. Acessado em: 16 set. 2016.

COSTA, Ricardo da. A educação Infantil na Idade Média. In: LAUAND – Revista **Videtur**: Editora Mandruvá, 2002, p. 13-20. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/educacao-infantil-na-idade-media>>. Acessado em: 15. agos. 2016.

COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. A educação na Idade Média: A “ retórica nova” (1301) de Ramon Llull. In: OLIVEIRA, Terezinha; MELO, José Joaquim Pereira. (Org). **Pesquisa em Antiguidade e Idade Média**: olhares interdisciplinares. v. 2. São Luis, MA: Ed. UEMA, 2008, p. 99-109.

COSTA, Ricardo da . A educação na Idade Média a busca da sabedoria como caminho para a felicidade_ al-Farabi e Ramon Llull. In: _____. Dimensões- Revistas de Historia da UFES. v. 15. **Vitória**: EDUFES, 2003, p. 99-115. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/educacao-na-idade-media-busca-da-sabedoria-como-caminho-para-felicidade-al-farabi-e-ramon>>. Acessado em: 16. out. 2016.

COSTA, Ricardo da. A experiência religiosa e mística de Ramon Llull: a infinidade e a eternidade divinas no livro da contemplação(c. 1274). In: **Scintilla** - Revista de Filosofia e Mística Medieval. Curitiba: Faculdade de Filosofia de São Boaventura (FFSB), vol.3, n.1, Jan/jun 2006, p. 107-133. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/experiencia-religiosa-e-mistica-de-ramon-llull-infinidade-e-eternidade-divinas-no-livro-da>> Acesso em: 15 agos. 2016.

COSTA, Ricardo da. **A noção de pecado e os sete pecados capitais no livro das Maravilhas (1288-1289) de Ramon Llull**. (12 p.) Disponível em: <[artigo/nocao-de-pecado-e-os-sete-pecados-capitais-no-livro-das-maravilhas-1288-1289-de-ramon-llull](http://www.ricardocosta.com/artigo/nocao-de-pecado-e-os-sete-pecados-capitais-no-livro-das-maravilhas-1288-1289-de-ramon-llull)>. Acessado em: 12 set. 2016.

COSTA, Ricardo da. “ Maomé foi um enganador que fez um livro chamado Alcorão”: a imagem do profeta na filosofia de Ramon Llull. Revista Notudam. São Paulo, n. 27, p. 19-35, set-dez. 2011. disponível em < <http://www.ricardocosta.com/artigo/maome-foi>

um-enganador-que-fez-um-livro-chamado-alcrao-imagem-do-profeta-na-filosofia-de>.Acessado em: 23 de set. 2016

COSTA, Ricardo da . **Las definiciones de las siete artes liberales y mecánicas en la obra de Ramón Llull**. Anales del Seminario de Historia de la Filosofía, v. 23, p. 131-164, 2006.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**, São Paulo: Brasiliense, 2001.

GOMES, Flávia Santos. **A Educação nas obras de Ramon Llull (1232-1316): uma proposta para a salvação da alma**. São Luís, Ma: UEMA, 2007. Originalmente apresentada como monografia ao curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2007.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: EDUSP, 1979.

OLIVEIRA, Terezinha (Org). **Religiosidade e educação na história**. Maringá: Eduem, 2010. 132p.

ZIERER, Adriana. “Paráiso versus Inferno: A Visão de Túndalo e a Viagem Medieval em busca da Salvação da Alma (Século XIII)”. In: FIDORA, Alexander e PASTOR, Jordi Pardo (Coord). **Expresar lo Divino: Lenguage, Arte y Mística. Mirabilia. Revista de História Antiga e Medieval**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lulio/ J.W. Goethe-Universitât Frankfurt/ Universitat Autonoma de Barcelona, v.2, 2003.

HISTÓRIA DO MARANHÃO NA SALA DE AULA: A CONSTRUÇÃO DA ORDEM POLÍTICA IMPERIAL NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO (1823-1832)

YuriAlhadeF Sampaio Mateus¹

RESUMO: Este trabalho apresenta uma proposta de abordagem de ensino de História Regional do Maranhão, no contexto histórico da Independência e Setembrada, na preocupação de trazer a memória histórica, as identidades políticas, com destaque para consciência política das camadas populares envolvidas nesses movimentos. O tema está vinculado à preocupação de analisar a participação das camadas populares nos movimentos políticos na conjuntura da construção do Estado Nacional brasileiro, apresentando as lutas políticas no contexto da adesão da independência no Maranhão (1823) até culminar no movimento da Setembrada (1831). Essa abordagem da história política imperial no ensino de educação básica pretende desconstruir alguns mitos presentes na historiografia maranhense e nos livros didáticos relativos a esse processo, especialmente aqueles relacionados à participação dos setores populares como simples massa de manobra, agindo sem propósitos e sem consciência política. Apresentamos uma discussão sobre o ensino de História e a importância de se trabalhar as camadas populares na sala de aula, finalizando com uma breve alusão à historiografia maranhense do tema da “adesão” a independência e a Setembrada a fim de mostrar as diversas interpretações sobre esses processos históricos.

Palavras-chave: Ensino de História. Política. Maranhão Império.

Introdução

O ensino de História tem sido objeto de estudo para muitos pesquisadores, dado o seu valor para a formação do indivíduo enquanto sujeito ativo da sua própria história. Desse modo, damos destaque neste trabalho ao ensino da História Regional ou Local, especificamente, ao Ensino de História do Maranhão que há décadas enfrenta o problema da falta de materiais didáticos apropriados, atualizados e em sintonia com as exigências legais. Mais recentemente, com a instituição do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), os conteúdos específicos da história do Maranhão, que ainda eram contemplados no currículo nacional, deixaram de ser exigidos, fazendo com que os estudantes se interessem menos ainda pela história local, assim como muitos docentes diminuem a já insignificante carga horária dedicada a esses conteúdos.

¹Essa comunicação integra o projeto de mestrado “História do Maranhão na sala de aula: a construção da ordem política imperial na província do Maranhão (1823-1841)”, sob a coordenação da Prof. Dr^a Elizabeth Sousa Abrantes. A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Bittencourt (2008, p. 168) advoga que a história regional proporciona, na dimensão do “[...] estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação”, e coloca a importância da memória para a história local. Para a autora, a “memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para os historiadores como para o ensino”.

O objetivo em fazer esse trabalho é chamar atenção para a ausência dos conteúdos de História do Maranhão, aqui especificamente os processos de Independência e Setembrada, e a necessidade urgente de reversão desse quadro. É importante que o aluno tome conhecimento da História local, refletindo sobre os processos históricos para ajudar na sua formação enquanto sujeitos ativos, capazes de lerem o mundo a sua volta. A necessidade de se ensinar História do Maranhão é contribuir para que os estudantes conheçam interpretações da História local, reflitam sobre suas origens e identidades, sobre os processos socioeconômicos e políticos, com suas mudanças e permanências, e valorizem a pluralidade étnica e cultural que constitui a formação social do Maranhão. O ensino da História política imperial na educação básica pretende desconstruir alguns mitos presentes na historiografia maranhense e nos livros didáticos relativos a esse processo, especialmente aqueles relacionados à participação dos setores populares como simples massa de manobra, agindo sem propósitos e sem consciência política.

Apresentamos uma discussão sobre o ensino de História e a importância de se trabalhar as camadas populares nos livros didáticos e na sala de aula, finalizando com uma breve alusão à historiografia maranhense do tema da “adesão” a independência e a Setembrada a fim de mostrar as diversas interpretações sobre esses processos históricos.

Ensino de História e as problemáticas da História Local ou Regional

Os professores de história com seu trabalho produzem em seus alunos parte das suas identidades pessoais, políticas e profissionais, participando da construção da identidade do outro (CERRI, 2011). A história se faz pelo agir do homem no tempo e no espaço, constrói-se com o agir individual, e cada ser humano é um sujeito histórico que participa ativamente da história, e nenhum agente nasce sem história e em um mundo sem história, afirma Estevão Martins (2011).

No Brasil, os anos de 1980 e 1990 foram marcados por tentativas de professores e intelectuais, que tinham interesses com o ensino de história, de formularem propostas que congregassem a nova identidade nacional a formar alunos socialmente críticos, revendo a história dos vencedores e dando espaço para outras histórias, como a dos vencidos, dessa maneira tentando trazer para sala de aula homens e mulheres comuns e convencendo os alunos do protagonismo essencial do povo nos processos históricos (CERRI, 2011).

Os métodos do ensino de História na escola e da história acadêmica são distintos, porque o primeiro mobiliza outros recursos e saberes para além daqueles utilizados na construção da história na academia. O conhecimento acadêmico se orienta pelas regras de um método de análise crítica das fontes e pelo exercício da narrativa escrita, dessa maneira o conhecimento ganha uma forma complexa, que age com recortes, porém, propõe grande número de articulações entre eles, de maneira a mobilizar os recursos críticos do leitor, juntamente, estimular sua sensibilidade e emoções. A história escolar se orienta por regras pedagógicas próprias, adaptadas aos diferentes graus de formação dos alunos; por práticas aprendidas e pela erudição conquistada mediante a formação profissional/intelectual do docente como historiador; por saberes obtidos na vida e pela vivência em sala de aula (GONTIJO, MAGALHÃES, ROCHA, 2008).

Guimarães (2009) discorda daqueles que enxergam o “saber escolar” como inferior em relação ao conhecimento científico. Explica que muitos têm preconceitos com essa forma de conhecimento, mas adverte que a ciência também se equivoca, basta lembrar-se das teorias raciais do século XIX.

O currículo recebe crítica de Ana Maria Monteiro (2003), pois para ela o currículo já vem formado, organizado, pronto e acabado. Conforme Garcia e Schmidt (2005), deve ocorrer uma renovação e reformulação dos conteúdos, assim como da ideia de relacionar o ensino ao espaço da sala de aula. Por outro lado, esses pesquisadores também defendem que a sala de aula é um lócus privilegiado para a formação da consciência histórica com perspectiva crítica, acrescentando que esse local é um espaço para compartilharem experiências individuais e coletivas e que a produção escolar é possível e acontece por diferentes saberes, pois a história estuda os homens e mulheres recuperando o sentido de experiências individuais e coletivas. A história local pode ser útil nessa finalidade apontada pelos autores acima. “Ensinada, a história não é mais simplesmente um gênero literário, ela amplia horizonte” (LE GOFF, 2015, p. 36).

A História Regional ou Local pode e deve ser incorporada como parte do Ensino de História, pois provoca a identificação do discente junto à História, e daí com novas e estimadas visões de mundo que possibilitem uma participação vigente, efetiva e maior do aluno em sua comunidade. Muitas vezes a História Regional tem permanecido longe dos interesses e alcance dos alunos. No caso do Maranhão isso acontece em parte devido a ausência de material didático que aborde a História local. Outro fator que tem diminuído o interesse pela história local foi à adesão das universidades públicas ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que fez com que os alunos dessem pouca atenção à história que contempla os estudos regionais. Sobre a história regional, Giron (2000, p. 28-29, grifos nossos), diz que:

[...] a história regional, filha do espaço e da dependência, considerada por muitos como apenas bastarda do Clío [...] O preconceito contra a história regional é tão antigo como a própria História. Já os gregos rejeitam a história regional, ao estudar grandes mudanças históricas que excluem, não só a história local, como os historiadores locais. A concepção histórica dos gregos, bem como sua filosofia, permanecem ao longo dos séculos. A história regional continua sendo repelida para fora da história geral, tanto então como agora. Tal rejeição tem um sentido e obedece a alguns pressupostos teóricos e ideológicos.

Como quase não existem livros didáticos sobre História do Maranhão para a Educação Básica, e por na maioria das vezes desconhecerem as produções acadêmicas, os professores da educação básica quase não trabalham em suas aulas a história do seu Estado, quando trabalham utilizam as obras tradicionais dos historiadores por ofício, como Mário Martins Meirelles com sua obra *História do Maranhão*, publicada em 1960. O que leva na maioria dos casos os professores a reproduzirem o conteúdo ideológico desses livros sem tecer críticas e sem levar os alunos a refletirem sobre os processos históricos.

E também ainda é comum os docentes recorrem às apostilas que circulam no meio escolar, cuja autoria nem sempre é conhecida, para serem usadas em preparatórios pré-vestibulares ou de concursos, na finalidade do aluno apenas decorar os fatos históricos para alcançarem aprovações nos exames que irão prestar. À vista disso, os alunos não visualizam que a História é como algo fruto de contradições, disputas, avanços, recuos.

A obra *História do Maranhão*, de Mário Meireles, publicada em 1960, tem uma escrita tradicional que apresenta uma história narrativa, linear e descritiva. “Meireles a

planejou como uma grande unidade em que condensou todos os eventos políticos, econômicos e culturais que considerou relevantes para contar a “verdade” sobre a história do Maranhão” (SILVA, 2008, p. 148). O propósito da obra de síntese da história regional era proporcionar aos professores os conteúdos considerados relevantes e centrais para a compreensão da história local. O modelo, salvo algumas diferenças, ainda era o mesmo que foi estabelecido no século XIX por Varnhagen, cuja ênfase dos conteúdos eram os fatos políticos e econômicos.

Na década de 2000, o pesquisador Joan Botelho, professor de história das redes pública, particular e cursos preparatórios de vestibular e concurso, lançou o livro intitulado *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão* (2007), que visou atender ao Ensino Médio, as provas de vestibulares e concursos. A respeito dos processos de adesão da Independência no Maranhão (1823) e o movimento da Setembrada (1831), apesar do esforço em dialogar com a historiografia maranhense atual, e embora reconheça a participação popular nesses eventos históricos, fá-lo não no sentido de instigar o aluno a construir uma sociedade mais igualitária, apenas mostra as desigualdades existentes entre as classes. Alguns conceitos não são explorados por Botelho (2007), por exemplo, o conceito de cidadania do século XIX para que os alunos compreendam os significados da legislação liberal desse período, com destaque para a Constituição de 1824, em que os critérios de cidadania passavam pelo aspecto jurídico (ser livre) e econômico-censitário (renda).

A obra, *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão* (2007), não apresenta as características exigidas para os livros didáticos, nem no uso da linguagem e nem os elementos metodológicos e avaliativos que proporcionam a interação com os estudantes. Além dos conteúdos, a obra traz trechos de documentos e inúmeras questões de vestibulares. Ainda assim, não se encaixa nas exigências contidas Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

O professor de história deverá ir além de seus conteúdos ainda obrigatórios no ENEM, vestibulares ou para a formação profissional. O docente por meio do ensino de História Regional ou Local fará com que suas aulas ganhem sentido ao cotidiano do aluno, agregando-o valores que sejam capazes de transformar comportamentos, porquanto conteúdos sem significados resultarão no aluno que ficará distante e vulnerável a sua realidade.

A importância de se trabalhar a participação popular nos livros didáticos e na sala de aula

Ao analisar como os livros didáticos de História do Brasil encaram a participação popular na História, Nicholas Davies (1988, p. 561) diz que é sempre bom frisar que a “participação, seja ela qual for, ocorre não apenas pela iniciativa ou presença, como também pela omissão ou apatia. Naturalmente, a qualidade da participação é diferente em ambos os casos”. É no dia a dia que as massas populares são informes: executam como que silenciadas as tarefas que poderão garantir-lhes a sobrevivência diária. As massas falam à história por meios de números que registram a sua laboriosa e sofrida passividade. Porém, quando advém uma insurreição, um protesto público, um motim, pela primeira vez a massa despossuída será escutada não através da passividade dos números emudecidos, e sim por meio dos gestos violentos e ruidosos (BARROS, 2004).

A categoria “popular” é reconhecida por Davies (1988) em sua ambiguidade dada à dificuldade em defini-la, por sua base científica ser frágil. Interroga-se como analisar uma realidade ambígua, de difícil apreensão, sem conceitos igualmente movediços e elásticos? O autor levanta outro questionamento sobre o que viriam ser as “camadas populares” “subalternas”, “exploradas”, “oprimidas” desde o período colonial ou até a abolição da escravidão na História do Brasil?

Para mostrar a diversidade entre as camadas populares, como nos indica Davies (1988), que toma como exemplo os escravos, aponta que não havia homogeneidade, pois entre os próprios escravos rurais existiam nítida divisão entre os da lavoura, com trabalho mais difícil, e os domésticos com atividades mais leves e podiam ter mais intimidade com a família do senhor. Por fim, mesmo que se restringisse o termo “popular” para os que não faziam parte das elites, ter-se-ia que levar em conta as diferenças apontadas, que relativizam bastante a homogeneidade suposta entre as camadas populares. Pode-se englobar na categoria “camadas populares” os escravos, os libertos, os brancos pobres livres (até que ponto reside suas liberdades?) e os índios, por terem um traço em comum de negação da ordem social-econômica-política inserida pelos portugueses que chegaram ao Brasil em 1500.

A criação de “heróis” da história deve ser combatida no ensino de História, ao contemplar a memória histórica e as identidades políticas com destaque para consciência política das camadas populares envolvidas no processo de adesão do Maranhão a

Independência do Brasil e a Setembrada ajudam a desconstruir alguns mitos presentes na historiografia e nos livros didáticos relativos a processos históricos semelhantes a esses, especialmente os que são relacionados à participação dos setores populares como simples massa de manobra, agindo sem propósitos e sem consciência política e que se rebelavam para gerar baderna e desordem da ordem vigente, no entanto, estavam em busca não de tomar o poder e sim melhores condições de vida para sair da opressão e jugo em que se deparavam.

Ensinar a história que compreenda a participação popular não com a finalidade de achar heróis das causas populares, contudo levar a percepção da totalidade histórica. Outra dimensão de se ensinar essa participação popular é o compromisso com a transformação social, pois todo conhecimento, especialmente o das ciências humanas, têm uma proposta de manutenção ou transformação da sociedade. O ensino de história que contemple a compreensão da participação popular pode ajudar os alunos, sobretudo aqueles que fazem partes das camadas populares a atuarem no sentido de transformação social (DAVIES, 2014). A historiografia tradicional ou oficiosa não deu atenção para as camadas populares nos processos históricos o que se refletiu na sala de aula, enquanto aos conteúdos do processo de adesão do Maranhão a Independência do Brasil e a Setembrada quando são trabalhados reproduzem a versão da historiografia que nega a participação popular.

Dessa forma, tal representação no passado tem importância para a atuação do povo no presente, porque o estudante das classes populares, que, na escola e fora dela, recebe essa representação possivelmente tenderá a se olhar e a agir conforme os estereótipos difundidos pelos grupos dominadores. Naturalmente, não é somente a representação do passado que causa o comportamento ou a visão das camadas populares acerca de si na atualidade. Caso a ideologia tivesse mais poder que as forças materiais, a realidade se modificaria bem mais lentamente. Todavia, a ideologia, ainda que não sendo determinante, mesmo assim desempenha efeito ponderável nas transformações sociais. Em suma, o estudante que entender a participação popular no passado, com todas as suas características e contradições, será capaz de atuar criticamente, sem idealização ingênua, ou seja, a heroização das camadas populares, nem autodepreciação, por meio de um ensino história conservador, da transformação social (DAVIES, 2014).

Historiografia: “Adesão” do Maranhão a Independência do Brasil e a Setembrada

Estudar História Regional é essencial para constituir indivíduos com senso crítico em relação ao mundo no qual estão inseridos, sobretudo ao observarem as atuações das camadas populares pelo motivo exposto acima. Portanto, faremos uma breve alusão à historiografia maranhense do tema da “adesão” a independência e a Setembrada na finalidade de mostrar as diversas interpretações sobre esses processos históricos.

Sobre o processo de Adesão do Maranhão a Independência do Brasil, buscamos na historiografia maranhense aqueles historiadores que foram os pioneiros a escrever sobre esse tema dentre eles, Vieira da Silva (1862), Carvalho (1924), entre os historiadores de ofício destacamos Godóis (1904), e por fim, os historiadores de profissão Assunção (2005) e Galves (2010).

O primeiro a escrever sobre a Independência maranhense foi Luís Antonio Vieira da Silva, foi deputado, membro do IHGB, em 1862, escreve a obra de título *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. Galves (2010, p. 19) aponta a contribuição de Vieira da Silva com essa obra para a história da “adesão” do Maranhão a Independência do Brasil inferindo que com esse autor inaugura-se não somente a “[...] historiografia sobre a Independência do Maranhão, mas também uma interpretação que predominaria por mais de um século: a narrativa da “libertação do Maranhão”, em grande parte creditada à atuação das tropas cearenses e piauienses”.

Vieira da Silva (1862) não vê com bons olhos a atuação das Tropas vindas do Piauí e Ceará, esse autor diz que os portugueses foram alvo de animosidade geral da “populaça” e que essas mesmas tropas errantes, indisciplinadas e sem chefes conhecidos que assolavam e devastavam o interior, e que a luta já não era contra os portugueses, porém entre os brasileiros que queriam servir às paixões e aos fins ambiciosos querendo o mando e procuravam se sustentar no poder.

Carlota Carvalho escreve na obra *O Sertão* (1924), no contexto do centenário da Independência, essa autora é a primeira a fazer ligação dos movimentos das Setembrada e Balaiada com a Independência do Maranhão. E chamando a atenção sobre a situação dos independentes que ficaram na posição de oprimidos e faz uma crítica a data que é o marco da Independência maranhense:

Os independentes ficaram na posição de oprimidos, dessa data em diante, sob o guante de um governo inimigo de manifestações liberais

e sem mais ocasiões de libertarem-se. [...] É essa a data, 28 de Julho, que o povo inconsciente e o Maranhão oficial comemoram como glória nacional. [...] Nenhum outro povo conhece menos a sua história. (CARVALHO, 2011, p. 147).

O historiador por ofício Barbosa de Godóis, nascido em São Luís do Maranhão (10/11/1860), onde teve uma carreira política, destacou-se por ter criado o Hino maranhense e exercido várias funções ligadas ao ensino público no Maranhão. Escrevendo sua obra intitulada *História do Maranhão* (1904) em dois volumes, no início do século XX, traz consigo uma visão panorâmica da história desse estado desde as Capitânicas Hereditárias até a adesão do Maranhão à proclamação da República. No capítulo XXXI intitulado “Independência”, Godóis apresenta suas considerações e interpretações sobre o contexto político da Independência e seus desdobramentos no Maranhão.

Godóis (1904, p. 292) dá a entender que o Maranhão aderiu à independência do Brasil pela atuação do Lord Cochrane², que por meio de duzentos soldados armados e, “em face dessa disposição de, por meios violentos, chamar à obediência os resistentes, cessaram todos os arreganhos e furores”, e dessa forma, no dia seguinte, 28 de julho, às onze horas da manhã, proclamava-se no palácio do Governo a Independência do Maranhão”. Godóis (1904) encerra seu capítulo sem enfatizar aos movimentos vindos do interior, e não menciona a condição dos independentes como faz Carlota Carvalho (1924).

O historiador Marcelo Cheche Galves com o trabalho de tese intitulado “*Ao público sincero e Imparcial*”: *Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)* diz que a “adesão” maranhense acompanhou um extenso e turbulento momento de juramentos à Independência, caracterizado pela expulsão não apenas daqueles que se negavam a fazê-lo, bem como os que apresentaram sua lealdade ao novo país posta em xeque dadas as recorrentes acusações de “português” e inimigo do Brasil”. Com efeito, ao observarmos o Maranhão a partir de 1823 atentamos ao conflito ocorrido para adesão ao processo de Independência do Brasil em relação a Portugal, sua então metrópole “que foi feita aos poucos. Bem depois do famoso Grito do Ipiranga, um bom pedaço do país mantinha-se fiel ao Império português. O Maranhão foi uma das últimas províncias a aderir ao “chamado” de D. Pedro I. E não sem resistência” (GALVES, 2008, p. 01).

² “Nascido em 1775, Thomas Alexander Cochrane era descendente de família nobre escocesa e foi o décimo conde de Dundonald. Almirante britânico, notabilizou-se na Marinha inglesa no período das guerras napoleônicas, participando depois da Independência do Brasil” (NEVES, 2008, p. 488-489).

O capítulo *Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827*, contido na coletânea *Independência, História e Historiografia*, organizada por István Jancsó, do, do Historiador Mathias Assunção (2005), afirma que se torna difícil saber quando a Independência de fato termina devido a grande instabilidade política que o Maranhão vai passar. A guerra de independência no Brasil mobilizou muitos soldados, sendo recrutados ou “voluntários”. No Maranhão, a historiografia destaca a presença das tropas vindas do Piauí e Ceará que se dispuseram a lutar pela causa brasileira, adentrando pelo interior da província até chegar ao litoral.

Vale ressaltar que a luta pela Adesão maranhense vai acontecer de forma não amigável, e muitas serão as divergências devido a muitos interesses estarem em jogo. As elites brigavam entre si pelo poder local e regional gerando grandes conflitos que só aumentava mais a guerra civil, fazendo com que esse período fosse marcado por violência e os conflitos no seio da elite “[...] abriram espaço para a participação popular – tanto como massa de manobra das elites, como uma mobilização mais autônoma. A tal ponto que a participação popular chegou a representar real perigo para o poder das elites” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 347).

Isso levou a elite maranhense a ter medo de acontecer o mesmo que no Haiti, com receio que houvesse uma grande revolta de escravos. Para as elites as insurreições escravas ameaçavam destruir os alicerces de toda a ordem social (ASSUNÇÃO, 2005). Porém, o medo do “Haiti” era mais do que isso. “[...] Virou metáfora para descrever uma situação de anarquia de conflitos entre os diversos segmentos que compunham a sociedade maranhense e que ameaçavam – na visão da elite – destruir a ordem existente” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 348).

Os portugueses que continuaram no Maranhão conseguiram se naturalizar como brasileiros e acabaram tendo os direitos iguais aos brasileiros natos, e assim uma boa parte desses portugueses conseguiram recuperar seus postos e bens confiscados durante a independência. Isso vai causar ressentimento no “povo” que em algumas ocasiões, como em 1831, vai se levantar para expulsar os portugueses dos seus postos e da província.

Poucos são os estudos sobre a Setembrada, não há uma obra historiográfica específica que aborde tal temática, dispomos apenas de um romance histórico e capítulos que estão dentro das obras de alguns autores, na maioria das vezes explicada como a “sementeira para a Balaiada”. Com efeito, procuramos reunir muitas dessas produções e analisamos como cada autor descreveu esse movimento tendo em vista a

participação popular, levando em conta se os populares são abordados como anárquicos ou contestadores de seus opressores.

Sobre a Setembrada há aqueles historiadores, tais como Leal (1887), Godóis (1904), Carvalho (1924), Abranches (1931), Lopes (1959), Meireles (1960), Lima (1981), Reis (1997) que fazem parte de uma historiografia tradicional, ligados a uma escrita de uma história linear, acrítica, de grandes heróis. Por outro lado, temos historiadores com trabalhos mais recentes como Assunção (2005), Abrantes (2007,2015), Sousa (2008), Iashimita (2010) com perspectiva revisionista com os postulados de uma nova maneira de se escrever a história. É importante dizer que nesse trabalho não abordaremos todos esses historiadores, mas apenas Leal, Abranches, Assunção e Abrantes.

Um dos primeiros escritores a fazer menção ao levante de 13 de setembro de 1831, conhecido na historiografia maranhense como Setembrada, foi o médico, jornalista e escritor maranhense Antônio Henriques Leal, em sua obra *O Pantheon Maranhense* (1873). A obra possui ensaios biográficos sobre os “ilustres maranhenses”, que foram homens membros da elite maranhense do século XIX, com objetivo de diferenciar a cultura intelectual maranhense diante da formação da identidade nacional, representando um monumento que lembrasse esses “ilustres maranhenses” com grandes destaques em seus talentos e habilidades.

Percebemos que Leal não aprovou o levante. E sobre a Setembrada considera que: “Se, no entanto **houve jamais revolta que a História deva desculpar, esta é uma delas [...]**”, pois mesmo não tendo custado uma só gota de sangue, mas gerou temores da liberdade e da nacionalidade ameaçada porque sobre não ter custado uma só gota de sangue, geraram-na mais temores da liberdade [...]” e as rivalidades instigadas por imprudências daqueles que, “[...] olhados como contrários á Independência, vinham confirmar as apreensões populares com parte ostensiva que tomava na república e com manifestações não poucas vezes armadas contra a ordem de cousas estabelecidas” (LEAL, 1987, p. 300, grifos nossos).

O escritor Dunshee de Abranches, nascido em São Luís (1867-1941), é considerado um autor fundamental para a historiografia sobre o Maranhão no século XIX, especialmente na trilogia *O Cativoiro*, *A Esfinge do Grajaú* e *A Setembrada: a Revolução Liberal de 1831 em Maranhão*. Essas obras escritas no século XX tratam de temas da sociedade maranhense no século XIX, escritas no estilo literário de memória, crônica e romance.

A obra é dedicada a recuperar a imagem pública de um dos líderes do movimento, Frederico Magno de Abranches, tio do autor, filho de Garcia de Abranches, um português abastado, conhecido também pelo nome de o *Censor*, nome esse dado devido ao jornal homônimo que editava. Antes da Independência, Garcia de Abranches lamentava a situação dos portugueses na província maranhense e falava da existência de clubes revolucionários que tramavam contra os lusos e dizia: “[...] os nativos maranhenses, e com eles **a ralé social**, se achavam no dever cívico de nos arrancar o poder e proclamar a autonomia política da sua terra” (ABRANCHES, 1970, p. 12, grifos nossos). Considerando que esse pode ser um discurso fictício, atribuímos o termo pejorativo com que trata os populares a Dunshee de Abranches.

A narrativa de Dunshee de Abranches procura sempre enaltecer a figura de seu tio Frederico Magno de Abranches, quando diz que este tentava alertar José Cândido sobre espões que estavam entre eles e para não confiar no Presidente. Frederico Magno como é apresentado como se fosse o mais esperto, que conseguia ver o perigo a sua volta mais que os outros, e que por José Candido não acatar esse aviso foi motivo de ligeiro estremecimento entre os dois. E pelo não cumprimento das promessas do Presidente, Frederico Magno propõe um novo levante que ocorre em novembro. Frederico Magno, ao contrário do que apontam outros autores, que dão a primazia da liderança do movimento a José Cândido, é sempre colocado como aquele que dava as iniciativas para o levante.

O historiador Matthias de Assunção que aborda as lutas políticas no período pós-independência e ressalta um movimento popular consagrado pela historiografia maranhense conhecido por Balaiada. Em muitas dos seus trabalhos menciona a Setembrada, como exemplo de um momento anterior em que também houve uma ruptura da aliança entre liberais e as camadas populares. Assim fizemos algumas compilações de sua perspectiva sobre esse movimento (ASSUNÇÃO, 2003).

O capítulo “*Cabanos Contra Bem-te-vis: a Construção da Ordem Pós-Colonial no Maranhão (1820-1841)*”, do historiador inglês Mathias de Assunção, está publicado na obra *Os Senhores dos Rios (2003)*, organizada pelos historiadores Flavio Gomes e Mary Del Priore. Esse historiador apresenta o contexto político das décadas de 20 a 40 no Maranhão imperial, destacando as lutas intraelites e a participação popular nos movimentos políticos desse período.

De acordo com Assunção a situação política no Maranhão não se estabilizou de imediato no pós-independência, assim como em outras partes do Brasil a velha elite

portuguesa consegue ter seus bens de volta. Todo o português naturalizado ou “brasileiro adotivo” se tornava igual ao brasileiro nato, podendo até mesmo exercer cargos públicos. Foi o que aconteceu no Maranhão, em que muitos adotivos recuperaram seus cargos, principalmente no exército e judiciário. Havia aqueles que conseguiram receber indenizações por perdas materiais sofridas durante as guerras de independências, acabavam por receber muito mais do que tinham direito (ASSUNÇÃO, 2003). São em episódios como esses que Assunção (2003, p. 204) destaca o sentimento antilusitano que marcou os movimentos ocorridos em setembro de 1831, em que:

[...] o “povo” de São Luís levantou-se para expulsar “os portugueses” dos seus postos e da província. “Português” designa o branco conservador, **chamado também de cabano no Maranhão, que ainda ostentava toda a arrogância dos antigos colonizadores.** Nesta altura, podia até tratar-se de um brasileiro nato, como os dois membros do Tribunal da Relação, cuja expulsão os rebeldes da Setembrada pediam. O presidente da província não deixou de chamar atenção sobre o fato, que, sendo brasileiros, não podiam ser exonerados nestes termos e muito menos expulsos do país .

Já historiadora maranhense Elizabeth Sousa Abrantes (2007; 2015) faz algumas considerações sobre a Setembrada no texto sobre “José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol”, atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831)”. Publicado inicialmente nos Anais do Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais, em 2007, recentemente foi publicado como capítulo “O Farol Maranhense: atuação política do jornalista José Cândido de Moraes e Silva nos debates e lutas do pós-independência no Maranhão (1828-1831)”, na obra *O Maranhão Oitocentista (2015)*, organizada pelos historiadores Marcelo Cheche Galves e Yuri Costa.

Elizabeth Abrantes (2007, p. 14-15) discorre sobre a atuação política do jornalista José Cândido, especialmente na liderança da Setembrada, e explica a criação do mito em torno da figura do jornalista, como sua trágica morte prematura cooperou para criar uma imagem carismática, bem como sua biografia apresentada por Antônio Henriques Leal no “Panteão Maranhense” corroborou a ideia de mártir. Segundo Abrantes, o movimento da Setembrada possui algumas características que o identificam com outros movimentos do período, ligados pela situação formada com a abdicação do imperador: “[...] a breve duração; a composição social heterogênea de populares, soldados e frações da elite; o apoio e liderança de liberais exaltados; o discurso antilusitano com exigência de expulsão dos portugueses [...]”.

Conforme Abrantes (2015), também destaca que o significado da Setembrada e dos demais levantes de 1831 precisam ser melhor avaliados, porque vai além do que o nome sugere de ser um simples motim que ocorreu no mês de setembro, a causa está na conjuntura de consolidação do processo de independência, marcada por conflitos intraelites, divergências nas interpretações do liberalismo, exclusão política dos liberais exaltados, conflitos entre nacionais e portugueses, ressentimentos raciais e de classe, isso ocorreu num quadro de instabilidade política e fragilidade das nascentes instituições nacionais.

Considerações finais

Observamos ao longo deste trabalho como ensino de História é importante para a formação crítica dos alunos para que os mesmos sejam sujeitos ativos da sua própria história e atuem de forma consciente em sua realidade histórica. O ensino de história ainda enfrenta dificuldades como a desvalorização do “saber escolar” em oposição ao acadêmico, e quanto ao Ensino de História do Maranhão os problemas enfrentados se somam à avaliação do ENEM que exclui dos seus conteúdos a história local. A falta dos conteúdos específicos sobre a História do Maranhão gera uma grande lacuna no ensino de história local, contribuindo para um descaso da sociedade com sua própria identidade, um descaso com a reflexão crítica sobre a produção do saber escolar.

Vimos que a abordagem da participação popular na sala de aula e nos livros didáticos, sobretudo da história política imperial maranhense no ensino de educação básica, possibilita a desconstrução de alguns mitos presentes na historiografia maranhense e em processos semelhante a esses, especialmente aqueles relacionados à participação dos setores populares como simples massa de manobra, agindo sem propósitos e sem consciência política.

Apresentamos uma breve alusão da historiografia maranhense sobre os movimentos da Independência do Maranhão e a Setembrada com fim de mostrar as diversas interpretações desses movimentos nas versões de uma historiografia tradicional que negava a participação popular e uma historiografia revisionista que tem um olhar mais humanizado dos agentes populares. Se essas discussões chegarem à sala de aula podem levar os alunos, especialmente o das camadas populares, a refletirem suas condições atuais e podendo até interferir no seu presente.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativoiro**. 3 Ed. São Luís: Edições AML, 2012.
_____. **A Setembrada: a revolução liberal de 1831 em Maranhão**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil. 1970.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol” atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831). In: **Anais do Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais**, 4., 2007, São Luís. São Luís: UEMA, 2007. p. 1-16 (p. 14-15). Disponível em: <>. Acesso em: 20.05.2014

_____. José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol” atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri Michael Pereira. (Org.). **O Maranhão oitocentista**. 2 ed. Imperatriz / São Luís: Ética / Editora UEMA, 2015, v. 1, p. 53-79.

ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 163-171, 2006.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão 1820-1841. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flavio (Org.). **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003.

BARROS, José D^o Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. 4 Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez Editora, p. 183-220, 2008.

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____ (org). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BOTELHO, Jean. **Conhecendo debatendo a história do Maranhão**. São Luis: Fort Gráfica, 2007.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

LE GOFF, Jacques. **A História deve ser dividida em pedaços?**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 36.

DAVIES, Nicholas. O papel das camadas populares nos livros didáticos de História do Brasil. **Fóruns Contemporâneos de Ensino de História Online**, São Paulo, p.561-569, 1988. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/view/5815/4716>>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 14 ed. - São Paulo: Contexto, 2014. (Coleção Repensando o Ensino)

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Niterói, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

_____. Independência é traição: quase um ano após o Grito do Ipiranga, o Maranhão se mantinha fiel a Portugal e resistia, armado, à “autonomia” que vinha do Sul. **Revista de História**, Rio de Janeiro, dez. 2008. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/independencia-e-traicao>. Acesso em: 26 jun. 2016.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (Orgs) **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC – ANPUH – RS, 2000, p. 23-38.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão**: Para uso dos alunos da escola normal. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A Escrita da História e Ensino da História: Tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.) **A Escrita da História Escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 35- 50.

IASHAMITA, L. M. C. **Modernização e Rebeldia**: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841). 2010. 317 f. Tese (Doutoramento em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília. 2010.

LEAL, Antonio Henriques. **Pantheon maranhense I**. Brasília: Alhambra, 1987.

_____. **Pantheon Maranhense II**. (1874). 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Maranhense de Letras; Alhambra, 1987.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: Consciência, Pensamento, Cultura, Ensino. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, out./dez., Editora UFPR, p. 43-58, 2011.

MEIRELES, Mário (1960). **História do Maranhão**. São Luís: Siciliano, 2001.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. A história ensinada: Algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**, v. 9, p. 37-62, out. 2003

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Lord Cochrane**. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 488-489.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. **A Escrita da História Escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.13-32.

SILVA, A.L.C. **Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles**. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira Dos Santos; I GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

AS MEDIDAS REPRESSIVAS E ECONÔMICAS DA DITADURA MILITAR ARGENTINA (1976-1983): uma conversa inicial

ANDREYA INDRYD DE HOLANDA ARAÚJO VIANA DEMÉTRIO¹
YURI GIVAGO ALHADEF SAMPAIO MATEUS²

RESUMO: Este artigo se propõe a provocar uma discussão sobre as principais características das medidas repressivas e econômicas que o regime militar argentino tomou após subir ao poder neste país em decorrência de um golpe de estado dado pelos militares em alianças a outros grupos da sociedade contra a então presidente Isabel Perón. A hipótese aqui brevemente exposta é de que essas medidas se inserem em um quadro conjuntural da Doutrina de Segurança Nacional e o do Neoliberalismo.

Palavras-Chave: Argentina. Ditadura. Golpe.

Introdução

“A América latina em geral entra, portanto, no século XX com seus exércitos definitivamente incorporados á cena política, seja como fatores predominantes, seja como arbitrários poderosos” (ROSSI, 1987, p. 18). Como em muitos outros países da América Latina, a Argentina também viveu um período de ditadura militar. Embora este tenha durado apenas sete anos (1976-1983), bem diferente do Brasil e do Chile que existiram governos com os militares no poder por mais tempo, foi o suficiente para deixar grandes consequências no país. Dessa forma, esse trabalho se propõe a levantar um panorama provocativo das principais características sobre esse período da história Argentina.

Ao introduzirmos nosso trabalho torna-se essencial entendermos de maneira breve como ocorreu o golpe de estado que levou os militares ao poder na Argentina. Logo, a “presença de protagonistas militares é uma das constantes reconhecidas no jogo político da Argentina. O poder militar implantado selvagemmente em março de 1976, não é um acidente de percurso nem uma alteração sem futuro,” assim como “não o foram às

¹ Mestranda na área de Historiografia e Linguagens pela Universidade Estadual do Maranhão pelo Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativa (PPGHEN). E-mail: aingryd@yahoo.com.br.

² Mestrando na área de Memória e Identidade pela Universidade Estadual do Maranhão pelo Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativa (PPGHEN). Email: yuri_alhadeff@hotmail.com

ditaduras mais benignas que o precederam em 1943, 1955, 1962 ou 1966” (ROUQUIÉ, 1982, p.321).

Percebe-se que a tomada do governo pelas forças armadas já não era mais uma novidade na Argentina que já havia experimentado governos ditatoriais em outros momentos. Em meados da década de 1970 parte da sociedade estava descontente com o rumo que país estava tomando no governo de Isabel Perón onde a inflação aumentava cada vez mais, e por isso a população se manifestava através de protestos. Neste quadro o golpe militar dado em 1976 possuía o apoio de vários setores e instituições da sociedade. A adesão se deu pela cúpula da igreja³, empresários⁴, partidos políticos⁵, mídia, mas também obtiveram aceitação da maioria da sociedade. A junta militar que depôs a herdeira de Perón em 1976 levava avante as necessidades de uma luta contra o terrorismo e os movimentos de guerrilha, dentre os quais um se intitulava peronista (ROUQUIÉ, 1982, p.325).

Diante do que foi exposto acima, compreende-se que em 24 de março de 1976 o governo de Isabel Perón chega ao fim, visto que já apresentava sinais de esgotamento e desequilíbrio em seu governo. Dá-se início a um “novo tempo” através do golpe militar na Argentina, tempo sangrento, de terror. Os militares tomam o poder e implantam a ditadura que provocou efeitos irreparáveis e permanentes no país. Assim para uma melhor caracterização deste regime dividimos suas principais medidas em duas correntes principais: as de caráter repressivo e as de caráter econômico, no que

³ “No início, adotou uma atitude complacente, e, ao mesmo tempo, o governo estabeleceu uma associação muito estreita com os bispos, assegurando-lhes grandes vantagens pessoais. [...] Revendo suas posições anteriores, que tinham estimulado o desenvolvimento dos setores progressistas e particularmente dos terceiro-mundistas, a Igreja se propôs a renunciar a ingerência direta nas questões sociais ou políticas e a se dedicar a evangelizar e voltar a sacralizar uma sociedade que se tornara excessivamente laica. [...] O documento “Igreja e comunidade nacional”, de 1981, afirmou os princípios republicanos, indicou a opção da Igreja pela democracia, seu afastamento do regime militar e sua vinculação com os protestos crescentes da sociedade” (ROMERO, 2006, p. 215-216).

⁴ “Os empresários apoiaram o processo desde o começo, mas a distância. Apesar de consensos gerais – principalmente em torno da política trabalhista – havia certa desconfianças recíprocas.

Os militares atribuíram aos empresários parte da responsabilidade pelo caos social que eles se propuseram a modificar, e esses, por sua vez, divididos em seus interesses, não eram capazes de formular orientações e reivindicações claras e homogêneas. Os empresários especificamente beneficiados ainda não formavam um grupo orgânico, institucionalizado e com voz própria. As vozes corporativas – a Sociedade Rural, a União Industrial – criticavam aspectos específicos das políticas econômicas que as afetavam, e alguns mais genéricos, como a inflação alta. Mas, além disso, não tinham unidade e força para pressionar corporativamente, e só começaram a fazê-lo quando o regime militar passou a dar sinais de fraqueza e de disposição a abertura” (ROMERO, 2006, p. 214)

⁵ “O Partido Comunista Argentino também apoiou o golpe, chegando ao ponto de propor a assinatura de um “convênio nacional democrático que servisse de fundamento a um governo cívico-militar de ampla coalizão democrática”, na perspectiva de evitar o avanço da ala dos duros do exército. Tais equívocos históricos não apenas ajudaram a dar respaldo à Junta Militar, como também abriram caminho para o avanço do terrorismo de Estado” (RAMPINELLI, 2014, p. 359).

Rampinelli (2014, p. 357) diz ser duas estratégias implementada pela ditadura: “a guerra antissubversiva e o estabelecimento de um plano econômico em favor da classe dominante”.

2 MEDIDAS REPRESSIVAS

Ao se olhar para o período militar argentino entre 1976 a 1983, podemos notar que muitas medidas foram tomadas pelo governo militar argentino. Esse governo baseou-se, ideologicamente, na doutrina de segurança nacional, no integralismo católico e no anticomunismo, usando-se da estratégia do terror de Estado e de uma série de políticas públicas para derrocar as estruturas formais e informais de proteção estatal que forma criada na Argentina na década de 1930 e, sobretudo, durante o primeiro governo peronista. Com apoio e recomendações da Conferencia Episcopal Argentina (CEA), cuja cúpula hierárquica foi escutada na véspera do golpe; houve o apoio dado pela população à primeira Junta Militar golpista (Jorge Rafael Videla, pelo Exército; Emílio Eduardo Massera, pela Marinha; e Ramón Agosti, pela Força Aérea), apontando-a como a salvadora da Pátria, da ordem e da paz (RAMPINELLI, 2014). Das duas estratégias utilizadas pela ditadura a primeira incidiu:

[...] na eliminação física de todas as organizações guerrilheiras, dos grupos de esquerda revolucionária, das comissões e dos delegados sindicais combativos, das agrupações estudantis e dos simpatizantes do populismo peronista, recorrendo à ditadura, para tal, a métodos de regimes totalitários. Esta complexa máquina de torturar e matar chegou a dispor, em 1977, de 340 centros clandestinos em toda a Argentina [...] Inventou novas formas de desaparecimento: lançou ao mar com vida, em voos noturnos, os opositores detidos na Escola da Mecânica da Armada; apropriou-se dos bens móveis e imóveis dos presos, vendendo-os em lojas estabelecidas ou nas subastas públicas; sequestrou bebês nascidos nos centros de tortura para entregá-los a pais adotivos integrantes dos sistemas de repressão ou a apoiadores dos militares² e explorou o trabalho escravo das pessoas encarceradas, evitando assim contratar mão de obra para certas tarefas a serem realizadas no quartel. Muitos capelães das Forças Armadas amainavam as consciências dos carrascos e dos ladrões com a justificativa cristã de que era preciso separar o joio do trigo. Um deles, Christian Von Wernich, foi condenado à prisão perpétua, em outubro de 2007, por participar da privação ilegal da liberdade de trinta e quatro pessoas, como também por ser coautor da aplicação de tormentos agravados a trinta e um cidadãos. (RAMPINELLI, 2014, p. 357).

Outras medidas ocorreram por meio da repressão ao movimento sindical que se operou da seguinte maneira: atingindo a militância de base e muitos dos dirigentes dos primeiros escalões eram levados a prisões. Em seguida o governo militar retira da autonomia dos sindicatos a possibilidade de fazerem greves. O governo manteve pouco diálogo com os sindicatos privando-os de suas ações. Os militares tomaram as principais fábricas. Existiram “listas negras” para conservar os ativistas afastados e aumentou o controle ideológico para os candidatos a emprego. A Confederação Geral do Trabalho, CGT, e a maior parte dos grandes sindicatos receberam intervenção, o direito de greve foi extinto, bem como as negociações coletivas. Além do mais, os sindicatos foram retirados da direção das obras sociais. Coibidos de quase todos os seus empregos e reduzidos em consequência das alterações no mercado de trabalho – que comprometeram principalmente os empregos industriais -, os sindicatos não se fizeram escutar (ROMERO, 2006).

Após as ações contra a atuação dos sindicatos, o governo militar argentino se volta para os partidos políticos proibindo seu funcionamento. Mesmo com essa atitude se estendendo a permanência das lideranças, essas se posicionaram de forma pouco crítica. Tal proibição só chega ao fim em 1981, estabelecida pelo governo, “congelou a atividade partidária e, ao mesmo tempo, estendeu a permanência das lideranças que, sem impulsos vitais, tiveram uma atitude muito pouco crítica. De fato, a proibição só chegou ao fim em 1981” (ROMERO, 2006, p. 216).

As universidades também foram reprimidas, pois o governo tinha convicção de que nelas surgiram especulações contra o regime. Os meios de comunicação foram manipulados para favorecer o governo militar, assim ressalta Garulli (1999, p.211):

[...] La universidad fue amordazada en la convicción de la peligrosidad de las palabras, la matemática moderna prohibida porque se vinculaba la teoría de los conjuntos con la subversión, y los medios de comunicación intervenidos para manipular la opinión pública y favorecer el consenso hacia la política de la junta militar.

Mais um aspecto do caráter repressivo do governo militar argentino e que gerou grande indignação foi o desaparecimento de pessoas o que levou um grupo de mães a irem a protesto na Plaza de Mayo. Essas mães foram em buscas de respostas do governo pelo sumiço de seus filhos, mas também foram reprimidas. É importante ressaltar que com o passar do tempo “as mães da Praça de Mayo” como este grupo ficou conhecido se tornou referências de um movimento cada vez mais amplo:

No meio da mais terrível repressão, um grupo de mães de desaparecidos – assim foram denominadas as vítimas do terrorismo de Estado – começou a se reunir todas as semanas na Plaza de Mayo, marchando com a cabeça coberta por um pano branco, pedindo que seus filhos reaparecessem.

[...] Em pouco tempo, as Mães da Plaza de Mayo, que também foram vítimas de repressão, se transformaram em referência de um movimento cada vez mais amplo, e foram estabelecendo uma discussão pública, fortalecida no exterior pela imprensa, pelos governos e pelas organizações defensoras dos direitos humanos (ROMERO, 2006, p.216).

Das “mães da Praça de Mayo” surgiram as “Avôs da Praça de Maio”, como apontou Pascual (1997, p. 127):

Iniciaram sua atividade em outubro de 1977 e depois constituíram uma associação independente, com recursos, sede e tarefas próprias. Tinham o mesmo objetivo: procurar seus filhos detidos-desaparecidos. Mas também as mobilizava outro problema: suas filhas ou noras estavam grávidas quando foram sequestradas e por diversos elementos de prova, tinha-se a certeza de que tinham dado a luz em cativeiro, antes de serem ultimadas; também existiam casos em que as crianças tinham sido sequestradas junto com seus pais e permaneciam desaparecidas.

Coforme Padrós (2007), as características repressivas mais comuns nas ditaduras latino-americanas se deram através da criação de uma estrutura clandestina com metodologia de sequestro, detenção ilegal, tortura e desaparecimento definitivo. Assim, ao nos voltarmos para a Argentina percebemos que não foi diferente, pois, segundo Garulli (1999) os lugares clandestinos somavam mais de trezentos, pessoas que eram consideradas inimigas eram levadas para esses locais sofriam diversas as repressões. Outra questão levantada por Rampinelli (2014, p. 359), é que:

A ditadura argentina, dentro de uma estratégia global anticomunista comandada por Washington, exportou o terror estatal para a Bolívia e os países da América Central. O envio de assessores e o ensino de métodos de interrogatório, de tortura e de roubo de crianças foram algumas das experiências passadas aos ditadores destas regiões dentro da Operação Condor, que consistia na continentalização da criminalidade política por meio de ações terroristas. O resultado foi, juntamente com outros governos autoritários, a morte de mais de 400 mil pessoas em toda a América Latina, das quais 50 mil apenas no Cone Sul.

Em relação às medidas repressivas tomadas pelo governo argentino olhemos o que diz Garulli (1999, p. 209):

Inmediatamente se revocó el mandato de Isabel Martínez, de los gobernadores provinciales, cesaron las autoridades municipales, fueron removidos los miembros de la Corte suprema de justicia y el procurador general de la nación, fueron suspendidas las actividades de los partidos políticos y, en fin, los derechos de los ciudadanos, juntamente con la Constitución Nacional, quedaron subordinados a los objetivos del Proceso de Reorganización Nacional.

3 MEDIDAS ECONÔMICAS

Ao falarmos sobre as principais medidas em relação à economia argentina tomadas pelo governo militar instalado pós-golpe de 1976, devemos nos centrar nas ações do então ministro da economia argentina José Alfredo Martínez de Hoz. De acordo com Garulli (1999, p. 209), Martínez de Hoz era um liberal ortodoxo que pôs em prática durante sua gestão um plano econômico que refletia um projeto neoliberal para a economia proposto pelos militares.

Para o historiador Rampinelli (2014, p. 356), a implementação das políticas econômicas neoliberais foi uma segunda estratégia da ditadura por meio de um programa econômico com um composto de receitas neoliberais, “conservadoras e desenvolvimentistas, cujo ponto de convergência básico seria redefinir o comportamento dos atores por meio de uma fórmula composta pelo disciplinamento dos mercados e pela intervenção do Estado”.

Ao percebemos que a linha teórica que norteou a política econômica do governo militar argentino foi o neoliberalismo, torna-se necessário antes de caracterizarmos tal política entendermos o que foi esta linha de teoria econômica. De acordo com Perry Anderson (1996, p. 9), o neoliberalismo surgiu logo após a 2ª Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde predominava o capitalismo. “Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944”.

Ainda de acordo com Anderson (1996, p. 10), Hayek e seus companheiros⁶ argumentavam que o novo igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar social destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a liberdade de todos. Segundo Anderson (1999, p. 11), a solução proposta pelo neoliberalismo teorizado por Hayek para este problema era sustentar um “Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”. A estabilidade monetária necessitaria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso era “necessário uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos”.

Desse modo, o neoliberalismo proposto por Hayek em um contexto de final de II Guerra Mundial propunha uma menor intervenção do Estado na economia para que assim possa ocorrer uma “prosperidade de todos”. Uma vez situado a concepção teórica que direcionou as ações da política econômica da Argentina sob ditadura, é necessário entendermos qual foram essas ações.

O responsável por colocar em prática as medidas econômicas do governo militar argentino foi o ministro da economia Jose Alfredo Martínez de Hoz que esteve no cargo durante os cinco anos do governo do general Videla. Rojas (2014, p. 165) chama atenção que na Argentina as políticas neoliberais começam a ser aplicadas em 1975, “meses antes do golpe de Estado de março de 1976 pelo governo peronista de Isabel Perón institucionalmente “democrático”, que se concretizou “com a política econômica do Ministro da Fazenda (entre março de 1976 e março de 1981) do autodenominado Processo de Reorganização Nacional (PRN), nome oficial da ditadura militar, José Alfredo Martínez de Hoz em 1976”.

De acordo com Romero (2006, p. 201), Martínez de Hoz ao assumir teve de enfrentar uma crise econômica “[...] cíclica e aguda - inflação descontrolada, recessão, problemas no balço de pagamento e etc. que era acentuada pela crise política e social. [...] as Forças Armadas e os setores do *establishment* que a acompanhavam tinham decidido ir mais longe”. No seu diagnóstico, “a instabilidade política e social crônica nascia da impotência do poder político diante dos grandes grupos corporativos – os

⁶ “Entre estes encontram-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Wlter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madriaga e etc. que juntos formavam a Sociedade de Mont Pèlerin a qual Perry Anderson considera como sendo uma espécie de franco maçonaria neoliberal que promovia reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON, 1999, p. 10).

trabalhadores organizados e também os empresários - que se enfrentavam alternadamente”, provocando desordem e caos.

Para os militares argentinos solucionar o problema econômico era necessário ordem e segurança e por isso buscou-se a solução através da estabilidade política. Diante deste contexto, as principais medidas econômicas da equipe ministerial liderada por Martínez de Hoz foram após intervir na Confederação Geral do Trabalho e nos mais importantes sindicatos, reprimir os militantes, interferir militarmente em muitas fábricas, eliminar as negociações coletivas proibir as greves, os salários ficaram congelados por três meses, o que gerou uma altíssima inflação com que caíssem cerca de 40% em termos reais. A reforma financeira encerrou com algumas das ferramentas do Estado para a transferência de receita entre setores: o controle da taxa de juros, a existência de créditos para taxas negativas e a distribuição desse subsídio conforme as normas e prioridades definidas pelas autoridades. Com o aperfeiçoamento de um mecanismo que funcionava desde 1975 a taxa de juros foi permitida. Permitiu-se a propagação de bancos e das instituições financeiras, e as ofertas se diversificaram. (ROMERO, 2006).

Além disso, ganhou destaque também na política econômica implementada por Martínez de Hoz a abertura econômica e a progressiva eliminação dos mecanismos clássicos de proteção à produção local. Como consequência dessas atitudes, a indústria local teve de enfrentar a concorrência desleal de produtos estrangeiros importados a preços baixos (ROMERO, 2006).

Liliana Garulli (1999, p. 209) no artigo *La dicatura militar. El desempate forzoso (1976-1983)*, afirma que:

[...] El desorden social se confundía con el desorden económico. Uno de los principales objetivos era la contención de la espiral inflacionaria, que superaba el 40 por ciento mensual, y el equilibrio del sector externo. Se devaluaba, se reducían los salarios para bajar los costos a las empresas y favorecer la competencia, a la par que el Estado brindaba el apoyo necesario al sector empresario para frenar las demandas obreras. Se ponía fin a las subvenciones y se reducían los aranceles a la importación. Estas medidas de ajuste favorecieron la firma de un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional, mientras se alentaban las inversiones extranjeras y suprimían subsidios y créditos preferenciales a la industria.

Notemos que os dois autores diferentes dizem sobre a política econômica na Argentina durante o período militar convergem para a mesma linha de pensamento que é a que nós conseguimos concluir: o governo militar argentino imposto através de um golpe de Estado em 1976 ao se deparar com uma crise econômica e social adotou práticas neoliberais para tentar solucionar esse problema.

Considerações Finais

Diante do breve quadro esboçado, percebemos que a ditadura militar na Argentina se instaurou a partir de um golpe de Estado no ano de 1976. Este foi liderado pelos militares, mas congregava diversos grupos como a igreja, empresários, partidos políticos, mídia e boa parte da sociedade. O que todos esses setores tinham em comum era a insatisfação com os rumos que o governo da então presidente Isabel Perón tomava.

Uma vez no poder os militares tomaram diversas atitudes. Entre essas as que se tentou caracterizar aqui foram às repressivas e as econômicas. As primeiras se inserem na doutrina de Segurança Nacional que conforme o que foi problematizado por Enrique Serra Padrós consiste na luta contra a ameaça representada pelo o “inimigo interno”. Já as segundas, assim como as primeiras, também se inserem em um contexto em que o neoliberalismo que só foi colocado em prática pelos militares devido à situação de caos econômico e social com a qual se depararam assim que chegaram ao poder e os “beneficiados seriam apenas as classes dominantes, que em troca davam todo o apoio ao Processo de Reorganização Nacional” (Rampinelli, 2014, p. 356).

Nesse sentido, identificamos que as medidas repressivas e econômicas se inserem dentro de um contexto que extrapola as fronteiras da Argentina, a Doutrina de Segurança Nacional que era posta em prática naquele momento por outras ditaduras sul americanas; e o Neoliberalismo que naquele momento ganhava terreno não só na América do Sul como também na América do Norte e na Europa.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **As políticas Sociais e o Estado Democrático Pós-Neoliberalismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996, p. 9-23

GARULLI, Liliana. La ditadura militar. El desempate forzoso (1976-1983). In: CASANUEVA, Felipe R. Duarte. **Argentina**: pasado y presente em la construcción de la sociedad y el Estado. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1999, p. 207-214.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. Revista História e Luta de Classes n° 4, julho de 2007, p. 43-51.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **TERRORISMO DE ESTADO: A ARGENTINA DE 1976 A 1983**. 197f. Tese (Doutoramento em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

RAMPINELLI, Waldir José. **O Terrorismo de Estado na Argentina**. In: Revista REBELA, Santa Catarina, volume 1, n. 3, fev. 2012, p. 356-362. Disponível em <<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/46/94>>. Acesso em: 25 Set. 2016.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **A ditadura militar na Argentina (1976-1983)**: retomando algumas hipóteses frente aos relatos oficiais. In: Revista Lutas Sociais, São Paulo, volume 18 n. 32, mai. 2014, p. 163-176. Disponível em <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/gonzalo_adrian_rojas.pdf>. Acesso em: 25 Set. 2016.

ROSSI, Clóvis. Militarismo na América Latina. 3 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROUQUIÉ, Alan. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

POLÍTICA DE GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA E GESTÃO AMBIENTAL DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964-1988) NO BRASIL.

JACIENE PEREIRA¹

RESUMO: Neste trabalho analisamos a relação entre a política energética e a política ambiental no Brasil no contexto do projeto de governança imposto pela Ditadura empresarial-militar a partir da década de 1960. Identificamos os eixos centrais das Políticas energética e ambiental na Ditadura e analisamos as conjunturas, as dinâmicas e as contradições do capital existentes no período que finda na década de 1980 com a Constituinte de 1988. Partimos das perspectivas teórico-metodológicas e ideológicas marxianas. Para tanto, estudamos os principais autores e as categorias analíticas pertinentes ao objeto da pesquisa. Os dados coletados abrangem também os documentos oficiais e relatórios elaborados pelos órgãos governamentais que nos permitiram concluir que o modelo energético brasileiro não apresentou uma relação equilibrada entre composição e expansão da matriz elétrica, proteção ambiental e a melhoria do perfil socioeconômico da população porque nessa conjuntura beneficiou e atendeu interesses hegemônicos, representados por setores ligados ao capital monopolista articulados com os processos de produção e circulação internacional de mercadorias.

Palavras chave: Energia, Ambiental, Ditadura

1. INTRODUÇÃO

De um modo geral, o Setor Energético provoca impactos multidimensionais em cadeia, desde a utilização dos recursos naturais necessários a sua produção em escala, até o uso final por seus variados consumidores/usuários e seus diversos objetivos, configurando impactos globais, tendo contribuído historicamente para os graves problemas socioambientais: desmatamento, degradação do solo, degradação das fontes hídricas e do ar, descarga de efluentes e resíduos sólidos, desertificação, mudanças climáticas, conflitos socioespaciais pela construção de usinas hidrelétricas,

¹ Geógrafa e Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-UEMA

escassez de terra e problemas agrários, insegurança alimentar (subalimentação e/ou fome endêmica), êxodo rural, sub/desemprego e violência, turismo predatório, repercutindo negativamente no modo e nos meios de vida e nas relações socioculturais construídas das populações e comunidades ribeirinhas.

A problematização do objeto de estudo deste trabalho, seus elementos e categorias se desdobram na seguinte questão central: Qual a relação entre a política energética e a política ambiental no Brasil no contexto do projeto de governança imposto pela Ditadura empresarial-militar (1964-1988)?

Ao iniciar os estudos, partimos da hipótese que no âmbito da política econômica alinhada com os interesses do capital internacional, as políticas energética e ambiental foram orientadas pelo governo ditatorial que impôs a sua lógica e os seus objetivos estratégicos através da intervenção direta sobre o território e sobre o processo de (re)produção do espaço, (re)organizando as relações sociais e gerando conflitos e uma dicotomia entre políticas voltadas para o global/nacional e a realidade local/regional. Os objetivos e justificativas dos projetos hidrelétricos são coerentes e compatíveis com as políticas setoriais, planos e programas governamentais e agenda do Capital vigentes para o território brasileiro no período em questão.

O objetivo principal do trabalho é identificar os eixos centrais das Políticas de geração de energia hidrelétrica e gestão ambiental na Ditadura e secundariamente analisar as conjunturas, as dinâmicas e a influência do capital internacional no período. O recorte histórico utilizado na pesquisa foi o início dos anos de 1960 quando se deu o golpe militar e o final dos anos 1980 com a transição para o regime democrático e criação da Constituição Federal de 1988.

Partimos das perspectivas teórico-metodológicas e ideológicas do Materialismo Histórico e Dialético, pensando as políticas energética e ambiental no contexto em que se inserem, o governo militar sob os interesses do capital internacional no âmbito do mundo do desenvolvimento desigual e combinado.

Para tanto, estudamos os principais autores e as categorias analíticas pertinentes ao objeto da pesquisa como Neil Smith, Alain Lipietz, Bertha Becker, Célio Bermann, dentre outros. Os dados coletados abrangem também os documentos oficiais, legislação e relatórios elaborados pelos órgãos governamentais à época, assim como as pesquisas acadêmicas a respeito do tema.

O ponto fundamental da teoria de Neil Smith em Desenvolvimento Desigual (1988), amparado na lógica marxista, é que o modo capitalista de produção é, intrinsecamente, produtor de desigualdades e tais desigualdades têm uma expressão Geográfica. “O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados: o processo de acumulação de capital”. (SMITH 1988, p.221)

Dessa forma, entendemos que o espaço se (re)produz através dos processos dinâmicos de acumulação do capital pela exploração dos complexos de recursos e pela divisão internacional do trabalho. A produção e exportação de enormes volumes de *commodities* agropecuárias (que normalmente demandam intenso consumo de água) e minerais (que normalmente demandam intenso consumo de energia, principalmente elétrica) provocam grande concentração de renda e riqueza tanto entre camadas da população como entre regiões.

Lipietz (1988, p.149) afirma que “o papel do Estado é fundamental para a perpetuação do capitalismo, preparando o terreno, regulamentando e organizando o espaço através de infraestrutura e incentivos para que as empresas (capitalistas) se instalem.” O capital, isolado, não consegue se instalar e assim necessita do Estado.

Podemos contextualizar com a Política de Integração Nacional (PIN) e os três Planos de Desenvolvimento Nacional (PND) do governo militar, sendo o I PND de 1972 a 1974; o II PND, de 1976 a 1979; e o III PND, de 1980 a 1985, cujo principal objetivo era preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico do Brasil e a questão energética foi estratégica. (Ver Quadro 1).

Foi no período do pós 2ª Guerra mundial que ficou definido o papel que os países do então 3º Mundo teriam no cenário econômico internacional. Organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional foram criados para fomentar um novo padrão de acumulação do capitalismo em escala mundial, baseado em investimentos em infraestrutura para viabilizar a ampliação da produção industrial de base. Os governos de cada país foram identificados como agentes deste processo. (BERMANN et al. 2010, p.3)

No continente latino americano, este processo descrito por Bermann et al (2010) gerou ditaduras e endividamento com fundos monetários internacionais e mais

dependência (neocolonialismo) desses países a nações imperialistas como os Estados Unidos da América.

2. A POLÍTICA DE GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NA DITADURA MILITAR (1964-1988)

O modelo de geração de energia elétrica no período em questão se baseou na construção de grandes usinas hidrelétricas, como Itaipu Binacional e Tucuruí, barrando importantes rios para o atendimento da demanda de grandes cargas de centros urbanos do Sul/Sudeste do país e de grandes indústrias eletrointensivas como a de metais primários (lingotes de alumínio, ligas de ferro, aço e etc.) no Norte do país, sem a preocupação inicial com as questões socioambientais. A adoção desse plano político-econômico de governo causaram diversos conflitos de interesses e impactos socioespaciais negativos que refletem muito ainda nos dias atuais, uma vez que, as populações atingidas através do alagamento de terras produtivas, residências, povoados, florestas, cidades e consequente extermínio de suas relações socioespaciais e ambientais, que, por sua vez, provocaram a dispersão da populações e outros processos, correntes e fluxos de impactos a nível nacional.

Landi (2006, p. 15-16) ao analisar, em sua tese de doutoramento, a evolução do papel do Estado e a sua relação com as políticas públicas orientadas para o setor elétrico no Brasil, distinguiu duas fases históricas:

Na primeira fase, compreendida de 1934 a 1989, prevalece a forte atuação do Estado, tanto na consolidação do modelo institucional e econômico-financeiro para o setor quanto como agente responsável e indutor dos investimentos na área, em especial entre os anos de 1962, com a criação da Eletrobrás, até 1979, quando o setor viveu seu grande período de expansão o “milagre econômico brasileiro”. A segunda fase, por sua vez, inicia-se em 1990, quando ocorre a passagem de um padrão de intervenção estatal para um modelo mercantil privado. (LANDI 2006, p. 15-16)

A década de 1970 é marcada pela reformulação dos órgãos federais, pela criação do Ministério das Minas e Energia (MME) e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) para coordenar as atividades de planejamento, financiamento e execução da política de energia elétrica do Brasil. “**Atuando nos mercados de energia,** a

Eletrobrás é uma empresa de economia mista e de capital aberto, o governo federal possui 54,46% das ações ordinárias da companhia e, por isso, tem o controle acionário da empresa” (ELETROBRÁS, 2015).

É importante citar que o Grupo Eletrobrás controla ainda grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil por intermédio de seis subsidiárias: Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte, CGTEE, Eletronuclear. Além de principal acionista dessas empresas, a Eletrobrás, em nome do governo brasileiro detém 50% do capital de Itaipu binacional. A *holding* também controla o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel) e a Eletrobrás Participações S/A (Eletropar), além de atuar na área de distribuição de energia por meio das empresas Amazonas Energia, Distribuição Acre, Distribuição Roraima, Distribuição Rondônia, Distribuição Piauí, Distribuição Alagoas.

Segundo a Eletrobrás (2015), a partir da década de 1980 até os dias atuais, o sistema elétrico brasileiro passou a ser composto por três sistemas distintos:

- 1.Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro Oeste
- 2.Sistema Interligado Norte/Nordeste
- 3.Sistemas isolados que correspondem a mais de 300 localidades eletricamente isoladas uma das outras, a maioria na região Norte. Dentre elas destacam-se os sistemas das seguintes capitais estaduais: Boa Vista, Macapá, Manaus, Porto Velho e Rio Branco.

A criação destes órgãos, aliado aos estudos sobre as potencialidades hidroenergéticas desenvolvidos a partir de 1962, consolidou a estruturação do setor elétrico brasileiro. As bacias hidrográficas brasileiras como a do rio Amazonas, Paraná, São Francisco e Tocantins passaram a ser identificadas pelas suas grandes capacidades de geração de hidroeletricidade. Estavam dadas as pré-condições para a apropriação dos recursos hídricos monopolizados para a produção de energia elétrica.

O Brasil se inseriu definitivamente na divisão internacional do trabalho pós-2ª guerra mundial no projeto político-econômico da Ditadura como fornecedor de bens primários, as *commodities*, exportados na forma bruta e que demandam alto conteúdo hídrico e energético, possuem baixo valor agregado e são grandes degradadores do meio ambiente.

Entre os anos 1960/70, os sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento, objetivando à “integração” do território nacional, foram criadas Instituições estatais como a Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para estimular e possibilitar a incorporação da região Amazônica aos interesses capitalistas, transformando-a em “fronteira” de crescimento econômico, cujos centros se situam na região centro-sul e exterior. (IANNI, 1979 APUD SIEBEN, 2012, P. 64/65).

De acordo com Pinto (2002), “a cobiçada região Amazônica tem uma grande função dentro dos megaprojetos de infraestrutura: a monocultura energética”. A monocultura das águas para a produção de energia elétrica é como todas as outras monoculturas brasileiras, atende aos interesses capitalistas:

O complexo hidrelétrico do rio Tocantins atende principalmente às necessidades de energia das empresas japonesas de produção de Alumínio. A multinacional japonesa instalou-se no norte do país a partir da década de 1970 a fim de transformar a bauxita extraída no estado do Pará em alumínio, necessário as suas indústrias eletro intensivas localizadas no outro lado do planeta. A empresa japonesa é uma das principais usuárias da energia produzida pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. (PINTO, 2002, p.47)

Concomitantemente os acontecimentos no Brasil convergem com o cenário internacional, o final da década de 1970, no cenário mundial, foi marcado pela grave crise do petróleo (crise energética), seguida pela constatação da finitude das reservas naturais de combustível fóssil e pelas preocupações ambientalistas com a poluição dessas fontes de geração de energia elétrica. “Deu-se início uma busca acelerada por alternativas de produção de energia mais barata, mais durável e menos poluente que interferiu em tomadas de decisões nos modelos energéticos em vários países do mundo, inclusive no Brasil.” (ELETROBRÁS, 2015).

QUADRO 1: Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I, II e III) do governo militar:

ANO	PROGRAMAS/PROJETOS	OBJETIVOS
1960	Pavimentação e expansão da Rodovia Belém-Brasília	Implantar um eixo pioneiro para articular o Brasil de norte a sul.
1966	SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e Banco da Amazônia (BASA)	Coordenar, investir e supervisionar planos e programas no contexto regional da Amazônia.
1967	SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	Coordenar e supervisionar planos e programas no contexto regional do Centro-Oeste.

1967	Zona Franca de Manaus	Zona especial de incentivo fiscal criada em Manaus.
1968	Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia- Ministério do Interior	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento energético na região.
1970	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Executar estratégias de distribuição controlada de terras no país.
1970	BR230(Rodovia Transamazônica)	Implantar um eixo pioneiro para articular o Brasil de leste a oeste.
1970	PIN – Programa de Integração Nacional Decreto-Lei nº 1.106	Expansão da rede rodoviária e implantação de projetos de colonização da região Norte.
1970	Projeto Radambrasil	Mapeamento e monitoramento aéreo da região amazônica.
1980	PGC – Programa Grande Carajás	Explorar de forma integrada em grande escala, recursos minerais e agroflorestais na Amazônia.
1982	Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional	Suporte de infraestrutura energética para o desenvolvimento industrial da região sul/sudeste e centro-oeste.
1984	Usina Hidrelétrica de Tucuruí	Suporte de infraestrutura energética para o desenvolvimento industrial da região amazônica.

Fonte: Elaboração Própria (2016), adaptado a partir de BECKER (1990) e SOUSA (2011).

3. GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL NA DITADURA MILITAR (1964-1988)

A questão ambiental é apresentada como parte de um processo histórico inerente às relações sociais, uma vez que as formas de apropriação da natureza geram implicações determinantes no espaço geográfico. Neste contexto, é importante considerar os aspectos socioambientais da produção de energia elétrica, buscando promover a equidade no acesso e a sustentabilidade da geração já que a energia faz parte do patrimônio coletivo. A energia possui um caráter estratégico não somente para o desenvolvimento da economia e do país como um todo, mas também como uma variável imprescindível para promover o mínimo de conforto e a qualidade de vida. Assim, o acesso à energia trata-se de uma necessidade e um direito de todo cidadão.

O conceito de gestão ambiental refere-se aos procedimentos operacionais de controle ligados à administração e à aplicação de leis, regulamentos, indicadores, normas, planos e programas do setor ambiental em vigência; já o conceito de planejamento referencia o futuro, as estratégias elaboradas para atender os **objetivos** da gestão ambiental, ou seja, não há gestão ambiental sem planejamento e vice-versa.

De acordo com definição apresentada no portal do IBAMA (2015), gestão ambiental “é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir, com base em princípios e diretrizes

previamente acordados/definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais/naturais, econômicos e socioculturais às especificidades do meio ambiente”.

Historicamente, a partir do momento em que as atividades produtivas do homem adquiriram uma forma organizada, o crescimento da atividade econômica esteve sempre associada a um aumento no uso dos recursos. Isto se aplica tanto para a sociedade agrícola como para a sociedade industrial. A revolução industrial, entretanto, introduziu uma aceleração deste processo instaurando um modelo cada vez mais complexo do ponto de vista tecnológico e organizacional calcado no uso maciço de recursos materiais (carvão, ferro, petróleo, etc.). Na sociedade industrial o crescimento econômico esteve sempre acompanhado por um crescimento equivalente no consumo de recursos materiais, em particular energéticos. (MAGRINE, 2001, p. 01)

A geração de energia elétrica contribui com o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. O processo de desenvolvimento está diretamente vinculado à evolução do setor elétrico, na medida em que a eletricidade é o suprimento básico para a melhoria de outros fatores essenciais como saúde, educação, segurança, moradia, transporte, vestuário, alimentação, lazer, comunicação, trabalho, saneamento básico, e etc.

Entretanto, a qualidade de vida é totalmente dependente da qualidade ambiental. O modelo energético brasileiro, historicamente apresentou uma relação desequilibrada entre a expansão da geração de eletricidade, a qualidade ambiental e a melhoria do perfil socioeconômico da população. Historicamente, os sucessivos governos brasileiros, bem como os governos militares, privilegiaram um modelo energético que está mais comprometido com a dinâmica econômica, ou seja, o Produto Interno Bruto, do que com a melhoria concreta das condições de vida da população (consumidores) brasileira e o uso sustentável da natureza.

A compatibilização da política energética com a política ambiental é fundamental para garantir o uso eficiente e sua disponibilidade para as atuais e futuras gerações. A política energética na Ditadura Militar beneficiou e atendeu interesses hegemônicos, representados por setores ligados ao capital monopolista e à construção de hidrelétricas, a chamada indústria das barragens (Construtoras), quando sabemos que somente a diversificação de fontes de energia na Matriz pode proporcionar flexibilidade

e segurança ao modelo, além de domínio tecnológico e sustentabilidade das diversas formas de geração.

Naturalmente que tarifas razoáveis são o maior objetivo dos governos para prover competitividade e economia para os consumidores, mas a segurança e eficiência energética tornam a matriz mais sustentável e menos vulnerável a crises e futuros esgotamentos. É necessário no planejamento energético levar em consideração a maximização conjunta de três fatores: segurança (disponibilidade de energia), economicidade (menor custo) e sustentabilidade (ambientalmente viável).

A hidreletricidade, para a situação brasileira, é considerada a melhor solução técnica e econômica, em face dos riscos ambientais e dos custos, se comparada com a energia nuclear. Sendo também a melhor alternativa de geração elétrica quando comparada com a termoeletricidade a combustíveis fósseis (...). Dentro desta concepção, um determinado projeto hidrelétrico deve ser considerado como de aproveitamento múltiplo (regularização de enchentes, irrigação agrícola, abastecimento público, aquíicultura, turismo, lazer e navegação, desde que as usinas sejam dotadas de eclusas), onde o energético faz parte dos diferentes outros usos da água e cuja preponderância irá depender de diferentes fatores. (ROSA, 1995 apud SOUSA, 2000, p. 9)

Sendo assim fizemos uma breve recapitulação (Ver Quadro 2) dos marcos históricos da gestão ambiental no Brasil dividido em dois momentos de acordo com suas distintas determinações, nesse caso, o papel do Estado. O primeiro período, de 1930 a 1988, foi caracterizado pela construção de uma base de regulação/fiscalização dos usos da natureza com a ação intervencionista estatal em sua plenitude. No segundo período, de 1988 aos dias atuais, caracterizaram-se pelos processos de democratização e descentralização decisórias pelas demais esferas dos governos estaduais e municipais, e com o advento da nova Constituição houve uma rápida disseminação dos conceitos de desenvolvimento sustentável na sociedade e no mercado.

QUADRO 2: GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL DURANTE O GOVERNO MILITAR

ANO	PROGRAMAS/PROJETOS	OBJETIVOS
1965	Código florestal Lei N.º 4.771	Define a Amazônia Legal, os direitos de propriedade e restrições de uso e os critérios para supressão e exploração da vegetação nativa.
1967	Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	Coordena e executa as políticas indigenistas, protegendo e promovendo os direitos dos povos indígenas no Brasil.

1967	Códigos de Caça, Pesca e Mineração	Dispõe sobre a proteção à fauna, a proteção e estímulos à pesca e disciplina a administração dos recursos minerais pela União.
1973	Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)	Órgão especializado no trato de assuntos ambientais sob a coordenação do Ministério do Interior.
1981	Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938	Criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
1986	Resolução CONAMA 01	Licenciamento ambiental e prévia realização de estudo de impactos ambientais em empreendimentos e atividades causadoras de significativo impacto ambiental.
1987	Resolução CONAMA 06	Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos e formulação de Projeto Básico Ambiental (PBA) para compensação de impactos.
1987	Resolução CONAMA 09	Participação pública (audiências públicas) no processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).
1988	Constituição Federal, Art. 225	Garantir que todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida.

Na década de 1970, começa a se falar em crise ambiental. Como citado no tópico anterior, a crise do petróleo e a preocupação das nações industrializadas com as questões ambientais levaram à convocação, pela ONU, da Reunião Mundial sobre o Meio Ambiente Humano que aconteceu em Estocolmo na Suécia em 1972, surge, então, a expressão Desenvolvimento Sustentável e foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O Brasil participou do evento o que acabou repercutindo em 1973, no Decreto nº 73.030, de 30 de outubro que cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

A década de 1980, a transição do regime autoritário do governo militar para a democracia do governo civil, é marcada por uma grande articulação na criação de instrumentos legais para proteção ambiental no Brasil. A Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação, na qual os Art. 6º trata da Constituição do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Art. 7º trata da criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

O setor elétrico passou a ser submetido à legislação ambiental específica: licenciamento ambiental e prévia realização de estudo de impactos ambientais (EIA) pela Resolução CONAMA 01/86 aplicada aos empreendimentos e atividades causadoras de significativo impacto ambiental e pela Resolução CONAMA 06/87, que

definiu as exigências para o licenciamento de empreendimentos hidrelétricos. Porém os grandes empreendimentos hidrelétricos (as ditas obras faraônicas) anteriores a PNMA de 1981 provocaram impactos irreversíveis ao serem implantados sem os estudos ambientais mínimos necessários durante a ditadura militar.

Mas a energia produzida pelo modelo de geração hidrelétrica no Brasil não foi plenamente utilizada para proporcionar o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida da população, pelo contrário, esse modelo atendeu e ainda atende bem os interesses da classe hegemônica na perpetuação do modelo econômico que se apropria e da natureza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico da ditadura militar no âmbito da conjuntura internacional determinaram concomitantemente as duas políticas de governo e as tomadas de decisão em ambos os setores, porque obviamente a geração de energia requer a exploração dos recursos naturais, as questões são indissociáveis, podemos observar isso claramente com a crise ambiental e conseqüentemente com a crise do petróleo em 1970. Esses eventos forçaram o Brasil a criar mecanismos como o arcabouço legal da Política Nacional de Meio Ambiente na década de 1980, impondo, pelo menos teoricamente, a adequação dos procedimentos de geração de energia hidrelétrica às novas exigências ambientais.

Mesmo apresentando inúmeros problemas no âmbito socioambiental, ao longo dos sucessivos governos, a construção de grandes hidrelétricas ainda é apontada atualmente como a solução energética para o país. O Estado não desenvolve políticas públicas que corrijam os gargalos existentes no modelo energético, como desperdícios na produção, transmissão, execução, distorções no consumo de energia que impedem uma maior eficiência energética, subsídios aos grandes consumidores, falta de investimento em novas tecnologias, problemas com corrupção no setor e favorecimento à indústria das barragens.

Os principais gargalos da política de geração de energia hidrelétrica durante a Ditadura Militar e que podemos observar que influenciou a situação atual foram:

- Política macroeconômica voltada para o mercado externo;

- Estado comprometido com os interesses hegemônicos, representados por setores empresariais ligados ao Capital monopolista e à construção de hidrelétricas, a chamada indústria das barragens;
- Matriz elétrica dependente da fonte hidráulica, vulnerável a sazonalidade/insegurança hídrica;
- Subsídios a grandes consumidores em detrimento da população pobre;
- Expansão da capacidade instalada sem estudos adequados de viabilidade ambiental das bacias hidrográficas, uma vez que, a política nacional de meio ambiente surgiu tardiamente em 1981 já com grandes projetos hidrelétricos consolidados.

O modelo não apresentou uma relação equilibrada entre composição e expansão da matriz elétrica (diversidade das fontes de energia), proteção ambiental e a melhoria do perfil socioeconômico da população porque nessa conjuntura beneficiou e atendeu interesses hegemônicos, representados por setores empresariais ligados ao capital monopolista articulados com os processos de produção e circulação internacional de mercadorias, corroborando a hipótese levantada na questão central inicial da pesquisa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BERMANN, C. **Energia no Brasil: Para quê? Para quem? Crise e alternativas para um país sustentável**. Ed. Livraria da Física: São Paulo, 2001.

BERMANN, C. et al. **Usinas Hidrelétricas na Amazônia – O futuro sob as águas**. S.l.l]. 37 p.2010.

LANDI, M. **Energia elétrica e políticas públicas: a experiência do setor elétrico brasileiro no período de 1934 a 2005**. 2006, 219 f. Tese (Doutorado em Energia). Programa Interunidades de Pós-graduação em Energia – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MAGRINI A. **Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos**. **Revista Brasileira de Energia SBPE Sociedade Brasileira de Planejamento energético**. vol. 8. n. 2 – 2001. Disponível em :<http://www.sbpe.org.br/rbe/revista/17/>. Acesso em 28 dez. 2014

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. [1859]. (Coleção Clássicos).

PINTO, L. F. **Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo?** Belém: Jornal Pessoa, 2002. 124 p.

SIEBEN, A. **Estado e Política Energética: A desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. 2012. 203f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SOUSA, J. de M. **Centralidades urbano-regionais na Amazônia Oriental: uma interpretação através da dinâmica funcional de Imperatriz (MA) e Marabá (PA)**. Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SOUSA, W. L. de. **Impacto ambiental de hidrelétricas: uma análise comparativa de duas abordagens**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Planejamento Energético), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

BRASIL. **Constituição Brasileira, de 05 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA 01, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre procedimentos relativos a Estudo de Impacto Ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA 06, de 23 de janeiro de 1987**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA 09, de 03 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a questão de audiências públicas. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>.

SITES CONSULTADOS

<www.eletronbras.com>. Acesso em: 22 de agosto de 2015.

<www.ibama.gov.br>. Acesso em: 22 de agosto de 2015.

<www.aneel.org.br>. Acesso em: 22 de novembro de 2015.

<www.mme.gov.br>. Acesso em: 22 de agosto de 2015.

“O IMPORTANTE NÃO É VENDER, É SAIR VIVO”: A IMPRENSA ALTERNATIVA NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA.

ADRIANO NEGREIROS DA SILVA^{III}

RESUMO: Em virtude do tolhimento da liberdade de expressão por meio de uma censura avassaladora e o alinhamento aos ditames do novo governo, a maior parte da imprensa brasileira se calou de 1964 a 1985. Entretanto, ante a truculência progressiva da ditadura empresarial-militar, gestou-se um sentimento de contraposição e crítica ao Estado ditatorial por meio de um segmento da imprensa denominado imprensa alternativa, nanica ou independente. Ela, em contrapartida à complacência da grande imprensa nacional para com o regime, fazia críticas sistemáticas ao modelo econômico, social e político do país com escárnio e muito humor. Assim, existiam várias tendências dessa imprensa paralela, por exemplo, jornais esquerdistas, feministas, anarquistas, contra-culturais, entre outros. Porém, era o humor da crítica ilustrada, música, poesia e outras vertentes linguísticas que davam a tônica do enfrentamento àquele governo vigente, ou seja, a imprensa alternativa fazia respirar pelas fissuras do regime o sonho democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Empresarial-Militar, Imprensa Alternativa, Censura, Resistência.

ABSTRACT: Because of stunting the freedom of expression by an overwhelming censorship and alignment to the new government dictates, most of the Brazilian press was silent from 1964 to 1985. However, given the gradual truculence of corporate-military dictatorship, nurtured is a sense of opposition and criticism of the dictatorial state through a press segment called alternative press, nanica or independent. She, in

^{III}Aluno do Programa de Pós-Graduado em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela professora do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Prof^a. Dr^a. Monica Piccolo Almeida. Professor Substituto do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

contrast to the complacency of the great national press to the regime, was systematic criticism of the economic, social and political model of the country with mockery and much humor. So there were several trends that parallel press, for example, leftist newspapers, feminists, anarchists, counter-cultural, among others. But it was the mood of the illustrated criticism, music, poetry and other linguistic aspects that gave the keynote of confrontation to that current government, ie the alternative press was breathing through cracks in the regime's democratic dream.

KEYWORDS: Dictatorship Corporate-Military, Alternative Press, Censorship, Resistance.

INTRODUÇÃO

A partir de 1964, uma grande parcela dos brasileiros passou a experimentar na pele e mediante o silêncio o porquê de reiterarmos a necessidade de um Estado democrático sempre. Envolto por um contexto político muito rígido, ascendeu um projeto de Estado ditatorial rígido e restritivo que perduraria por sofríveis 21 anos. A limitação ideológica vigorava amparada pelos braços coercitivos dos governos dos generais presidentes.

Contudo, nenhum projeto hegemônico perdura sem reações contra-hegemônicas, a sistemática política nacional era mais complexa que a vã filosofia dos militares poderia pressupor. Mesmo com um aparato opressor forte, os governos ditatoriais não silenciavam os “subversivos”. Democracia e liberdade eram palavras de primeira ordem, vários segmentos de classe ratificavam essa possibilidade de restauração do Estado Democrático de Direito com gritos e discursos apaixonados pelas ruas de mãos dadas, “caminhando contra o vento” por uma “Nova Era Política”, apesar de o país acumular experiências democráticas tão frágeis; tínhamos um inimigo em comum, essa era a prioridade para vislumbrarmos um horizonte democrático.

Assim, com o refluxo da resistência armada devido à intensa frente coercitiva dos militares, as indignações se expressavam via alguns canais de comunicação. Dessa forma, desde muito cedo, a Imprensa Alternativa e os diversos gêneros linguísticos que

ela veiculava passaram a compor uma das principais colunas de resistência ao regime ditatorial. Nessa ocasião, ascenderam e se notabilizaram nos meios jornalísticos paralelos, discussões sobre os destinos político, social e econômico do país através de crônicas, poesias, músicas, crítica ilustrada (charges, cartuns, caricaturas e tiras cômicas), entre outros.

Logo, com coragem, heterogeneidade e humor, os jornais alternativos teciam nas incoerências daquela “democracia ordeira” o seu rosto real. Engajaram-se, sucumbiram, reviveram; eram efêmeros, muitos não sobreviviam há poucos meses. Entretanto, morriam e nasciam numa proporção que fazia parecer que sempre estavam ali, prontos para mais um duelo, mais um dia.

A IMPRENSA ALTERNATIVA NO CONTEXTO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

Seguindo o raciocínio de Regina Festa, Bernardo Kucinski, assevera que o período 1968-1978 pode ser observado como acúmulo de forças, caracterizado por uma comunicação de resistência. Os marcos tomados por ela são claramente os do regime, do AI-5 à anistia (KUCINSKY *apud* FESTA, 1991). Dessa maneira, frente à truculência progressiva da ditadura, gestou-se um sentimento de contraposição e crítica ao Estado de Exceção por meio de seguimento da imprensa denominado como imprensa alternativa, nanica ou independente. Ela, em contrapartida a complacência da grande imprensa nacional para com o regime militar, fazia críticas sistemáticas do modelo econômico e político do país com deboche e muito humor. Contudo, existiam várias tendências dessa imprensa paralela que não só a de humor; por exemplo, jornais esquerdistas, feministas, anarquistas, contra-culturais, etc.

Porém, mormente esses aspectos ideários entremeavam-se nos diversos jornais alternativos do país; não existia necessariamente um apego exclusivo a um determinado viés ideológico, o humor satírico das charges, por exemplo, era algo comum entre esses jornais. Apesar de defenderem seus ideais em particular, não se furtavam a uma crítica ao sistema político do Brasil, que era uma espécie de inimigo em comum de todos os jornais independentes (KUCINSKI, 1991).

Adiante, podemos atribuir como ponto de partida consistente da produção de uma imprensa alternativa nesse contexto militarista, o desenvolvimento da revista *Pif Paf*, criada por Millôr Fernandes. Era originalmente uma seção publicada na revista *O*

Cruzeiro, vinculada aos *Diários Associados*¹ de Assis Chateaubriand, existente desde 1928. Esta seção, criada por Millôr, utilizava o humor no desenvolvimento de interpretações críticas sobre o imaginário do universo político do populismo (KUCINSKI, 1991). Contudo, com o advento da ditadura militar muda seu foco e sofre represálias dentro do próprio ambiente de trabalho.

Millôr considera que seu humorismo na fase de *O Cruzeiro* era basicamente ingênuo. No entanto, ele representava, nos anos 60, a culminância da estética do humor no Brasil, porque seu ceticismo absoluto permitia a liberdade criativa total, o não condicionamento pela ideologia, numa atmosfera intelectual em que todos tinham que ser politicamente engajados, nos marcos relativamente estreitos do populismo e do nacionalismo. (KUCINSKI, 1991, p. 24)

A seção *Pif Paf* da revista *Cruzeiro* foi produzida até o ano de 1963; ano em que por conta de uma polêmica com a Igreja Católica devido à publicação de um especial encomendado pela própria revista, denominado *A verdadeira história do paraíso*, em que Millôr Fernandes fizera um conjunto de charges e cartuns que mesclavam figuras bíblicas em críticas à sociedade brasileira. Esse especial pôs o chargista em confronto com a diretoria da revista que não o apoiara; pelo contrário, desferiu-lhe duras críticas tornando inevitável a sua saída. A seção deixa de ser produzida, e Millôr lança uma revista autônoma de mesmo nome configurando-se no que seria o marco da primeira fase da imprensa alternativa.

Pif Paf nasceu sem nenhum esquema profissional de produção. Os humoristas entregavam suas colaborações, mas não trabalhavam na revista. Millôr Fernandes, com a experiência do *O Cruzeiro*, produzia tudo. Uma precariedade que se tornaria marca registrada da imprensa alternativa. (KUCINSKI, 1991, p. 24)

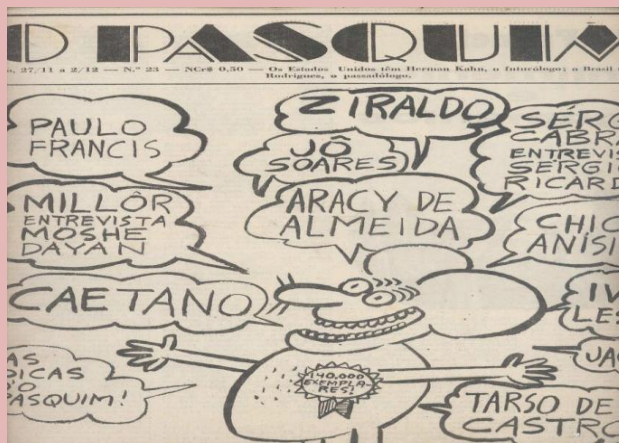
¹Era o maior conglomerado de mídia da América Latina à época, congregando uma série de jornais impressos, redes de rádio e televisão.



Figura 01: Revista *Pif Paf*, Rio de Janeiro nº 3, 1964, intitulada *Capa e Espada*, de Ziraldo.

Entretanto, a revista *Pif Paf* era contundente e incômoda da capa à última página, com elementos simples do dia-a-dia – uma carta de baralho, por exemplo – mostrava a obtusidade militar e sua ostentação de poder mal disfarçada. A resposta fora imediata, várias edições foram apreendidas e a revista fechada. Apesar de sua efemeridade a produção de uma forma alternativa de imprensa revelou-se numa possibilidade plausível de se buscar um espaço para a manifestação de opiniões que se distinguissem da postura oficial do Estado ou da apatia da imprensa de grande poder econômico.

Destarte, na mesma linha da revista *Pif Paf* surgiu em 1969, o jornal *O Pasquim*, tendo como um dos seus principais colaboradores o próprio Millôr Fernandes. No geral, produzia uma postura de oposição menos preocupada com delimitações políticas ou ideológicas, e focava-se na constituição de um espaço de imprensa que permitisse posturas e temas não orientados às vontades do poder. “O projeto era não ter uma ideologia, era um jornal de humor”² (Documentário *Pasquim: a subversão do humor*).



²Entrevista do chargista Miguel Paiva.

Figura 02: *Jornal o Pasquim*³, nº 23, 27/11 a 02/12/1969.

Assim, possuía o humor como uma linguagem oficial, e não mais como um dos elementos da composição de um periódico. Sob o formato de linguagem humorística, *O Pasquim* conseguiu transpor, de forma ímpar, os limites de duração e de alcance da imprensa alternativa, estabelecendo a linguagem do humor como um elemento importante nas manifestações da mentalidade de oposição durante o regime militar brasileiro (KUCINSKI, 1991).

“O Pasquim foi feito...foi feito pra Ipanema. Agora, acontece que naquele momento...esses fatalismos históricos, naquele momento Ipanema pautava o Brasil; Ipanema significava o Olimpo, quer dizer é isso, essa deve ser a grande existência, viver mesmo é viver em Ipanema. E aí, o Pasquim vira o porta-voz desse *modus vivendi* [...] Ele era como uma gota de sangue no algodão...logo o algodão fica todo vermelho; sabe, àquela coisa da...da expansão de uma ideia que chega num campo fértil”⁴ (Documentário *Pasquim: a subversão do humor*).

Apesar de um sistema de improviso constante na elaboração do jornal, não havia uma perda de qualidade dos trabalhos. Ao contrário, a desorganização era equilibrada pelo gênio criativo de intelectuais que viviam entre a boemia e a crítica ou com as duas ao mesmo tempo. Esta imprensa, naquele contexto, se originara da articulação de duas forças básicas: de um lado, o desejo das esquerdas tradicionais de protagonizarem modificações estruturais na sociedade brasileira e do outro o anseio e busca de jornalistas e intelectuais, por espaços razoáveis e alternativos à grande imprensa e à universidade, ambos vigiados ostensivamente pelos milicos (KUCINSKI, 1991).

“ESQUERDA FESTIVA”: O GRITO DOS INTELECTUAIS

De modo que é nessa última, oriunda do desejo e empenho de jornalistas e intelectuais por um espaço independente, que propiciasse o mínimo de atuação crítica e política sobre aquela realidade, e intitulada de “*esquerda festiva*” pelo jornalista carioca Carlos Leonam em 1963, que encontraremos a maior parte dos jornais alternativos de grande repercussão da época. Essa oposição abrangia uma plêiade de jornalistas e

³Na imagem temos o mascote do jornal, o rato “Sig”, nome inspirado em Sigmund Freud. Era utilizado para fazer análises dos valores intelectuais do jornal e de seus colaboradores, e também de seu público num tom carregado de humor.

⁴Entrevista do chargista Zivaldo.

intelectuais variados quase sempre oriundos da classe média com aproximações esquerdistas tímidas ou inexistentes, que irradiaram suas ideias e críticas ao regime militar por todo o país, influenciando diversos outros jornais de mesma vertente pelo Brasil.



Figura 03: Charge de Ziraldo⁵, *O Pasquim*, 1972.

“Na crítica, eu acho que o que havia, era uma cumplicidade que nós tínhamos com os leitores absolutamente extraordinária. A gente sabia muito bem que podia ser hermético, o censor não ia perceber isso, mas, ali adiante certamente o leitor ia saber o que a gente tava dizendo, era uma espécie de um código secreto que a gente utilizava com o leitor”⁶ (Documentário *Pasquim: a subversão do humor*).

Mediante a charge, a imprensa alternativa era impiedosa, falava o que podia e não podia, através de sua habilidade fluida de infiltrar-se nas fissuras do regime. Prova disso era a própria organização textual do jornal, retratada da forma mais próxima possível de uma conversa informal. Diferente da linguagem técnica do jornalismo mais ortodoxo, essa abordagem trazia um ar descontraído à informação, além de variadas críticas embutidas aos sistemas de poder do governo militar.

Nessa mesma trincheira, somaram-se outros jornais de grande relevância nacional, que como *O Pasquim*, foram ferrenhos críticos à ditadura. Nascidos das sequelas do golpe de 1964 ganharam fôlego surpreendentemente e multiplicaram-se por todo o país, gerando continuamente novas experiências a partir das antigas, fosse por fechamento, ruptura, falência ou por meio de qualquer reprodução. Entre eles estavam o *Coojornal*, Rio Grande do Sul; *Pato Macho*, Rio Grande do Sul; *Versus*, São Paulo; *Ex*, São Paulo; *Opinião*, Rio de Janeiro; *Movimento*, São Paulo; *Em Tempo*, São Paulo;

⁵Na imagem, o chargista é genial na crítica aos militares – simbolizados pela espada – ao mesclar texto escrito e imagético com ironia e figuras de linguagem, para expor a resistência através do riso.

⁶Entrevista do chargista Cláudius.

Resistência, Pará – apesar de terem suas bases nas cidades referidas, possuíam sucursais em outros estados do Brasil, com destaque a Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.



Figura 04: Capas de alguns jornais da imprensa alternativa brasileira na década de 1970.

A EFEMERIDADE DOS TABLÓIDES

Contudo, esses tabloides⁷ foram definindo pouco a pouco, em paralelo com o avançar de uma perspectiva de distensão da política nacional. Mormente, buscase um macro elemento decisivo para essa finitude, porém, apesar de se sobressaírem alguns fatores, o mais coerente e provável foi uma soma de elementos que atuaram em maior ou menor proporção em cada jornal. Segundo Bernardo Kucinski (1991), os grandes veículos de imprensa alternativa, entre eles *Opinião* e *Movimento*, acabaram

⁷O termo designa um tipo de formato de jornal surgido em meados do século XX, em que suas páginas tinham dimensões reduzidas, o que condicionava a presença de notícias curtas. Contudo, continha um grande número de ilustrações.

não por causa das dificuldades de toda ordem causadas pela ditadura militar – como a censura prévia, os atentados terroristas de que foram vítimas e os prejuízos financeiros decorrentes desta pressão –, mas como resultado de ação dos partidos políticos de esquerda que, segundo o autor, manipularam permanentemente os jornais, até a sua completa exaustão.

O Pasquim também pagou um preço estético pela sua resistência. Millôr diz que a violência acaba matando o humor. No caso d'O Pasquim foi uma morte por contaminação lenta, até atingir o instante da precipitação. E então, irreversível. De tanto desenhar o forte batendo no fraco, o policial massacrando o estudante, o torturador e o torturado, o humor d'O Pasquim foi se contaminado pelo clichê do bom e do mau (KUCINSKI, 1991, p.164).

No que tange a esquerda festiva, o seu esgotamento se explicaria em suma não por questões partidário-ideológicas de esquerda, mas por conta da avassaladora perseguição e tolhimento criativo pela censura e repressão militar que desencadearam um fim gradativo do jornal. Esse processo se alastrava desde a banca de jornais, que passara a fazer a autocensura devido ao medo dos proprietários de ataques à bomba sabidamente arquitetados pelos milicos, até os habituais desentendimentos ideários e suas separações.

IMPrensa INDEPENDENTE, CRÍTICA ILUSTRADA E HUMOR: DUELOS COM A CENSURA

A censura é pré-existente à ditadura empresarial-militar, há décadas já policiava e controlava as diversões públicas no país. Porém, nos anos de arrocho do regime, ela foi extremada aos interesses dos novos detentores da política nacional. Até 1968, caracterizou-se pela brandura – se comparada ao que se viria – de suas ações, haja vista, que a impressão geral era de que a intervenção não seria duradoura. Em alguns episódios, já desenhava mais ou menos o que estava por vir nos anos seguintes, como no caso do fechamento do jornal *Correio da Manhã*, que lhes dirigia insólitas críticas (FICO, 2004).

Adiante, com a edição do Ato Institucional nº 5 – AI-5 – em virtude da busca dos militares por maior controle dos segmentos subversivos da sociedade (esquerdas, movimento estudantil, guerrilhas, etc) e autolegitimação no poder, “a censura da imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer a instruções

especificamente emanadas dos altos escalões do poder” (FICO, 2004, p. 87). Posteriormente, em 1970, estenderia o seu raio de atuação com o Decreto-lei nº 1.077, que instituiu a censura prévia às publicações contrárias à moral e aos bons costumes.



Figura 05: Charge de Ziraldo, *O Pasquim*, 1972.

Assim, a imprensa alternativa com sua crítica contundente e ridicularizante em pouco tempo sofreria com a censura cotidiana nas redações. Todavia, não se rendiam, o riso provocado pelos trabalhos humorísticos, que desencadeava um efeito de catarse sobre as pressões e medos da população, se mantinha firme. Mesmo porque, apesar de ser um aparelho de coerção intelectual eficiente, a censura contava com limitações próprias de sua essência autoritária e mecânica.

Adiante, ao dirigir a atenção a um determinado indivíduo, ou fato, o desenhista atua com toda a sua carga subjetiva, emocional e racional. A ação cômica, por vezes, guarda um desprendimento da emoção, é ferina e pontual, expõe as entranhas implícitas do outro sem misericórdia, afinal, constranger é a sua natureza. A arte do chargista, por exemplo, e demais profissionais do humor gráfico, consiste em nos dar a conhecer o real pelo cômico imagético, nos introduzir a tal ponto na intimidade da sua arte e nos fazer agentes daquela indignação veiculada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa alternativa foi uma das grandes porta-vozes da sociedade brasileira em tempos em silêncio e ordem eram sinônimos de “cidadania”. Uma parte da grande imprensa suprida por comodidades junto ao governo ditatorial se calou. Outra parte, apesar de relutante, ou foi calada, ou teve uma sobrevivência mais vergonhosa ainda, adequou-se aos ditames impostos. Em verdade, sobreviver ao regime era sempre uma tarefa homérica, afinal, os que se prestavam à driblar o aparato censor tinham que se valer táticas camaleônicas de linguagem diariamente.

Apesar de haver dois eixos de orientação básicos da imprensa alternativa, canais esquerdistas e espaços de diálogo para jornalistas e intelectuais não alinhados aos espaços da grande imprensa cerceados pela Lei de Imprensa, como pondera Bernardo Kucinski, o elemento que dá o tom das abordagens é o humor, em grande partida, expresso nas charges, cartuns, caricaturas e tiras.

Tudo que está imbricado em seus traços é permeado de códigos inteligíveis a qualquer um, o indivíduo só precisa estar vivo para um dos múltiplos sentidos lhe tocar. Visto que é uma arte do cotidiano, logo, do povo. A sociedade heterogênea que é, faz então catarses por meio da crítica ilustrada através do cômico, pela reflexão burlesca. Desse modo, por vezes, a sensação que temos é a de que os chargistas e/ou cartunistas nos leram a mente e falaram por nós, responderam às arbitrariedades cometidas àquilo que historicamente construímos como caro à nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; LIMA, Aline Cristina Silva. **Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula**. Roteiro, v. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição – 2006 – HUCITEC.

BERGSON, Henri. **O RISO - ensaio sobre a significação do cômico** / Henri Bergson. - segunda edição, Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1983.

BLOCH, Marc Léopold Benjamin. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**; tradução: André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem** / Peter Burke; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

CIRNE, Moacy. **Uma introdução política aos quadrinhos.** Rio de Janeiro, Achiané / Angra, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci, estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. A ação política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar** / Carlos Fico. – Rio de Janeiro, Record, 2004.

FLÔRES, Onici. **A leitura da charge.** / Onici Flôres – Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

História da imprensa no Brasil / Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

JORGE, Sebastião Barros. **A linguagem dos pasquins** / Sebastião Jorge. – São Luís: Lithograf, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa.** São Paulo: Scritta, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos.** Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53 • ISSN 1518-4196.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Editora Vozes, 2ª edição, 1984.

NERY, João Elias. **Charge e Caricatura na construção de imagens públicas**. São Paulo: PUC/SP. Tese de doutoramento em Comunicação e Semiótica. 1998.

NICOLAU, Marcos. **As tiras e outros gêneros jornalísticos: uma análise comparativa**. Revista Eletrônica Temática. João Pessoa-PB: 2009.

O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. – (O Brasil Republicano; v.4).

O Pasquim: A Subversão do Humor. Documentário dirigido por Roberto Stefanelli/Produção: TV Câmara, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade / Daniel Aarão Reis**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica?** / Lúcia Santaella. – Coleção 103, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **O que e como ensinar: por uma História prazerosa e consequente**. In: KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-36.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

OS VINTE ANOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UNESCO EM SÃO LUÍS

André Rodrigues De Freitas¹

RESUMO

O trabalho mostra a evolução de políticas públicas para a conservação patrimonial, cultural e artísticas após vinte anos do título de **PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE PELA UNESCO**, em 1997. Qual a influência e o ganho trazidos pelo reconhecimento internacional? De que forma o salvaguardo internacional, gerido e articulado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, beneficiou o acervo monumental da Cidade de São Luís? A pesquisa pretende rever as ações de cunho político em investimentos e particularidades na área conhecida e legalmente tida como Centro Histórico de São Luís. Como finalidade, ou objetivo geral, o trabalho almeja o pré-projeto para candidatura ao *Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas – PPGHEN/UEMA* -, através da aglomeração, análise particular, acervo fotográfico e iconográfico, bem como histórico, dos 44 monumentos, prédios e aglomerados urbanos listados ao *PAC – Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas* em sua vertente no Maranhão.

Palavras-chave: Patrimônio, São Luís, UNESCO.

ABSTRACT

The work shows the evolution of public policies for equity, cultural and artistic conservation after twenty years of title **CULTURAL HERITAGE OF HUMANITY BY UNESCO**, in 1997. What influence and gain brought by the international recognition? How international preserved, managed and coordinated by HHINA - Historical Heritage Institute for National Artistic - benefited the monumental collection of the City of São Luis? The research aims to review the political nature of equity investments and particularities in the area known and legally regarded as São Luís Historical Center. As purpose or general objective, the work aims to pre-design for application to the *Graduate in History Program , Education and Narratives - GHPEN/ State University of Maranhão* - through agglomeration, particular analysis, photographic and iconographic collection as well as historical, the 44 monuments, buildings and urban areas listed the *GAP - Growth Acceleration Program - Historic Cities* in his shed in Maranhão.

Keywords: Heritage, São Luís, UNESCO.

¹ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Universidade CEUMA, 2015; Graduando Bacharel em Engenharia Civil, Instituto Federal do Maranhão – IFMA.

INTRODUÇÃO

A Ilha de *Upaon-Açu* foi o ponto de chegada para o desbravador Daniel de La Touche ou Senhor de La Ravardière, em comando às ordens de Henrique IV², rei da França com o objetivo de criação da França Equinocial, uma investidura para expandir o território francês em terras ocidentais.



FIGURA 1: Azulejo português, Rua Portugal, Praia Grande – São Luís/Ma. Fonte: FREITAS, A. R., 2016.

Era 1612, a terra do Golfo Maranhense ainda estava sob domínio dos índios que ali fixavam identidade. Anteriormente as expedições que vieram a Ilha do Maranhão (Ilha de São Luís) fracassaram na tentativa de trabalho com os habitantes nativos, como relata o arqueologista, chefe da comissão do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Via Expressa³, afirma em seu livro:

A história colonial do Maranhão, em especial da Ilha de São Luís, começou a ser construída no reinado de Maria de Medicis, quando Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, obteve alforização da coroa francesa para realizar sua expedição de reconhecimento do Norte do Brasil, no intuito de fundar a França Equinocial, atualmente São Luís.(BANDEIRA, 2013).

A peculiar posição geográfica e a proximidade com a Amazônia Brasileira gerou olhares curiosos para o domínio da área. Estão presentes vestígios dos europeus desde muito cedo em São Luís.

² Henrique IV (Pau, 13 de dezembro de 1553 - Paris, 14 de maio de 1610), também conhecido como "o Bom Rei Henrique", foi o Rei de Navarra como Henrique III de 1572 até sua morte, e também Rei da França a partir de 1589. Era filho de Antônio, Duque de Vendôme e Joana III de Navarra, sendo o primeiro monarca francês da Casa de Bourbon. Fonte: WIKIPÉDIA (acesso em 16/09/2016).

³ O Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Via Expressa foi um programa criado e supervisionado pelo IPHAN Maranhão durante as fases de terraplanagem que antecederam os trabalhos para a criação da Via Expressa no bairro do Vinhais Velhos em São Luís do Maranhão.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN – mantém-se em posição de articulador e corpo técnico para a preservação do acervo cultural e histórico-artístico, material ou imaterial, da Cidade Capital Patrimônio da Humanidade (1997)⁴ desde a década de 1940.

É de reconhecimento, até mesmo de turistas europeus, a forte influência e o aspecto da área que concentra o acervo de tombos em instancias municipais, estaduais e federais. São Luís, Jamaica brasileira, Caribe brasileiro, Ilha do amor, Cidade dos azulejos (ver *figura 1*), sinônimos que descrevem não somente um nome para a cidade, refletem um sentimento compartilhado em cultura por todos aqueles que têm o prazer em vislumbrar na capital maranhense, como mostra a *figura 2*.



FIGURA 2: Rua Portugal, Praia Grande – São Luís/Ma. Fonte: FREITAS, A. R., 2016.

PRIMEIROS TRAÇOS DA PESQUISA

Como citado na introdução, o objetivo desta pesquisa resulta em material bibliográfico para os vinte anos do título de Patrimônio Cultural da Humanidade através do pré-projeto para o PPGHEN/UEMA desenvolvido a partir do interesse da pesquisa para a pós-graduação no rico acervo de São Luís.

A ideia surge em um ambiente típico do cotidiano do Autor: o Centro Histórico de São Luís. A beleza indiscutível e a forte presença (atualmente) de canteiros de obra na região delimitada pelo acervo tombado, desencadearam um estudo preliminar de caráter informativo, utilizado em redes sociais⁵ pessoais do autor.

⁴ A cidade de São Luís recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1997, pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO -.

⁵ Instagram: @freitas_andrerodrigues.

A fotografia é outra paixão que levou ao interesse objetivado na pesquisa: o livro ou memorial (como prefiro que se chame). Somado à oportunidade técnico-acadêmica ainda como universitário do curso de *arquitetura e urbanismo*, em 2014.

Me refiro às aulas práticas da disciplina *técnicas retrospectivas* ministradas pela Professora Stella Regina Brito, em meio a restauração da Catedral da Sé (Igreja de Nossa Senhora da Vitória) e a criação do Museu de Arte Sacra do Maranhão (2º piso da Catedral da Sé), mostrados na *figura 3*, em meados do ano de 2014. A obra de restauro foi uma das primeiras ações do IPHAN em resposta ao PAC Cidades Históricas, devido à influência que o prédio tem no acervo da cidade e a precariedade na conservação da igreja.



FIGURA 3: Fachada frontal da Catedral da Sé, São Luís/Ma. Fonte: FREITAS, A. R., 2014.

Na presente visita fomos apresentados às descobertas de peças da Igreja ainda quando era o Mosteiro original. Também presenciamos a aplicação de técnicas de análise para o ato da restauração do acervo arquitetônico e artístico sacro encontrado ali.



FIGURA 4: Técnica da prospecção cromática (salão da arquidiocese). Fonte: FREITAS, A. R., 2014.

Na *figura 4* temos a técnica da prospecção cromática – ato de descamar a superfície em estudo para apresentação das camadas cromáticas sobrepostas ao longo dos anos – e a coleta da película de ouro que reveste o altar mor (*figura 5*).

Na análise preliminar constatou-se que o estudo da cronologia cromática fica demarcado de baixo para cima. O tom avermelhado situado na base da escala cromática

(figura 4), é prova evidente do mosteiro que havia anteriormente à Igreja de Nossa Senhora da Vitória. O nome da igreja é homenagem à vitória de Jeronimo de Albuquerque ao expulsar os franceses na batalha da Guaxenduba⁶.



FIGURA 5: Detalhe do *altar mor* da Catedral da Sé, São Luís/Ma. Fonte: FREITAS, A. R., 2014.

Todo o aprendizado com a vivência descrita resumidamente neste capítulo resulta no interesse em pesquisar e dessa forma entender a cultura impregnada a tantos monumentos que nos abraçam em visita ao Centro Histórico da cidade de São Luís.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para captar informações e documentos que descrevessem a amplitude entorno do patrimônio histórico foi a pesquisa documental. Buscando no acervo conhecido como tombo a possibilidade de registros que construíssem uma perspectiva que delimita-se a temática e direciona-se o objeto de estudo.

A cidade de São Luís é o loco da pesquisa. O acervo de tombos nacionais no Centro Histórico era o objeto para o estudo, mas somente com dois pontos certos do trabalho, a pesquisa teria pelo menos outras 200 (duzentas) etapas de análise do acervo nacional, isso para os tombos do IPHAN, para o acervo do Centro Histórico salvaguardado pelo Estado do Maranhão está uma área de 160 (cento e sessenta) hectares, com 5.300 (cinco mil e trezentos) bens tombados. Seria necessário o estudo particular dos 200 (duzentos) monumentos (individuais e coletivos) que estão descritos no dossiê⁷ do IPHAN enviado à UNESCO, em 1997.

Então outro ponto delimitou o estudo. O fator político era a peça que faltava para garantir um estudo com margem e ascensão para o trabalho bibliográfico almejado.

⁶ A Batalha da Guaxenduba ocorreu em 19 de novembro de 1614, próximo à área da atual Cidade de Icatu, no Estado do Maranhão. De um lado Portugueses e *Tabajaras*, do outro, Franceses e *Tupinambás*. A expulsão definitiva dos franceses de terras maranhenses ocorreu um ano mais tarde, em 4 de novembro de 1615.

⁷ Dossiê UNESCO é o documento elaborado para obtenção do reconhecimento da UNESCO que garantiu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade a Cidade de São Luís.

Ao utilizar a manifestação política com o Programa de Aceleração do Crescimento: Cidades Históricas – PAC Cidades Históricas – o acervo seria reduzido a 44 (quarenta e quatro) bens com a obtenção de garantia social impregnada ao programa e definida como prerrogativa para uso de investimento público provindo do governo federal.



FIGURA 6: Museu de Artes Visuais – MAV -, Rua Portugal, Praia Grande – São Luís/Ma. Fonte: FREITAS, A. R., 2016.

O MAV (*figura 6*) – Museu de Artes Visuais – da Rua Portugal (Praia Grande) é um exemplo marcante de presença neste investimento. Um dos prédios históricos mais retratados em publicidade turística da Capital, apesar de ser um monumento ativo – concentra um museu – sofre com a carência na conservação do mesmo. O prédio está escalado para restauro, mas ainda sem previsão de início.

A prática metodológica se dá na elaboração de acervo fotográfico e no memorial descritivo dos bens tombados que serão usados para a forma finalizada deste estudo: o livro.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para propor uma finalização à pesquisa deste estudo o percurso e o passo-a-passo na busca pelo entendimento do empreendimento chamado *patrimônio* requer a consulta a um acervo diversificado que se compõe na origem e definição do domínio cultural para o Estado Democrático da República Federativa do Brasil, em suma, exposto em forma legal na Constituição Federal (1988), especificamente no *art. 216* que define o patrimônio cultural brasileiro:

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira[...].” (BRASIL, 1988).

Os arquivos documentais que geraram o *Decreto Estadual nº 7.435*, articulados pela *Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN-MA)*, em 1979, resguardam uma área de 60 (sessenta) hectares, em sua fase primária, na região que compreende bairros da cidade de São Luís: Praia Grande, Desterro e Ribeirão. A demarcação da área sofreu ampliação e abrange 160 (cento e sessenta) hectares desde 1986⁸.

É importante ressaltar que o tombamento e demarcação do Centro Histórico de São Luís foi posicionamento político para o resguardo da área que abrangia os monumentos individuais (e de conjunto) tombados pelo IPHAN em 1974. A segunda manifestação, com a ampliação da área de salvaguarda, tinha o objetivo de receber incentivo e investimentos públicos oriundos do tesouro nacional.

Para isso a inscrição, o dossiê e a concessão do tombamento pelo IPHAN são imprescindíveis para o entendimento físico, espacial, cultural, artístico e institucional do acervo delimitado pelo tombamento Federal que gera o título de Patrimônio Cultural da Humanidade a Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão.

A saber, o tombamento arquitetônico e paisagístico do conjunto, individual ou coletivo, delimitado ao Centro Histórico, em 1974, pelo Instituto Nacional está lavrado sob o Processo nº 454-T-57 e inscrição com nº 64 no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. A consulta de documentos desse aspecto patrimonial é feita sob a régia ação do IPHAN desde a década de 1940 – o IPHAN foi fundado em 1937, tinha sua sede nacional no Palácio Capanema (Rio de Janeiro), antigo Ministério da Educação e Cultura, o Edifício Gustavo Capanema foi entregue em 1947 -, com sede nacional em Brasília desde 1960.

Os documentos do Instituto do Patrimônio foram consultados e textos técnico ou de abrangência nacional/internacional foram feitos sobre pesquisa na *rede mundial de computadores* na plataforma conhecida como *google acadêmico*, datas e descrições contidas por informalidade foram dispensadas. É natural o uso das fontes citadas em artigos e publicações encontradas nesta fase da pesquisa e de forma precisa serão elencadas no corpo do trabalho, bem como em notas de *rodapé*, quando citados de forma breve no estudo.

Esta fase da pesquisa ainda faz uso dos demonstrativos relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – em sua forma conhecida como PAC Cidades Históricas, sendo parte integrante do PAC 2, articulado pelo Ministério do Planejamento e tido como programa para *infraestrutura social e urbana*. Como tal gestão baseia-se em dados geralmente estatísticos sem conotação formal para a área técnica ao qual esta pesquisa se enquadra, utilizou-se como base referencial ao PAC Cidades Históricas, o

⁸ Decreto nº 10.089, de 6 de março de 1986.

documento intitulado *PAC Cidades Históricas: uma nova perspectiva para a valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro* (IPHAN). O IPHAN mantém todas as informações pertinentes às ações do PAC Cidades Históricas em sua plataforma online - www.iphan.gov.br -, com laudos e gráficos do uso do investimento por cidade e trabalho executado, todos os dados são de domínio público, podendo ser consultados a qualquer momento e horário, e indagados através de ferramentas dispostas no site do instituto.

O investimento na Cidade de São Luís, para a conservação e restauração de 44⁹ monumentos possui receita de R\$ 133,16 milhões, dos R\$ 1,6 bilhões estimados para o programa PAC Cidades Históricas.

OBJETIVO GERAL E SECUNDÁRIOS

Esta pesquisa é um documento de pré-projeto para candidatura ao *Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativa* (PPGHEN/UEMA) da Universidade Estadual do Maranhão e possui como objetivo geral, ou finalidade, o respaldo científico para a composição de material bibliográfico. O livro que se objetiva com este trabalho tem caráter comemorativo e técnico-científico. *Os vinte anos de Patrimônio Cultural pela UNESCO em São Luís* – título do trabalho e possível título do livro – deve gerar um memorial do acervo tombado pelo IPHAN e agraciados pelo PAC Cidades Históricas, dentre outros monumentos característicos de São Luís que não são abrangentes ao PAC, mas possuem referencial para a cidade e em arquitetura, área de atuação do autor. A saber, pretende-se fazer um detalhamento da Praça Maria Aragão, localizado próximo a Igreja e o Largo dos Remédios (tombados pelo IPHAN), projeto do arquiteto Oscar Niemeyer com conceitos modernos e uso de concreto armado em toda sua composição.

Como objetivos secundários estão limitados às descrições arquitetônicas dos monumentos objetivados para o livro, bem como o acervo fotográfico e iconográfico gerado na pesquisa.

A CONSTRUÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

O reconhecimento intelectual do Centro Histórico de São Luís ganhou visibilidade em caráter internacional com as publicações do engenheiro norte-americano John Gisiger¹⁰, ainda em 1979, nos percursos projetos de salvaguardo do centro histórico, a Praia Grande em especial.

⁹ Lista de ações. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN -, www.iphan.gov.br.

¹⁰ John Ulric Gisiger, arquiteto formado pela *Cornell University*, Estados Unidos.

Segundo SILVA (1997), a preservação do complexo histórico do *Reviver* só foi possível devido o interesse político visto pelo então governador do Estado do Maranhão, o Sr. João Castelo, articulando a criação do Centro Histórico de São Luís, através do *projeto reviver*, como o nome sugere, tinha o objetivo de reavivar a parte antiga da Capital e propor o desenvolvimento turístico e artístico da cultural encontrada ali.

O grande acervo arquitetônico colonial dos séculos XVIII e XIX era o pontapé inicial para o título de Patrimônio pela UNESCO. Uma vez que o centro de São Luís sofre duas etapas anteriores à candidatura ao salvaguardo internacional.

O estudo de Gisiger foi elaborado entre 1977 e 1979, com isso a Secretária de Planejamento do Estado do Maranhão – SEPLAN-MA – abriu a comissão para desenvolver o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico – PPRCH – confirmando a necessidade do “Decreto Estadual nº 7.435 de 16 de novembro de 1979, no âmbito da SEPLAN-MA” (SILVA, 1997, p. 28).



FIGURA 7: ZPH – Zona de Preservação Histórica, Lei 3.253, São Luís, 1993. Fonte:

http://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anejos/1188_3-

[lei n. 3.253 de 29.12.1992 d.o.m. n.88. pags. 06-27.pdf](#) (acesso em 01/09/2016).

Em fatores legais a Cidade de São Luís ainda teve de representar o salvaguardo do Centro Histórico em forma de lei exposto na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo¹¹ (*figura 7*), hoje uma obrigatoriedade exigida pelo Ministério das Cidades aos municípios que devem possuir um Plano Diretor. São Luís por ter mais de 100 (cem) mil habitantes e ser polo turístico e histórico, necessita da ferramenta para garantir investimentos de cunho federal e parcerias internacionais para preservação.

A LEGALIDADE DO ACERVO TOMBADO E A FIGURA DO IPHAN

O termo legal para o salvaguardo pela UNESCO do acervo patrimonial do Centro Histórico de São Luís, após o dossiê elaborado pelo IPHAN, é o Processo nº 454-T-57,

¹¹ Lei Municipal nº 3.253 – Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de São Luís -, São Luís, 1992.

inscrito sob o nº 64 no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* (IPHAN, 1997).

Também fazem parte do registro a descrição arquitetônica e artística de cada um dos 200 (duzentos) bens tombados. A saber, em seu registro estão 200 bens em 14 quadras do Centro Histórico de São Luís, o tombamento pela UNESCO, através do registro de bens tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN-.

Além dos bens arqueológicos descobertos pela comissão da Via Expressa no ano de 2012 com articulação do IPHAN e descritas pelo Dr. Arkley Bandeira em seu livro (BANDEIRA, 2013).

O próprio prédio do IPHAN¹² em São Luís pretende-se descrever no livro objeto de estudo desta pesquisa. A saber o Sobrado da Baronesa de Anajatuba, datado de 1872, localizado na Rua do Giz, nº 235, em São Luís, concentra o prédio do IPHAN, esta unidade do instituto já esteve à frente, além do estado do Maranhão, dos estados do Piauí e Ceara, até o ano de 1990. Sendo a 3ª Coordenação Regional, com jurisdição exclusiva no Maranhão.



FIGURA 7: IPHAN Superintendência do Maranhão, São Luís. Fonte: IPHAN (www.iphan.gov.br).

POLÍTICAS E INVESTIMENTO: PAC CIDADES HISTÓRICAS

O posicionamento político em prol do resguardo patrimonial em São Luís tem início ainda nos primeiros anos do IPHAN, que data de 1937. Os tombamentos federais em São Luís, em 1940, limitaram-se a bens de propriedade da Igreja, como o tombamento da Capela da São José das Laranjeiras e do Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras.

Em 1955, ocorrem os primeiros tombamentos coletivos, ou de conjunto urbano, em São Luís, pelo governo federal. Os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da Praça

¹² O Sobrado da Baronesa de Anajatuba é sede do IPHAN Maranhão desde 1988.

Benedito Leite e da Praça João Francisco Lisboa (Praça João Lisboa), o conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Desterro, e o acervo arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias.

Com a presença de John Gisiger, em 1974, foram integrados em um grande perímetro de proteção, uma área de 60 hectares que incluía os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, sob a denominação de *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís*. O título da UNESCO e a criação do Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas, os bens tombados, particularmente 44 (*figura 8*) desses bens, estão sendo restaurados e sua preservação ganha novos horizontes com as políticas de uso e função social delimitados para a proteção do bem sob conservação pública através do uso dos mesmos.



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Nº	UF	Município	Descrição da intervenção
98	MA	São Luís	Restauração do Palácio das Lágrimas - UFMA - Palácio da Ciência
99	MA	São Luís	Restauração do Sobrado do Fórum Universitário - UFMA - Curso de Direito
100	MA	São Luís	Restauração do Palácio Cristo Rei - UFMA - Retoria
101	MA	São Luís	Restauração do sobrado da Rua da Estrela, 386 - FAPEMA
102	MA	São Luís	Restauração do imóvel da R. 14 de Julho - Teatro Tablado - UFMA
103	MA	São Luís	Restauração do sobrado da Rua da Estrela - Faculdade de História
104	MA	São Luís	Restauração da Fábrica São Luís - Câmara de Vereadores
105	MA	São Luís	Restauração do Mercado Central
106	MA	São Luís	Restauração da Estação Ferroviária - Centro Cultural
107	MA	São Luís	Restauração e adaptação do Palacete da R. Formosa, 46 - Sec. Mun. de Turismo
108	MA	São Luís	Restauração do Sobrado da Av. Pedro II, 199/205 - Junta Comercial
109	MA	São Luís	Requalificação da Pç. João Lisboa e Largo do Carmo
110	MA	São Luís	Restauração da Igreja do Carmo
111	MA	São Luís	Implantação da Praça das Mercês
112	MA	São Luís	Requalificação da Pç. da Alegria
113	MA	São Luís	Restauração do Sobrado da R. Portugal, 303 - Secretaria do Estado da Cultura
114	MA	São Luís	Restauração do Solar dos Vasconcelos - Dep. De Patrimônio Histórico
115	MA	São Luís	Restauração da Escola de Música do Estado do Maranhão
116	MA	São Luís	Restauração do Sobrado da Baronesa de São Bento - COTEATRO
117	MA	São Luís	Restauração do Museu Histórico Artístico do Maranhão
118	MA	São Luís	Restauração do Teatro Artur Azevedo
119	MA	São Luís	Restauração do sobrado da R. Portugal - Secretaria de Turismo
120	MA	São Luís	Restauração do sobrado da R. Portugal - Casa de Nhozinho
121	MA	São Luís	Restauração do Antigo Galpão de Algodão - Centro de Criatividade Odylo Costa Filho
122	MA	São Luís	Restauração do Sobrado da Rua do Giz - Centro de Cultura Popular
123	MA	São Luís	Restauração do sobrado da R. Portugal - Museu de Artes Visuais
124	MA	São Luís	Restauração do sobrado da R. Giz - Centro de Arqueologia
125	MA	São Luís	Restauração do sobrado da R. da Estrela - Biblioteca Escolar
126	MA	São Luís	Restauração do Teatro João do Vale
127	MA	São Luís	Restauração do Sobrado do Arquivo Público
128	MA	São Luís	Restauração da Antiga Alfândega - Casa do Maranhão
129	MA	São Luís	Restauração do sobrado à R. de Nazaré, 316 - Secretaria de Direitos Humanos
130	MA	São Luís	Requalificação da Fortaleza São Luís
131	MA	São Luís	Restauração do sobrado do Centro Artístico Operário
132	MA	São Luís	Recuperação do sobrado à R. de Nazaré, 135 - anexo do Museu de Gastronomia
133	MA	São Luís	Restauração e de casarões na R. do Giz - Implantação do Polo Digital
134	MA	São Luís	Restauração da Igreja de Santana
135	MA	São Luís	Restauração da Igreja de Santo Antônio
136	MA	São Luís	Restauração da Igreja de São João
137	MA	São Luís	Restauração de casarões na R. da Palma, 445 e 459 (habitação de interesse social)
138	MA	São Luís	Restauração da Fachada de Azulejo do Sobrado da Praça João Lisboa, 37
139	MA	São Luís	Requalificação Urbanística da R. Grande (incluindo embutimento da fachada aérea)
140	MA	São Luís	Restauração do Sobrado R. Nazaré, 58 - Centro Educacional Guaxenduba
141	MA	São Luís	Restauração do Sobrado à Rua do Giz esquina com Rua 14 de Julho - Escola de Música da UEMA
142	MA	São Luís	Restauração do sobrado da Praça Antônio Lobo - Casa do Estudante - UEMA

FIGURA 8: Lista de bens. Fonte: IPHAN (original)/FREITAS, A.R.(adaptação).

BREVE CRÍTICA

As políticas investidas na conservação e preservação do Centro Histórico de São Luís do Maranhão é percebida ao longo dos anos em um passado próximo. Muitos métodos utilizados para o resguardo foram tidos como ultrapassados, como por exemplo a limitação do tráfego da região tombada com o intuito de preservar o local, o que tivemos foi o completo abandono da área e a desvalorização dos bens ali fixados.

A vida que permeia o Centro Histórico é um bem também tido pelo IPHAN como resguardado. A população culturalmente rica não deixa seu bem maior se perder com o tempo. E manifesta-se em vez de apenas sobreviver.

Os investimentos no resguardo e na cultura popular da cidade têm-se permitido a continuidade viva para sua preservação em forma ampla. O cidadão deve salvaguardar seu bem, sua cultural, sua identidade.

Medidas como o *cercos* feito nos primeiros métodos de resguardo, que consistia em blocos de concretos impedindo a circulação de veículos automotivos na área de tombamento nacional foi uma prática errônea, que logo foi remediada, possibilitando o indivíduo residente e com vínculo na área obter o livre tráfego.

Talvez a maior crítica e uma possível ação benéfica tida na execução do PAC Cidades Históricas em São Luís, e no programa por inteiro, esteja no cadastro profissional/técnico e popular, para investidura nos trabalhos de restauro dos bens que foram elencados ao programa. Com isso pode se ver a ascensão do interesse pelo bem patrimonial. A proximidade no trato para conservação e restauro dos monumentos foi um ganho, ao qual tive a oportunidade através da academia de arquitetura e urbanismo, ministrada por um dos integrantes do *dossiê UNESCO*, a Professora Stella Regina Brito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa pretende-se garantir meios e fundamentação para a elaboração de um memorial descritivo dos 44 (quarenta e quatro) bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e pleiteados ao programa do Governo Federal – o PAC Cidades Históricas – em comemoração aos vinte anos do título de Patrimônio Cultural da Humanidade recebido, em 1997, pelo Centro Histórico de São Luís. Os dados, descrições, acervo fotográfico e iconográfico a ser utilizado no trabalho finalizado deve ser parte integral do objeto desse estudo e gerar o documento almejado com este trabalho, o livro: *Os vinte anos de Patrimônio Cultural pela UNESCO em São Luís*.

Aos leitores e interessados, o acervo e as descrições prévias poderão ser compartilhados sob consulta através do autor desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Arkley Marques. *Vinhais velho: arqueologia, história e memória*. IPHAN. São Luís, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRITO. S. R. *Aulas de Técnicas Retrospectivas*. Universidade CEUMA. São Luís/Ma, Brasil, 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens Tombados: Centro Histórico de São Luís*. Brasil, 2016. Acessos entre junho e setembro de 2016 (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>).

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. PAC Cidades Históricas. Brasil, 2016. Acessos entre junho e setembro de 2016 (<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/A%C3%A7%C3%B5es%20selecionadas.pdf>).

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. PAC Cidades Históricas: Investimentos por cidades. Brasil, 2016. Acessos entre junho e setembro de 2016 (<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Investimentos%20por%20cidade.pdf>).

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. PAC Cidades Históricas: São Luís do Maranhão. Brasil, 2016. Acessos entre junho e setembro de 2016 (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/291>).

IPHAN. Dossiê UNESCO: Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Brasil/França, 1997. Acesso em setembro de 2016 (http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20SAO%20LUIS_pt.pdf).

SILVA, Ronald Almeida. Proposta do Governo do Estado do Maranhão para a Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. 2. ed. São Luís, 1997.

MARIA ARAGÃO E A “BATALHA DA MEMÓRIA”¹ ENVOLVENDO A DITADURA MILITAR²

MARCELO FONTENELLE E SILVA^{3*}

Resumo: Maria Aragão foi médica, militante do Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, da chamada “corrente prestista” no Maranhão. A fase final de sua vida e seguinte à morte foram marcadas por uma série de homenagens e construções de documentos biográficos e autobiográficos, conferindo à construção de sua memória um lugar central na construção da memória da Ditadura Militar e da “resistência” maranhenses. Assim, o presente trabalho parte dos documentos autobiográficos escritos por Maria Aragão e reunidos em dois livros e uma revista publicada pela ocasião do seu aniversário em 1988. Tem-se por objetivo avaliar o significado destas produções em meio aos embates, ocorridos tanto em âmbito nacional quanto estadual, pela reconstrução do passado recente após o período ditatorial. Percebe-se, assim, a omissão do apoio/colaboração de agentes políticos e setores significativos da sociedade, além da construção de uma versão memorialística apaziguadora, onde praticamente todos encontram um lugar na “luta contra a Ditadura”.

Palavras-chave: Maria Aragão; memória; conciliação.

1) Introdução

O término de ditaduras (e outros contextos históricos fortemente marcados pela violência política) costuma ser seguido por disputas pela reconstrução do passado recente, o que envolve diversos agentes e meios. Tais reconstruções envolvem não só lembranças, esquecimentos e silêncios, como é próprio às reconstruções memorialísticas, mas também a criação de mitos e heróis e uma dificuldade especial em

¹ O título toma de empréstimo a expressão usada por Napolitano (2015) em seu capítulo intitulado “Os historiadores na „batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil”.

² O presente trabalho constitui em uma versão preliminar do que será abordado em um dos capítulos da dissertação que venho desenvolvendo no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Poder e Política (NEPP), orientado pela professora Doutora Arleth Borges, que deverá ser defendida até março de 2017.

^{3*} Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão e mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. Bolsista Capes.

lidar com o problema do *consenso* – ou seja, a omissão/negação do apoio e/ou indiferença de seguimentos da sociedade ao regime imposto (GROPPO, 2015).

O período imediato que segue o fim de uma ditadura tende não só a ignorar o consenso, mas a valorizar a violência, a repressão e as demandas por reparação. Neste momento, os apoiadores declarados da antiga elite política costumam se esforçar por ser esquecidos e se manter em silêncio. Paralelamente, as novas elites políticas se empenham na construção de uma memória pública que exalta certos aspectos – como a resistência e o sofrimento das vítimas - e apaga outros – como o apoio ou a indiferença de segmentos da população ao regime imposto.

Mas, vale frisar, isto varia com o tipo de ditadura e a forma de transição para o novo regime. Nas “transições negociadas” (tal qual a brasileira⁴), onde permanecem com um peso significativo, na nova conjuntura política, os partidários da ditadura encerrada, é ainda mais provável a prevalência dos “pactos de silêncio” (GROPPO, 2015).

Independente do modelo de transição, porém, acontece uma releitura do passado que cria mitos. Os dois principais que costumam se sobressair são: o da “vítima inocente” e o da “resistência”. O primeiro apresenta a sociedade como vítima, excluindo os questionamento sobre responsabilidades individuais ou coletivas. Já o segundo narra a sociedade como heroica, tendo resistido bravamente à ditadura (GROPPO, 2015). Em ambos sobressai a homogeneização da “sociedade”, ora como vítima que sofre – e apenas sofre - as consequências de certas ações, ora como tendo constantemente e em seu conjunto resistido contra o regime imposto.

Como já era de se esperar, portanto, o fim da Ditadura Militar⁵ brasileira deu-se paralelamente a uma série de embates pela reconstrução do passado recente⁶. O modelo

⁴ Segundo Napolitano (2015), “a transição brasileira foi longa, tutelada pelos militares, com grande controle sobre o sistema político, apesar do desgaste de anos ocupando o poder de Estado. Foi altamente institucionalizada na forma de leis e salvaguardas. Foi negociada, ainda que as partes fossem assimétricas, posto que os civis liberais e moderados foram ganhando um espaço paulatino no sistema político até voltarem ao Poder Executivo federal em 1985. Além do mais, a hegemonia liberal e moderada, nesse processo, neutralizou as demandas por justiça da esquerda atingida diretamente pela repressão” (NAPOLITANO, 2015a, p. 323).

⁵ Optei pela denominação “Ditadura Militar” seguindo a orientação de Carlos Fico (2014). Nas palavras do autor: “Se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo governo, como se verificou nos episódios do Ato Institucional e da escolha do general Castelo Branco para a Presidência (...). Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar” (FICO, 2014, p. 38). Não pretendo, com isso, ocultar a participação civil - o que inclui vários seguimentos empresariais - na consecução do golpe e desenrolar do regime, mas destacar a proeminência dos setores militares.

de reconstrução deste período que foi/é mais difundido, segundo Reis Filho (2014), se deu com base na “demonização” do período anterior e na celebração de valores que, tendo sido violentamente abafados pela repressão, permaneceram guardados esperando o momento certo para emergir – momento que teria chegado a partir da década de 1980.

Assim, neste modelo bastante difundido, a ditadura é apresentada como uma coisa externa à sociedade e se abatendo contra as pessoas que lutavam ansiosamente por liberdade. Este modelo de explicação/interpretação impede de “abrir amplo debate sobre as bases sociais da ditadura” e se restringe a “valorizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar” (REIS FILHO, 2014, p. 8).

No Brasil, a partir de 1979, vieram à tona a publicação de vários livros autobiográficos e biográficos envolvendo atores que personificavam as “vítimas” da Ditadura, a “resistência”, ou ambos. As que mais se destacaram no mercado editorial foram as que, como a de Fernando Gabeira intitulada *O que é isso, companheiros?*, suscitavam mais intensamente a indulgência, o apaziguamento dos ânimos (REIS FILHO, 2014).

Os depoimentos de Maria Aragão, coletados em fins da década de 1980 e primeiros anos de 1990 e publicados em livro, fazem parte dessa leva de biografias e autobiografias que emergiram no período mencionado.

Nascida no interior do Maranhão em 1910, Maria foi médica, formando-se em 1942 pela então Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro); filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945, desfiliando-se deste no início da década de 1980; posteriormente, integrou a chamada “corrente prestista” no Maranhão.

A fase final de sua vida e seguinte à morte (ocorrida em julho de 1991) foram marcadas por uma série de homenagens e construções de documentos biográficos e autobiográficos, conferindo à construção de sua memória um lugar central na construção da memória da Ditadura Militar e da “resistência” maranhenses.

Assim, o presente trabalho parte de dois livros publicados com depoimentos autobiográficos de Maria Aragão (ANTONIO FRANCISCO, 1992; EUCLIDES MOREIRA, 2015) e uma revista publicada pela ocasião do seu aniversário em 1988 (SALGADO, 1988⁷).

⁶ Ver, por exemplo, além dos já citados, Martins Filho (2003).

⁷ Apesar de não ser uma publicação periódica, optei por chamar de “revista” este documento publicado em homenagem ao aniversário de Maria Aragão em 1988, pois é este o termo que seu editor, Aldionor

Tem-se por objetivo avaliar o significado destas produções em meio aos embates, ocorridos tanto em âmbito nacional quanto estadual, pela reconstrução do passado recente após o período ditatorial.

2) Repressão e resistência (ou: resistência à repressão)

A avaliação de Maria feita em relação ao golpe civil-militar de abril de 1964 ressalta o que se destacou nas memórias de muitos comunistas, inclusive na avaliação de Prestes: o elemento surpresa e a autocrítica em relação à avaliação de que uma possível tentativa de “golpe reacionário” seria fatalmente sufocada⁸. Mas, diferentemente de Prestes ou dos demais dirigentes nacionais do PCB, Maria não se posiciona em relação à avaliação do período do governo João Goulart ou quanto às causas que levaram ao golpe. Conforme seu relato:

o que se esperava era justamente o contrário, que as forças progressistas vencessem os reacionários. As notícias que tínhamos vinham pelas ondas da Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, e eram sempre animadoras. Não nos preparamos para enfrentar o Golpe” (ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 153).

Dando continuidade à autocrítica quanto à equivocada avaliação de que não seria possível um “golpe reacionário”, Maria diz que por conta da ilusão de que a legalidade estava prestes a vir para o Partido, costumava-se agir sem se preocupar em esconder a identidade de comunista - o que acontecia não só com os comunistas maranhenses. Em todo o Brasil militantes do PCB, apesar da ilegalidade formal, atuavam politicamente de forma aberta.

Com o golpe, porém, o cenário muda. Logo nos primeiros dias a sede do PCB no Maranhão é invadida pela polícia, que divulgou ter encontrado ali “material subversivo”. Maria continua trabalhando em seu consultório até o dia 5 de abril, quando é presa pela segunda vez em sua vida, e passa 3 meses em reclusão.

Maria diz que, com a Ditadura Militar, “o Partido caiu no imobilismo, perdemos praticamente todo o trabalho que vínhamos desenvolvendo no interior. Tivemos depois de juntar os caquinhos, voltando a reunir, a discutir” (ANTONIO FRANCISCO, 1992,

Salgado, usa para apresentá-la. O documento, de cunho claramente hagiográfico, é composto em sua maior parte por depoimentos da própria Maria Aragão, além de imagens, frases destacadas, textos apócrifos escritos para introduzir depoimentos de Maria, textos assinados onde os autores a homenageiam, dentre outros.

⁸ Sobre o lugar de 1964 na história e memória do PCB, ver Pandolfi (1995, p.197-207).

p. 156). Ainda segundo o mesmo depoimento, sua atividade política e partidária limitava-se à venda de jornais, e foi devido a esta atividade que o partido manteve sua existência.

Mas nem por isto seu depoimento deixa de ser permeado por façanhas heroicas. Das primeiras prisões decorrentes do Golpe até a prisão de Maria, como já mencionado, decorreram alguns dias. No Maranhão, vários outros militantes já estavam presos. Segundo o depoimento de Maria, esta demora em prendê-la era decorrente do intuito da polícia em “desmoralizá-la”. Conforme seu relato:

A polícia queria me prender. Queria que eu fugisse e fizeram esquema pra eu fugir. Cercaram minha casa e os jovens estavam presos. Eu ainda estava solta e de fato eu tive muita oportunidade de fugir... Mas eles queriam me desmoralizar. Eu sairia de noite ou alguma coisa parecida pra fugir e eles me prenderiam e levariam pros jovens. Aí poderiam dizer: jogou vocês no fogo, viu? Vocês estão presos por causa dela e ela ia fugindo (...). Mas eu não dei esse gosto (EUCLIDES MOREIRA, 2015, p. 201).

Assim, a escolha por não fugir aparece como demonstração de uma “firmeza moral”. Firma-se, assim, as diferenças entre os “covardes” e os “bravos”/“valentes”. Tal “bravura” é ainda mais destacada no trecho seguinte, em que Maria se refere ao interrogatório a que foi submetida nesta sua segunda prisão:

Aí fui para o quartel, onde fui ser interrogada. Tinha um capitão muito metido a coisa importante e começou a fazer perguntas (...). Aí quando ele quis entrar, fazer perguntas sobre o Partido, fiquei brava... Eu disse: agora o senhor vai parar, porque eu não vou responder nenhuma palavra. Ele disse: a senhora vai responder! Eu respondi: eu não vou responder! Aí ele deu um grito, bateu com um murro na mesa: a senhora vai responder! Eu disse assim: não grite comigo. Quem é o senhor para gritar comigo? Ele respondeu: eu sou autoridade, sou um oficial do Exército. E eu batendo um murro na mesa também, berrei: eu também sou autoridade, sou uma líder comunista! (EUCLIDES MOREIRA, 2015, p. 203).

Em junho de 1964 Maria e os demais são libertos, mas voltam a ser presos em novembro de 1964, permanecendo na cadeia até o início do ano seguinte. Volta a ser presa em 1973. Neste intermédio, Maria diz que “fazia trabalho político clandestino, era clandestino mesmo, reunião, finanças, tudo era clandestino” (EUCLIDES MOREIRA, 2015, p. 213). Mas não entra em detalhes quanto a atividades político partidárias.

A quarta prisão de Maria (terceira durante a ditadura) foi a mais cruel. Em 1973, segundo Maria relata, chega à casa dela um grupo formado por policiais federais e militares. Mas o que mais se destaca, na narrativa de Maria, é o seu espanto e surpresa com o fato de estar sendo presa. Desta forma, os relatos de Maria Aragão contribuem com uma visão das prisões arbitrárias e das torturas como coisas fortuitas. Conforme seu relato:

Às seis horas da manhã, quando me preparava para ir para o trabalho, vejo chegar em minha casa agentes da Polícia Federal. Disseram-me que eu teria que ir com eles à sede da Polícia Federal para uma entrevista e em nenhum momento me ocorreu que aquilo era prisão. Não via motivo algum para tentarem me prender, embora estranhasse uma entrevista àquela hora da manhã. Tentei recusar-me a acompanhá-los, explicando que tinha que ir para o trabalho, mas eles foram categóricos: “a senhora vai conosco, depois segue para o seu trabalho”.

Sinto ódio imenso quando me lembro daquela manhã, porque, afinal, acreditei nas palavras de um policial, mesmo com a minha experiência de prisões anteriores. Foi muita ingenuidade (SALGADO, 1988, p. 9, grifos meus)⁹.

Depois de um certo tempo, os policiais alegam que a pessoa responsável por entrevistá-la estava em Teresina. Maria, então, pede para passar em casa antes de viajar, por mais que os policiais alegassem que voltariam no mesmo dia, e tem o seu pedido atendido – pôde, assim, pegar alguns pertences pessoais e avisar aos familiares da viagem. Maria afirma que não acreditou quando disseram que voltariam no mesmo dia, pois não teriam tempo suficiente para isto, mas que acreditava que voltariam no dia seguinte.

Chegando em Teresina, ela é levada para Fortaleza, permanecendo incomunicável desde a sua saída de São Luís. Permanece em um local que ela descreve como absurdamente insalubre, onde chegava e saía gente o tempo inteiro e era bastante sujo. Depois de alguns dias nesse local ela é levada para um outro local, com os olhos vendados, ainda sem poder se comunicar e agora sem saber sua localização. Neste local ela é interrogada e torturada. Diz que fizeram várias perguntas sobre os comunistas no Maranhão e sobre os políticos, no que ela respondeu não saber de nada.

⁹ Este mesmo espanto e surpresa é destacado não só nesta “revista”, mas também nos relatos que resultaram na publicação dos dois livros aqui trabalhados (EUCLIDES MOREIRA, 2015; ANTONIO FRANCISCO 1992).

Maria leva vários choques e tapas, até um enfermeiro medir a sua pressão e, mediante o risco de morte, ela mesma prescreve um remédio para si, posteriormente comprado por um dos “chefes” da polícia, e então param de tortura-la e interroga-la. Maria diz que a partir daí não sofreu mais com perguntas ou torturas, mas teve sua prisão preventiva decretada, sendo então levada a um local com outros presos políticos e comuns, permanecendo lá por sete meses.

Ainda sobre este período em que passou presa, Maria registra 3 intervenções. Primeiramente, ela consegue conversar com “uma mulher que desenvolvia trabalhos filantrópicos” e, a partir dela, garante a compra de uma geladeira para melhorar a qualidade dos alimentos e a execução de um projeto que dava às presas a possibilidade de trabalhar.

Maria relata, também, que em uma certa ocasião, com o adoecimento de sua companheira de cela, ela averiguou que sua companheira ainda não havia tomado o remédio necessário. Diz Maria:

Então eu disse: não tomou o remédio por que? Rosa [sua companheira de cela] responde: Porque não consigo me levantar e a enfermeira veio dizer que eu tinha de ir lá na administração para tomar o remédio. Bem, eu fiquei muito brava. Aí eu fui lá brigar (...). Eu fui lá brigar com ela, com a administradora, disse que ela não tinha sentimento de humanidade, que a moça estava com febre muito alta, não podia se levantar e ela não deu o remédio na hora certa. Eu disse categoricamente: então a senhora é uma má administradora. Fiz uma confusão, até que ela mandou dar o remédio (EUCLIDES MOREIRA, 2015, p. 253-254).

Por fim, Maria coloca que, como resultado desta “confusão”, a administradora se queixa, perante os seus superiores, de que uma detenta estaria intervindo na administração da prisão; Maria é então convidada para conversar com dois coronéis. Diz Maria sobre esta ocasião:

Aí o Coronel falou: bem, nós chamamos a senhora aqui porque soubemos que a senhora está intervindo na administração da penitenciária e a senhora é uma detenta. (...) Aí eu me irritei e disse: administração? Qual a administração que eu intervenho? (...) Isso é administração? Perguntei de novo e fui logo respondendo: havia administração aqui? Não aqui não havia administração (EUCLIDES MOREIRA, 2015, p. 256-257).

Os familiares e amigos de Maria Aragão só descobriram onde ela estava e passaram a poder prestar algum tipo de assistência (envio de dinheiro e auxílio de um advogado) por intervenção de Roberto Macieira junto ao então senador José Sarney. A filha adotiva de Maria Aragão, Simone, casou-se com Roberto Macieira. É, portanto, cunhada de Marly, a esposa de José Sarney.

Tudo indica que, com crescente restrição das arenas públicas decorrente do estado de exceção imposto e a decorrente diminuição das possibilidades de atuação política¹⁰, Maria tenha transferido seus esforços para o trabalho na medicina.

Juntamente ao aumento da repressão, concorreu para isto os conflitos internos ao PCB ocorridos nos três anos que antecederam ao Golpe, que levaram ao fortalecimento de outros agentes organizativos no Partido, levando Maria a uma posição relativamente mais marginal na dinâmica partidária. Desta maneira, a resistência ao regime aparece, por um lado, na forma de reagir à tortura, às detenções e de se comportar nas prisões, além de uma nova forma de imbricação entre a política e a medicina (o exercício da medicina aparece como uma forma de estar trabalhando junto ao “povo”).

3) A crítica à luta armada

É sabido, porém, que o PCB, apesar de bastante enfraquecido por conta da repressão e inúmeras dissidências (SANTANA, 2014), se manteve durante todo o período ditatorial atuante por meio do apoio ao MDB (KINZO, 1988), chegando a exercer um papel chave na articulação do partido, tanto nacionalmente quanto em alguns estados da federação (SEGATTO e SANTOS, 2007)¹¹.

Nos dois livros autobiográficos de Maria Aragão, porém, as únicas menções à participação nas disputas político-eleitorais (com exceção da declaração de não-voto em José Sarney nas eleições para governo do estado em 1965) durante o regime ditatorial se referem ao período posterior a 1978, quando Maria Aragão participa da campanha de Haroldo Saboia por uma vaga de Deputado Estadual e ele é eleito. Ainda assim, a participação de Maria nesta campanha se fez relativamente restrita por conta das restrições impostas a ela por estar em liberdade condicional (ver ANTONIO FRANCISCO, 1992, p. 179).

¹⁰ Ver Acserald (2015).

¹¹ A relação entre o MDB e o PCB no Maranhão é ainda um campo de estudos em aberto.

Ainda assim, há nos relatos de Maria espaço para a crítica àqueles que não aderiram à opção do PCB no combate à ditadura – ou seja, recusaram a opção “pacifista” e de “Frente Democrática” e atuação moderada dentro do aparato institucional-legal. Diz Maria em relação ao PCdoB:

A linha que eles defendiam era a guerrilha, achavam que o Brasil estava atravessando um período revolucionário, pré-revolucionário e que era possível fazer a revolução através de guerrilhas. Estavam equivocados, em política não se pode errar. Estavam totalmente equivocados e a maioria, um número imenso de jovens foi sacrificado, morreu. Além desses jovens, alguns quadros de grande valor desapareceram mortos nessa maldita guerrilha. Daí foi o racha, transformando o Partido em PCB e PC do B, eu fiquei ideologicamente com o PCB e passei esses anos todos no Partido (...).

Enquanto o PCB achava que podia chegar ao socialismo por caminhos pacíficos, o PCdoB, defensores do racha, achavam que só podia ir revolucionariamente, ir através das guerrilhas (EUCLIDES MOREIRA, 2015, p. 174-175, grifos meus).

Desta forma, os depoimentos de Maria Aragão reforçam “a memória hegemônica sobre o regime (...), que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais” (NAPOLITANO, 2015, p. 319). Faz coro, assim, com a literatura de testemunho recorrente na década de 1980, muitas vezes escritas por ex-guerrilheiros, onde um dos temas priorizados é a crítica/autocrítica à luta armada, geralmente retratada como uma aventura irresponsável.

4) Os apoiadores e os resistentes

Nos escritos de Maria uma pessoa – apenas uma – aparece como responsável pela “defesa” do golpe civil-militar no estado: José Sarney.

Sabe-se que as circunstâncias do presente influenciam tanto no que pode ou não ser dito quanto nos aspectos a serem ressaltados (POLLAK, 1989). O que explicaria, portanto, a omissão/silenciamento por parte de Maria em relação ao apoio dado ao regime por parte da sociedade maranhense?

Os relatos de Maria sobre a sua segunda prisão durante a ditadura e a sua defesa pelo deputado arenista Henrique de La Rocque pode nos ajudar a compreender como se dava a leitura feita por ela em relação a quem apoiava ou se opunha ao golpe/regime¹².

¹² Poder-se ia, ainda, trazer como um outro exemplo ilustrativo a descrição de Maria em relação a sua nomeação para trabalhar como médica no Posto Médico do Anil pelo governador do Maranhão Antônio

Na segunda vez em que Maria Aragão foi presa durante a ditadura, estavam presos juntos com ela outras pessoas, como Bandeira Tribuzzi. Conforme seu relato, tais pessoas, mesmo não sendo comunistas, estavam presas apenas por serem “oposicionistas”. Sendo estas pessoas (no mínimo uma significativa parte delas) amigas de Sarney e, segundo o relato de Maria, “necessárias” para que este levasse à cabo seus projetos políticos, Sarney se vê impelido a contratar o deputado e advogado La Rocque para defender os presos – inclusive Maria.

Diz Maria:

Sarney precisava do Tribuzzi porque ele tinha vindo para defender o golpe, ia se candidatar a Governador do Estado e ia precisar da capacidade do Tribuzzi. Tribuzzi não era apenas um grande poeta, era um grande economista (...). Então ele precisava do Buzzar, dessa gente toda, de quem ele era amigo, mas acontece que o processo era Maria José Aragão e outros, então para defender os outros ele tinha que me defender (EUCLIDES MOREIRA, 2015, p. 208, grifos meus).

Dessa forma, Maria coloca que a sua defesa por La Rocque (que era um deputado filiado à ARENA e contratado por Sarney) não foi uma opção, mas algo necessário, inevitável, a não ser que Sarney resolvesse manter todos presos, o que comprometeria o seu projeto eleitoral.

Apesar de colocar Tribuzzi como “necessário” para o futuro governador, Maria não apresenta-o como defensor do Golpe, e também não comenta quanto à sua participação em cargos de relevo do Governo Sarney (1966-1970), nem quanto às relações profissionais (e de amizade?) que Tribuzzi mantinha com Sarney na fundação e direção do jornal O Estado do Maranhão¹³.

Assim Maria caracteriza Bandeira Tribuzzi: “era um marxista (...). Nunca pertenceu ao Partido, era na época meu maior amigo. Era muitíssimo ligado a mim, na verdade eu o amava muito, era um homem maravilhoso” (EUCLIDES MOREIRA, 2015, p. 207). E, mais à frente, complementa: “Tribuzzi não era apenas um grande poeta, era um grande economista” (EUCLIDES MOREIRA, 2015, p. 208).

Caracterização igualmente intrigante ela faz de Henrique de La Rocque que, além de advogado, chegou a ser eleito deputado pela ARENA. Maria menciona que mesmo sem a conhecer pessoalmente, ele a ajudou conseguindo uma vaga em uma

Jorge Dino, eleito como vice de José Sarney, que assumiu quando este se afastou para concorrer ao senado. Maria descreve Antonio Dino, assim como Tribuzzi, como um de seus grandes amigos.

¹³ Sobre a atuação profissional de Bandeira Tribuzzi, ver FERREIRA JUNIOR e GOMES, 2014.

escola para o seu filho Sebastião; menciona que ele conseguia dinheiro, juntamente aos deputados e senadores, para ajudar os políticos cassados.

5) Considerações Finais

Vale frisar, porém, que o que importa aqui não é averiguar se de fato estas pessoas foram opositoras ou defensoras da ditadura, se de fato colaboraram ou não com políticos cassados ou com a cassação de políticos, mas compreender os motivos pelos quais, em sua reconstrução *a posteriori* dos eventos relativos à ditadura militar brasileira, Maria Aragão é levada a creditar a algumas pessoas a responsabilidade pela defesa de um regime que torturou a muitos – inclusive ela própria, além dos inúmeros desaparecimentos e assassinatos.

Como nos diz Alessandro Portelli sobre a construção memorialística em torno a um massacre ocorrido em uma cidade italiana durante a Segunda Guerra Mundial:

O fato de essas imagens se embasarem em fatos não invalida sua condição mítica: na verdade, o principal processo de criação de mitos em curso na memória de Civitella parece ter mais a ver com a amplificação do significado de eventos isolados do que com pura e simples invencionices. O que realmente importa não é se os bons alemães realmente existiram e distribuíram balas, mas na necessidade ingente, mesmo em suas vítimas ou inimigos, de acreditar em sua existência (PORTELLI, 2005, p. 124, grifos meus).

O que é, portanto, que explica a “necessidade” em silenciar quanto a omissões e apoios, além de justificar o apoio declarado de pessoas que abertamente compuseram o partido da situação (a ARENA) e assumiram cargos de confiança no governo do Estado?

A resposta a esta pergunta exige conjugar na análise, pelo menos, alguns dos seguintes fatores: o fato de a transição no Brasil ter sido uma “transição negociada”, em que a velha elite conserva poder; o projeto eleitoral das esquerdas (em especial do recém criado Partido dos Trabalhadores que, por mais que ela não tenha sido formalmente filiada, era bastante próxima); a necessidade de dar coesão a um grupo heterogêneo, onde o eixo de identificação é o combate a um “inimigo comum” (José Sarney/oligarquia Sarney); a consonância das memórias de Maria com a memória hegemônica, que se baseia, ao mesmo tempo, em uma espécie de “demonização” do regime anterior e no apelo à conciliação.

As memórias de Maria Aragão encarnam tanto o mito da sociedade como “vítima inocente” quanto o mito da “resistência” (GROPPO, 2015). Não aparece nenhuma menção a apoio ou consentimento de pessoas ou instituições ao regime imposto – com exceção de uma única pessoa.

Pelo contrário: até mesmo pessoas que ocuparam cargos eletivos (inclusive por meio do partido da situação, a ARENA) e cargos político-administrativos em diversos escalões da burocracia estatal não aparecem como apoiadoras da ditadura e têm qualidades pessoais e políticas aqui retratadas.

Por outro lado, Maria se mostra como resistindo à ditadura (por meio da reação às prisões e à tortura e por meio do trabalho na medicina), e sua resistência como a resistência do povo. Por meio de Maria Aragão, o povo resiste, a sociedade resiste.

Assim, a adequação das memórias de Maria ao mito da “sociedade que resistiu à ditadura” omite a colaboração de significativa parte da sociedade, embaça aspectos da sua relação com apoiadores declarados e divide o mundo entre os responsáveis diretos e os resistentes.

Assim, a negação do regime como uma construção social ampla e complexa, com apoio ou omissão de diversos segmentos da sociedade, que há na leitura hegemônica sobre a ditadura militar, tem no maranhão sua versão potencializada – não só se apaga a participação civil, mas a participação de qualquer pessoa que não seja aquele considerado por Maria Aragão e outros setores das esquerdas como o maior inimigo do povo maranhense e brasileiro naquele momento: o ex-governador, ex-senador, ex-presidente do Brasil e permanente oligarca José Sarney.

Destaca-se, assim, a relativa consonância dos relatos de Maria com a construção memorialística hegemônica em relação a temas que se consagraram como próprios à Ditadura Militar: o Golpe como uma surpresa, a resistência heroica daqueles que jamais se dobraram à repressão, a crítica ao “aventureirismo” dos setores da esquerda que se lançaram à luta armada (e apologia às disputas eleitorais como forma de luta legítima), o *esquecimento* do apoio ou omissão recebido pelo regime, conclamando assim a uma grande *conciliação*.

Isso tudo não deve servir como absolvição política de Sarney, Maria Aragão ou quaisquer dos outros atores citados, mas para empreendermos uma análise de fato crítica, um tanto mais distanciada da memória e aproximada da história.

Tal qual apontado por Marcos Napolitano, a presente análise “não deve ser reduzida nem à „desculpação histórica“ nem à „vitimização heróica“, mas ao

conhecimento crítico da prática dos atores durante o regime e dos mecanismos de construção e reconstrução de suas memórias” (NAPOLITANO, 2015b, p. 105).

Referências bibliográficas

ACSERALD, H. **Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

ANTONIO FRANCISCO. **A razão de uma vida** (Depoimentos de Maria Aragão colhidos por Antonio Francisco). SIOM. São Luís, 1992.

EUCLIDES MOREIRA. **Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura**. São Luís, Engenho, 2015.

FERREIRA JUNIOR, J. GOMES, C. R. P. Regime autoritário e as formas de resistência do jornalista maranhense Bandeira Tribuzzi. In.: **Anais do III Encontro Nordeste de História da Mídia**, Maranhão, 2014.

FICO, C. **Além do golpe: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GROPPO, B. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In.: **História e memória das ditaduras de século XX**. Volume I. QUADRAT, S. V. e ROLLEMBERG, D. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

KINZO, M. D. G. **Oposição e autoritarismo – gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militares e militares. **Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, março de 2003.

NAPOLITANO, M. **1964: História do regime militar brasileiro**. 1. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015a.

NAPOLITANO, M. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In.: **História e memória das ditaduras de século XX**. Volume I. QUADRAT, S. V. e ROLLEMBERG, D. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015b.

PANDOLFI, D. C. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2005, p. 103-137.

REIS FILHO, D. A. Ditadura no Brasil: uma incômoda e contraditória memória. In.: **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SALGADO, A. **Maria Aragão – 78 anos de vida, 43 de luta** (publicação em homenagem ao seu aniversário de 78 anos). São Luís, Maranhão, 10 de fevereiro de 1988.

SANTANA, M. A. Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil. In.: **Ditadura: o que resta da transição**. Org.: Milton Pinheiro. São Paulo: Boitempo, 2014.

SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. A Valorização da Política na Trajetória Pecebista dos anos 1950 a 1991. In.: **História do marxismo no Brasil**/ orgs.: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

“DECIFRANDO COM AS FERIDAS”: CONFLITOS AMBIENTAIS, ZONAS DE SACRIFÍCIO E DESENVOLVIMENTO NA SÃO LUÍS CONTEMPORÂNEA

Tayanná Santos De Jesus Sbrana¹

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar situações de conflitos ambientais contemporâneos na Zona Rural II de São Luís – MA, derivados da possibilidade de construção de um terminal portuário em Parnauçu, parte da comunidade Cajueiro, cujos moradores têm sofrido constantes ameaças de deslocamento compulsório desde 2014. Neste processo, um dos discursos evocado por empreendedores e gestores governamentais é o da possibilidade de criação de empregos a partir da instalação do terminal portuário, anunciado como “bem geral” para os ludovicenses. Buscaremos apontar como o discurso da empregabilidade, aliado a uma noção de desenvolvimento, é acionado por empreendedores e gestores governamentais, possibilitando a criação de espaços de exceção, notadamente *zonas de sacrifício*, como é o caso da área estudada, considerada “vazio demográfico” com “vocaçãõ industrial”. As fontes utilizadas são relatos de moradores, gestores governamentais e empreendedores coletados em trabalho de campo em 2014 e 2015, relatórios de pesquisa e bibliografia especializada.

Palavras-chave: Zona Rural II; desenvolvimento; zonas de sacrifício; empregabilidade.

INTRODUÇÃO

A compreensão atinge até os mais estúpidos. Começa ao redor dos olhos. E então se espalha. [...] O senhor viu que não é fácil decifrar a escrita com os olhos; mas nosso homem decifra-as com as feridas (Na colônia penal, Franz Kafka).

Em 2014, período recente em nossa memória, fizemos algumas pesquisas de campo na Zona Rural II de São Luís, capital do Maranhão, especificamente na comunidade Parnauçu, uma região de praia pertencente à comunidade do Cajueiro. Em julho daquele ano visitamos a região acompanhados de outros pesquisadores vinculados ao GEDMMA, do qual fazemos parte desde 2011, e também moradores da região, como

¹ Bacharela em História (UFMA), mestranda em História Social (PPGHIS/UFMA), pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), ligado aos programas de pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA) e em Políticas Públicas (PGPP/UFMA), e bolsista CAPES.

Alberto Cantanhede, o Beto do Taim, e Clóvis Amorim, do Cajueiro. Ali conversamos com uma senhora que, à época, contava com 92 anos. Dona Eurides relatou que há algum tempo vinha sendo assediada por funcionários de uma empresa que queria comprar sua casa, pois ali seria instalado um porto. O preço que aquelas pessoas propuseram a ela era a quantia de R\$20.000 em cada imóvel, sendo que sua propriedade era composta por duas casas de pau a pique e um vasto quintal com plantação de hortaliças, árvores frutíferas, criação de pequenos animais e ainda a proximidade ao mar, de onde podia tirar peixes e mariscos com os quais se alimentar.

Segundo Dona Eurides, aquela quantia era muito pequena em relação ao tamanho de seu patrimônio, sem contar que “na cidade” ela não encontraria o sustento que ali já possuía, e também não obteria ajuda de seus vizinhos que há muito tempo também moravam ali. Aquele discurso possibilitava uma visão do que futuramente se constituiria em Cajueiro como um todo. Meses depois, quando a grilagem, expulsão, assédio moral e derrubada de casas se configurou no conflito por terras em Cajueiro, Dona Eurides e sua família não resistiram e hoje já não moram em Parnauçu. Aquela praia, o mangue e as casas dos moradores estão sendo destruídos paulatinamente por uma vasta equipe de pessoas interessada na construção de um porto privado na região, a partir de acordo entre a empresa WPR/Wtorres, governos federal, estadual e municipal, levando à constante e crescente instabilidade dos moradores de Cajueiro, cotados que estão para serem expulsos da região².

Entretanto, diversas notícias em jornais impressos e blogs têm sido divulgadas a fim de fomentar uma adesão dos moradores de toda São Luís ao projeto de porto privado em Cajueiro. 4.000 empregos fazem parte do arsenal de promessas a serem cumpridas com a instalação do empreendimento na região, que serão praticamente doados aos moradores da Zona Rural II, a partir do momento em que o povoado Cajueiro deixar de ser um impedimento para projeto tão “benéfico a todos”. Nesse longo processo, com avanços e retrocessos, temos observado que a evocação à empregabilidade proporciona adesão ao projeto, e chama-nos atenção esta questão, pois em vários empreendimentos já instalados ou em vias de instalação da Zona Rural II de São Luís este é um discurso recorrente e contradito na prática. Observamos que boa

² Ver o relatório socioantropológico organizado pelo GEDMMA *RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA* (2014) e a dissertação de mestrado *Arenas, repertórios e ações: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro* (2015), de Jadeylson Ferreira Moreira.

parte destes empregos são gerados durante a fase de instalação dos empreendimentos, reduzindo-se drasticamente o quadro de funcionários dos empreendimentos depois de instalada a empresa. Como tal discurso continua sendo amplamente evocado e aceito? Este artigo objetiva, portanto, compreender estas questões.

Uma História da Catástrofe

Segundo Giorgio Agamben (2010), o campo de concentração é o paradigma da modernidade. Pensar nessa formulação discursiva e tomá-la como válida significa também aceitar outra colocação deste autor: os *homo sacer*, ou vidas matáveis, habitam este campo³. Na São Luís contemporânea, cidade com níveis altos de violência, criminalidade, pouco acesso da população a saneamento, transporte público de qualidade, asfaltamento, saúde e outros serviços essenciais⁴, entre outros fatores, é perceptível a predominância de *homo sacer* em vários grupos sociais, definidos por agendas de governo, programas políticos, e outras construções ideológico discursivas que se pautam em realidades alheias para definir quais são os grupos a ser atingidos pelos programas de beneficiamento dos governos, à infraestrutura de qualidade, à segurança e à possibilidade de locomoção sem sofrer abusos.

³ Giorgio Agamben traz importantes colocações para compreendermos a Modernidade, e também o Estado de Exceção a partir da Biopolítica. Este último conceito é utilizado por Agamben a partir de Michel Foucault. Biopolítica seria aquilo em que se tornou a política na contemporaneidade, pois ela pode decidir sobre muitas coisas, inclusive a vida e a morte, quem deve viver e quem deve morrer. Para exemplificar, Agamben fala da invenção do conceito de *morte cerebral*, cunhado em 1968, para definir o momento exato da morte de uma pessoa, por exemplo, em situação de coma. Segundo o *Ad hoc Committee of the Harvar medical school* (1968), “Uma vez que testes médicos adequados tivessem constatado a morte do cérebro inteiro (não apenas do neocórtex, mas também do *brainstem*), o paciente deveria ser considerado morto, mesmo que, graças às técnicas de reanimação, continuasse a respirar” (AGAMBEN, 2010, p. 169). A partir desse momento, a morte passou a ser definida juridicamente, algo marcante na Biopolítica. Tal marca é visível, por exemplo, com a instauração dos campos de extermínios que, unindo várias teorias, são instituídos a partir da prerrogativa de que determinados grupos humanos precisam morrer em prol da construção de algo maior, como, naquele caso, o Estado ariano. A respeito do Estado de Exceção e do campo, de acordo com Spohr (Apud AGAMBEN, 2010, p. 175), “através da suspensão dos direitos fundamentais o decreto coloca em existência um estado de exceção desejado [...]”. Completando o raciocínio, Agamben escreve: “Se isto é verdadeiro, se a essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na consequente criação de um espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar de indistinção, devemos admitir, então, que nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independentemente dos crimes que aí sejam cometidos e qual seja a sua denominação ou topografia específica [...]” (2010, p. 181). Nos embasamos nestas afirmações para compreender a Zona Rural II de São Luís como um campo, ou *zona de sacrifício*, e o campo como paradigma da Modernidade.

⁴ A título de exemplo, o índice de homicídios entre jovens negros de São Luís, em 2012, alcançou a cifra de 160,1 mortes por 100.000 habitantes e, em San Pedro Sula, considerada a cidade mais violenta da América Latina, o mesmo índice foi de 187,1 mortes (COSTA, 2014).

A Zona Rural II de São Luís tem sido constituída como uma região permeada por diversos conflitos, que nós definiremos como *conflitos ambientais* que, de acordo com Henri Acselrad (2004, p. 26), são

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Desde os anos 1970, e posteriormente em 1980, com a implementação do Programa Grande Carajás, esta região tem sido palco de diversos conflitos advindos da expansão de indústrias altamente poluidoras, como siderúrgicas e mineradoras. Diversos povoados, como Camboa dos Frades e Vila Madureira sofreram processos de expulsão ou de sufocamento, nos quais suas atividades tradicionais de manutenção da vida foram desarticuladas por conta da expulsão e degradação de suas terras. Mesmo após a extinção do PGC, outras empresas foram sendo construídas na região, processo herdado do período ditatorial, ainda que uma legislação ambiental considerada avançada tenha entrado em vigor. As práticas locais de expulsão de pessoas consideradas atrasadas e com modos de vida arcaicos continuam até a atualidade.

Recentemente, Guilherme Zagallo desenvolveu uma pesquisa na qual fez o monitoramento dos níveis de poluição na Zona Rural II de São Luís⁵. Para tanto, utiliza os dados fornecidos pelos relatórios dos empreendimentos, já que a Secretaria de Meio Ambiente não possui corpo de técnicos e estrutura suficiente para monitorar estas atividades. Os dados obtidos pelo estudioso são alarmantes no que concerne à quantidade de resíduos expelidos por estas empresas em cursos d'água, solo e ar, o que tem comprometido a sobrevivência das pessoas que moram na região⁶. É importante

⁵ Estes dados foram disponibilizados pelo pesquisador para o GEDMMA em formato Powerpoint. As referências feitas a EIA/RIMAs de empresas que aparecerão no decorrer do artigo estão neste arquivo.

⁶ Segundo Zagallo, um dos limites que foi ultrapassado é o de ruídos. Em 13.03.13, o limite de ruídos emitidos pela empresa MPX (atual ENEVA/EON) foi ultrapassado, elevado a um nível acima do permitido pela NBR 10151, sendo que em 11 de 66 pontos avaliados pelo monitoramento constou-se ultrapassagem do nível máximo de ruídos diurnos (70 dB), pois o máximo atingido foi de 76,0994 dB nestes pontos. A fonte estudada pelo pesquisador foi o RIMA DISAL (MRS). Outro problema foi o verificado nas águas da região do mesmo empreendimento. A saber, segundo a avaliação deste pesquisador a respeito do Relatório ENEVA (Anexo 27, Vol.8, p.18 do relatório de condicionantes), as águas subterrâneas da termelétrica estão contaminadas com os seguintes elementos: chumbo, detectado em 04 poços, com tendência de aumento em um deles e vanádio. A recomendação que consta no relatório é a seguinte: “restrição do uso da água subterrânea para consumo humano”. Além destas, as águas estuarinas e fluviais estão contaminadas na área da ALUMAR e também as águas subterrâneas, no aterro de resíduos. Para ilustrar este texto, reproduziremos a seguir os dados correspondentes à contaminação

destacar que, segundo Zagallo, nenhum empreendimento deveria ser construído nesta região, pois os níveis de poluição devem ser antes controlados. Para tanto, propõe uma moratória, impedindo que mais empresas sejam instaladas a fim de preservar as comunidades que ainda vivem na região e, ao mesmo tempo, impedir que a cidade de São Luís, como um todo, sofra com a poluição que já se espalha pelos bairros.

Há bastante tempo pessoas das comunidades têm notado alterações na fauna e flora local. Na Vila Maranhão, a saber, moradores têm relatado que encontram materiais ferrosos dentro de peixes, que a água retirada de poços em seus quintais tem estado com cheiro e sabor ruins e também que há um crescimento no número de pessoas com doenças respiratórias, cardiovasculares, oftálmicas. Relato significativo foi dado por uma moradora da comunidade, que afirmou sentir, todos os dias, um ressecamento forte de seus lábios que, para ela, vem do ar contaminado por fábricas de cimento⁷, atividade altamente poluidora.

Dentre os muitos povoados atravessados por estes problemas, desde os anos 1996 doze deles começaram a discutir formas de impedir o avanço do desastre na Zona Rural II de São Luís, tornada paulatinamente e insistentemente à revelia dos interesses locais em Distrito Industrial. Rio dos Cachorros, Taim, Limoeiro, Porto Grande, parte de Vila Maranhão, Parnauçu, Portinho, Ilha Pequena, Amapá, Embaubal, Tauá-Mirim e Jacamim estão, desde então, mobilizando-se em prol da constituição de uma unidade de conservação na modalidade reserva extrativista a fim de salvaguardar o território do avanço das empresas, haja vista que há espaços muito preservados, nos quais as pessoas ainda cultivam seus modos de vida tradicionais e que precisam ser resguardados. A RESEX de Tauá-Mirim conta, desde 2006, com laudo favorável do IBAMA, consentimento dos moradores, apoio de diversas instituições, políticos, pesquisadores e órgãos como o Ministério Público Federal. Contudo, o governo do estado, passando por várias gestões, não tem manifestado apoio à esta UC, e tal manifestação é a etapa final do processo para a constituição da RESEX. Para os sucessivos governos estaduais e

das águas fluviais, de acordo com o documento analisado por Zagallo (EIA/RIMA Ampliação Refinaria ALUMAR [p. II-125; II-126; II-104]): “os valores dos seguintes parâmetros estão acima dos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 020/86 para águas de Classe 2 em pelo menos uma amostra: 1998: OD, pH, chumbo, cobre, alumínio e ferro; 1999: OD, pH, alumínio, chumbo e ferro; 2000: OD, Ph, alumínio, cádmio, chumbo e ferro; 2001: DBO, OD, pH, alumínio, cádmio, chumbo e ferro; 2002: OD, Ph, cádmio, alumínio e ferro”. Além destas, outras empresas como a Vale, apresentaram outros níveis ultrapassados, como o de águas superficiais.

⁷ Informação obtida a partir de relato de campo e gravações feitos durante Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, em maio de 2015, mesmo dia em que foi autodeterminada a RESEX de Tauá-Mirim.

também municipais, esta região possui *vocação industrial*, já que por ela passam a Estrada de Ferro Carajás (EFC), a BR-135, nela encontram-se os portos do Itaqui e Ponta da Madeira, empresas como a mineradora Vale, o consórcio ALUMAR, a termelétrica ENEVA-EON, antiga MPX, e inúmeros outros empreendimentos, no ramo dos fertilizantes, cimento, aço, sem contar com a passagem de diversos produtos advindos de outras regiões do estado, como soja e celulose. Interesses distintos e antagônicos se confrontam nesta região.

Contudo, estudos diversos têm atestado que os povoados existentes naquela região possuem um longo histórico de ocupação e vivência, anterior à instalação dos empreendimentos que, em sua maioria, ocorreu a partir dos anos 1970. Existem comunidades de matriz indígena e africana, cuja existência remete aos anos iniciais de ocupação europeia no território futuramente nomeado Maranhão, como Rio dos Cachorros, Taim, Limoeiro, Cajueiro, Tauá-Mirim, Jacamim, Itaqui, entre outras, cuja existência tem sido negligenciada e ocultada deliberadamente pelos governos aliados aos empreendimentos. Como não pensar nesta região como um dos campos de concentração modernos, nos quais estão aqueles *homo sacer*, cujas vidas são desprezíveis e devem ser exterminadas em prol de um “bem maior”, como o progresso, ou o capital?

Apesar da resistência ao deslocamento compulsório⁸, as pessoas das comunidades são consideradas por gestores governamentais e empresariais como barreiras ao progresso e desprezíveis enquanto tais. A título de exemplo, consideremos a constante falta de serviços básicos para os moradores da Zona Rural II de São Luís, como transporte público, asfaltamento, água e luz, saneamento, serviços de saúde e escolas. Poucas linhas de ônibus fazem o transporte para as comunidades rurais e os períodos de espera pelos ônibus são grandes, chegando a duas horas; constantemente os

⁸ Operamos com o referencial proposto por Almeida (1996) e Magalhães (2009). Para o primeiro autor, deslocamento compulsório seria “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”. E ainda, para Magalhães (2009, p. 15), “deslocamento compulsório é „o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras”. Outros termos também são aplicados nesse contexto, como „relocação, migração forçada, reassentamento, transferência de população, remanejamento, deslocamento forçado”, entre outros. A autora enfatiza que estes termos não possuem neutralidade e muitas vezes obscurecem as determinações específicas deste processo social, contribuindo para o reforço de sua ambiguidade.

moradores da região precisam organizar manifestações e bloqueios de rodovias a fim de exigir o asfaltamento das estradas degradadas pela passagem de caminhões e carretas das empresas que foram instaladas nas proximidades ou em áreas das comunidades: recentemente, moradores do Taim e do Porto Grande bloquearam a estrada que dá acesso às duas comunidades por onde também passam os caminhões de empresas, exigindo que a estrada fosse recuperada, pois conta com inúmeros buracos e valas, atrapalhando o ir e vir das pessoas e mesmo dos caminhões das empresas. Tal protesto culminou na prisão de cinco moradores que, por fim, foram liberados, e também na promessa de uma reunião como o órgão municipal responsável pela manutenção das estradas.

Para entender os conflitos na Zona Rural II de São Luís e as determinações que são dadas para esta região a fim de torná-la outra coisa além de si própria, esboçaremos a seguir um pouco de nossa compreensão a respeito do capitalismo e do desenvolvimento.

Capitalismo, desenvolvimento, trabalho e desemprego

Vivemos dentro de um sistema econômico, político, social e simbólico denominado capitalismo, regente das mais diversas áreas da vida humana, que permeia os diversos grupos componentes das sociedades contemporâneas ocidentais, espalhando-se, também, para as orientais. Este sistema possui diversas forças, algumas delas dentro do campo simbólico, aqui denominadas de representações. Estas representações são as formas como o capitalismo é visto e entendido pelos grupos, além de ser também o conjunto de imagens que o definem nas esferas da vida humana. O conjunto destas representações chamamos de imaginário, e dentro do capitalismo, portanto, convivem diferentes imaginários. Um deles é o desenvolvimento, responsável por nortear diferentes ações dentro das sociedades, seja na vida familiar ou comunitária. O capitalismo necessita destas construções imagéticas para justificar suas ações, como a exploração dos trabalhadores, dos territórios e a transformação de diversas culturas em uma só, subserviente a ele, denominada cultura de consumo.

Karl Marx e Friedrich Engels, na *Ideologia Alemã*, dissertaram a respeito de como se deve compreender a história, dentre outras questões. Sua formulação nos interessa sobremaneira, pois sua concepção de história

[...] não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria para cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

E ainda no século XIX, estes autores procuraram compreender como o capitalismo se estruturava, deixando para os seres humanos das gerações seguintes uma vasta obra a respeito disso. Em sua análise, observaram que a história é um suceder-se de gerações distintas, na qual “cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitida por gerações anteriores”. Se de um lado a geração atual continua a atividade da geração anterior de forma modificada, por outro ela “modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior da finalidade da anterior” (MARX; ENGELS, 2007, p. 40). Os autores suscitam, então, um debate que referente às maneiras como as gerações, no suceder do tempo, podem tornar o contexto anterior numa causa para a sua atual condição histórica.

A respeito do modo de produção capitalista, Marx possibilitou uma compreensão relevante: a justificativa simbólica que o sistema propicia a fim de manter sua continuidade. A saber, em suas teses descreveu o que seria uma construção de cima, traduzida no português como *superestrutura*, e uma construção de baixo, ou *infraestrutura*. Ambas se retroalimentam dialeticamente, condicionando-se. Os componentes da construção de cima estariam no campo do *Geist*, podendo remeter a diversos aspectos, como ideologia, mentalidade, discurso, imaginação, sonho, ideia, etc. São, portanto, estas questões que permeiam o campo do simbólico, determinando a construção de baixo, que em si contém as condições materiais de existência.

Esta construção de cima alimenta a existência do modo de produção capitalista, que determina as condições materiais de existência. Observemos que o capitalismo contém os mais diversos tipos de exploração dos seres humanos e da natureza, produzindo resultados catastróficos ao longo dos séculos. Contudo, por mais que

variados grupos, ou classes sociais, façam questionamentos ao sistema, sua existência não é abalada por inteiro. A ação de evitar o conflito, ou de impedir as vozes contrárias que questionam tal sistema, é possível, para nós, por existirem imaginários sociais que emitem a justificativa para a conservação do capitalismo. O desenvolvimento, filho do progresso, possui as ferramentas para a manutenção deste sistema, por mais atrocidades que sejam cometidas em seu nome e a partir de seus desígnios.

Walter Benjamin (1985), em sua brilhante análise a respeito da história, nos deixa a pista para a compreensão dos resultados do capitalismo a partir do desenvolvimento: o que resta é uma história dos escombros, na qual as construções humanas voltadas para melhorar o desenrolar da vida, como os avanços tecnológicos, serviram para ampliar o poder de destruição esboçado na Primeira Guerra Mundial. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo esteve imerso em um suceder de conflitos e mortes que atestam o fracasso (para nós o sucesso) do progresso, hoje incorporado no imaginário desenvolvimentista⁹. Tal projeto de destruição foi possível, a nosso ver, por conta do processo de alastramento do capitalismo e de suas benesses/malefícios para o mundo, numa mundialização do capital, já apontada por Karl Marx e Friedrich Engels em sua época.

Uma das faces catastróficas do desenvolvimento em sua efetividade é perceptível a partir do discurso da empregabilidade, tema deste artigo. Karl Marx, nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (1844), nos dá o arcabouço teórico para a compreensão desta questão quando trata da alienação ou estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho. Vejamos.

Nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, Primeiro e Segundo Manuscritos, Marx inicia afirmando que a Economia Política de então não considerava a constituição da propriedade privada historicamente, sendo esta uma de suas premissas, tomada por seus autores como efetiva. Para Marx, devia-se compreender a propriedade privada a

⁹ Outro autor da tradição alemã possibilita nossa compreensão. Observando os escritos de Reinhardt Koselleck (2006) a respeito do progresso e da revolução, arriscamos formular a hipótese de que no desenvolvimento há uma associação entre progresso e catástrofe, haja vista a produção de diversas tecnologias que trouxeram beneficiamentos na própria vida cotidiana dos seres humanos, mas também a utilização destas tecnologias em guerras e enriquecimento de pequenos grupos, como apontamos brevemente a partir de Benjamin.

partir da distinção entre trabalho e capital, capital e terra, explicando o processo e não tomando-o como um dado em si, já que “o que devia ser explicada é admitido”. Nesse sentido, explicando o processo, o autor afirma que

“[...] o trabalhador afunda até um nível de mercadoria, e uma mercadoria das mais deploráveis; [...] a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção; [...] o resultado forçoso da competição é o acúmulo de capital em poucas mãos, e assim uma restauração do monopólio da forma mais terrível; e, por fim, [...] a distinção entre capitalista e proprietário de terras, e entre trabalhador agrícola e operário, tem de desaparecer, dividindo-se o conjunto da sociedade em duas classes de possuidores de propriedades e trabalhadores sem propriedades” (MARX, 2010, p.1).

Instaura-se, desse modo, um sistema de alienação que é a ligação entre propriedade privada, ganância, separação entre trabalho, capital e terra, troca e competição, valor e desvalorização do homem, monopólio e competição. Nesse sistema, para o autor,

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos (MARX, 2010, p.2).

Observemos que, na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels esboçam em alguns trechos uma categorização do que seria este mundo humano, ou mundo sensível, que nos *Manuscritos Econômico Filosóficos* Marx havia citado. Na primeira obra, mundo sensível, ou mundo da vida, não é uma coisa dada imediatamente por todo o sempre e igual,

[...] mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas (MARX; ENGELS, 2007, p.30).

Ou seja, os autores explicitam que o mundo sensível é construção sobretudo humana, e traz em si a marca dos seres humanos daquele tempo. Mas voltemos à citação

anterior, especificamente ao último período: “A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos”. Marx descreve esse processo como a separação entre *mundo humano* e *mundo dos objetos*. No decorrer do Primeiro e Segundo Manuscritos, o autor esboça com mais clareza esta separação para explicar a alienação do trabalhador em relação ao que produz.

O mundo dos objetos como esfera onde se encontra o resultado da produção executada pelo trabalhador, tornando-se altamente valorizado, renega o mundo da vida, esfera onde está o trabalhador e sua vivência, a uma instância desprezível, distanciando e trazendo estranhamento ao trabalhador em relação ao que ele produziu. Este produto não contém mais as características do trabalhador e não deve servir a ele em suas necessidades, pois pertence ao capital. Sendo assim, o trabalhador não se vê nele e, na valorização que é feita ao produto como resultado final desse processo, o trabalhador torna-se alheio ao produto, supervalorizando-o e desprezando a si. Este produto e este mundo dos objetos, para Marx, “agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor”.

Aqui ocorre uma *perversão*. Para o autor, a execução do trabalho com o fim de desenvolver um produto surge enquanto uma perversão, pois o trabalhador, para compor esse produto final, perverte a si mesmo até o ponto de passar fome. Nisso, surge a *objetificação*, que é o fato de existir uma perda do objeto, em que o trabalhador “é despojado das coisas mais essenciais não só da vida, mas também do trabalho”; e também o próprio trabalho se transforma em um objeto que ele mesmo só consegue adquirir com esforço descomunal. Dessa forma, a alienação do objeto aparece da seguinte maneira: “quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital” (MARX, 2010, p.2). Quanto mais o trabalhador se desgasta nesse processo, mais fortalecido fica o mundo dos objetos, tornando-se mais pobre sua vida interior, pertencendo ele cada vez menos a si próprio.

No interior do sistema capitalista, o processo hegemônico de alienação (ou estranhamento) do trabalho proporciona uma separação do ser humano em relação àquilo que ele produz a partir do trabalho. Este ser humano não se vê naquilo que produziu, já que retira-se algo extremamente importante para o processo de formação do produto, ou seja, a criatividade. Para nós, esta possibilidade de *criação* possibilita a

aproximação e identificação do trabalhador com o que ele produziu e, no capitalismo, ou numa era de reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 1985), aquela aura criativa que o ser humano traduz em um objeto singular criado por ele é perdida, já que o desenvolvimento do sistema capitalista não admite perdas na produção. O tempo de criação de um objeto único e humano deve ser suprimido e “otimizado” numa produção em série.

A saber, tal processo de estranhamento pode ser percebido se observarmos a busca, por parte de governantes, empreendedores, técnicos, gestores e outros profissionais, por imputar outro sentido ao território Zona Rural II de São Luís. Estas pessoas, em seus respectivos grupos, e com seus argumentos próprios, vêm formulando estratégias para dotar aquele território de uma vocação industrial, trazendo ao lugar a configuração de espaço de escoamento de produtos para outros países, tornando-o “útil para o Brasil”, potência em ascensão.

A Zona Rural II de São Luís é campo fértil para a análise desta questão, considerando que os membros das comunidades sofrem impactos em suas vidas desde meados de 1970, com a instalação das primeiras empresas e expulsão dos povoados. Observemos que, historicamente, os moradores das comunidades da Zona Rural II de São Luís ocupam-se em atividades tradicionais, como pesca, agricultura e extrativismo. Com a proximidade e instalação dos grandes empreendimentos, um discurso grandemente desarticulador de modos de vida tradicionais foi sendo proferido por gestores e empreendedores governamentais e empresariais. Este discurso, notadamente desenvolvimentista, buscava afirmar que vários empregos seriam gerados pelas empresas, e estes postos de trabalho seriam destinados aos habitantes da cidade de São Luís, assim como aos moradores da região, mesmo com os deslocamentos e expulsões, “necessários” para desenvolver a região. Seriam empregos diretos e indiretos, dentro das empresas ou em suas imediações. Tais falas eram proferidas em audiências públicas, por exemplo, ocorridas nos anos 2000, por conta da tentativa de transformação da região em Polo Siderúrgico (SANT'ANA JÚNIOR Et Al, 2009). Em um pequeno intervalo de tempo, pescadores, agricultores e extrativistas foram transformados em desocupados, *desempregados*, que poderiam (e deveriam) trabalhar nas empresas. Obviamente, aquele momento situado nos anos 2000 foi o da culminância de um longo processo de desqualificação destas pessoas em todos os aspectos de suas vidas. Dessa

forma, ficou simples, levando em consideração o longo processo de desqualificação dos modos de vida tradicionais locais, transformar simbólica e fisicamente trabalhadores em desempregados.

Marx, a saber, elucida este aspecto ao falar do *trabalho estranhado*. Retirando do ser humano – neste caso, do pescador, agricultor e extrativista – a identificação que ele tem com o meio de existência, ou a natureza, sua parte inorgânica, e com tudo o que remete à sua produção, este ser humano torna-se um trabalhador que não se identifica com o produto do seu trabalho. Já não é mais um pescador que têm no mar a identificação que o torna pescador, ou nos peixes que comercializa e alimenta-se a fonte de sua existência, de acordo com os tempos da natureza e da satisfação de suas necessidades próprias, desamarrado que está de rotinas alheias à sua vida em comunidade. Agora ele mesmo, desapossado dos meios de produção que passam a ser das empresas ou do governo – em última instância do capital – encontra-se destituído de si, considerando-se como um desempregado que só realiza a pesca quando não tem um *emprego formal* nos empreendimentos, comércios e indústrias da região.

Esta é uma violência, pois ao retirar dos moradores das comunidades a possibilidade de obter sustento a partir da natureza que o circunda e à qual ele faz parte, retira-se destas pessoas também seu *motivo de viver*, como é relatado por alguns entrevistados das comunidades Taim e Rio dos Cachorros. Passa-se a viver em função do tempo dos empreendimentos, ou seja, do capital e do desenvolvimento. Com este processo, retira-se a herança de várias gerações de pescadores, agricultores e extrativistas que, mantendo suas atividades, transformando-as de acordo com as necessidades históricas de sua geração, tem tal herança tornada retrógrada e anacrônica.

Observemos outra face da moeda. Algumas pessoas, a fim de não serem suplantadas por essa lógica desenvolvimentista que os retira de sua própria existência, passam a resistir por meio de embates diretos aos representantes dessa lógica. Em audiências públicas, fóruns, seminários, manifestações, etc, transformam sua voz numa voz de resistência, abdicando, muitas vezes, de suas vidas em comunidade, pois passam a guiar seu tempo pelo tempo dos órgãos com os quais precisam lidar a fim de garantir seus direitos. Tal situação é perceptível quando observamos o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, já referida. Lideranças destes povoados optaram, quase que

sem outra alternativa que não a de sucumbir ante o deslocamento compulsório de suas comunidades, por buscar das mais variadas formas os meios de salvaguardar suas terras.

Pessoas como Maria Máxima Pires (Dona Máxima de Rio dos Cachorros), Alberto Cantanhede (Beto do Taim), Clóvis Amorim (de Cajueiro), Rosana Mesquita (do Taim), entre outras, passaram a encabeçar esse processo, deixando de viver segundo suas necessidades pessoais, tornando seu tempo o tempo da luta. E essa escolha também trouxe mudanças em relação às suas ocupações, pois quem antes era pescador, agora dependente do tempo das instituições, precisou adaptar-se à lógica e ao tempo destes órgãos, não podendo mais dedicar-se à pesca ou à agricultura.

Como pensar a relação destas pessoas, sejam aquelas que tornaram-se desempregados ou aquelas que tornaram-se militantes, com a lógica dominante do trabalho/emprego que responde aos ditames do capital? A instauração de uma lógica diferente num lugar que possuía suas lógicas específicas de viver, sobrepujando estes fazeres, provoca aquilo que Marx descreve como sendo a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho: este torna-se uma mercadoria mais barata do que as que criou, aumentando a valorização do mundo das coisas no lugar do mundo dos homens.

Este processo cria os trabalhadores, torna-os mercadorias, e também possibilita a criação dos desempregados e pobres. O discurso dominante no qual a Zona Rural II de São Luís é um local de pobreza é fruto desta criação histórica. Embora existam, ainda, meios de vida no qual as pessoas não precisam, necessariamente, de mercados para adquirir os gêneros alimentícios que precisam, como vegetais, carnes, cereais e frutas, já que têm no seu quintal as plantas e os animais dos quais se alimentam. Apesar disto, a visão geral é a de que são pobres porque são desempregados e não sabem se vão ficar naquelas terras, que não são deles e são constantemente retiradas, pois pertencem às empresas e aos governos. No lugar da fartura, a carência. É uma condição material efetiva, alimentada por representações simbólicas, que tornam a Zona Rural II um espaço vazio de direitos, uma *zona de sacrifício*.

As pessoas, portanto, tornadas trabalhadores, passam a viver em função de seu trabalho, não mais de acordo com suas necessidades pessoais. Segundo Marx (2010, p.85), “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente,

porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*”; e ainda:

Quando arranca do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza. Igualmente, quando o trabalho estranhado reduz a autoatividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física (MARX, 2010, p.85).

O sujeito tornado trabalhador, desligado de seu território, submetido a uma lógica alheia de produção, lucro e consumo, não se identifica mais com os outros sujeitos de sua comunidade que não estão submetidos à mesma lógica à qual ele está. Torna-se, então, uma pessoa que vai desqualificar aquele outro sujeito que não submete à lógica dominante, tentando preservar seus conhecimentos tradicionais¹⁰.

Resistir a uma lógica dominante, portanto, não tem sido tarefa fácil para essas pessoas. De acordo com Marx, o capital ao tornar as pessoas trabalhadores desidentificados com o que produzem, retira-lhes a identificação, ou mesmo dependência, com a natureza, de onde retiram os meios para produzir. A saber,

Quanto mais o trabalhador se *apropria* do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos *meios de vida* segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para a subsistência do trabalhador (MARX, 2010, p.81).

¹⁰ O exemplo a seguir dá conta da afirmação: em algumas reuniões do conselho gestor da RESEX de Tauá-Mirim, autodeterminada enquanto tal desde maio de 2015, pudemos notar falas que apontavam para esse tipo de discurso. Uma pessoa, morador do povoado Taim, após ter sido empregado em uma das empresas próximas à região, foi demitido, dentre outros motivos, por não ter a qualificação agora exigida pela empresa. Antes, quando ainda era um dos trabalhadores de lá, muitas vezes desqualificou outros moradores da comunidade por estarem resistindo em vender suas terras para o empreendimento, ou então por não preferirem trabalhar num “emprego formal” como aquele, com carteira assinada, salário e outros benefícios, como plano de saúde. A segurança que o emprego lhe passava, segundo sua fala, tornou-o cego à realidade das outras pessoas que, para ele, passavam a não existir, pois não *trabalhavam*. Após alguns anos, observando os conflitos em sua comunidade, as degradações que as empresas causaram na região, e ainda sentindo a proximidade e depois a efetividade da demissão, passou a compor a luta em prol do território da RESEX de Tauá-Mirim, passando a considerar-se pescador, sendo esta a sua profissão.

Ao realizar o trabalho desta forma estranhada, o trabalhador acaba por realizar também a dominação de si próprio, pois

Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação, para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto (MARX, 2010, p.87).

Um outro ser humano, não trabalhador, é o que detêm o resultado desse processo, para Marx. Este é um aspecto da dominação no interior do sistema capitalista, e tal processo pode ser observado na Zona Rural II de São Luís: o resultado da desarticulação das comunidades, da transformação das pessoas em desempregados e da transformação da natureza em recurso é a abertura da passagem dos produtos, com os quais nenhuma das pessoas têm identificação, para outros países. Os lucros, obviamente, não ficam na Zona Rural II de São Luís, a esta cabendo apenas uma parte degradada e triste de todo esse processo. Um ser alheio é detentor dos lucros da produção. Portanto, “o capital é o homem totalmente perdido de si”.

Dessa forma, ser outra coisa, ou ser um território diferente do que deveria ser para o capital, é lutar contra uma forte corrente, pois perpassa as relações efetivas da sociedade, tanto materiais como simbólicas. De acordo com Marx (2010, p.91),

O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é *para si* como capital, e só é, como capital, assim que um *capital é para ele*. A existência (*Dasein*) do capital é *sua* existência, sua *vida*, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele.

Instaurada esta lógica, e transformados em trabalhadores, os seres humanos que ficam fora disso passam a ser “fantasmas fora do domínio do capital” e, portanto, não devem existir. Dessa maneira, constituem-se zonas de sacrifício em regiões como a Zona Rural II de São Luís, ou *espaços de indistinção* habitados pelos *homo sacer*, nos termos de Giorgio Agamben (2010), o que torna resistência ainda mais difícil.

Considerações finais

Empobrecidos por não poderem cultivar suas terras, saqueadas que foram pelo Estado e empreendimentos; tornados outra coisa além de si próprios, pois suas ocupações tradicionais são agora denominadas desemprego; moralmente assediados com seus discursos invalidados a partir do imaginário desenvolvimentista, já que resistir ao filho do progresso é ser entrave para o bem de todos; os moradores da Zona Rural II de São Luís sentem em seus corpos, tal qual aquele condenado que receberia a sentença na pele no conto kafkiano¹¹, o peso do desenvolvimento e a efetividade do capitalismo, violento e certo, numa história de longa duração contada há bastante tempo, desde o século XIX por um pensador tão criticado atualmente como Karl Marx. Por fim, ficamos a pergunta: quanto do que Karl Marx escreveu é inválido à luz de um conflito contemporâneo num campo de concentração que existe ao nosso lado¹²? Esta é a história real, dos seres humanos reais, em luta de classes.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll. 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização”. In: **Travessia**. maio/ agosto: 1996. p. 30-35

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e**

¹¹ Referência ao texto de Franz Kafka (2013), *Na colônia penal*, quando o condenado ao suplício e morte recebe sua pena através da inscrição dela em seu corpo. A citação é extensa, mas é necessário destacá-la: “O entendimento ilumina até o mais estúpido. Começa em volta dos olhos. A partir daí se espalha. Uma visão que poderia seduzir alguém a se deitar junto embaixo do rastelo. Mas nada acontece, o homem simplesmente começa a decifrar a escrita, faz bico com a boca como se estivesse escutando. **O senhor viu como não é fácil decifrar a escrita com os olhos; mas o nosso homem a decifra com seus ferimentos**” (KAFKA, 2013: 104 – grifo nosso).

¹² Aqui vale uma explicação: semelhante às casas das pessoas que foram perseguidas e posteriormente exterminadas pelo nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, os moradores de comunidades como Taim, Rio dos Cachorros, Cajueiro e Parnauçu tem suas casas numeradas, contadas por funcionários dos empreendimentos que pretendem retirá-los de suas moradias. E ainda numa semelhança cruel com os mortos pelo nazismo, várias casas foram derrubadas, restando apenas os alicerces, como numa lembrança triste e marcante de que aquelas são as vidas matáveis, pois impedem o avanço do desenvolvimento capitalista. Mas numa outra lembrança, tímida e talvez pequena, em Cajueiro, um senhor idoso foi ao número que escreveram em sua casa e o pintou com outra tinta, apagando daquilo que é seu o vestígio da destruição futura. Talvez como aqueles poucos sobreviventes dos campos de extermínio que restaram para contar a história da destruição, aquele senhor queira viver mais um pouco e contar aos seus netos a história da comunidade, que resistiu e continuou território onde eles podem continuar a *fazer história*.

história da cultura. Obras escolhidas. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COSTA, Wagner Cabral da. Pedrinhas \$.A.: a violência do negócio e o negócio da violência. **Catirina**, São Luís, número 0, pgs. 9 – 53, dezembro de 2014.

GEDMMA (org.). **RESEX de Tauá-Mirim**: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA. São Luís: GEDMMA/UFMA, 2014. Relatório Socioantropológico. Mimeo.

KAFKA, Franz. Na colônia Penal. In: KAFKA, Franz. **Obras escolhidas**. Trad.: BACKES, Marcelo; BRAGA, Guilherme da Silva. 1ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA; Paris: Universidade Paris 13, 2007. Tese de Doutorado. Mimeo.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. TRAD.: RANIERI, Jesus. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). TRAD.: ENDERLE, Rubens; SCHNEIDER, Nélio; MARTORANO, Luciano Cavini. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. São Luís: PPGCSOC/UFMA, 2015. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

DITADURA EMPRESARIAL MILITAR SE CONSOLIDANDO: OS PROJETOS ECONÔMICOS DOS ANTECEDENTES DO “MILAGRE ECONÔMICO” (1964-1968)

Werbeth Serejo Belo¹

INTRODUÇÃO

A partir de 1964, com o golpe classista Empresarial-Militar, uma nova fração burguesa passa a conduzir as diretrizes estatais em consonância com um grupo heterogêneo de militares que ditam novas formas de acumulação de capital baseado em planejamento econômico, isto é, não seria mais adotado um posicionamento imediatista frente às proposições econômicas a partir dali.

Enquanto no contexto internacional tinha-se uma consolidação do pensamento neoliberal, no Brasil toma-se uma postura de planejar em prol de um desenvolvimento econômico, mesmo que muitas vezes essas diretrizes estivessem alinhadas, em parte, com a ideologia neoliberal², como a recessão necessária à (re) organização e a utilização da política monetária³ como um viés de solução à crise econômica.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós Graduação História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão.

² A ideologia neoliberal surge durante a década de 1940, mais exatamente pós II Guerra Mundial, fazendo oposição ao socialismo e ao modelo econômico Keynesianista – também conhecido como Welfare state (Estado de Bem Estar Social) tendo este como base, segundo Fernando Ribeiro em *Friedman, monetarismo e Keynesianismo: um itinerário pela história do pensamento econômico em meados do século XX*, “uma curiosa contradição”: a) uma economia de empreendedores; b) um papel de grande importância desempenhado pela moeda; c) a moeda com funções clássicas de ser meio de troca e unidade de conta; d) a moeda desempenha a função de reserva de valor. Então, fazendo frente a essas bases surge o pensamento neoliberal que tinha como dois dos grandes teóricos Milton Friedman e Friedrich Hayek. Hayek critica a ideia de que o “planejamento econômico pelo Estado é o caminho para combater as crises do capitalismo e inclusive salvá-lo dos regimes autoritários extremos, como o nazismo, à direita, e o socialismo, à esquerda”. (Spínola. 2004. P. 105). Portanto, a atuação estatal direta na economia não seria o real caminho ao combate às crises do capitalismo, ao contrário, deveria haver uma redução da atuação do Estado no âmbito econômico. Em 1947, como forma de organização do pensamento neoliberal, surge a sociedade de Mont Pelerin que tem como presidente o próprio Friedrich Hayek e como membro Milton Friedman. Este é o início do processo de consolidação do pensamento neoliberal a níveis mundiais, obviamente que esta consolidação se dá em períodos diferentes em cada localidade do Globo: Chile – década de 1970, Brasil – década de 1990, por exemplo. No entanto, desde o acordo de Bretton Woods realizado em setembro de 1946, isto é, em fins da II Guerra Mundial já se pensava “a forma que deveria ser dada para o novo Sistema Monetário Internacional” (Ribeiro, 2013, p. 61). Por fim, Friedman determina quais os papéis reservados ao estado, proposições estas que se tornariam as base do pensamento liberal que tomariam proporções internacionais a partir da década de 1970: a) fornecer uma estrutura jurídica; b) proteger as liberdades individuais e a propriedade privada; c) garantir a execução de contratos livremente estabelecidos; d) fornecer uma estrutura monetária (RICHTER, 2009).

³ Segundo Vera Spínola política monetária seria um “conjunto de medidas adotadas pelo governo visando adequar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país”. (SPÍNOLA, 2004, p. 110).

Segundo Tomas Skidmore (1988) havia dois sérios problemas econômicos no Brasil no início da década de 1960: a) déficit crônico na balança de pagamentos por vários fatores: receita das exportações dependia de um único produto, o café; o nível das exportações estava estreitamente ligado ao crescimento industrial; outros níveis negativos: remessas de lucros, amortização de empréstimos e repartição de capitais. b) a inflação que de 1949 a 1959 variou de 12% a 26%.

Ao longo da década de 1960 outros problemas se agregaram e se tornaram intoleráveis: o plano de estabilização de 1963 foi engavetado; a defesa por Goulart das reformas de base (SKIDMORE, 1988, p. 36-37).

Haja vista o desequilíbrio econômico que se atingiu em fins de 1963, a articulação golpista de longo prazo estava com o campo livre para a atuação da tomada do Estado através da Guerra de Movimento⁴ que deporiam Goulart em abril de 1964. A modernização conservadora se iniciava no período do regime Empresarial-Militar com a escolha dos novos dirigentes para as pastas da Fazenda e do Planejamento.

OS GOVERNOS CASTELO BRANCO E COSTA E SILVA

O general Castelo Branco⁵ assume a presidência da República em 1964 e começa o processo de reestruturação administrativa, que seria a característica principal de seu governo, tanto no âmbito político quanto no âmbito econômico. Para ministro da Fazenda foi escolhido Octávio Gouveia de Bulhões e na pasta do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Oliveira Campos⁶, ambos envolvidos diretamente na

⁴ Conceito gramsciano de tomada do Estado através da força.

⁵ Segundo Thomas Skidmore (1988), o general Castelo Branco era líder do grupo da Sorbonne que tinha “oficiais estritamente ligados à Escola Superior de Guerra”, sendo este um “interessante produto de influências brasileiras e estrangeiras pois frequentou escolas de guerra na França e nos Estados Unidos” (SKIDMORE, 1988, p. 50).

⁶ Monica Piccolo em sua tese de doutorado intitulada *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso* (2010) faz o levantamento – a partir do dicionário histórico biográfico brasileiro – das atuações dos diversos agentes político-econômicos brasileiros, apresentando as informações em cinco blocos a fim de que se possa localizar estes agentes por meio de sua formação e relações com a sociedade civil e a sociedade política, a saber: formação acadêmica, atuação nas agências estatais, atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia, atividades profissionais e atuação político partidária. Dentre eles os condutores da política econômica de 1964 a 1967. **Octávio Gouveia de Bulhões: Formação acadêmica:** Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Faculdade de Direito do RJ); Doutorado (Faculdade de Direito do RJ); Especialização em Economia em Washington; Doutor Honoris Causa (EPGE-FGV). **Atuação nas agências estatais:** Diretoria Geral do Imposto de Renda do Ministério da Fazenda (1926); Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda (1939); Assessor Técnico do órgão Coordenação da Mobilização Econômica (1943); Membro da Comissão de Investimentos do Ministério da Fazenda (1945-1948); Chefe dos técnicos brasileiros na Missão Abbink (1948); Membro do Conselho Técnico do Departamento Nacional

elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, grande responsável pela reestruturação do Sistema Financeiro Nacional.

No processo de elaboração de políticas econômicas travestidas em planos de atuação, o fator primeiro de análise diz respeito ao diagnóstico inflacionário que tem como formas de análise três correntes principais: a) a ortodoxa, b) a heterodoxa e, c) estruturalista. A corrente ortodoxa enfatiza “o papel do desequilíbrio fiscal nos processos de inflação crônica⁷” e para por fim à inflação seria necessário “eliminar os déficits fiscais e produzir um arrocho monetário” (CARDOSO, 2007, p. 115). A corrente heterodoxa enfatiza “o papel da inercia inflacionária criada por mecanismos de indexação endêmicos em economias que sofrem de inflação crônica” e para por fim à inflação seria necessário “eliminar a memória inflacionária a partir de um congelamento de preços, por exemplo” (CARDOSO, 2007, p.115). A corrente estruturalista foi elaborada por membros da CEPAL⁸ e aponta que

[...] estruturas inadequadas como a agrária, por exemplo, tornavam inelástica a oferta de alimentos e matérias-primas, o que significava

de Previdência Social (1946); Superintendente da SUMOC (1954-1955 / 1961- final de 1962); Membro do CNE e do CMN (1950-54; 1956-60); Membro do Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal (1967); Presidente do Conselho de Administração da Ericson do Brasil; Presidente do Conselho de Diretoria do Unibanco; Presidente do Conselho Técnico de Administração do Banco de Investimento Credibanco; Membro do Conselho Consultivo do Banco Itaú; Membro do Conselho de Administração do Comind – Banco de Investimento, da Caemi e da Bayer do Brasil. **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio; Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros; CONSULTEC (1958); IPES. **Atividades profissionais:** Professor Emérito da UFRJ; Presidente COPEG (1971 a 1973); Presidente BEG (1971 a 1974); Presidente IBRE-FGV; Presidente do IBMC (1971- 1974); Presidente da Mercedes-Benz do Brasil; Diretor da Wilkinson Fiat Lux, Administração e Participação. **Roberto de Oliveira Campos: Formação acadêmica:** Teologia e Filosofia; Economia (EUA); Pós-Graduação (EUA). **Atuação nas Agências Estatais:** Itamaraty (1939); Assessor Econômico de Vargas (1951); Direção econômica do BNDE (1952-1953); Cônsul em Los Angeles (1953); Diretor-superintendente do BNDE (1955); Membro do Conselho de Desenvolvimento (1956-60); Presidente do BNDE (1958); Embaixador Washington (1961);Embaixador em Londres (1974). **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** Membro do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio (1967-69). **Atividades Profissionais:** Presidente do Invest Banco (1968-72); Presidente da Olivetti do Brasil; Membro do conselho de administração da Mercedes-Benz (1972); Membro das juntas de governadores do Instituto Internacional de Planejamento e Educação, sediado em Paris (1972-75) e do Instituto Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento, com sede em Ottawa (1973-76); Membro da Resources for the Future (1974/76). **Atuação Política Partidária:** Filiação ao PDS (1980); Senador (1982); Deputado Federal (1990); Filiação ao PPR (1993); Filiação ao PPB (1995). (PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Niteroi: Tese de doutorado, 2010).

⁷ Gera mecanismos de indexação que perpetuam a inflação passada (CARDOSO, 2007, p.115).

⁸ “**Comissão Econômica para a América Latina.** Órgão regional das Nações Unidas, ligado ao Conselho Econômico e Social; foi criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. É integrado por representantes de todos os países do hemisfério e conta com a participação especial dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Holanda. Tem sede em Santiago do Chile e promove uma conferência a cada dois anos para debater seus projetos e analisar a situação dos países-membros.” (SANDRONI, 1999, p. 90)

elevação de preços nos centros urbanos. A deterioração das relações de troca provocaria déficits comerciais e do balanço de pagamentos, obrigando tais países a desvalorizações cambiais constantes, sendo estas outro alimentador do processo inflacionário (SANDRONI, 1999, p. 225).

Como subterfúgio à inflação com diagnóstico estrutural tem-se que deveria haver uma reestruturação de todo o sistema governamental em prol da resolução do problema inflacionário. A opção adotada por Roberto Campos e Octavio Bulhões tinha como base os preceitos da ortodoxia, portanto, as diretrizes econômicas adotadas pelo PAEG caminhariam de forma a atingir a estabilização econômica⁹.

Segundo Eliana Cardoso (2007) o PAEG tinha dois objetivos principais: acelerar o crescimento e baixar a inflação. Para que tais objetivos fossem alcançados seria necessária a utilização da correção monetária¹⁰ que, segundo Pastore e Pinotti, tinha atrelada a si algumas determinações: a) reformar o Sistema Financeiro Nacional; b) retomar os financiamentos de habitação; c) criação do F.G.T.S¹¹, PIS, PASEP¹²; d) reajustes salariais; e) controle de preços; f) aperfeiçoamento do imposto de renda¹³; g)

⁹ “Geralmente, o termo vem associado a políticas monetárias efetuadas por bancos centrais, para reduzir ou limitar as flutuações de uma moeda nacional nos mercados financeiros internacionais, comprando ou vendendo reservas de, ou para, outros bancos centrais”. (SANDRONI, 1999, p. 220).

¹⁰ A correção monetária foi criada em 1964 no governo de Castelo Branco e, segundo Paulo Sandroni em *Novíssimo dicionário de economia* (1999), “Consiste na aplicação de um índice oficial para o reajustamento periódico do valor nominal de títulos de dívida pública (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) e privados (letras de câmbio, depósitos a prazo fixo e depósitos de poupança), ativos financeiros institucionais (FGTS, PIS, PASEP), créditos fiscais e ativos patrimoniais das empresas. Os índices de correção monetária são calculados de acordo com a taxa oficial de inflação, tendo por objetivo compensar a desvalorização da moeda”. (SANDRONI, 1999, p. 135).

¹¹ “**Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.** Fundo formado, no Brasil, por depósitos bancários feitos em nome dos empregados, para prover indenizações trabalhistas. Criado pelo governo federal em 13/9/1966, obrigou as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a depositarem até o dia 30 de cada mês, em conta bancária vinculada, 8% do salário de cada funcionário que renunciasse ao sistema de indenização até então vigente e optasse pelo fundo.” (SANDRONI, 1999, p. 238).

¹² “Fundo contábil de natureza financeira criado em 11/9/1975. Resultou da unificação do Fundo de Participação do Programa de Integração Social (PIS) e do Fundo Único do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), ambos criados em 1970. Propõe-se a integrar o trabalhador à vida da empresa, garantindo-lhe participação nos lucros, criar um pecúlio para sua aposentadoria e arrecadar recursos para investimentos privados, sobretudo nas médias e pequenas empresas. É gerido por um conselho formado por quatro membros efetivos e quatro suplentes indicados pelo Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No PIS são cadastrados os trabalhadores empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os trabalhadores avulsos sem vínculo empregatício e os temporários. Não participam do PIS, mesmo com registro em carteira, os empregados domésticos e os trabalhadores rurais. Os empregados em repartições da administração pública federal, estadual e municipal (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista) são cadastrados no PASEP. Essa diferenciação dos beneficiados permaneceu até mesmo com a unificação dos referidos fundos. Os recursos do PIS são provenientes de contribuições mensais pagas pelas empresas (...)”. (SANDRONI, 1999, p. 460-161).

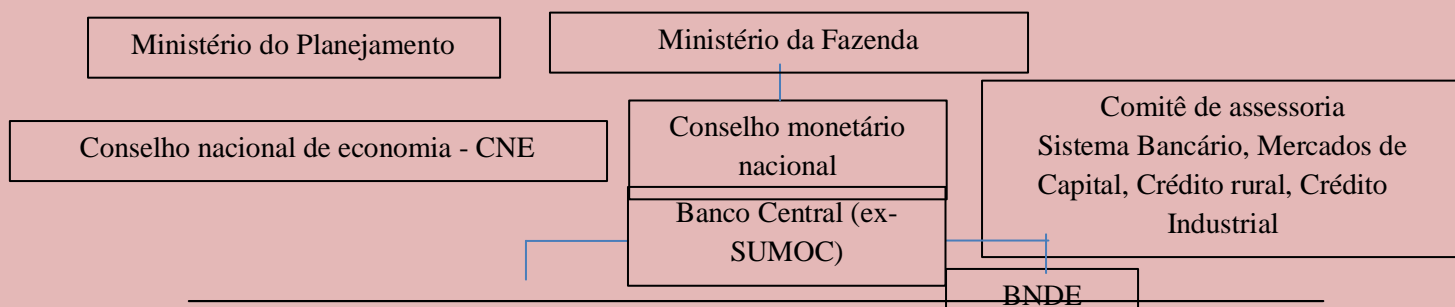
¹³ “Tributo cobrado das pessoas físicas e jurídicas sobre os rendimentos auferidos no exercício de suas atividades profissionais ou comerciais, ou ainda sobre os rendimentos resultantes da aplicação de seus capitais. O Imposto de Renda no Brasil foi criado pelo presidente Artur Bernardes, em 1922, sendo a

reforma tributária de 1965: Imposto sobre o consumo (IC), Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Imposto de vendas e consignações (IVC), Imposto sobre a circulação de mercadorias (ICM) – que levariam ao crescimento da arrecadação; h) criação do Banco Central; i) criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) para fixar os tetos para a expansão do crédito; j) alteração da política econômica com relação ao setor externo e, k) criação do sistema de subsídio às exportações. (PASTORE, PINOTTI, 2007, p. 30-31).

As determinações econômicas acima expostas contribuíram para o quadro de acumulação de divisas nos caixas governamentais, mas não seriam suficientes para a tão almejada estabilização econômica e reordenação de todo o Sistema Financeiro Nacional que seria a ferramenta fundamental para que a nova fração burguesa empresarial de base principalmente financeira se articulasse no Estado Restrito brasileiro a partir de 1969.

No que tange à reestruturação do Sistema Financeiro Nacional temos a criação do Banco Central que “constituir-se-ia em um órgão deliberativo da política monetária em função do orçamento monetário através do qual eram fixados tetos para as operações ativas, cuja soma determinaria a expansão da base monetária” (PICCOLO, 2010, p. 129). Foi criado o Sistema Financeiro de Habitação tendo como agência principal o Banco Nacional de Habitação que utilizaria o FGTS como forma de depósito compulsório e forma de financiamento à moradia popular que daria ao governo todo o mérito das construções, no entanto sairia do bolso dos trabalhadores grande parte do custeamento das obras. Além disso, foram criados novos programas de seguro social - os já mencionados PIS-PASEP. Portanto o Sistema Financeiro Nacional passa a se organizar da seguinte forma:

Organograma 1 - Sistema Financeiro Nacional



primeira cobrança feita sobre o exercício financeiro de 1924. O Imposto de Renda é *direto e progressivo*, isto é, incide diretamente sobre uma pessoa física ou jurídica, e a taxação é progressivamente proporcional ao valor do rendimento. Por isso, é considerado o imposto mais justo. O sistema de arrecadação, apesar das constantes mudanças feitas, sustenta-se em duas bases: o *imposto arrecadado na fonte* e o *imposto lançado*. O imposto arrecadado na fonte é retido e recolhido pelas fontes pagadoras do rendimento, enquanto o lançado baseia-se na declaração do contribuinte”. (SANDRONI, 1999, p. 292).B

Banco do Brasil	
Instituições Financeiras	
Públicas	Privadas
<ul style="list-style-type: none"> - Caixas Econômicas Federais e Estaduais; - Bancos Federais e Estaduais de Crédito; - Bancos Regionais de Desenvolvimento; - Banco Nacional de Habitação; - Autarquias e Companhias de Economia Mista; - Bancos Oficiais Estaduais; - Banco Nacional de Crédito Cooperativo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Bancos Comerciais; - Bancos Industriais; - Companhias de Crédito, Financiamento e Investimento; - Companhias de Crédito Imobiliário; - Companhias de Poupança e Empréstimos; - Companhias de Seguros e Capitalização; - Bolsas de Valores; <li style="text-align: center;">- Fundos de Crédito; - Pessoas e Companhias selecionadas operando no mercado de capitais

Fonte: DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. P. 430.

É perceptível no organograma acima que há uma consolidação dos conglomerados de financeiras, sobretudo privadas. Isso se dá pela reestruturação do sistema capitalista a nível mundial. É importante ressaltar que o Brasil não se insere – neste período – no ideário neoliberal, mas se apresenta participante da lógica capital-imperialista de forma subsidiada, isto é, o domínio do capital multinacional e associado se expande e atinge países da América Latina e o Brasil não estaria de fora.

Segundo Francisco de Oliveira em *A Economia da dependência imperfeita* (1977) o PAEG “não muda o padrão de acumulação sustentado na expansão do Departamento III¹⁴” e o remédio seria a contenção salarial. O fato de o padrão de acumulação estar baseado no departamento III demonstra que a produção estava voltada - sobretudo - para uma classe média empresarial possuidora do poder de compra de carros e outros produtos de difícil acesso à classe trabalhadora.

O capital financeiro, articulado aos oligopólios das multinacionais e transnacionais, passa a ser o modelo de capital que conduz a economia brasileira. No entanto, aliado ao capital industrial. Formam-se, assim, dois blocos capitalistas no Brasil: “um sólido bloco capitalista gerando lucros numa etapa de forte concentração de capital e o segundo bloco formado por empresas nacionais de capital privado nacional” (OLIVEIRA, 1977, p. 95).

Neste período já há, além da abertura maior a empresas de capital multinacional e associado, “a entrada de capitais sob a forma de empréstimo” (OLIVEIRA, 1977, p.97) que caracterizaria este período como “uma fase de preparação institucional da economia

¹⁴ “Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que são também capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo aos trabalhadores (...) bens de consumo não duráveis; Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, (...) bens de consumo duráveis” (OLIVEIRA, 1977, p.77).

para o desempenho dos oligopólios” (OLIVEIRA, 1977, p.97) que potencializariam a acumulação de capital que poderá ser percebida entre 1969 e 1973 no Brasil.

Enquanto temos a interpretação de Francisco de Oliveira que prima pela análise de luta entre classes, Roberto Campos (1994) aponta que entre 1964 e 1967 houve no Brasil uma “austeridade fiscal e monetária, realismo cambial, taxas de juros positivas, abertura para o investimento estrangeiro e integração na comunidade financeira internacional” (CAMPOS, 1994, p. 58) e assume que alguns princípios adotados pelo PAEG são princípios adotados também por “países bem sucedidos” (CAMPOS, 1994, p. 58), isto é, estes países: “mantiveram a estabilidade de preços através de políticas monetárias e fiscais austeras; procuraram preservar estabilidade na macroeconomia e competição na microeconomia; investiram pesadamente em capital humano e em abertura internacional” (CAMPOS, 1994, p.58).

O argumento de Campos é perfeitamente válido para quem não pretende fazer a reflexão a respeito de quem é o verdadeiro favorecido com tais medidas, o que não é o caso do nosso trabalho. Procura-se aqui perceber os meandros relacionais utilizados pela fração burguesa financeira em prol da consolidação de seu projeto de condução do Estado Restrito. Os argumentos de Roberto Campos, portanto, são válidos tão somente para explicar a forma encontrada pela burguesia financeira para organização dos aparelhos da Sociedade Política.

O primeiro governo Empresarial-Militar buscou „preparar o terreno“ para as medidas desenvolvimentistas que seriam tomadas no “milagre econômico”. Para tanto, este período se utiliza de uma nova política salarial e trabalhista que tinha três objetivos principais, segundo Sonia Mendonça e Virginia Fontes (2001): a) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; b) a criação de um “novo” sindicato, com funções mais assistencialistas que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora e; c) fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social. (MENDONÇA. FONTES, 2001, p.22).

Portanto, o “milagre econômico” tem suas bases na reestruturação do Sistema Financeiro Nacional e nas novas diretrizes econômicas adotadas pelo PAEG que visavam à estabilidade econômica necessária ao posterior desenvolvimento. Para o financiamento deste projeto, inúmeros think tanks¹⁵ são utilizados ao longo das décadas

¹⁵ Segundo Denise Barbosa Gros (2008) think tanks são institutos privados de pesquisa que estão presentes no processo de formulação de políticas públicas que são financiados por doações de grandes empresas.

de 1960 e 1970 a fim de que pudesse garantir a hegemonia do projeto de condução estatal tão almejado pela fração burguesa financeira aliada à fração industrial.

Especificamente sobre os anos do governo Costa e Silva (1967-1969) é importante salientar que a política econômica adotada é claramente dividida entre momentos de heterodoxia¹⁶ e ortodoxia¹⁷ no sentido que em seu primeiro momento tenta romper com o diagnóstico inflacionário que acredita que o excesso de moeda em circulação seja o grande mal que causa as altas taxas inflacionárias e analisa o sistema econômico a partir da óptica heterodoxa que acredita que o mal inflacionário seja causado pelos altos custos da economia. Segundo José Pedro Macarini (2006) há no Governo Costa e Silva,

[...] a existência de duas fases com características distintas: heterodoxia, em 1967-1968, quando afastou-se substantivamente da fase anterior do PAEG; ortodoxia, em 1969, quando a sua execução perseguiu explícita e efetivamente um “ataque mortal” à inflação (MACARINI, 2006, p. 457).

Ainda segundo o autor, a explicação principal – mas não a única – para as duas políticas econômicas adotadas de formas distintas é a promulgação do ato institucional nº 5 (13 de dezembro de 1968) que concentra a condução das políticas públicas da Sociedade Política de forma que essa concentração não se limita à esfera política, ao contrário, essa concentração se expande às diretrizes econômicas adotadas¹⁸.

Entre as considerações iniciais do AI-5 tem-se que os atos já outorgados pelo regime Empresarial-Militar são formas de promover “defesa, **desenvolvimento**, e bem-estar de seu povo” (Ato Institucional nº5, 13/12/1968. Grifos nossos). No entanto o AI-5 segue os parâmetros de defesa nacional e desenvolvimento que já constavam na Constituição outorgada em 1967.

¹⁶ Os diagnósticos heterodoxos da inflação enfatizam o papel da inércia inflacionária criada por mecanismos de indexação endêmicos em economias que sofrem de inflação crônica e para por fim à inflação seria necessária a eliminação da memória inflacionária a partir de um congelamento de preços, por exemplo (CARDOSO, 2007).

¹⁷ Os diagnósticos heterodoxos da inflação enfatizam o papel do desequilíbrio fiscal nos processos de inflação crônica e para por fim à inflação seria necessário eliminar os déficits fiscais e produzir um arrocho monetário (CARDOSO, 2007).

¹⁸ É interessante perceber que na comissão de elaboração do AI-5 estão presentes agentes condutores da política econômica - Antonio Delfim Netto e Helio Beltrão - de forma que no próprio Ato Institucional nº 5 temos diretrizes às práticas econômicas como “em caso de recesso da câmara municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios que não possuam tribunal de contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos” (artigo 2º, parágrafo 3º). (Ato Institucional nº 5, 13/12/1968). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acessado em: 18.06.2016.

Como foi mencionado anteriormente por mais que existissem pontos que nos conduziram a determinações neoliberais, não prevalecia no período do regime de Estado de Exceção brasileiro uma doutrina neoliberal como forma de conduzir a economia, haja vista que havia uma grande intervenção estatal nas diretrizes econômicas adotadas.

Estão explícitas na Constituição de 1967 as competências da união e entre estas temos que caberia ao Estado “estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento” (Constituição de 1967. Artigo 8º) além de estabelecer “normas gerais de direito financeiro” (Constituição de 1967. Artigo 8º); “política de crédito, câmbio, comércio exterior e interestadual, transferência de valores para fora do país” (Constituição de 1967. Artigo 8º).

Portanto, através da apropriação jurídica dos aparelhos localizados no âmbito da Sociedade Política a burguesia tornava legal suas investidas econômicas em prol de seus interesses representados na figura dos presidentes militares, tal fato nos permite apontar que a centralização do poder político-econômico, a partir da constituição de 1967 e do AI-5, favoreceu frações burguesas que se pretendiam hegemônicas naquela conjuntura histórica, a saber: a fração industrial e a fração financeira.

Na fase heterodoxa temos, segundo Macarini (2006), uma política fiscal voltada a solucionar o problema do déficit orçamentário que havia crescido expressivamente em 1967 alcançando 1,7% do PIB (MACARINI, 2006, p.460). O déficit orçamentário, todavia, não foi grande preocupação naquele primeiro momento. De forma paralela “elevou-se o teto de isenção sobre o imposto de renda das pessoas físicas” (MACARINI, 2006, p.460) o que resultou em um ganho de 5% dos salários reais¹⁹ a fim de que fosse reativada a demanda e, por conseguinte, o consumo.

No que tange à política monetária há uma expansão real da oferta de moeda e crédito já que seria necessário o aumento de moeda em circulação para fomentar investimentos na economia, além de aumentar o consumo necessário à dinâmica econômica para que não se chegasse a uma estagnação. Para tanto, há um auxílio do crédito bancário ao setor privado, segundo Macarini. A indústria de bens de consumo duráveis é o setor da economia que passa a ser mais beneficiado neste momento da

¹⁹ Nível do salário em relação a seu próprio poder de compra em determinado momento. Se os salários monetários ou nominais aumentam na mesma proporção do custo de vida, o salário real mantém seu poder de compra em 100%. Mas, quando o índice geral dos preços é mais elevado que os aumentos salariais, ocorre uma queda do salário real na mesma proporção. (SANDRONI, 1999, p. 543).

política econômica, o que garantia o consumo da classe média e limitava os trabalhadores ao consumo de bens não duráveis.

Essas diretrizes econômicas são delineadas pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento que tinham como agentes: Antonio Delfim Netto²⁰ (Ministro da Fazenda) e Hélio Beltrão²¹ (Ministro do Planejamento), ambos membros do IPES, portanto intelectuais orgânicos em processo de nacionalização do projeto desenvolvimentista.

Segundo Daniel de Pinho Barreiros (2010) a elite orgânica que se mantinha no controle do Estado Restrito teve de ser reconfigurada para que se pudesse alcançar o objetivo desenvolvimentista que se pretendia no Brasil, no entanto, esta nova elite orgânica se estruturava a partir da elite em dissolução somada às demais elites (BARREIROS, 2010, p.146). Nas palavras de Barreiros,

Pensadores vinculados a elites intelectuais eventualmente ingressam em elites ligadas a outros grupos funcionais, especialmente burocráticas e políticas. Esse fenômeno pode ter dois aspectos específicos. O primeiro é aquele no qual o indivíduo deixa de atuar funcionalmente no grupo dos intelectuais (...) devido às suas novas funções políticas. O segundo, aquele no qual o indivíduo reduz sua participação no grupo funcional dos intelectuais para assumir funções em outro grupo (BARREIROS, 2010, p.151).

²⁰ **Antonio Delfim Netto: Formação Acadêmica:** Economia (USP), Doutorado (USP). **Atuação nas Agências Estatais:** DER (1948), Membro do CONSPLAN (1965), Membro do CNE, Chefe da Secretaria da Fazenda de São Paulo (1966-1967), Embaixador na França (1975-1978), Ministro da Agricultura (1979), Empresa Brasil de Comunicação (2007/ 2009). **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** IPES, ANPES, Assessor Econômico da Associação Comercial de São Paulo (1958), Presidência do Conselho Superior de Economia do Instituto Roberto Simonsen, Membro do Conselho Orientador do IPEA (2008), Valor Econômico ,Folha de S. Paulo . **Atividades Profissionais:** Professor catedrático de economia brasileira da USP, Vice-Presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo (1958). **Atuação Política Partidária:** Deputado Constituinte (1987/88 - PDS), Deputado Federal (1987-2007), Filiação ao PPR (1994), Filiação ao PPB (1995), Filiação ao PMDB (2005). (PICCOLO, 2010, p.338-339).

²¹ **Hélio Beltrão: Formação Acadêmica:** Direito (Fac. Direito da Universidade do RJ). **Atuação nas Agências Estatais:** IAPI (1936), Conselho Nacional do Petróleo (1953), BNH (1966), Ministro da Desburocratização (1979), Ministro da Previdência (1982), Presidente Petrobrás (1985-86). **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** IPES, Presidente do IBP (1958-62). **Atividades Profissionais:** Vice-Presidente COBRAPAR (1969), Diretor Mesbla (1969), Vice-Presidente Cimento Portland Paraíso (1971), Membro do Conselho Administrativo da Itaipu (1978), Membro do Conselho Administrativo da Oxiteno do Nordeste (1983), Membro do Conselho Administrativo da Ultrapar participações (1986), Membro do Conselho Administrativo da Norquisa e Copenne (1986-95). **Atuação Política Partidária:** Filiação a UDN (1962), Filiação a ARENA (1966), Filiação ao PDS, Filiação ao PFL. (PICCOLO, 2010, p.397-398).

É a segunda especificidade que ocorre com Roberto Campos, por exemplo. O autor começa analisando o posicionamento de Roberto Campos ao lado de Celso Furtado durante a década de 1950 que pretendiam uma “industrialização acelerada do Estado para superar a pobreza” (BARREIROS, 2010, p.146). No entanto Roberto Campos se diferenciava de Celso Furtado na opção internacionalista, isto é, acreditava que a presença do capital estrangeiro seria necessária para a retirada do Brasil do grupo de países subdesenvolvidos, para tanto, seria preciso “aceitar medidas de estabilidade financeira” (BARREIROS, 2010, p.147). Anos depois, como já foi apresentado no capítulo anterior, Roberto Campos optaria pelo diagnóstico inflacionário ortodoxo que tinha por objetivo central a estabilização financeira.

Dos condutores da política econômica do Governo Costa e Silva, Delfim Netto também faria parte da elite intelectual reformista moderno-burguesa, segundo Barreiros. O autor aponta que Delfim Netto “foi ainda uma peça-chave na formação do Instituto de Pesquisa Econômicas – IPE-USP, com fomento da fundação Ford” (BARREIROS, 2010, p.161), isto é, Delfim Netto foi importante na formação de um *think tank* que analisaria a dinâmica econômica e garantiria parte do consenso necessário em volta do projeto da fração burguesia que se pretendia manter hegemônica.

Em junho de 1968 é lançado o Programa estratégico de Desenvolvimento – PED que marcaria o início de uma ação intensiva para corrigir as falhas ocorridas durante o governo Castello Branco para “dinamizar a retomada do processo de crescimento” (GIANNAZI, 2013, p.174), este seria o momento de maior combate, na primeira fase, aos custos econômicos que gerariam a inflação no Estado brasileiro, portanto momento em que o crescimento econômico começaria a se mostrar.

Segundo Macarini (2006), o setor industrial obteve excelente desempenho atingindo uma taxa de crescimento de 14% em 1968, assim como o setor de bens intermediários que também teria expressiva aceleração (MACARINI, 2006, p.463). Neste período também houve um crescimento no setor de exportações o que permitiria uma leve redução da taxa de inflação em 1969. Como foi mencionado anteriormente, o segundo momento do governo Costa e Silva se aproximou de forma considerável da ortodoxia já que o combate à inflação foi seu principal objetivo. As formas de combate, entretanto, se alteraram de forma substancial, pois não houve a redução da demanda, mas um combate fervoroso ao déficit orçamentário.

Segundo Macarini três medidas foram o carro-chefe no combate ao déficit orçamentário: a) decreto nº 63.943, de 30/12/1968, visando alcançar uma contenção no nível das despesas correntes através de redução do ingresso de pessoal nas autarquias; b) decreto nº 64.010, de 21/01/1969, estabelecendo para o orçamento de 1969 um montante máximo de despesa de caixa da ordem de Cr\$ 14.229 milhões; c) ato complementar 40, de 30/12/1968, determinando a redução à metade do fundo de participação do Estado e Municípios. (MACARINI, 2006, p.467-1468).

Portanto, a redução do déficit orçamentário causaria uma “diminuição sensível da tensão inflacionária e condição necessária para a redução da inflação” (MACARINI, 2006, p.471). Outra medida adotada para regularizar os custos foi a taxação de preços através da criação do Conselho Interministerial de Preços – CIP em 1969, “assim sendo, as taxas de juros foram tabeladas e reduzidas e o crédito ampliado” (PICCOLO, 2010, p.49).

No entanto, estímulos e concessões de ordem fiscal continuaram a fim de não estagnar a engrenagem da economia brasileira. Não há em 1969, assim, um abandono efetivo da heterodoxia no Governo Costa e Silva, mas sim uma aproximação à ortodoxia, pois pontos de condução da economia que fazem parte do diagnóstico ortodoxo conviveram com medidas heterodoxas de expansão do capital. Essas concessões fiscais feitas ao empresariado tinham dois setores específicos: a) o setor industrial e o mercado de capitais em expansão.

No que tange ao mercado de capitais houve uma “estratégia de fomento da concentração bancária e financeira” que se “constituiu uma peça importante da política econômica delfiniana durante o “milagre” brasileiro” (MACARINI, 2006, p.473). Como consequência, portanto, teríamos um crescimento da expansão monetária, isto é, um aumento de moeda em circulação que, por conseguinte, aumentaria a capacidade de oferta creditícia que proporcionaria uma nova onda de conglomerados de financeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em 1964, com o golpe, os militares e a fração civil que estava inserida em todo o Estado Restrito postulavam a Doutrina de Segurança²² Nacional no que diz respeito à política e defendiam, na esfera econômica, o dito desenvolvimento do país. No entanto, só se obteria o desenvolvimento a partir de uma reforma de toda a estrutura econômica do país, inicialmente articulada por Octavio Gouveia de Bulhões (ministro da fazenda) e Roberto Campos (ministro do planejamento), responsáveis pela opção adotada pelo país no que diz respeito à condução da economia, a partir da implementação do PAEG em 1964.

Portanto, a partir do que foi exposto anteriormente, é perceptível que as políticas econômicas dos governos em análise funcionam como uma espécie de preparação ao desenvolvimentismo que será adotado durante o governo Médici, isto é, através das medidas contencionistas do governo Castelo Branco temos a (re) organização da economia para as medidas desenvolvimentistas que se iniciam no governo Costa e Silva.

²² Segundo Maria Helena Moreira Alves, “A ideologia de segurança nacional contida na doutrina de segurança nacional e desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente”. (ALVES, 1984)

REFERÊNCIAS:

LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Ato Institucional nº5 de 13 de dezembro de 1968. O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. DF, Brasília, 13 de dezembro de 1968.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. DF, Brasília, 24 de janeiro de 1967.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BARREIROS, Daniel de Pinho. **Estabilidade e crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no ocaso do desenvolvimentismo (1960-69)**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2010.

CAMPOS, Roberto. Planejamento e mercado na economia brasileira. IN: RAPOSO, Eduardo (org.). **1964 – 30 anos depois**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

CARDOSO, Eliana. A inflação no Brasil. IN: MOURA, Alkimar (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GIANNAZI, Carlos. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. São Paulo: Cortez, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. IN: **Ensaio FEE**, v.29, nº2, Ago./dez, 2008.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Costa e Silva. IN: **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.10, nº3, p. 453-489, set./dez., 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **Historia do Brasil Recente**. São Paulo: Ática, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependencia imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O Paeg e as políticas económicas dos anos 1960 e 1970. IN: MOURA, Alkimar (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niteroi: Tese de doutorado, 2010.

RIBEIRO, Fernando. Friedman, monetarismo e keynesianismo: um itinerário pela história do pensamento económico em meados do século XX. IN: **Revista de economia Mackenzie**, v.11, nº 1, p.58-74, São Paulo, Jan./Jun., 2013.

RICHTER, Fabio Andreas. Neoliberalismo e estado: o choque de final de milênio. IN: **Revista Percursos**. Florianópolis, V.10. nº1, 22-33, 2009

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPÍNOLA, Vera. Neoliberalismo: considerações acerca da origen e história de um pensamento único. IN: **Revista de desenvolvimento económico**, Salvador, ano VI, nº09, p.104-114, 2004.

A LEI DA ANISTIA E AS NOVAS FERRAMENTAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA

Leonardo Leal Chaves¹

Reverberando a política de conciliação nacional fundamentada sobre os benefícios de uma anistia atrelada à ideia de uma imposição do esquecimento como peça fundamental para que haja a tão reclamada "pacificação da família brasileira", o jornal O Estado do Maranhão apresenta em suas páginas, quando da discussão acerca da elaboração do projeto de anistia, um vasto desfile de expressões como "necessidade de se esquecer o passado", a existência de um "clima amistoso e de confraternização" e da redemocratização como o resultado do "trabalho em comum" para se referir a concessão dessa medida.

Mesmo nas publicações no ano de 1978 figuram notícias sobre as possibilidades (já insinuantemente restritas) de se pensar a anistia dentro dos limites prefixados pelo governo. Anunciava-se o retorno de políticos cassados com base nos AI's, o posicionamento de órgãos como a OAB criticando uma anistia restrita e matérias sobre a defesa dos direitos humanos.

Em uma publicação na edição de 08 de dezembro de 1978, replicada do Jornal do Brasil, o periódico apresenta o futuro presidente Figueiredo com sua "mão estendida aos brasileiros numa proposta de conciliação nacional" de modo a garantir a tarefa nacional de "fazer deste país a democracia que todos sonhamos". Curioso notar que na mensagem que antecede o projeto de lei da anistia Figueiredo conclui com uma emblemática frase sobre sua convicção da importância do envio deste para apreciação dos congressistas, afirmando ter "a mesma serena confiança com que, na informalidade da vida cotidiana, estendo a mão a todos os brasileiros".

Amplificando a tese das microtransformações que conduziriam o Brasil rumo à redemocratização, em uma reportagem sobre o posicionamento do líder da Arena no Senado, o senador Eurico Resende declara que medidas como a queda do AI5, a revogação dos banimentos e a extinção das Comissão Geral de Investigações (CGI) permitiriam completar o processo rumo à anistia. Muito embora afirmasse que a concessão deste benefício deveria ser restrita e sem outra providência intermediária, devido à "promiscuidade de políticos e criminosos comuns".

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas. Bolsista FAPEMA

No fluxo da "harmonização do país", as palavras do deputado federal Edson Vidigal, eleito pela Arena, em entrevista publicada no dia 13 de janeiro de 1979 se tornam emblemáticas do posicionamento do jornal acerca dessa ideia de pacificação. Segundo Vidigal, "não podemos perder tempo em querelas que não interessam à causa maior, dividem os homens, impedem o diálogo e com as quais o povo diretamente nada tem a ver." Deste modo, mostra-se evidente a tentativa quase que diária de construir um consenso sobre a necessidade desse "desarmamento do espírito".

Continuam as reportagens e trechos de entrevistas que corroboram a perspectiva pacificadora da anistia, mesmo que reiteradas vezes fique evidente a manifestação favorável a uma anistia restrita, sob alegação de manutenção da ordem nesse processo de transição. Em março de 1979 é apresentada a transcrição de um artigo chamado "O clima da democracia" que vincula os relativos avanços em direção à redemocratização e à liberdade de imprensa. Democracia esta que só seria possível se houvesse concessão a seus governados de benefícios a que eles tem direito. Logo, a anistia deveria ser limitada e controlada para evitar tumulto ou revanchismos contra o próprio governo.

Nos meses que antecedem a sanção à Lei da Anistia, se intensificam as matérias que apresentam pontos de vista aparentemente díspares como atos promovidos pelos representantes locais do Comitê Brasileiro para a Anistia ou o posicionamento do deputado emedebista Haroldo Saboya afirmando que essa anistia é a mais dramática da história brasileira e por isso mesmo será a de frutos mais duradouros. Essa convergência de interesses pelo "bem comum" se integra perfeitamente na lógica de consonância com o discurso do Executivo. Assim, na véspera da aprovação da Lei são veiculados os passos finais em direção a esse projeto de anistia recíproca, restrita e garantidora da impunidade dos "crimes conexos" que, obviamente, não são abordados pelo jornal.

No mesmo mês de agosto é veiculada a entrevista com Clemente Domingos Pinheiro, presidente do Sindicato dos Arrumadores de São Luis, sobre os problemas trabalhistas, salariais e anistia. Esta última abordada tangencialmente e exaltando que os sindicatos foram favorecidos com o indulto da anistia e a possibilidade de volta à cena política de seus dirigentes que foram afastados. O jornal apresenta as afirmações de uma agremiação tão combatida e perseguida pelos AIs e que agora se mostra receptiva ao projeto proposto pelo governo.

Nas palavras do próprio José Sarney, em 29 de agosto de 1979, chamando esta luta pela anistia de "traumática e difícil", caracteriza essa fase atravessada por

Figueiredo como necessária para a reconciliação entre os brasileiros e fundamental para "cicatrizarmos as feridas do passado", devendo, portanto, ser saudada a anistia.

A pequena introdução ao tema que será aqui, por excelência, o foco de investigação, deixa clara não só a importância que o projeto de Anistia obteve nas páginas do mais destacado impresso maranhense, O Estado do Maranhão, como o envolvimento direto de importantes figuras do cenário local nos embates em torno do projeto. Tais questões, todavia, continuam ausentes daquele que é considerado o mais poderoso instrumento condutor da prática pedagógica: o material didático. Distante, assim, do cotidiano escolar nas escolas de Educação Básica do Maranhão, mais especificamente de São Luís.

O ano de 2014 foi marcado pela explosão de lançamentos bibliográficos, documentários, filmes, exposições, programas televisivos e intensos debates que tinham como foco os cinquenta anos do movimento, ora considerado Civil-Militar, ora somente Militar, ou ainda Empresarial-Militar, responsável pela ruptura institucional que promoveu a destituição do então presidente, democraticamente eleito, João Goulart.

Esta miríade de produções, todavia, embora tenha chegado até a sociedade como um todo, não foi capaz de romper o fosso que separa a produção dita acadêmica e o cotidiano escolar.

Sustento tal hipótese a partir de minha prática docente como professor regente da rede privada de ensino da cidade de São Luís. No material didático, instrumento básico de atuação de uma das mais conceituadas escolas de São Luís, o colégio Educator, não acompanhou a pluralidade de interpretações, de hipóteses, manteve-se distante dos embates pela memória entre perseguidos e perseguidores do regime e, principalmente, não trouxe para o centro de suas explicações as especificidades do período da ditadura, aqui caracterizada como Empresarial-Militar, no Maranhão.

Ainda predominam, não só no material básico do Colégio Educator, como também nos livros didáticos utilizados nas escolas da rede pública, municipal e estadual, as leituras do período ditatorial que tem no Centro-sul do país o palco por excelência dos principais acontecimentos históricos. Nesse sentido, são nacionalizadas explicações que dão conta do universo histórico de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, mas que não contemplam as especificidades das demais regiões do Brasil, como por exemplo o Maranhão. A proposta de estudo aqui apontada caminha em outra direção. O que está sendo aqui proposto é a recuperação das especificidades do período

da Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão como forma de, não só elaborar um texto meramente acadêmico, mas como e, principalmente, promover algum tipo de intervenção nas práticas pedagógicas até então vigentes. Nesse sentido, propõe-se aqui a construção de um canal direto, dinâmico e interativo, ou seja, um blog histórico capaz de fornecer ao corpo docente, e quiçá discente, múltiplas ferramentas capazes de possibilitar o repensar e a reelaboração das estratégias pedagógicas no ensino das singularidades maranhenses durante o período ditatorial.

No entanto, faz-se necessário destacar que, nas palavras de Jayme Pinsky e Carla Pinsky (2005), o elevado grau de transformação nas esferas políticas e econômicas ocorridas no final do século passado acentuaram o ceticismo entre professores e estudantes de História em geral em relação ao próprio conhecimento histórico e seu potencial transformador. Nas escolas, este ceticismo desdobrou-se no questionamento acerca do sentido do ensino de história. Paralelo a tal processo, o próprio livro didático, enquanto instrumento ímpar do processo de aprendizagem, também tem sua validade posta em xeque, principalmente diante da explosão de novas tecnologias que passaram a ser vistas como sepultadoras do livro impresso. Sepultados seriam, também, tanto a figura do professor como agente de ensino (tidos como comunicadores inábeis e incompetentes) quanto das propostas curriculares ligadas às realidades nacional e local (vistas como inadequadas e ultrapassadas).

Assim,

procurando acompanhar as mudanças, os novos tempos, muitos professores acabam comprando a ideia de que tudo que não é muito veloz é chato. Na sala de aula, o pensamento analítico é substituído por "achismos", alunos trocam a investigação bibliográfica por informações superficiais dos *sites* "de pesquisa" pasteurizados, vídeos são usados para substituir (e não complementar) livros. E o passado, visto como algo passado, portanto superado, tem tanto interesse quanto o jornal do dia anterior (PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla, 2005, p. 17-18).

No entanto, ainda destacam os autores, absorvidas as críticas iniciais, há a necessidade premente de mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino adequada aos novos tempos: rica em conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia.

A proposta da construção de um blog está em consonância com as reflexões acima apresentadas. Não se advoga aqui que a utilização de um recurso poderoso, de livre e

direto acesso e em consonância ao cotidiano conectado de alunos e professores venha a significar o abandono da investigação bibliográfica ou da importância das fontes documentais. Contribui-se, deste modo, para a renovação e crítica do conhecimento científico relacionando-o à produção do saber escolar. Segundo Forquin (apud MONTEIRO, 2003, p. 11)

a produção do saber escolar é permeada pela dimensão educativa que desempenha papel estruturante em sua configuração, contribuindo de forma significativa para sua especificidade epistemológica, além de ser instrumento fundamental para a crítica, superação e reconstituição do senso comum.

Assim a transmissão e assimilação dos saberes selecionados compõem uma cultura escolar diferenciada que transcende os limites da própria escola no que tange à reorganização, reestruturação e transposição didática desses saberes. Deste modo, a construção de uma ferramenta atual, dinâmica e interativa se insere na perspectiva de instrumentalizar a transformação das práticas pedagógicas do profissional docente em sua atuação diária, tornando-o crítico e seu

Em função da longa duração do período ditatorial, será realizado um corte cronológico e temático para que essa proposta se torne viável de realização no período de duração do mestrado. Assim, o blog terá como tema central o processo de transição política da Ditadura rumo à democracia, sendo, portanto, privilegiadas questões como: a) o projeto de abertura durante o governo Geisel marcado por avanços e retrocessos; b) o fim do AI5 no governo Figueiredo e seus desdobramentos políticos e institucionais; c) a aprovação da Lei da Anistia; d) o renascimento dos movimentos sociais, cujo ápice foi a campanha pelas Diretas Já; e) as eleições estaduais de 1982; f) o retorno dos exilados; g) a eleição indireta da chapa Tancredo-Sarney, seguida pela morte do primeiro e pela posse do segundo.

Para que as singularidades do Maranhão possam emergir em meio a esse arco de questões aqui anunciadas, esse estudo terá como *corpus* documental uma multiplicidade de fontes compostas por jornais de circulação local, como O Estado do Maranhão, O Imparcial e O Jornal Pequeno, música compostas por artistas regionais, produção literária, fontes iconográficas, entrevistas como personagens destacados do período e outras possibilidades que poderão vir a ser construídas durante a pesquisa.

Esta proposta identifica-se com a linha de Historiografia e Linguagens uma vez que se concebe como variáveis intrinsecamente articuladas conhecimento

historiográfico, aspectos metodológicos e cotidiano escolar. Tal perspectiva materializa-se no projeto de produção de uma linguagem midiática (o blog histórico) como estratégia para intervenção no cotidiano escolar.

Referencial Teórico

Em sua obra *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil 1974-1985*, publicado em 2009, Francisco Carlos Teixeira se propõe a analisar o que chama de “crise das ditaduras”, elencando seus atores e condicionantes principais, bem como entender a natureza das ditaduras latino americanas, evitando assim a “instrumentalização do esquecimento” ensejada como arma política contra as democracias, pela Lei de Anistia.

Os intensos movimentos de redemocratização por toda a América Latina no final dos anos 1970 e a década de 1980, objetivando a substituição dos governos militares, tem estreita relação com o contexto internacional. Francisco Carlos Teixeira refere-se especificamente à eleição do democrata Jimmy Carter em 1979 que recoloca na agenda governamental questões como a defesa dos direitos humanos, crítica a um partido oficial (ou instituição que se apresente como tal), restabelecimento da liberdade de expressão e de organização e denúncias de práticas das polícias políticas na repressão das dissidências. Constitui-se, desta forma, espaço para a atuação das oposições no Brasil e em todo continente latino americano, sinalizando o encerramento de um longo histórico de apoio dos Estados Unidos a essas ditaduras, devendo cada governo “empenhar-se em direção à redemocratização – no falar político do continente, era o momento das *aberturas* -, capazes de estabelecer regimes democráticos estáveis”. (TEIXEIRA, 2009, p. 252)

Como condicionante externo, são apresentados os impactos das crises na economia mundial notadamente a crise do petróleo (1973) e crise dos juros (1982) obrigando o Brasil, para cumprir suas obrigações referentes a seu endividamento externo, a aumentar suas exportações enquanto financia as importações de petróleo. Não obstante o esgotamento do modelo econômico do “milagre”, este, isoladamente, não explica o início da abertura, mas sim seu ritmo.

Essa abertura se desenrolaria no Brasil através de dois pontos de ação: a tentativa de inserção do Brasil em um Estado do Direito (Projeto Geisel-Golbery) e a

elástica vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1974, demonstrando assim uma clara insatisfação popular com o regime. As pressões e críticas efetuadas por uma sociedade civil organizada através de Igrejas, sindicatos, artistas, imprensa e universidades impeliam o MDB a uma postura mais firme diante do regime militar, condicionando os projetos de abertura internamente.

Desta forma, o autor apresenta a constitucionalização do país como resultado de uma lenta, gradual e segura distensão, que comportaria garantias básicas ao regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 64; proceder-se lentamente (aproximadamente 10 anos, garantindo a escolha segura do sucessor de Geisel) e a incorporação de uma Constituição sem que esta fosse fruto de uma constituinte. Em outros termos, reconstitucionalização sim, mas não exatamente uma redemocratização. O país deveria permanecer sob a tutela militar continuada, procedendo com uma abertura lentamente ritmada e limitada, resultando na escolha do candidato de Geisel e Golbery, o então chefe do SNI, João Baptista Figueiredo.

Dentro do projeto de abertura, um dos pontos principais na agenda de Figueiredo é a questão da anistia, apresentada como “item fundamental para a retomada do processo político de abertura, cada vez mais sob o risco de ultrapassagem do governo pelo movimento popular” (TEIXEIRA, 2009, p.269). A mobilização popular intensificava sua luta contra violação dos direitos humanos dos presos políticos e o retorno dos exilados, enquanto multiplicavam-se as bandeiras em torno do lema *Anistia ampla, geral e irrestrita* pelas ruas, salas de aula, clubes e igrejas.

Decretada em 28 de agosto de 1979, sem negociação com a oposição, a Lei 6.683, que concede anistia e dá outras providências, assegurou que não houvesse revanchismos contra o regime e seus agentes. Contudo, esta deveria ter devolvido ao governo a iniciativa e controle sobre o processo de abertura, retirando dos seus críticos sua principal bandeira de mobilização popular (potencializada pela criação, em 1975 e 1978, respectivamente, do Movimento Feminista pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia). A tentativa da linha-dura de desestabilizar o projeto de abertura toma forma com vários atentados a bombas, como no episódio do Riocentro em abril de 1981.

Como fase final da abertura, Francisco Carlos Teixeira nos mostra o crescimento dos movimentos populares e da atuação de partidos políticos de oposição reivindicando, depois das relativas conquistas da lei de anistia e do retorno dos exilados, eleições diretas para presidência. Apresentando-se deste modo, a tentativa de uma transição

pactuada, em detrimento de uma forte ruptura de uma transição por colapso, demonstra-se ameaçada. Sobre as Diretas Já, nos escreve que esta

representava um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma Constituinte, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país (TEIXEIRA, 2009, p.273)

Conforme encerra seu artigo, o autor nos mostra o imobilismo do regime militar aliado à falta de recursos e projetos que superassem a crise em torno da abertura, já que seu ritmo era ditado pelas mobilizações nas grandes cidades e pela forte disputa em torno dos partidos políticos e suas lideranças visando o Colégio Eleitoral que em 15 de janeiro de 1985 põe fim aos 21 anos de ditadura elegendo Tancredo Neves à presidência do Brasil.

No artigo "Anistia e crise política no Brasil pós-64", publicado na edição de dezembro de 2002 da revista Topoi, Renato Lemos destaca a importância de percebermos a anistia como parte da tradição política brasileira expressa na preservação dos interesses fundamentais das classes dominantes, pela via da conciliação, e pela ideia do desdobramento de uma contrarrevolução preventiva como estratégia anticrises.

São apresentadas as fundamentações do caráter contrarrevolucionário da prática conciliatória das elites brasileiras e do surgimento de uma contrarrevolução como forma de garantir a conciliação, defendidas pelos historiadores José Honório Rodrigues e Arno Mayer, respectivamente.

Deste modo, o que se mostra como uma política de conciliação é, para José Honório Rodrigues, sempre um instrumento utilizado para contornar as contradições dentro da minoria dominadora, atenuando suas divergências internas. Mesmo em nome da concessão de benefícios para o povo seu objetivo é a manutenção da ordem.

A opção pela adoção de uma atitude conciliatória garante a harmonia conservadora. Contudo, ao mostrar-se fraco e menos autoconfiante em tempos de crises, a tendência a conciliação é substituída por métodos "mais eficazes". Para Arno Mayer, a contrarrevolução é a forma com frequência escolhida para garantir a conciliação.

A formulação das ideias de contrarrevolução surgidas na esteira da Revolução Francesa são adaptadas ao longo do tempo e passam por uma importante transformação em sua função: adaptam-se aos interesses das camadas dominantes da burguesia. Reitera Mayer que a contrarrevolução é um produto da instabilidade e, de modo pretensamente

harmonioso, desenvolve-se como uma estratégia anticrises. As classes dominantes são convencidas de que a crise é revolucionária e que necessário se faz uma “contrarrevolução preventiva” (Mayer apud Lemos).

Em sua análise sobre a Lei de Anistia, Lemos a caracteriza como resultado de uma

grande transação entre setores moderados do regime militar e da oposição, por iniciativa e sob o controle dos primeiros. Integrou a agenda de microtransformações, buscadas desde 1973 por lideranças militares e civis do governo: ampliação do leque de oposições partidárias, abrandamento da legislação repressiva etc. (Lemos, 2002, p. 293)

Pode-se entender a anistia como um instrumento contrarrevolucionário agindo preventivamente no contexto de crises políticas sinalizando sua gravidade. Atua-se na divisão e enfraquecimento no campo dos contestadores e reunifica setores divergentes dentro do bloco dominante, (re)alinhando seus interesses fundamentais e, conseqüentemente, garantindo a ordem.

O resultado expõe-se como uma limitação do confronto de posições, impedindo assim que se compreenda a raiz do problema que gera a crise, com seus elementos tendendo a agravar-se. Configura-se assim a preparação do regime para outra forma sem descartar a tutela militar, demonstrando seus limites, desde logo, pelo direcionamento estritamente burguês na condução do processo político, preservando assim as condições necessárias para manutenção da dominação política de nossa burguesia “desprovida de vocação transformadora”. (Lemos, 2002, p. 293)

Os embates entre os diferentes projetos políticos que resultaram na Lei de Anistia inserem-se na agenda de transição do regime de modo “lento, gradual e seguro”, bem como na repercussão da retumbante vitória da oposição democrática e pelo crescimento de movimentos que exigiam a redemocratização do país. Ao final do governo Geisel, algumas medidas como o abrandamento das formas de dominação política são tomadas. A revogação dos Atos Institucionais e a reforma da Lei de Segurança Nacional são exemplos da distensão pretendida. Contudo, o ritmo e a condução do processo de abertura expressos nestas medidas não eram bem vistos pela oposição militar de direita que se encontrava às voltas com o retorno de políticos cassados pelo regime e pela suspensão dos processos em andamento na Justiça Militar.

A esquerda, por sua vez, exigia a anistia “ampla, geral e irrestrita” (lema do CBA) juntamente com a apuração dos crimes praticados em nome do Estado contra seus

opositores políticos e a consequente punição dos culpados. Parte da oposição entendia o projeto do governo como uma tentativa de “esvaziamento da mobilização pela anistia”. (2002, p. 295) aliada a reforma partidária que visava o enfraquecimento da oposição pelo seu fracionamento. A consubstanciação do caráter restrito da Lei se apresenta sob a forma de exclusão do benefício da anistia os condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. A tentativa de imprimir uma marca de reciprocidade foi a inclusão dos acusados de “crimes conexos” (a saber, tortura, assassinato e desaparecimentos forçados, por exemplo).

Guiados pelo “espírito da conciliação” que norteava a reciprocidade da Lei, anistiou-se eticamente todos aqueles que sustentaram a violenta ditadura militar, bem como obstou a apuração de tais crimes em nome da Segurança Nacional. A manutenção de indivíduos e instituições também é típica de transições negociadas conduzidas sob a força da ordem ditatorial, como estratégia de sobrevivência das diferentes frações de classe dominante. Evitar que a situação de crise política evolua para uma mobilização revolucionária, contestando a ordem social, demonstra-se uma preocupação principal para evitar o aprofundamento das cisões no interior do bloco dominante, expresso na natureza restrita e recíproca da Lei de Anistia.

O efeito simbólico de reparação foi juridicamente alcançado através da Lei 9.140 de 1995, que oficializa a morte de pessoas “desaparecidas” por motivos políticos, bem como estabelece uma indenização de acordo com o princípio da reconciliação e em nome de uma pacificação nacional. Não obstante, o alto escalão militar, funcionários do governo e civis envolvidos com as práticas obtusas de ação ou financiamento da repressão aos opositores do regime seguem, na prática, juridicamente irresponsáveis e nunca serão condenados por seus crimes, devido a reciprocidade embutida na Lei de anistia. O sentimento de “revanchismo” então reclamado pelos militares desencadeia uma série de reações sobre o conteúdo desta lei, desde oposição às investigações de desaparecimentos e tortura até discordâncias sobre os valores das indenizações.

Lemos encerra sua análise observando atentamente o sentido do vocábulo anistia, tanto em seu sentido jurídico quanto no linguajar leigo, sendo este “um ato de perdão que torna inexistente uma atitude anteriormente considerada negativa. Etimologicamente, anistia significa esquecimento”. (Lemos, 2002, p. 301). Decretada esta, a natureza criminosa ligada a um determinado ato torna-se inexistente, adoção politicamente

conveniente ao legislador. Encontramos então a finalidade da natureza política da anistia: a pacificação da sociedade pela via do esquecimento.

Opondo-se a tese que o Estado ditatorial militar estaria se transformando em Estado democrático, Décio Saes em *A questão da “transição” do regime militar à democracia no Brasil*, parte da crítica à ideia que o Estado é “uma organização material/humana que pode, mesmo numa sociedade como a nossa (isto é, capitalista) ser colocada a serviço de „todo o povo“, do „bem comum“ ou do „interesse geral“” (Saes, 2001, p. 33). A caracterização da função latente do Estado de atenuar os conflitos de classes, limitando-os, expõe seu caráter classista, colocando-se a serviço dos interesses mais gerais da classe exploradora.

Ao observar a “transição brasileira”, Saes levanta o esclarecimento conceitual entre as formas de Estado burguês e regimes políticos burgueses, em suas variantes ditatoriais e democráticas. Deste modo, as transformações

na forma do Estado burguês correspondem a mudanças na relação de forças dentro do aparelho de Estado *lato sensu*: isto é, a relação de forças entre o conjunto dos ramos propriamente burocráticos desse aparelho (administração civil, polícia, Exército, Justiça etc.), de um lado, e um órgão de representação propriamente dita (Parlamento), de outro lado. A forma ditatorial [...] de Estado burguês consiste na monopolização, pela burocracia de toda a capacidade decisória puramente estatal [...] em detrimento do órgão de representação política². (Saes, 2001, p. 35)

A militarização do Executivo (historicamente, a variante predominante da forma ditatorial) sobrepondo-se sobre outros ramos civis certamente se diferencia da forma democrática de regime político burguês pela participação efetiva do Parlamento no processo decisório estatal, mesmo que não seja de modo “equilibrado” ou dominante. Travam-se então contínuas disputas sobre repartição da chamada “capacidade estatal total” entre o Parlamento e a burocracia, notadamente a militar.

No que tange a ideia dessas lutas no seio do aparelho de Estado burguês, o autor nos esclarece a respeito da expressão “regime político”, assim entendido como o padrão de organização da luta política dentro dos limites fixados pelo próprio Estado burguês, ou seja, caracteriza-o como “cena política” distinguindo-o de “aparelho de Estado”. Dentro dessa perspectiva, o modo ditatorial militar de regime político impossibilita o pleno

² SAES, Décio. República do Capital. Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001, p.35.

exercício das liberdades políticas, exclui a participação partidária “civil” no processo decisório estatal e, na cena política, as Forças Armadas consolidam-se como único partido.

Após os esclarecimentos conceituais, Décio Saes questiona como poderíamos caracterizar a forma de Estado e o regime político no Brasil de 1988, ano em que seu texto foi escrito. Assim, provoca-nos se as microtransformações registradas no aparelho de Estado e na cena política brasileira, como revogação dos AI’s, a lei de Anistia e revisão da Lei de Segurança Nacional, engendradas desde o governo Figueiredo, nos autoriza a classificar a “Nova República” brasileira como uma democracia burguesa ou apenas uma transmutação daquela velha ditadura reformulada em seus aspectos secundários e com um discurso adaptado.

Apresenta-nos também a oposição à tese de que o Estado brasileiro de então poderia ser considerado como democrático ou até mesmo semidemocrático (o que nos leva a inferir também seu caráter *semiditatorial*), apoiada na esteira de que esses “descolamentos moleculares” no jogo político não seriam suficientes para concretizar a democracia burguesa. A necessária presença de alguns elementos nesta forma de Estado, tais como “instituições políticas”, “pluripartidarismo” e “eleições majoritárias” não são suficientes para a concretização de uma democracia burguesa já que, inseridos em uma ditadura militar burguesa, desempenham funções diferentes.

Logo, em uma democracia burguesa, é indispensável que o sistema partidário (Parlamento) tenha

função governativa real, repartindo com a burocracia estatal (civil e militar) a capacidade decisória estatal total; e isso implica a existência de possibilidades concretas de via política, civil e pré-burocrática, ativa. Ou seja: numa democracia burguesa, a burguesia „governa“ (no sentido mais amplo da palavra) simultaneamente por meio da burocracia estatal e do sistema partidário/Parlamento. (SAES, 2001. p.39)

Caracterizada dessa forma, cabe às instituições políticas aparentadas com traços dessas democracias burguesas cumprir a função de ocultar o caráter militarizado do processo decisório estatal. Sua própria legitimação se dá perante os olhos das classes trabalhadoras, sendo a presença de políticos civis no topo dos Executivos uma das mais importantes dessas "instituições".

A manutenção do poder das Forças Armadas sobre o processo decisório se dá sob forma de um "duplo protetorado", tanto sobre a burocracia civil, como sobre os políticos que ocupam os cargos eletivos. A atuação do Conselho de Segurança Nacional e do

Serviço Nacional de Informação prefixando os limites do quadro político, delimitando o quadro político geral, é obedecida pela não abordagem de temas "tabus", reservado apenas às Forças Armadas, e pelo proposital vazamento da posição militar sobre temas de responsabilidade civis.

Em suma, a presença e a influência desse subaparelho militar metamorfoseado em seu discurso e carapaça continua(va) agilizando uma *rede estatal paralela*, tornando o então presidente José Sarney um "refém civil do alto comando das Forças Armadas". A análise do próprio processo constituinte, dentro desta perspectiva, se desenrola dentro dos limites ditados pelos militares, atuando desta forma como o grande partido político da burguesia.

Esse breve painel historiográfico não esgota a discussão sobre o tema, mas demonstra que há um intenso debate entre os historiadores acerca da transição brasileira que necessita fazer parte do cotidiano escolar. Assim sendo, o blog histórico pode constituir-se em um espaço de interseção entre a produção historiográfica e novas fontes documentais, tornando possível o desvendar das singularidades maranhenses durante o processo de abertura.

Em relação ao uso de impressos, faz-se necessário destacar que a imprensa será aqui considerada como Aparelho Privado de Hegemonia, conceito construído pelo teórico Antonio Gramsci e publicizado em sua obra *Cadernos do Cárcere*, recentemente lançado no Brasil, sob organização de Carlos Nelson Coutinho. Nessa perspectiva conceitual, a imprensa é um poderoso instrumento na construção de consenso em torno de um determinado projeto que se pretende hegemônico. Assim, transforma-se em partido, organizador da vontade coletiva. No entanto, vale a pena destacar que os embates em torno da conquista da hegemonia também estão presentes nos próprios impressos, que, portanto, publicizam projetos diretamente relacionados às frações de classe ou interesses específicos que definem sua linha editorial. Desta forma, a multiplicidade e a complexidade dos projetos em disputa no processo de condução da abertura política podem ser apreendidos através de uma análise comparativa entre impressos distintos, como aqui está sendo proposto quando da investigação nos jornais *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial* e *O Jornal Pequeno*. Destaca-se ainda, que a seleção e publicação de tais impressos em um blog histórico podem viabilizar novos estudos e novas formas de condução do ensino da história recente do Maranhão.

REFERÊNCIAS

1. Legislação

CONGRESSO NACIONAL. Comissão Mista sobre a Anistia. Brasília, 1982

Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, Regulamenta a lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências.

Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, concede anistia e dá outras providências.

Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995, reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas.

Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o artigo 8º do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Mensagem 59 de 28 de junho de 1979.

Mensagem 267 de 28 de agosto de 1979.

2. Jornais

O Estado do Maranhão. Janeiro à dezembro de 1978-1979

O Imparcial. Janeiro à dezembro de 1978-1979

Jornal Pequeno. Janeiro à dezembro de 1978-1979

3. Obras Gerais

CHARTIER, Roger. A História Hoje: Dúvidas, Desafios, Propostas. In: Estudos Históricos, N°13. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1994.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder, e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

FICO, Carlos. **Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004

FURET, François. O Historiador e a História: Um Relato de François Furet. IN: Estudos Históricos, N° 1, CPDOC-FGV, 1988

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: GOFF, Jacques & NORA, Pierre.(Org.) História: Novos Problemas, Novos Objetos e Novas Abordagens. São Paulo, Francisco Alves, 1988

LEMONS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-64”. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ; 7 Letras, n. 5, setembro de 2002, pp.287-313.

MONTEIRO, Ana Maria. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**. Londrina, v.9. p. 09-36, out. 2003

PADRÓS, Enrique Serra. (2007). América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História e Lutas de Classe**, ano 3- edição nº 4. pag.49.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. O que e como ensinar. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p.17-36.

REIS, Daniel Aarão. O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SAES, Décio. República do Capital. **Capitalismo e processo político no Brasil**. Rio de Janeiro. Boitempo, 2001

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise a ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo A Tancredo 1964 – 1985.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MIETEK PEMPER: O JUDEU QUE AJUDOU A SALVAR MILHARES DE JUDEUS

Priscilla Piccolo Neves¹

“Contra toda a esperança, eu tenho a esperança”

(Pemper, Mietek)

INTRODUÇÃO

A historiadora Márcia Menendes Motta (2012) destaca que segundo Nolte, ao contrário de outras tragédias da humanidade, a experiência nazista havia deixado marcas indeléveis na história alemã e era reiteradamente lembrada como uma história do passado que havia fincado raízes no presente. Na mesma linha, o historiador alemão Hinnerk Bruhns (1990), postula que a construção de uma nova identidade alemã no contexto da reunificação não deveria eliminar a experiência de Auschwitz. Assim, seria legítimo guardar na memória coletiva alguns esforços em prol da democracia nos períodos anteriores ao nazismo, inclusive ressaltando determinadas possibilidades não realizadas desse passado. Mas a verdade é que para este autor aqueles elementos tinham menos importância como parte da identidade alemã “do que os que marcaram o advento e os horrores do nazismo”.

A pequena exposição dos posicionamentos dos historiadores acerca dos horrores do nazismo e, por consequência, das atrocidades cometidas durante a II Guerra Mundial, demonstram a atualidade do tema. Os embates em torno da memória do nazismo e, destacadamente, sobre o holocausto, dividem os historiadores e são responsáveis por uma das mais intensas querelas entre os estudiosos do tema.

Muito já foi produzido sobre o tema. Incontáveis são as obras sobre as estratégias militares, a trajetória pessoal de Hitler, seus aspectos psicológicos que explicariam os horrores do nazismo, além de diversas obras literárias que buscam mostrar o ocorrido através de um viés mais narrativo e sentimentalista. Inúmeros são os museus que buscam manter viva a memória do holocausto e a preservação da identidade judia. Até mesmo um Estado independente foi criado em decorrência do ocorrido com este povo.

¹ Graduada pela Universidade Federal Fluminense em Bacharel e Licenciatura em História e atual aluna do Programa de Pós Graduação História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão.

Como afirmava Aristóteles A Memória “é um arquivo de imagens (...) um conjunto de imagens mentais das impressões sensuais, com um adicional temporal; trata-se de um conjunto de imagens de coisas do passado” (SELIGMAN-SILVAS, 2008, p. 33). Algumas memórias precisam se manter vivas além do tempo, para isso são construídos lugares de memórias como museus e monumentos. Esses lugares possuem a função de manter viva memórias que não podem nem devem ser esquecidos.

Como diz Eclea Bosi “a memória é a alma da própria alma, ou seja a conservação do espírito pelo espírito” (BOSI, 2003), usar biografias no ensino de história acerca dos temas Nazismo e Segunda Guerra mundial permite uma aproximação maior com o tema escolhido. Através destas obras estão vivas as memórias de sobreviventes de algo que por mais que a humanidade saiba que aconteceu, ainda tem dificuldades em acreditar que tais atos tão violentos puderam ser cometidos por seres humanos contra seres humanos.

Muitos sobreviventes não conseguem falar sobre o que sofreram ou presenciaram ao longo dos anos em que Hitler ficou no poder. Quando conseguiam eram massacrados pela sociedade, sendo muitas vezes chamados de mentirosos, as atrocidades eram algo inimagináveis até então. Era e ainda é, muito difícil para a humanidade aceitar que algo tão monstruoso aconteceu e por isso os sobreviventes dispostos a compartilhar suas memórias precisavam buscar mecanismos convincente de que isto realmente aconteceu.

O Nazismo foi escolhido como tema principal desta pesquisa, pois representa um dos regimes mais importantes da história contemporânea, por ser um desencadeador da Segunda Guerra mundial e principalmente por ser um tema considerado atual pela historiografia. Seu líder Adolf Hitler escreveu um dos livros doutrinários mais importantes da humanidade, que até o presente possui grande influencia na sociedade. Nesta obra, intitulada *Mein Kampf*, ele difundiu uma ideia antissemitista e de pureza racial, que é posta em prática quando assume o poder em 1933.

O presente artigo se propõe a fazer uma breve análise sobre uma das obras literárias mais importantes da história da Segunda Guerra Mundial, a biografia de Mietek Pemper intitulado “A lista de Schindler: a verdadeira história”. O objetivo deste artigo será o de mostrar como era a vida de um judeu que obteve um cargo importante dentro da administração de um campo de concentração, narrando suas memórias antes, durante e depois da invasão alemã, e por consequência, sua estadia em um campo. Esta

obra me possibilitou ter um olhar mais pessoal sobre a barbárie sofrida pelos judeus e neste artigo me proponho a mostrar a importância dessas memórias para um melhor entendimento de um dos maiores genocídios da história da humanidade no século XX. Usando como base as memórias narradas pelo autor, o livro nos transporta para uma dimensão em que os fatos relatados são desumanos, o próprio autor admite que, até em suas recentes palestras², precisava comprovar com documentos e argumentos que o que estava relatando era a mais pura e odiosa verdade.

O AUTOR

O livro retrata a vida de um jovem Judeu que teve sua existência mudada com a invasão alemã a Polônia em 1939. A partir desta data, sua vida sofre um grande sobressalto. Inicialmente é obrigado a se mudar com sua família para um gueto³ e a largar as duas faculdades que cursava, direito e economia. Posteriormente é enviado ao campo de trabalhos forçados, Plasków, que mais tarde seria transformado em um campo de concentração. Neste campo, conhece as personificações, segundo ele, de um anjo, Oskar Schindler⁴, e de um demônio Amon Goth⁵. E finalmente a sua readaptação a liberdade com a derrota e dissolução dos campos de concentração em 1945.

Mietek Pemper é um Judeu nascido em 1920, na Cracóvia, Polônia. Sendo originário de uma família tradicionalmente cracoviana e judia, Mietek dominava o polonês e o hebraico. Em meados de 1939, por necessidade de entender o que estava acontecendo na Polônia com a invasão alemã, aprende alemão como uma forma de se interar e tentar ajudar a população polonesa a lidar com os desdobramentos desta ocupação. Durante sua estadia no campo de Plasków, fora selecionado para realizar um dos trabalhos mais perigosos, o de ser estenógrafo de Amon Goth, então chefe do campo de Plasków. Descreve como usou de sua posição e de como colocou sua vida em

² Após o sucesso do filme a lista de Schindler, Mietek Pemper fora convidado para dar incessantes palestras sobre suas memórias dos marcantes acontecimentos durante a Segunda Guerra Mundial, tais eventos ocorreram até a sua morte em 2011, na Alemanha.

³ O gueto era o local para onde os judeus foram enviados após a invasão nazista em 1939. Era considerado um bairro judaico, onde famílias judias foram obrigadas a dividir suas casa com outras pessoas, pois a determinação era de que para cada janela deveria morar quatro pessoas.

⁴ Oskar Schindler era um famoso empresário alemão nazista, que utilizou sua fábrica para ajudar a garantir a sobrevivência de milhares de judeus. Se infiltrou junto aos principais dirigentes da SS como aliado, para que pudesse ter acesso aos planos de deportação de alguns guetos e para conseguir a regalia de transferir para sua fábrica a quantidade de judeus que julgasse necessária.

⁵ Amon Goth era um alemão nazista chefe do campo de trabalho Plasków, que mais tarde se tornaria campo de concentração. Era um dos assassinos mais cruéis da SS, com sua impetuosidade aterrorizava a vida dos judeus em seu campo, estes nunca sabiam se seriam fuzilados ao cruzarem com Goth.

risco diversas vezes para ajudar outros detentos. Junto com o famoso Oskar Schindler, Mietek Pemper salvou diversos judeus de deportação para os campos de extermínios e de assassinatos a sangue frio, desferidos por Goth.

Após a Segunda Guerra, Mietek ainda ajudou os tribunais de Nuremberg a condenar diversos nazistas com sua enorme fonte de conhecimento de planos secretos, obtida através de documentos confidenciais descobertos por ele enquanto trabalhava para Goth. Até a sua morte em 2011, Mietek dava palestras nas quais narrava suas memórias daquela época, mantendo assim vivas as lembranças de um dos maiores genocídios da humanidade como uma forma de “lembrete”⁶ para que não sejam repetidos.

A OBRA

A obra inicia-se com as lembranças do período de sua infância, passando por sua juventude, já no gueto de Cracóvia, mas, o núcleo principal da narrativa reside nas lembranças acerca dos esforços de Mietek, enquanto estava confinado em Plasków, para impedir a deportação de judeus para o campo de extermínio de Auschwitz e, ao mesmo tempo, evitar o fuzilamento em massa dos detentos, além do próprio risco de que Goth descubra suas tramas e ele próprio acabe sobre a mira de sua arma. Um de seus maiores planos de sobrevivência tem a ajuda do então famoso empresário alemão Oskar Schindler, figura decisiva para a sobrevivência de 1200 judeus.

A obra literária de Mietek Pemper é sustentada pela memória tanto individual quanto coletiva, assim como com por alguns documentos descobertos que reforçam a veracidade dos fatos narrados. Porém, nem assim, podemos entender esta história como verdade absoluta, pois a verdade por si só já é manipulada pela visão de quem a escreve. A literatura como manifestação artística, tem por finalidade recriar a realidade a partir da visão de determinado autor, com base em seus sentimentos, seus pontos de vista e suas técnicas narrativas, os documentos ditos “oficiais” também sofrem interferência da visão de quem os está escrevendo.

A biografia de Mietek Pemper, além de ser uma importante obra literária, é também um corpus documental sobre o relato de sobrevivência a um dos períodos de

⁶ Mietek ressalta a importância de se conhecer profundamente as atrocidades ocorridas nos campos de concentração para que a humanidade não se esqueça dos atos desumanos e não os repita.

maior terror do século XX. Em sua produção, as memórias relatam o processo de construção da identidade do povo judaico e de sua luta pela sobrevivência nos campos de concentração.

A narrativa acontece em dois tempos. Em alguns momentos o autor narra os fatos no tempo presente e em outro os narra no tempo passado e no tempo futuro. A obra pode ser ressaltada pela falta de uma linearidade temporal. Mietek não narra suas lembranças seguindo o modelo convencional temporal, ele as relata de acordo com suas lembranças pessoais e através de elementos que as unem de alguma forma. Em diversos momentos o autor retrata acontecimentos no campo misturando dados que só poderia ter acesso após a sua liberação. A precisão das datas ao rememorar os fatos é de uma espantosa exatidão. Sua contagem de tempo durante a estadia no campo só é possível graças ao seu acesso aos jornais diários recebidos por Amon Goth.

Para um melhor entendimento, contarei a seguir algumas das passagens mais importantes, selecionadas por mim, que nos permitem entender a importância de se preservar e compartilhar uma memória que ao mesmo tempo é individual e coletiva. De acordo com Pierre Nora:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história (NORA, 1993, página 14).

ANTES DA INVASÃO ALEMÃ DE 1939

Mietek fora criado de acordo com as costumes judaicos. Desde pequeno, todavia, convivia com pessoas da comunidade cracoviana que não eram judias. Esta convivência lhe assegurou a construção de uma dupla identidade, com a qual lhe possibilitava a convivência com dois tipos de comunidades polonesas. Antes da invasão alemã, Mietek frisa que não sofria discriminação em sua cidade natal por ser judeu, seus amigos de escola o tratavam como seu igual, Tal relação, entretanto, só era construída pelo fato dele dominar a língua polonesa. Os judeus que viviam no campo e que foram obrigados a migrar para a cidade com a invasão foram muito mais discriminados, pois, não dominavam a língua do país.

Desde sua infância já era fascinado por eventos históricos e sua conexão com a política, além de seu impecável senso de justiça e compaixão pelos menos favorecidos. Um episódio marcante nesta época envolve a lembrança de um rabino chamado Lipschitz que lia em voz alta um livro de prece, Mietek tinha cerca de 10 anos na época e perguntou ao seu pai se o rabino não sabia o livro de cor e seu pai lhe respondeu que o rabino evidentemente sabia metade do livro de cor, mas ele não queria envergonhar ninguém que não soubesse. Por isso, usava o livro para que ninguém que não soubesse se sentisse envergonhado. Esse gesto de sensibilidade o tocou de tal maneira que o narra como um dos primeiros gestos de humanidade presenciado por ele.

Após a escola, consegue permissão especial para cursar duas faculdades diferentes, a do curso de direito e a do curso de economia. Privilégio que será revogado com a invasão alemã. Em 1938 Mietek sofre seu primeiro choque de discriminação, o reitor da universidade aonde estudava direito, ordenou que os estudantes poloneses sentassem obrigatoriamente em determinadas cadeiras. Diante de tal determinação, os alunos se rebelaram e assistiram a aula em pé Logo em seguida, foi decretado que não seria mais permitido assistir as aulas em pé. As “cadeiras judias”, como ficaram chamadas, consolidaram a discriminação aos judeus. Tal fato era uma das tentativas de se introduzir de forma discreta na Polônia as Leis de Nuremberg⁷ criadas na Alemanha em 1935. A implementação das determinações desse conjunto de leis começou a atrair alunos de diferentes instituições que se dirigiam até a universidade para ver seu cumprimento, transformando em espetáculo público as humilhações sofridas pelos judeus.

⁷ As Leis de Nuremberg foram determinações criadas por Adolf Hitler na Alemanha que posteriormente se expandiu por todo o território do Reich. Através delas foram limitadas os direitos dos judeus e a estes foram negados os direitos como cidadãos. Algumas de suas determinações foram: Destruição de livros judaicos; Retirada da cidadania alemã dos judeus (judeus alemães, com antepassados nascidos e criados naquele país), e os proibiram de se casar ou manter relações sexuais com pessoas de “sangue alemão ou seus descendentes”; Qualquer cristão que tivesse três ou quatro avós judeus era identificado como judeu, independentemente do fato daquela pessoa se considerar judia ou pertencer à comunidade religiosa judaica; Em 1937 e 1938, o governo decidiu empobrecer os judeus, exigindo que registrassem suas propriedades e, em seguida, “arianizando” (colocando-as sob propriedade e administração de não judeus) os estabelecimentos judeus; Os médicos judeus foram proibidos de tratar os não-judeus, e os advogados também foram impedidos de exercerem sua profissão; Como todos os alemães, os judeus eram obrigados a carregar carteiras de identidade, porém, o governo adicionou símbolos especiais a elas: a letra “J” era carimbada em vermelho no seu documento de identificação, e aqueles judeus cujos primeiros nomes não podiam ser facilmente reconhecido como “judeus” tiveram um segundo nome adicionado pelo governo em seus documentos de identificação: “Israel” para homens e “Sara” para mulheres. Desta forma, a polícia podia identificá-los mais facilmente.

Duas frases se destacaram ao longo de sua vida e foram importantes para a formação de sua identidade e renovação de suas esperanças perante a humanidade. A primeira é a de uma igreja luterana que ficava perto de sua casa antes da invasão alemã, “vive em vão aquele que não ajuda ninguém”; a segunda, é a inscrição que se encontrava na parte interna do prédio de administração municipal da cidade de Cracóvia “Aos homens que presidem, não é permitido negligenciar a bravura”. Mietek procura usar estas frases como base para encontrar coragem e esperança para lutar contra as atrocidades sofridas pelos nazistas. foi assim que aprendeu que quem esta em posição especial não pode executar suas funções de um modo meramente mecânico, mas é preciso usar todos os recursos a que dispõe para ajudar a quem precisa.

Segundo Ecléa Bosi (2003), “Do vinculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade” e é através de seu passado e de suas crenças que Mietek constrói sua identidade.

Um dos objetos mais importantes para a comunidade judaica é o Torá⁸, durante a invasão alemã, praticamente todos eles foram destruídos. Em 1945, após serem libertados do campo de concentração, Mietek e sua família, conseguem obter uma nova Torá, para eles, este objeto pode ser considerado um dos objetos de memória defendidos por Bosi (2003), pois apesar de não ser o mesmo que fora perdido com a invasão, este objeto lhes trazia a memória de um tempo onde havia a liberdade e a tolerância e ao mesmo tempo lhes relembra o que significou ser um judeu e portar este objeto durante a invasão alemã.

APÓS A INVASÃO NAZISTA EM 1939

Durante a ascensão nazista na Alemanha o povo judaico fora duramente perseguido e assassinado, quando os alemães invadem a Polônia, inicia-se imediatamente uma política contra os judeus poloneses. A disseminação do ódio antissemítico já vinha sendo cultivada e fermentada pela igreja católica logo após a morte do ditador polonês Jósef Pilsudski em 1935, estas propagandas culminaram num crescente nível de repúdio ao povo judeu e a um intenso nacionalismo polonês.

Em 1939 os alemães invadem a polônia e transformam as cidades de Cracóvia e Varsóvia em área central do governo geral polonês. Um dos marcos de memória de

⁸ Livro sagrado onde contem as determinações e normas a serem seguidas pelo povo judaico.

Mietek foi quando se estabeleceu a lei de que a população deveria se inscrever em duas listas onde se intitulavam “alemão do Reich” e “alemão do povo”. Seu antigo professor de Latim se recusou a se inscrever como “alemão do povo” pois não queria perder sua identidade como polonês o que lhe causou grandes problemas, pois fora proibido de dar aulas e sofreu privações extraordinárias. A obrigação de se inscrever nestas listas remete ao fato de que seria uma obrigação renegar suas memórias, sua vida e sua identidade até o presente momento.

Com a ordem de que os judeus poloneses que viviam na Alemanha deveriam retornar a Polônia, desencadeou uma necessidade de funcionários, nas sedes de governo judaico, que dominassem tanto a língua polonesa como a alemã, neste momento Mietek já estava bastante familiarizado com o domínio da língua alemã, e se candidata a um cargo na sede administrativa judia. Sua função inicial era a de prestar assistência aos judeus que emigravam da Alemanha. Durante o desempenho de sua função, recebeu inúmeros conselhos destes deportados para que deixasse a Polônia, pois eles alegavam que Hitler iria para lá, porém Mietek não levou em consideração e assim como outros conhecidos achava que o pânico era exagerado, posteriormente se perguntou e se culpou do por que não deu mais atenção aos emigrantes.

Em 1939 Hans Frank, líder alemão que controlava a Polônia, introduziu o trabalho forçado para a população polonesa, ou seja, todos os poloneses eram obrigados a trabalhar ao bel prazer dos alemães. Os judeus foram os que mais sofreram com estas determinações, pois sofriam batidas policiaes para que lhes fosse obrigado cumprir trabalhos braçais. Certa vez Mietek foi abordado na rua e obrigado a carregar móveis do quarto andar de um prédio para um caminhão estacionado na frente do edifício enquanto apanhava. Naquela época não ser era possível ser diferente, o diferenciado era condenado e punido por suas escolhas, não sendo nem concedido o direito de refazê-las. Reforçar e insistir em sua identidade se tornava cada vez mais perigoso e estúpido, muitos judeus tentaram renegar suas raízes, suas crenças como uma forma de sobreviver ao que estava por vir.

Em meados de 1940 são criados os conselhos judeus, a partir das sedes administrativas já existente, que recebiam ordens da ocupação alemã e tinham o dever de cuidar para que fossem executadas. Em 1941 Mietek consegue autorização para morar no gueto, porém esta permissão não é concedida a sua família. Neste momento

Mietek, que manteve seu emprego no agora conselho judeu, executava a função de transcrever as ordens secretas originárias dos principais órgãos de controle da SS⁹, através deste novo papel desempenhado por ele, conseguiu juntar informações e elaborar estratégias para proteger sua família e lhes permitir a permanência nos guetos.

Alguns judeus que eram acusadas de não cumprimento das ordens vindas do Reich, ou que tentavam falsificar seus documentos e eram apanhados pelos membros da SS, eram enviados a Auschwitz, até então conhecido como apenas um campo de concentração, porém com o passar do tempo tanto Mietek, como outros companheiros de trabalho começam a perceber que após um determinado período da chegada do indivíduo neste local, a comunidade judia recebia uma carta lhes alertando sobre seu falecimento de parada cardíaca e que as cinzas poderiam ser retiradas mediante o pagamento de cinco marcos ao reich. Para Mietek, estava cada vez mais claro que este local era um campo de extermínio.

Desde antes de seu envio ao campo de Plasków, Mietek já havia percebido que reunir informações era a maior arma que poderia encontrar para garantir sua sobrevivência e a de seus familiares, e que seu silêncio valia muito. Suas memórias tanto podiam coloca-lo em risco, como poderia ser sua maior arma para lutar. A partir dos feitos obtidos por Mietek, podemos comprovar a importância da memória, esta muitas vezes serve para que aprendamos com os nossos, mas principalmente, com os erros dos outros, e que um indivíduo nunca deve ser subestimado quando sua identidade individual e coletiva é posta em jogo.

Mais tarde em 1942 Mietek recebe a função de escrever panfletos de salvo conduto para alguns integrantes da comunidade judaica colarem em suas portas, para que assim não sejam deportados para nenhum campo de concentração ou de extermínio. Isso o ajudou a perceber que a evacuação obrigatória para estes campos estava próxima.

Nos dias 13 e 14 de março de 1943 houve um intenso massacre no gueto, e apenas poucas pessoas conseguiram sobreviver, entre elas estava Mietek, os sobreviventes foram enviados para o campo de Plaszów. O irmão de Mietek era um dos responsáveis por retirar os cadáveres do gueto e levar para o campo. Um dos amigos de

⁹ Polícia secreta de Adolf Hitler criada com o intuito de ser uma guarda pessoal e cuidar de assuntos internos de todo o território do Reich alemão, sendo seu objetivo principal cuidar das questões antissemitistas.

Mietek, Izak Stern, pede ajuda a ele e seu irmão Stefan para que conseguissem retirar seu sobrinho que fora contrabandeado para dentro do campo Plaszów e fosse entregue a amigos poloneses que esconderiam o menino.

No campo de concentração Mietek fora obrigado a trabalhar diretamente como escrivão com o lendário Amon Goth, que na época era o chefe do campo e conhecido como um assassino em massa. Sua família também é enviada para campo e usando-se de seu novo posto como funcionário direto de Goth, logo consegue um emprego para o pai de administrador do depósito de comida, assim evitando que fosse morto pelos soldados por causa da deficiência decorrente de um anterior acidente de trabalho.

Um dos maiores traumas presenciados por Mietek durante seu trabalho direto com Goth, eram as sessões de assassinatos repentinos cometidos por ele apenas baseado em seus estado de espírito atual. Em um de seus relatos, ele reconta um episódio de quando fora chamado ao escritório para um ditado e no meio de uma sentença, Goth abre a janela e atira em algumas pessoas, depois voltava a ditar a frase como se nada tivesse acontecido e perguntava a onde haviam parado.

Muito rapidamente Mietek aprendeu que quanto mais agradasse Goth, mais tempo conseguiria garantir sua sobrevivência e não seria devidamente controlado, lhe possibilitando assim conseguir acesso a diversos documentos secretos e juntar o máximo de informações para proteger seu povo no campo.

No final de 1943 ocorre o primeiro contato entre Mietek e Oskar Schindler. Mietek via nele “um homem que nos via sem preconceitos e não nos considerava subumanos”. (PEMPER, 2010 pág. 101) Nesta época os judeus sobreviventes já haviam a muito desistido de suas identidades coletivas, alguns poucos que se mantinham resistentes procuravam não divulgar suas esperanças e fingiam terem abraçado a nova identidade criada pelos nazistas para eles. Em Plasków já se viam como criaturas renegadas, como seres que não mereciam viver.

Por mais que Mietek se esforce para manter seus relatos os mais fiéis possíveis ao que se lembra da época, muitos são recriados utilizando sua imaginação, pois alguns não estava presente, apenas adquiriu aquela memória através de outros detentos. Durante o julgamento de Amon Goth, a memória precisa e eficaz de Mietek ajudou a condena-lo a uma prisão perpétua. Em seu livro ele reconta torturas sofridas pelos

detentos que tentavam contrabandear comida para dentro do campo, além de relatos de traumas vividos por judeus em testemunho nos tribunais de Nuremberg.¹⁰

Em todo o período de estadia no campo de Plasków, era gerada uma grande incerteza se os detentos sobreviveriam até o final da guerra. Para tempos de desespero, necessita-se de medidas desesperadas, neste caso, Mietek colocava cada vez mais a sua vida em risco ao violar correspondências secretas entre os dirigentes da SS e Amon Goth. Através destas violações, acaba descobrindo que os planos de se dissolverem o campo de Plasków e enviar todos os judeus remanescentes para um campo de extermínio. De posse desta informação, Mietek e Schindler elaboram um perigoso plano para tentar salvar o maior número de judeus remanescentes no campo, tal episódio ficou conhecido como a Lista de Schindler.

Com o final da segunda guerra mundial, todos os 1.200 judeus que constavam na lista de Schindler foram salvos, muitos puderam depor junto com sobreviventes de outros campos, contra as atrocidades exercidas pelos dirigentes da SS durante a guerra, seus depoimentos foram essenciais para a condenação destes seres abomináveis da sociedade.

Em seu depoimento nos tribunais de Nuremberg, não apenas Goth, mas diversos comandantes gerais se surpreenderem com o leque de informações as quais Mietek teve acesso. Muitos de seus testemunhos foram questionados, pois como poderia um detento judeu ter acesso a tais informações secretas, em contra partida Mietek conseguiu provar através de argumentos e de sua excepcional memória a veracidade dos fatos narrados.

Após o lançamento do famoso filme de Steven Spielberg a Lista de Schindler, em 1993, Mietek passou a receber diversos convites em escolas e universidades para dar palestras sobre o que ocorria nos campos de concentração e como conseguiu sobreviver ao espetáculo de horror ao qual os judeus eram submetidos diariamente por Amon Goth. Suas memórias foram cruciais para preencher lacunas contra principais dirigentes da SS, o cargo exercido por ele na administração de Goth se transformou na maior dádiva que poderia ter recebido durante e depois de sua estadia no campo Plaszów.

¹⁰ Os tribunais de Nuremberg foram criados para julgar os crimes dos nazistas ao longo da segunda guerra mundial

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em algumas memórias relembradas por Pemper sobre sua infância é possível perceber e reforçar a identidade e a memória coletiva compartilhada pelo povo Judeu de todo o território dominado pelo Reich. Embora suas memórias de campo sejam de apenas um deles, a situação para outros detentos em outros campos, não era muito diferente da presenciada por ele. Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Ou seja, a unidade do texto está apenas no atos puros da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação.

Muitos judeus até hoje não conseguem relatar o trauma vivido por eles nos campos, algumas das maiores atrocidades simplesmente foram esquecidas pelo seu inconsciente, e aqueles que conseguem tem sua credibilidade questionada, pois o grau de crueldade é enorme e muitas pessoas não conseguem acreditar que algum ser humano é capaz de tais atos. Como diz Mietek “palavras não são suficientes para descrever nosso estado” (PEMPER, 2010, pág 90) e como afirma a teoria de Sligman-Silva (2008) a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho da memória individual e outro construído pela sociedade.

Pode-se dizer que ocorreu a construção de uma memória coletiva e de uma nova identidade compartilhada por todos os sobreviventes do holocausto. Apenas eles são capazes de entender o que sofreram e se apoiarem mutuamente para que haja um possível recuperação que nem sempre é possível pois segundo Sligman-Silva (2008) “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”.

Os lugares de memórias são essenciais para se manter viva a memória do que aconteceu durante o holocausto, por mais que seja doloroso, não deve ser uma memória esquecida nem banalizada. O monumento ao judeus na praça central de Berlim, serve como um importante lugar homenagem e de rememoração ao fato.

A memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma comunidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de vive na consciência do grupo que a mantém, as memórias do holocausto estarão vivas para sempre dentro de seus sobreviventes, não importa o

tempo que se passe, o trauma sofrido modificou estas pessoas até o ultimo segundo de suas vidas de uma forma irreparável.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: **Obras escolhidas I. Magia técnica, arte e política**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987;

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003;

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. **Lembra, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed 34, 2006;

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: **org. CARDOSO, Ciro Flamarion; e VAINFAS, Ronaldo. Novos Domínios da História**. Elsevier Editora Ltda. Rio de Janeiro. 2012;

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Proj. História. São Paulo. Dez. 1993;

PEMPER, Mietek. A Lista de Schindler: **A verdadeira história**. Geração Editorial. São Paulo. 2010;

SELIGMAN-SILVAS, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003.

RELEMBRANDO O ESQUECIMENTO: OS MEANDROS DA LEI DA ANISTIA E AS DISPUTAS PELA MEMÓRIA NO ESTADO DE EXCEÇÃO¹

Leonardo Leal Chaves

*Como se levantaria, sem o esquecimento
Da noite que apaga os rastros, o homem de manhã?
Como é que o que foi espancado seis vezes
Se ergueria do chão à sétima
Pra lavar o pedregal, pra voar
Ao céu perigoso?
A fraqueza da memória dá
Fortaleza aos homens.*

Bertold Brecht - Louvor do Esquecimento

O texto aqui apresentado tem como objetivo central analisar o conjunto de questões presentes no processo de aprovação e de implementação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, como parte do processo de abertura que se desdobrou no retorno dos militares aos quartéis e na eleição, ainda que indireta, do primeiro Presidente da República civil desde João Goulart.

Das inúmeras questões discutidas, duas assumem papel de destaque e comporão o núcleo de discussão das linhas que se seguem: os embates em torno do esquecimento, elemento central no processo de aprovação da Lei da Anistia, e as particularidades do Estado de Exceção, marca indelével do modelo estatal que passou a vigorar no Brasil a partir da vitória do movimento que destituiu João Goulart, em março de 1964, e que, embora esmaecido, ainda comandava o cenário nacional no final dos anos 1970, momento de aprovação da Lei da Anistia. Para tal, duas serão as obras que conduzirão a análise aqui construída: *A memória, a história e o esquecimento* e *Estado de exceção*, dos autores Paul Ricoeur e Giorgio Agamben, respectivamente.

¹ A análise aqui apresentada foi desenvolvida no âmbito do projeto “O Colapso da Ditadura Através da Imprensa: Uma Análise Comparativa Entre Os Casos de Portugal e do Brasil” contemplado na Chamada MCTI/CNPQ/Universal 14/2014, sob coordenação da Dr^a Monica Piccolo.

Na articulação entres as obras reverbera a perspectiva do uso do instrumento jurídico da anistia como forma de limitação do confronto político num contexto de transição rumo a uma (re)democratização, bem como a busca pelo caráter de reciprocidade embutido na referida lei. Reciprocidade esta que garantiu a extensão da "graça" concedida pela anistia também aos agentes de repressão do Estado e excluiu outras categorias de seu perdão, demonstrando seu caráter restrito e de estratégia contrarrevolucionária em nome da manutenção da ordem.

A Pacificação através do Esquecimento

Resultado de um intenso debate entre os posicionamentos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de certo modo canalizando os anseios das mobilizações populares, e o estrategema da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)² de minar essas propostas de emendas e substitutivos, foi promulgada em 28 de agosto de 1979 a Lei nº 6.683, que concede anistia e dá outras providências. Nela é delimitado o período de 02 de setembro de 1961 (data de concessão da última dessas medidas no Brasil) a 15 de agosto de 1979, anistiando a todos aqueles que cometeram "crimes políticos ou conexos com estes", crimes eleitorais, que tiveram a suspensão de direitos políticos, exoneração e afastamento de serviço público, citando também militares, dirigentes e representantes sindicais punidos com base nos Atos Institucionais e Complementares. O projeto foi aprovado com um único veto que exclui da parte final do artigo 1º a expressão "e outros diplomas legais" no que se refere à fundamentação das punições. Nas palavras do próprio Figueiredo, esta daria à lei "alcance demasiado, incompatível com a inspiração do diploma de anistia política" (Mensagem 267, de 28 de agosto de 1979). Redigida deste modo, a lei "desprezaria o pressuposto político da sanção, chegando ao extremo privilégio de alcançar todo e qualquer ato ilícito porventura cometido, independentemente de sua natureza ou motivação" (Mensagem 267, de 28 de agosto de 1979).

Os artigos seguintes apresentam seu caráter restrito e de reciprocidade. São considerados como crimes conexos aqueles de qualquer natureza relacionados a crimes políticos ou que tiveram motivação política. Denunciado pelos críticos do projeto

² O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, estabeleceu o bipartidarismo. A partir de então, somente duas agremiações políticas coexistiram: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Este quadro manteve-se até a reforma partidária implementada pelo Governo Figueiredo.

aprovado como um eufemismo para garantir a "impunidade dos que sequestraram, prenderam ilegalmente, torturaram e mataram, sob a capa de serviço à nação e de luta contra os subversivos" (RODEGHERO, 2014), especificamente o parágrafo 1º aponta na direção do esquecimento ensejado pelo programa governamental em nome da pacificação nacional, protegendo o Estado e seus agentes de uma culpabilização, uma demanda já possível naquele momento. Sob outra perspectiva, o artigo seguinte excluiu do benefício da anistia os que foram condenados pela prática de crime de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, bem como determina o prazo de um ano a partir da vigência da lei para a atuação dos anistiados em partido político legalmente constituído.

Na mensagem nº 59, de 28 de junho de 1979, que abre o projeto de lei, João Batista Figueiredo contextualiza a anistia no bojo de uma nova política brasileira inserida na superação de um período que "requerera procedimentos às vezes traumáticos e de caráter excepcional". Nestes termos, podemos conceber a anistia como

um ato unilateral de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática. A anistia reabre o campo de ação política, enseja o reencontro, reúne e congrega para a construção do futuro e vem na hora certa (Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia, 1982, p. 16).

Dentro deste ato que o presidente considera como significativo e profundo são embutidos a reciprocidade e o espírito de conciliação para a pacificação nacional, baseando-se em uma alardeada e revisitada tradição de anistias do Brasil. São evitados assim pretextos para se cultivar animosidades, revanchismos ou "sentimentos divisionistas", conforme enfatizava o senador Marcos Freire (MDB/PE) na tentativa de emplacar um substitutivo no projeto de lei através da emenda nº 1. Neste projeto de lei foram encaminhadas 305 emendas propondo alterações e inclusões de artigos, evidenciando os embates e os rumos que o projeto deveria tomar sobre abertura, mesmo que estes sejam divergentes daqueles que os movimentos sociais pressionavam. Na leitura do deputado Roberto Freire, também do MDB-PE, a anistia "promulgada em 1979 não foi aquela que o povo desejava. Parcial e restrita, cometeu injustiça e discriminações odiosas e incompatíveis com a própria ideia da Anistia, tal como universalmente conhecida" (Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia, 1982, p. 16).

Como tentativa de um efeito simbólico de reparação, no que diz respeito ao direito à memória ou pela indenização estipulada, a Lei 9.140 de 1995 oficializa a morte de pessoas desaparecidas por motivos políticos, entre setembro de 1961 e agosto de 1979, em nome do "princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei da Anistia". No anexo ao corpo da Lei são listados 136 desaparecidos, reconhecidos oficialmente como mortos e assegurando-lhes direitos como a lavratura da certidão de óbito³. É criada uma Comissão Especial para proceder o reconhecimento de pessoas não relacionadas no anexo. São incluídos desaparecidos, aqueles que morreram em dependências policiais e assemelhadas devido participação ou acusação de participação em atividades políticas, em decorrência de repressão policial contra manifestações públicas ou conflitos armados com agentes do poder público e, ainda, aqueles que faleceram em decorrência de suicídio, tanto na "iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público". A tentativa de reparação financeira é apresentada como resultado de uma tabela que relaciona a idade que o "desaparecido" teria e a "expectativa média de sobrevivência" para calcular o valor da indenização. Deste modo, pela harmonização nacional e com suas despesas correndo à conta de dotações consignadas no orçamento da União,

a sociedade como um todo a financiar, inclusive muitas pessoas que se opuseram à ditadura com sérios riscos para sua vida. Já generais-presidentes, ministros civis e militares, funcionários públicos envolvidos até a medula dos ossos com o emprego da violência contra cidadãos são, na prática, juridicamente irresponsáveis e nunca pagarão por seus crimes, graças à reciprocidade embutida na lei da anistia (LEMOS, 2002, p. 297).

A linha de continuidade da ausência de qualquer processo formal contra os agentes do estado e seus "crimes conexos" se destaca tanto na anistia de 1979, quanto nas indenizações da lei de 1995, ou no regime do anistiado político de 2002. A tentativa de cerceamento do debate sobre a impunidade garantida por lei a esses agentes, sobreposta aos anseios da sociedade por justiça, pode ser destacada na fala de um grupo de parlamentares do MDB na emenda nº 8 apresentando um substitutivo para a Lei da Anistia tratando sobre o caráter restrito e recíproco da lei de 1979, já que esta pretendia

³ O relatório final da Comissão da Verdade confirma a morte de 434 vítimas. Destas 191 pessoas foram assassinadas, 210 tidas como desaparecidas e 33 listadas como desaparecidas, mas depois seus corpos foram encontrados. Documento contendo a lista completa por ordem cronológica ou alfabética, disponível em http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/ordem_alfabetica.pdf

dar aos carrascos, aos torturadores, aos que desencadearam a tormenta, os que provocaram o desespero e a revolta - a sagrada revolta de tantos - a anistia que não merecem e será um escárnio à justiça e dignidade humana. Os que deveriam sentar nos bancos dos réus não podem se arvorar em juízo. A anistia deve ser ampla, geral e irrestrita, para todas as vítimas da ditadura, dos crimes de repressão (Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia, 1982, p. 77).

Dentro dessa perspectiva conciliatória, coexiste a possibilidade de exploração da dimensão do "esquecimento comandado"⁴ instrumentalizado pela Lei da Anistia e as legislações posteriores sobre o assunto já que torna inexistente a natureza criminosa atribuída a um determinado ato, "pacificando a sociedade pela via do esquecimento", engendrado em um mecanismo jurídico convenientemente seguro e em consonância com a ideia de abertura proposta pelo governo. Sob esse prisma, dialogamos com a obra do filósofo francês Paul Ricoeur, intitulada *A memória, a história e o esquecimento* (2014) no sentido de tentarmos compreender a aprovação da Lei da Anistia brasileira de 1979 como um dos "abusos de esquecimento".

O autor analisa a questão da anistia como dotada de um duplo movimento no qual há uma tênue fronteira entre esquecimento e perdão, ora ultrapassada quando essas duas disposições lidam com processos judiciais e com a imposição de determinada pena. Desta forma, a concessão do perdão institucional se coloca "onde há acusação, condenação e castigo; por outro lado, as leis que tratam da anistia a designam como um tipo de perdão" (RICOUER, 2014, p. 459). Podemos destacar, dentro dessa perspectiva, o alcance da anistia como a tentativa de interromper períodos conturbados, de graves desordens públicas e explicitando seu objetivo de reconciliação entre cidadãos inimigos, a "paz cívica".

Para demonstrar esse propósito da anistia dentro de seu "projeto confesso" de cunho pacificador pelo viés do esquecimento, Ricoeur se remonta a Aristóteles em *A Constituição de Atenas* sobre a vitória da democracia sobre a oligarquia dos Trinta expressa em decreto datado de 403 a.C, mais precisamente o juramento "proferido nominativamente pelos cidadãos tomados um a um" (RICOUER, 2014, p. 460). Fica então proibida a lembrança dos "males" ou "desgraças" do período anterior ao decreto,

4 O conceito "esquecimento comandado" é apresentado na obra de Paul Ricoeur, **A memória, a história e o esquecimento** (2014) como uma das formas institucionais de esquecimento. É abordada como paralelo e complemento do que o autor denomina de "abusos da memória" sob o signo da memória comandada, obrigada, como uma forma de "abuso de esquecimento", observado nas concessões de anistias, visando a reconciliação, a paz cívica.

ou melhor, fica imposto algo que visa uma "lembrança-contra" e, deste modo, as fórmulas negativas são imperiosamente evidentes: não recordar.

Destarte, podemos nos lançar novamente sobre o processo de abertura política no Brasil, entendido aqui como parte de um conjunto de microtransformações registradas no aparelho de Estado e na cena política brasileira, como a revogação dos Atos Institucionais (a revogação do AI-5 data de 13 de dezembro de 1978), a extinção da Comissão Geral de Investigação e a revisão da Lei de Segurança Nacional, engendradas desde o governo Figueiredo, contudo, já gestadas no governo anterior sob a égide da articulação Golbery-Geisel. Mesmo nos planos de *distensão* do antecessor de João Batista Figueiredo, o general-presidente Ernesto Geisel e seu Chefe da Casa Civil, Gal. Golbery do Couto e Silva, não se pensava "num retorno ao estado de coisas do passado, não se acena na perspectiva de anistia, eleições diretas, alternância de poder ou qualquer outro item que pudesse indicar a democracia como alvo. A normalização que se pretende é da 'ordem revolucionária'" (CRUZ; MARTINS, 1984, p.46).

Para melhor compreendermos essas microtransformações, Décio Saes (2001), questiona como poderíamos caracterizar a forma de Estado e o regime político⁵ no Brasil de 1988, ano em que seu texto foi escrito. As reflexões incidem sobre o argumento que autoriza a classificação da “Nova República” brasileira como uma democracia burguesa ou apenas uma transmutação daquela velha ditadura reformulada em seus aspectos secundários e com um discurso adaptado.

Após apresentar a oposição à tese de que o Estado brasileiro de então poderia ser considerado como democrático ou até mesmo semidemocrático (o que nos leva a inferir também seu caráter *semiditatorial*), apoiada na esteira de que esses “deslocamentos moleculares” baseados nas microtransformações no jogo político não seriam suficientes para concretizá-lo como uma democracia burguesa. A necessária presença de alguns elementos nesta forma de Estado, tais como “instituições políticas”, “pluripartidarismo” e “eleições majoritárias”, não são suficientes para a concretização de uma democracia burguesa já que, inseridos em uma ditadura militar burguesa, desempenham funções diferentes.

⁵ No que tange a ideia das lutas no seio do aparelho de Estado burguês, o autor nos esclarece a respeito da expressão “regime político”, assim entendido como o padrão de organização da luta política dentro dos limites fixados pelo próprio Estado burguês, ou seja, caracteriza-o como “cena política” distinguindo-o de “aparelho de Estado”. Sobre as “forma de Estado”, Saes refere-se às relações de forças entre o conjunto dos ramos propriamente burocráticos desse aparelho e um órgão de representação, como o Parlamento. As mudanças nessas relações implicam em transformações na “forma de Estado”. SAES, 2001, p. 35

A partir da crítica à ideia que o Estado é “uma organização material/humana que pode, mesmo numa sociedade como a nossa (isto é, capitalista) ser colocada a serviço de „todo o povo“, do „bem comum“ ou do „interesse geral“ (SAES, 2001, P. 33), Saes caracteriza a função latente do Estado de atenuar os conflitos de classes, limitando-os, expondo seu caráter classista, colocando-se a serviço dos interesses mais gerais da classe exploradora. A inserção da Lei da Anistia como um desses "deslocamentos moleculares" pode também ser compreendida como parte do processo para limitar os confrontos de posição dentro da cena política de transição, especialmente dentro da já cerceada oposição do MDB e dos movimentos sociais que ganhavam as ruas e reverberavam dentro e fora do país, como o Movimento Feminista pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia, criados em 1975 e 1978, respectivamente. Sendo esta uma das principais reivindicações dos opositores ao regime ditatorial, o decreto da Lei nº 6.683 que "concede anistia e dá outras providências"⁶ deveria ter devolvido ao governo a iniciativa e controle sobre o processo de abertura, retirando dos seus críticos sua principal bandeira de mobilização popular. A tentativa de desestabilizar o projeto de abertura por parte da chamada *linha-dura* (neste caso, os militares que se opunham ao projeto de abertura fora dos ditames da tríade de uma transição "lenta, gradual e segura") toma forma com vários atentados a bombas, como no episódio do Riocentro em abril de 1981.

A concessão da anistia quase que em forma de uma dádiva concedida expressa em um "gesto de mãos estendidas" (Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia, 1982, p. 23), nas palavras do próprio general-presidente João Baptista Figueiredo, talvez remeta-nos a algum resquício simbólico do "direito de graça" descrito por Ricoeur como aquele concedido como um privilégio régio na "época do teológico-político" e "como resíduo de um direito quase divino ligado à soberania subjetiva do príncipe", justificando-se "pela unção religiosa que coroava o poder de coerção" (RICOUER, 2014, P. 45) deste príncipe. Guardadas as devidas especificidades e o historicismo por trás desse "gesto", podemos destacar a reverberação desse "privilégio" que a concessão da anistia proporcionaria como meio apaziguador das tensões dentro dos blocos que disputam a nacionalização do seu projeto e o papel da imprensa maranhense na construção de consenso sobre a manutenção das garantias básicas de sobrevivência do regime ditatorial no processo de transição: evitar o retorno de pessoas, instituições e

⁶ Lei 6683 de 1979

partidos anteriores a 64; proceder-se lentamente (aproximadamente 10 anos, garantindo a escolha segura do sucessor do então presidente o general Ernesto Geisel) e a incorporação de uma Constituição sem que esta fosse fruto de uma constituinte. (SILVA, 2003, p. 262-263). Em outros termos, reconstitucionalização sim, mas não exatamente uma redemocratização. O país deveria permanecer sob a tutela militar continuada procedendo com uma abertura lentamente ritmada e limitada, resultando na escolha do candidato de Geisel e do general Golbery do Couto e Silva, o então chefe do SNI, João Baptista Figueiredo.

No que concerne às relações entre o processo de abertura política e a imprensa maranhense, entendidos aqui como um Aparelho Privado de Hegemonia⁷, podemos ilustrar a referida analogia simbólica com uma publicação do jornal O Estado do Maranhão, na edição de 08 de dezembro de 1978, replicada do Jornal do Brasil. O periódico apresenta o futuro presidente Figueiredo com sua "mão estendida aos brasileiros numa proposta de conciliação nacional" de modo a garantir a tarefa nacional de "fazer deste país a democracia que todos sonhamos" (O Estado do Maranhão. 08 de dezembro de 1978. p. 13). Curioso notar que na mensagem que antecede o projeto de Lei da Anistia, Figueiredo conclui com uma emblemática frase sobre sua convicção da importância do envio deste para apreciação dos congressistas, afirmando ter "a mesma serena confiança com que, na informalidade da vida cotidiana, estendo a mão a todos os brasileiros" (Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia, 1982, p.23).

Não obstante, no bojo da concessão da anistia "a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979⁸, cometeram crimes políticos ou conexo com estes"⁹ oculta-se o caráter de preservação dos interesses fundamentais das classes dominantes, pela via da conciliação, e pela ideia do desdobramento de uma contrarrevolução preventiva como estratégia anticrises.

Conforme nos demonstra no artigo *Anistia e crise política no Brasil pós-64*, publicado na edição de dezembro de 2002 da revista Topoi, Renato Lemos analisa a

⁷ Conceito construído pelo teórico Antonio Gramsci e publicizado em sua obra *Cadernos do Cárcere*, recentemente lançado no Brasil, sob organização de Carlos Nelson Coutinho. Nessa perspectiva conceitual, a imprensa é um poderoso instrumento na construção de consenso em torno de um determinado projeto que se pretende hegemônico. Assim, transforma-se em partido, organizador da vontade coletiva.

⁸ Este período foi ampliado no caso do reconhecimento das pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas "no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988 que tenham falecido por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas". Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002.

⁹ Lei 6683 de 28 de agosto de 1979.

ideia de uma política de conciliação, sempre utilizada como um instrumento para contornar as contradições dentro da minoria dominadora, atenuando suas divergências internas. Ou seja, mesmo em nome da concessão de alardeados benefícios para o povo seu objetivo é a manutenção da ordem.

Neste caso, a opção pela adoção de uma atitude conciliatória garante a harmonia conservadora. Contudo, ao mostrar-se fraco e menos autoconfiante em tempos de crises, a tendência a conciliação é substituída por métodos “mais eficazes”. Fundamentado pelos estudos do historiador Arno Mayer, Lemos nos mostra a anistia como uma medida contrarrevolucionária e, esta, como uma a forma com frequência escolhida para garantir a conciliação. A formulação das ideias de contrarrevolução, surgidas na esteira da Revolução Francesa, é adaptada ao longo do tempo e passam por uma importante transformação em sua função: adaptam-se aos interesses das camadas dominantes da burguesia. Reitera Mayer que a contrarrevolução é um produto da instabilidade e, de modo pretensamente harmonioso, desenvolve-se como uma estratégia anticrises. As classes dominantes são convencidas de que a crise é revolucionária e que necessário se faz uma “contrarrevolução preventiva” (MAYER, 1977, apud LEMOS, 2002, p. 290).

Em nossa incursão sobre a anistia enquanto esquecimento comandado e instrumento de "pacificação da sociedade brasileira", nos remontamos novamente a Paul Ricoeur e suas reflexões sobre os (ab)usos do esquecimento. O caráter de reciprocidade expresso no segundo parágrafo da lei 8.863 evidencia a amplitude e o alcance do "perdão concedido" que, se ao mesmo tempo anistia aos agentes do poder público que praticaram atos de tortura e outras medidas repressoras aninhadas sob o termo "crimes conexos", exclui aqueles que atentaram contra a "segurança nacional". Sob esse ponto de vista, Ricoeur refere-se a anistia, considerando-a quanto a seu conteúdo, visando

uma categoria de delitos e crimes cometidos por ambas as partes durante o período de sedição. Nesse sentido, ela opera como um tipo de prescrição seletiva e pontual que deixa fora de seu campo certas categorias de delinquentes. Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com o passado declarado proibido (RICOUER, 2015, p. 460).

Nos meandros das relações entre perdão e esquecimento, Ricoeur comenta que a proximidade tanto fonética (e até mesmo semântica) entre anistia e amnésia aponta para uma espécie de pacto secreto com a negação da memória e, na medida em que propõe uma simulação conciliatória e pacificadora, se afasta do perdão. Reverberando a política

de conciliação nacional fundamentada sobre os benefícios de uma anistia atrelada à ideia de uma imposição do esquecimento como peça fundamental para que haja a tão reclamada "pacificação da família brasileira", o jornal O Estado do Maranhão apresenta em suas páginas, quando da discussão acerca da elaboração do projeto de anistia, um vasto desfile de expressões como "necessidade de se esquecer o passado", a existência de um "clima amistoso e de confraternização" e da redemocratização como o resultado do "trabalho em comum" para se referir a concessão dessa medida.

Mesmo nas publicações no ano de 1978 figuram notícias sobre as possibilidades (já insinuantemente restritas) de se pensar a anistia dentro dos limites prefixados pelo governo. Anunciava-se o retorno de políticos cassados com base nos AIs, o posicionamento de órgãos como a OAB criticando uma anistia restrita e matérias sobre a defesa dos direitos humanos. No fluxo da "harmonização do país", as palavras do deputado federal Edson Vidigal, eleito pela Arena, em entrevista publicada no mesmo periódico no dia 13 de janeiro de 1979, se tornam emblemáticas do posicionamento do jornal acerca dessa ideia de pacificação. Segundo Vidigal, "não podemos perder tempo em querelas que não interessam à causa maior, dividem os homens, impedem o diálogo e com as quais o povo diretamente nada tem a ver" (O Estado do Maranhão, 13 de janeiro de 1979, p. 02.). Deste modo, mostra-se evidente a tentativa de construir um consenso sobre a necessidade desse "desarmamento do espírito".

Nos meses seguintes, continuam as reportagens e trechos de entrevistas que corroboram a perspectiva pacificadora da anistia, mesmo que reiteradas vezes fique evidente a manifestação favorável a uma anistia restrita, sob alegação de manutenção da ordem nesse processo de transição. Em março de 1979 é apresentada a transcrição de um artigo chamado "O clima da democracia" (O Estado do Maranhão, 03 de março de 1979, p. 04) que vincula os relativos avanços em direção à redemocratização e à liberdade de imprensa. Democracia esta que só seria possível se houvesse concessão a seus governados de benefícios a que tem direito. Logo, a anistia deveria ser limitada e controlada para evitar tumulto ou revanchismos contra o próprio governo.

Nos meses que antecedem a sanção à Lei da Anistia, se intensificam as matérias que apresentam pontos de vista aparentemente díspares como atos promovidos pelos representantes locais do Comitê Brasileiro para a Anistia ou o posicionamento do deputado emedebista Haroldo Saboya afirmando que essa anistia é a mais dramática da história brasileira e por isso mesmo será a de frutos mais duradouros (O Estado do

Maranhão, 14 de julho de 1979, p. 04). Essa convergência de interesses pelo "bem comum" se integra perfeitamente na lógica de consonância com o discurso do Executivo. Assim, na véspera da aprovação da Lei são veiculados os passos finais em direção a esse projeto de anistia recíproca, restrita e garantidora da impunidade dos "crimes conexos" que, obviamente, não são abordados pelo jornal.

No mesmo mês de agosto é veiculada a entrevista com Clemente Domingos Pinheiro (O Estado do Maranhão, 09 de agosto de 1979, p. 07), presidente do Sindicato dos Arrumadores de São Luis, sobre os problemas trabalhistas, salariais e anistia. Esta última abordada tangencialmente e exaltando que os sindicatos foram favorecidos com o indulto da anistia e a possibilidade de volta à cena política de seus dirigentes que foram afastados. O jornal apresenta as afirmações de uma agremiação tão combatida e perseguida pelos AI's e que agora se mostra receptiva ao projeto proposto pelo governo.

Nas palavras do próprio José Sarney, em 29 de agosto de 1979, chamando esta luta pela anistia de "traumática e difícil", caracteriza essa fase atravessada por Figueiredo como necessária para a reconciliação entre os brasileiros e fundamental para "cicatrizarmos as feridas do passado", devendo, portanto, ser saudada a anistia (O Estado do Maranhão, 29 de agosto de 1979, p. 02). Ao esmaecer os contornos das contradições e crises inerentes à abertura proposta pelo governo, o jornal O Estado do Maranhão se posiciona quase que diariamente na propagação dos ideais de desarmamento de espíritos revanchistas ou que se tornem um obstáculo para a tão desejada pacificação nacional. Contudo, para que seja de fato retirada das oposições e movimentos sociais uma de suas principais bandeiras contra o regime militar, a disputa pela concessão da anistia, são veiculadas matérias, reportagens e entrevistas que exaltam os benefícios que esta medida traria à sociedade brasileira. Políticos, jornalistas, artistas, atletas, padres, sindicalistas, alguns militares moderados, as mais variadas representações e entidades se manifestam com o júbilo das benesses da medida e a inexorável aceitação do esquecimento comandado que, em tese, novamente uniria os homens e mulheres deste país.

O deliberado esforço do jornal em ajudar a criar o clima amistoso necessário em torno do projeto visava garantir em suas páginas a eufêmica impunidade em torno dos crimes conexos embutidos na Lei da Anistia. O otimismo construído para contribuir para a aprovação da lei pode ser facilmente identificado em suas publicações, somadas à veiculação de mensagens do próprio presidente Figueiredo exaltando a medida e das

primeiras pessoas beneficiadas com o indulto da anistia mesmo antes de sua aprovação, como no caso do retorno dos exilados e possibilidades de atuação política, como na revogação dos Atos Institucionais. Nestes casos, o espírito da conciliação atua como forma de enfraquecer os movimentos oposicionistas e nortear o caráter de reciprocidade que viabilizaria a ocultação do caráter militarizado deste processo de transição.

As esperanças por dias melhores pós-anistia são conclamadas nas definições que o editorial de 01 de janeiro de 1980 apresenta para o vocábulo “felicidade”, ao se referir a este crucial momento que o país atravessava. Dentre elas, destaca-se a de que “felicidade” seria a compreensão do povo em saber aceitar as "resoluções das autoridades", muito embora elas nem sempre sejam do agrado geral. E no caso dessa anistia, nem tão geral, nem tão ampla e nem tão irrestrita. Restava aos brasileiros, o patriótico dever de "conjuguar o verbo esquecer". Analogamente, ao se referir à ambição expressa do decreto e juramento atenienses em 403 a.C., Ricoeur recorda que ao final da guerra

é proclamado solenemente: os combates presentes, de que a tragédia fala, tornam-se o passado a não ser recordado. A prosa do político vem substituí-la. Um imaginário cívico é instaurado, no qual a amizade e até mesmo o vínculo entre os irmãos são promovidos à condição de fundação, apesar dos assassinatos familiares; a arbitragem posta acima da justiça processual que mantém os conflitos vivos sob o pretexto de decidi-los; mais radicalmente, a democracia quer esquecer que ela é poder (*kratos*): ela quer ser esquecimento mesmo da vitória, na benevolência compartilhada; preferir-se-á então o termo *politeia*, que significa ordem constitucional, ao termo democracia, que carrega a marca do poder, do *kratos*. Em suma, reassentar-se-á a política sobre o esquecimento da sedição (RICOUER, 2014, p. 461)

Assim como na aparente aporia evocada no esquecimento exaltado na figura brechtiana daquele que "foi espancado seis vezes" e se ergue à sétima para retornar a voar no céu perigoso (seria motivado pelo esquecimento ou pela "persistência da memória"?), a anistia brasileira de 1979 foi guiada pelo “espírito da conciliação”, que norteara a reciprocidade da Lei, e assim anistiou-se todos aqueles que sustentaram a violenta ditadura militar, bem como obstou a apuração de tais crimes em nome da Segurança Nacional. A manutenção de indivíduos e instituições também é típica de transições negociadas conduzidas sob a força da ordem ditatorial, como estratégia de sobrevivência das diferentes frações de classe dominante. Evitar que a situação de crise política evolua para uma mobilização revolucionária, contestando a ordem social,

demonstra-se uma preocupação principal para evitar o aprofundamento das cisões no interior do bloco dominante, expressa na natureza restrita e recíproca da Lei da Anistia.

Exceção e Esquecimento como Regra

Tanto o processo de institucionalização do regime que destituiu João Goulart em abril de 1964, iniciado com a implementação, antes mesmo da posse do primeiro general-presidente, do primeiro Ato Institucional publicado em 09 de abril de 1964 quanto a elaboração, tramitação e aprovação da Lei da Anistia brasileira de 1979 podem ser examinados sob a ótica dos aportes teóricos do filósofo italiano Giorgio Agamben, mais precisamente seus estudos sobre o Estado de Exceção e suas reflexões sobre linguagem, pensamento, discurso e lei, presentes nas obras *Estado de Exceção* (2003) e *Ideia da Prosa* (2002).

Voltemo-nos para os esclarecimentos teóricos. Em sua obra *O Estado de Exceção*, Agamben remonta à ideia de que, nas democracias atuais, ocorre um processo de consolidação de um Estado de Exceção como paradigma de governo, ou seja, a suspensão da ordem jurídica, numa estreita relação entre direito e violência, entre dentro e fora da lei, entre exceção e regra. Segundo Agamben, essa relação nos leva a inferir sobre a incorporação da exceção *como* regra. Esta baseia numa zona contígua entre o jurídico e a política, entre direito público e fato político. Contudo, seu "ponto de desequilíbrio" incide exatamente sobre seus limites: enquanto resultado de períodos de crise política, o Estado de Exceção deve ser tratado no campo político e não no jurídico-constitucional (AGAMBEN, 2003. p.12-13).

No que se refere à conceituação do movimento que destituiu João Goulart, há um intenso debate entre os historiadores sobre a caracterização destes governos que chegaram ao poder, em abril de 1964. As interpretações variam entre "Ditadura de Segurança Nacional" (PADRÓS, 2007), "regimes hegemonicamente controlados pelo militares" (FICO, 2004) e "Ditadura Empresarial Militar (DREIFUSS, 1987)". Compartilha-se, aqui, da análise de René Dreifuss que, orientado teoricamente pelos escritos de Gramsci, e a partir de um exaustivo trabalho empírico, sustentou a hipótese de que no movimento que destituiu João Goulart houve uma intensa e determinante participação dos intelectuais orgânicos da classe dominante que, inseridos no complexo IPES/IBAD, foram determinantes não só na organização do golpe como também na

montagem e condução da ossatura material do Estado que a partir de então passou a controlar o país.

Ao dialogar com os escritos de Giorgio Agamben, podemos perceber, dentro da trajetória desse movimento que instaura um regime militar no Brasil atuação do poder executivo em um princípio que diz respeito apenas ao poder judiciário. Assim, compara-se "ao princípio de que a lei pode ter lacunas, mas o direito não as admite, o estado de necessidade é então interpretado como uma lacuna no direito público, a qual o poder executivo é obrigado a remediar", assumindo poderes que lhes permitiam aplicar as outras partes da Constituição de 19767 que possuíam viés mais autoritário. Dialeticamente articulada entre a aplicação das medidas da Doutrina de Segurança Nacional e ao mesmo tempo sugeria apontar para a restauração da democracia.

A justificativa para o acionamento de tal dispositivo baseia-se, então, na necessidade. Citando Santo Agostinho, "*necessitas legem non habet*",¹⁰ Agamben apresenta as críticas sobre a ausência de forma jurídica do "estado de necessidade" (em que se baseia o "estado de exceção"). Neste caso,

medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Por outro lado, se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga, e ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito (AGAMBEN, 2003,p. 11-12)

No texto introdutório dirigido à nação, é apresentada no Ato Institucional nº 1 a importância de fixar o conceito do "movimento civil e militar" que acabara de ocorrer. Deste modo, o movimento de destituição João Goulart se autodenomina como "uma autêntica revolução"¹¹ e se utiliza da "necessidade" para justificar e legitimar a adoção de medidas em nome do "interesse da paz e da honra nacional", como suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos ou bem como o poder delegado ao Executivo de decretar estado de sítio. Desta forma, ao caracterizar a "revolução vitoriosa" é definida a autoridade como decorrente não do povo, "mas do exercício *de facto* do poder" (ALVES, 1984, p. 54).

¹⁰ "A necessidade não reconhece nenhuma lei" ou "a necessidade cria sua própria lei". AGAMBEN, 2003, p. 40

¹¹ Ato Institucional nº 1 09 de abril de 1969.

No documento assinado pelo "Alto Comando da Revolução", a saber, o General Arthur da Costa e Silva, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello, são anunciadas as "medidas adotadas para expurgar os que estiverem associados a movimentos sociais e ao governo anterior" e, no ensejo, lançar as "primeiras bases legais para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional." (ALVES, 1984, p. 56)

Ao aproximarmos a justificativa da institucionalização do regime militar, mediante a "necessidade" de se "restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar medidas urgentes para drenar o bolsão comunista"¹² podemos perceber que ocorre, tanto neste quanto nos Atos Institucionais seguintes¹³, a fundamentação da validade dos decretos com força de lei emanados do executivo no estado de exceção, baseada na necessidade. Esse novo ordenamento jurídico e/ou político afirma ter

força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe (Ato Institucional nº 1 09 de abril de 1969).

Pensado desta forma, os Atos Institucionais, dentro da perspectiva de normatização da exceção, também figuram da necessidade e a partir desta apresentam-se como uma medida ilegal, mas perfeitamente "jurídica e constitucional", que se concretiza na criação de novas normas" (AGAMBEN, 2003, p. 44). No entanto, mesmo com a sofisticação do modelo econômico em 1966 e a recuperação ofensiva do Estado após o Ato Institucional nº 2, por exemplo, a "absoluta prioridade do Estado durante este período continuava, entretanto, o problema de sua institucionalização permanente" no que se refere à necessidade de "forjar um aparato de Estado estável e capaz de administrar a sucessão" (ALVES, 1984, p. 96). No seguinte é promulgada uma nova

¹² Ato Institucional nº 1 09 de abril de 1969.

¹³ Foram editados 17 Atos Institucionais no período entre 1964 e 1969.

Constituição que incorporava os controles mais importantes dos dois atos institucionais anteriores e de uma série de atos complementares. Decorre daí a perda do caráter de excepcionalidade de tais mecanismos de controle e sua transmutação de poder *revolucionário* para poder *constitucional*, ocorrendo assim a alteração das grandes estruturas do Estado e a institucionalização da Doutrina de Segurança Nacional e de Desenvolvimento (ALVES, 1984, p. 110-111).

Apresentamos até aqui os aspectos que justificaram a adoção dos Atos Institucionais, enquanto instrumentos que regulamentavam uma série de elementos e medidas discricionárias, visando o recrudescimento das ações que tinham como objetivo a Segurança Interna e abriram caminho para a chamada "Operação Limpeza" que resultaria na ativação das múltiplas forças repressivas e daria ao Estado um amplo controle sobre áreas políticas, militares e "psicossociais". Assim, a destinação dessas medidas seria a eliminação de quaisquer núcleos potenciais de oposição, política, econômica e social nas mais variadas possibilidades. A promoção de expurgos nas burocracias civil e militar e a possibilidade de neutralizar qualquer cidadão que pretendesse organizadamente se opor-se às políticas em aplicação. Em consonância com os princípios e estratégias da Doutrina de Segurança Nacional, avançava sua rede de informações e traçavam ações baseadas em objetivos gerais e específicos, sobre uma sociedade dividida em diferentes compartimentos a serem individualmente controlados (ALVES, 1984, pp. 56,78).

Seguindo a trajetória que nos conduz dos Atos Institucionais à Lei da Anistia, podemos pensar ambos enquanto *kratos*, enquanto imposição e exercício pleno de poder. Seja como incorporação à lei de um aparato repressor com vistas a "necessária defesa do país", o "planejamento da segurança nacional e em especial um eficiente sistema de coleta de informações sobre as atividades de todos os setores políticos e da sociedade civil" (ALVES, 1984, p. 38) ou mesmo na aparente inocuidade do gesto de perdão recíproco concedido pelo presidente Figueiredo em suas "mãos estendidas" na Lei 6683, observamos a possibilidade de reflexões sobre a caracterização desse movimento que instaura as bases desse movimento que implementa um Estado de Exceção pós-64 no Brasil e a anistia, enquanto ação que torna inexistente a natureza criminosa atribuída a um determinado ato, novamente sob a perspectiva do filósofo Giorgio Agamben em sua obra *Ideia da prosa* e seus ensaios sobre a ideia da linguagem, do pensamento, do poder, do amor, da felicidade.

Como encerramento, tratarei aqui dos escritos que versam sobre as ideias de justiça e paz temas intimamente relacionados (ou relacionáveis) com as temáticas aqui examinadas. Na abertura dessa obra, curiosamente intitulada *Limiar*, Agamben nos conduz aos questionamentos desde a inquietação resultante do questionamento da "Coisa primeira" até as reflexões sobre o "limite último do pensamento" como "pura potência de representação". Trabalhados em forma de ensaios seus textos (des)constróem as "ideias" que cotidianamente convivemos e que interagimos, interpretamos e ressignificamos. Conclui seu limiar com a imagem de um velho filósofo que compara o intelecto em potência a uma tabuinha sobre a qual não está escrito nada.

Tendo como ponto de partida os mecanismos engendrados pela ideia de pacificação nacional atrelada a Lei da Anistia, discutiremos a ideia de justiça explorada por Agamben e sua relação com a luta pela memória e esquecimento. O autor abre o capítulo com o questionamento:

Que pretende o esquecido? Não memória nem conhecimento, mas justiça. A justiça em que ele se fia, porém, pelo fato de ser justiça não pode fazê-lo aceder ao nome e à consciência; a sua decisão implacável exerce-se apenas como punição sobre os esquecidos e os carrascos - do Esquecido nada diz (a justiça não é vingança, não tem nada a reivindicar) (AGAMBEN, 2002, p. 71)

Dentro dos debates sobre a possibilidade de "revanchismos" e das críticas efetuadas ao projeto de anistia aprovado, Lemos (2002) nos aponta que seu caráter recíproco e restrito, oculta a na "prevalência da perspectiva de negação do caráter irremediavelmente antagônico dos interesses subjacentes aos atos motivadores da anistia" (LEMOS, 2002, p. 304-305) sob o manto da harmonização nacional. Outra dificuldade decorre do fato de que os agentes responsáveis pelos crimes do Estado contra a oposição não tivessem ido a julgamento, assim, "não poderiam ser anistiados, permitisse manter a união do movimento, a bandeira da anistia ampla geral e irrestrita é que permitia a sua progressiva ampliação junto à sociedade" (LEMOS, 2002, p. 304). Deste modo, mais essencial que a transmissão da memória para o homem, segundo Agamben, é a "transmissão do esquecimento, cuja acumulação anônima lhe recai dia a dia sobre os ombros, inapagável e sem refúgio" (AGAMBEN, 2002, p. 71). Concede-se o perdão, silenciando-o e imputando-lhe um esquecimento harmonizador.

Ao discutir a ideia de paz, Agamben expõe etimologicamente o termo paz enquanto pacto ou convenção, materializado pelo aperto de mãos. Para os latinos, a

situação saída desse acordo se refere a *otium* que remete ao campo semântico do "vazio" ou "ausência de finalidade". Deduz então que "um gesto de paz só poderia ser um gesto puro com o qual não se pretende dizer nada, que mostra a inatividade e vacuidade da mão" (AGAMBEN, 2002, p. 72). Daí a cíclica evocação às "mãos estendidas" do General Figueiredo em seus posicionamentos sobre a paz pretendida com a aprovação da anistia.

Considerações Finais

As relações estabelecidas entre as lutas pela memória e pelo esquecimento no seio das próprias disputas pela reciprocidade, alcance e impunidade atreladas à aprovação da Lei da Anistia e a adoção de um modelo de Estado dotado de "medidas de exceção" baseadas na alardeada necessidade de reestabelecimento de uma ordem pública, econômica e social nos aproximam das reflexões dos teóricos Paul Ricoeur e Giorgio Agamben aqui expostos. A utilização da imprensa como instrumento capaz de amplificar e reverberar as diretrizes nacionais de "pacificação nacional pela via do esquecimento", dada as circunstâncias convenientes ao perdão e ao esquecimento a anistia pretendia "harmonizar a família brasileira" após um período tão notadamente traumático. A utilização de mecanismos jurídicos que extrapolam os limites do que seria meramente político para a implementação de Estado de exceção e, posteriormente, a digressão rumo ao apelo de uma tradição brasileira de anistia política para legitimar a impossibilidade de punição dos agentes de repressão e estrategicamente retirar dos movimentos sociais e da oposição uma de suas principais bandeiras de luta contra o regime. Com seu projeto de anistia derrotado, cabia a estes e aos que foram torturados, cassados, silenciados, a força para "esquecer" e voltar para "lavar o pedregal, para voar ao céu perigoso"

Referências Bibliográficas

I) Legislação

CONGRESSO NACIONAL. Comissão Mista sobre a Anistia. Brasília, 1982

Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, Regulamenta a lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências.

Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, concede anistia e dá outras providências.

Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995, reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas.

Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o artigo 8º do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Mensagem 59 de 28 de junho de 1979.

Mensagem 267 de 28 de agosto de 1979.

II) Jornais

O Estado do Maranhão, 13 de janeiro de 1979, p. 02

O Estado do Maranhão, 03 de março de 1979, p. 04.

O Estado do Maranhão, 14 de julho de 1979, p. 04

O Estado do Maranhão, 09 de agosto de 1979, p. 07.

O Estado do Maranhão, 29 de agosto de 1979, p. 02.

III) Obras Gerais

CRUZ, Sebastião Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: Uma incursão na pré-história da "abertura". In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (org.) **Sociedade e política no Brasil pós-64** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder, e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FICO, Carlos. **Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. **Topoi. Revista de História.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ; 7 Letras, n. 5, p. 287-313, setembro de 2002.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História e Lutas de Classe**, ano 3- edição nº 4. pag.49, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: PATTO, Rodrigo; AARÃO, Daniel; RIDENTE, Marcelo. **A Ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.172-185.

SAES, Décio. República do Capital. **Capitalismo e processo político no Brasil**. Rio de Janeiro. Boitempo, 2001. p. 33

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise a ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 245-279.

AS "ARIRIS" CONTAM SUA HISTÓRIA: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO REGGAE DE SÃO LUÍS

Thalisse Ramos de Sousa

Elaine Regina Mendes Lisboa

Resumo: A presente pesquisa analisa a participação feminina no período inicial do reggae de São Luís (décadas de 70/80). A análise se pauta teoricamente nos conceitos de gênero e de memória, considerando múltiplos aspectos da atuação e papéis desempenhados pelas mulheres regueiras. Inicialmente tem-se uma revisão bibliográfica de alguns trabalhos científicos referentes ao reggae ludovicense afim de investigar como as mulheres foram representadas nos mesmos. Em seguida é feito um resgate histórico pontuando a presença feminina. Para tanto, utilizou-se fontes orais e escritas. Os dados aqui expostos foram coletados através de entrevistas de longa duração, semiestruturadas, com mulheres e homens que participam das atividades do movimento desde o final da década de 70/ início dos anos 80 ou atuam na cadeia produtiva do reggae ludovicense. Exemplares do jornal O Estado do Maranhão referentes ao período de 1975 à 1985 foram utilizados como fonte escrita. Buscou-se compreender a construção das diversas representações da mulher no movimento e a dinâmica das relações de poder estabelecidas entre seus partícipes, homens e mulheres.

Palavras-chaves: Mulheres, reggae, gênero, história.

ESTADO DA ARTE: INVISIBILIDADE DAS MULHERES REGUEIRAS

A historiografia tem atravessado um processo de renovação teórico-metodológico nas últimas décadas. Vem-se deixando de fazer historiografia apenas descrevendo acontecimentos de caráter político ou simplesmente provendo uma narrativa destacando os aspectos econômicos da vida social. As relações sociais emergem para primeiro plano, ganham importância na contemporaneidade. Como resultado desse processo, a pesquisa historiográfica tem valorizado o uso de aportes teóricos e fontes históricas que busquem valorizar outros personagens através da análise do processo social e da expansão de concepção de documento histórico (BURKE, 1992). A nova tendência da história, que valoriza a narrativa de fatos cotidianos, transformando singularidades locais em objeto historiográfico, corrobora com os

estudos das questões de gênero. As discussões teóricas em torno das relações de gênero, decorrentes da construção social e histórica dos sexos, tiveram seu espaço no movimento feminista como uma nova forma de entender a relação de dominação a que as mulheres eram submetidas.

Os estudos de Joan Wallace Scott (1995), em fins da década de 80 do século XX, trouxeram à tona preocupações que enfatizavam a importância da relação homem-mulher no espaço social. A maneira como a mulher se comporta na sociedade e desempenha seus papéis nada tem de natural ou biológico, mas são construções que se dão a partir das relações sociais. Assim, os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas, repletas de significado e de relações de poder. Simone de Beauvoir (1949), em sua famosa frase – “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” –, inaugurou os fundamentos do conceito de gênero. Lutando contra o essencialismo biológico, no qual a anatomia era o destino, mostrou que ser homem ou ser mulher consiste em uma aprendizagem.

Assim, é importante ressaltar que historicamente a sociedade ocidental tem produzido o gênero de forma hierárquica e dicotomizada. Reproduzido na família, na escola, na igreja, nas empresas e em outras instituições, não sendo algo natural, mas fruto das relações sociais, portanto, exploração e machismo não são manifestações inatas, porém construídas no contexto das relações sociais, permeadas pelas relações de classe, gênero e etnia. Tanto historiadores como sociólogos apontam para uma ressignificação dos fatos sociais e redefinição do sujeito histórico na pós-modernidade, rompendo com a ideia de identidade única e coerente. Seguindo a perspectiva teórica que relaciona historiografia e gênero, este estudo propõe-se a analisar o papel e atuação das mulheres no movimento reggae de São Luís a partir das construções sociais de gênero. Com a análise do papel e da atuação feminina no reggae de São Luís pretendese participar do esforço de dar às “mulheres regueiras” o estatuto que lhes foi negado.

As mulheres participaram desde o começo, porém, os relatos sobre o reggae narram apenas os feitos dos homens. E as mulheres, como ficam? Os esforços desta pesquisa somam-se a outros esforços que têm por finalidade tirar do silêncio as vozes femininas. Acredita-se ter obtido respostas para questionamentos como: Quem são as personagens destas histórias? Como significam sua atuação no espaço do reggae? Como a macro história está contida nas micro-histórias? Qual o lugar social que lhe é

reservado? Quais os discursos que as constroem? Como o discurso feminino é articulado com outros discursos que configuram redes de saberes? O movimento reggae ganhou importância social, cultural, econômica e política, construído sob os múltiplos olhares da periferia, classe média, governo, empresários e também estudiosos.

A partir dos anos 90, principalmente após a obra pioneira no tema, produzida por Carlos Benedito R. da Silva, o reggae maranhense passa a ser objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento. Mesmo com esse esforço acadêmico inicial, o reggae sofre com carência de análise e registros. Ainda pairam muitas dúvidas em relação a seus atores, acontecimentos, início, evolução e expansão, e principalmente sobre a construção, funcionamento e manutenção da teia relacional que envolve seus sujeitos. Há muitas lacunas, faltam dados e fontes. Destacam-se alguns estudos que exploram sua atuação enquanto movimento cultural fluido e dinâmico para suas variadas perspectivas.

A obra que primeiro deu atenção ao reggae como objeto de estudo e, a partir daí, abriu caminho para tantas outras pesquisas, despertando a atenção de estudiosos das mais diversificadas áreas, foi a dissertação do antropólogo Carlos Benedito da Silva, intitulada *Da terra das primaveras à ilha do Amor: reggae, lazer e identidade cultural* (1992). Na obra, o autor discorre sobre a chegada do reggae em São Luís, detalha a dinâmica do movimento e parte da hipótese que o reggae consolidou-se como elemento de lazer e identidade para uma parcela da população negra moradora da periferia. O “boom” do reggae ludovicense nos anos 90 chamou atenção de vários segmentos econômicos, principalmente do segmento turístico.

As pesquisas no campo do Turismo procuraram explicar o lugar do reggae na indústria do lazer na cidade de São Luís. Alessandra dos Santos Ribeiro (1998) desenvolveu a pesquisa monográfica *Reggae em São Luís: um estudo sobre o ritmo como elemento de atratividade turística*, considerando o reggae ludovicense como produto turístico. A autora destaca algumas particularidades do reggae local, apresentando um levantamento dos programas de rádio do momento e propõe um roteiro de visitas a festas de reggae, de segunda a segunda, em bares da capital.

Na pesquisa monográfica *Identidade, Cultura e Atratividade Turística de São Luís do Maranhão*, apresentada por Talita Lima Penha (2003), na Universidade de Brasília, para obtenção do título de especialista, a pesquisadora aponta o reggae como fator de atratividade turística e descreve a atuação das agências e do poder público em sua promoção. Em minha pesquisa monográfica, intitulada *A Expectativa do Turista em*

relação ao reggae de São Luís: mitos e realidades (2005), apresento a contraposição entre o que o turista idealiza sobre o reggae ludovicense, influenciado pelos recursos da indústria cultural, e o que de fato a cidade oferece. A pesquisa foi feita a partir de entrevistas com diversos turistas com a intenção de captar quais eram suas expectativas na cidade considerada a “Jamaica Brasileira” e como foi de fato sua vivência no reggae local.

A pesquisa de doutorado de Carlos Benedito da Silva (2007) dá continuidade aos seus estudos sobre o reggae, ampliando a análise sobre a questão da identidade e apresentando o aspecto do sincretismo. Com o título *Ritmos da identidade: mestiçagem e sincretismo na cultura do Maranhão*, o estudo trata das transformações provocadas no cenário cultural maranhense pelos novos ritmos, disseminados por meio da dinâmica dos sistemas midiáticos, referindo-se às intersecções produzidas entre as categorias tradição e modernidade e ao entrelaçamento entre os diversos grupos no cenário cultural de São Luís, seja pelo bumba meu boi, pelo reggae, ou pelo “axé music”. Sempre com a técnica de observação participante e entrevistas, o autor mergulha no cenário cultural de São Luís interpretando-o como um movimento dinâmico, onde modernidade e tradições coexistem.

O crescimento do reggae e, principalmente, a mídia que funciona em volta do ritmo instigaram pesquisadores da comunicação, a exemplo de Paulo Rogério Costa de Oliveira (2009), com a dissertação *Ao som da radiola, dançando bem juntinho: configurações e identidades no reggae midiático de São Luís do Maranhão*, apresentada no programa de mestrado em comunicação na Universidade Federal de Pernambuco, na qual são abordadas questões relacionadas à identidade e às mídias de massa no reggae ludovicense.

Os montantes vultosos movimentados pelo reggae como indústria cultural tornaram-se também objeto de análise de estudiosos da administração. Fábio Abreu dos Santos (2009), na pesquisa de mestrado *Produção e consumo do reggae das radiolas em São Luís – MA: significados, simbolismos e aspectos mercadológicos*, desvela as relações de produção e consumo existentes no mercado de radiolas em São Luís, considerando as estratégias de marketing utilizadas por cada grupo radioleiro e os impactos que essas estratégias ocasionam na massa regueira. O autor utiliza observação participante e analisa programas de rádio, folders de festas e os slogans das radiolas.

No ramo da linguística, Georgiana Márcia Santos (2009), com a pesquisa *A terminologia do reggae ludovicense: uma abordagem socioterminológica*, elabora um

glossário do reggae ludovicense, identificando variantes terminológicas e fatores condicionantes através da utilização de entrevistas. Novamente na área de Ciências Sociais, a pesquisadora Karla Freire (2010), na pesquisa *Que reggae é esse que jamaicanizou a 'Atenas Brasileira?'*, discorre sobre a saída do reggae do gueto nas últimas décadas e sua expansão para outras classes sociais. A autora utiliza ferramentas etnográficas, traça a geopolítica do reggae ludovicense através de três cenários (reggae de salto alto, reggae roots e o reggae eletrônico) detalhando roupas, espaços, preferências musicais, formas de produção e consumo de cada um deles. Aborda ainda a midiaticização do reggae e sua formatação como produto turístico.

Ramusyo Brasil (2011) conclui a pesquisa *O reggae no Maranhão: música, mídia, poder*. O autor faz uma complexa análise das imbricações entre expressões artísticas, mídia e política dentro do movimento reggae e suas implicações em termos de políticas de representação social e das relações de poder entre atores políticos e massa regueira.

No campo historiográfico, a pesquisadora Ângela Saraiva Silva (2012), em sua monografia de especialização, desenvolve o estudo *Lucro e Poder Político: o reggae como instrumento de lucratividade e ascensão política na sociedade maranhense*. A partir do conceito de representação e apropriação, a autora analisa os mecanismos utilizados por seus produtores para auferir possíveis benefícios econômicos e políticos.

Apesar dos estudos em áreas variadas, a historiografia do reggae ludovicense aponta uma carência sobre os estudos dedicados às mulheres. Dentro desse universo de onze obras supracitadas, apenas Carlos Silva (1995) e Ângela Silva (2012) fizeram uma breve referência à participação feminina no movimento, dedicando dez e oito páginas, respectivamente. Essas 18 páginas são os poucos registros escritos sobre a participação das mulheres no reggae de São Luís ao longo de aproximadamente 40 anos de participação no movimento. Até nas músicas que falam sobre o reggae local, poucas mencionam a mulher.

As questões de gênero são pouco discutidas no movimento reggae, o que impede questionamentos de certos valores e práticas, que acabam por levar a um comportamento discriminatório e reprodutivo das diferenças, como o “ocultamento” da mulher na sociedade que se reflete na historiografia atual sobre o reggae. Com intuito de dar voz e visibilidade a esses sujeitos excluídos e silenciados pela história tradicional optou-se em analisar a participação feminina no reggae local, especialmente por meio de memórias como fonte histórica, dada a escassez de registros escritos. Um fato que

merece destaque e corrobora com a hipótese de silenciamento do sujeito feminino foi o longo e “ensurdecidor” silêncio feito por um grupo de três homens regueiros ao serem indagados, em uma entrevista coletiva, qual a importância da mulher no reggae de São Luís. Depois de alguns minutos, tímidas respostas surgiram. Na mesma entrevista, perguntou-se quais mulheres do reggae local merecem destaque. Mais uma vez silêncio, nada vinha à mente dos antigos participantes do movimento reggae, indicando assim uma invisibilidade da figura feminina nesse meio.

Tratar deste objeto de estudo pode ser visto não somente como um exemplo de inclusão dos sujeitos invisíveis e de reconhecimento de que as vozes das mulheres e das minorias (maiorias) silenciosas (silenciadas) estão ocupando espaços que precisam ser desvelados, mas também como o uso do gênero permite analisar as relações de poder construídas sobre corpos sexuados. Para o alcance deste fim, busca-se subsídios nos estudos de Scott (1995) que entende gênero como:

A organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. (SCOTT, Joan.1995, p. 13)

A partir desse conceito a autora invalida o uso descritivo do gênero que apenas relata as diferenças sociais percebidas entre homens e mulheres, adotando o gênero como uma categoria analítica capaz não só de perceber, como também de analisar o processo de construção dessas diferenças, as relações de poder nelas implícitas e seus impactos sociais. Ainda na linha pós-estruturalista, tem-se Judith Butler, que reconceitua gênero compartilhando referências com Scott, e trazendo corpo/sexo para o campo discursivo, questionando sua pretensa materialidade. Ampliando, assim, o uso do conceito.

Para analisar a participação feminina no reggae de São Luís é importante ressaltar algumas considerações das mulheres enquanto sujeito histórico. A história das mulheres é negligenciada, relegando-as a um silêncio ensurdecidor. Este silenciamento no campo científico é reflexo do cotidiano, uma vez que às mulheres é negada em grande medida a participação pública e política (PERROT, Michele, 2005). A história, até então, escrita por homens a partir de fontes produzidas por homens, esteve centrada na esfera pública, contemplando ações políticas como a história de governantes e de grandes batalhas, utilizando arquivos oficiais como fonte histórica, tratando sempre do sujeito universal, o homem branco ocidental. As poucas figuras femininas representadas

tratavam-se de personalidades extraordinárias, rainhas ou heroínas, jamais pessoas comuns.

Nesse sentido, imbuídos do propósito de captar a ideologia subjacente na tessitura social das mulheres no reggae de São Luís, buscou-se cruzar fontes impressas e fontes orais, a fim de reconstituir a trajetória dessas mulheres no movimento. Não se buscou papéis sociais normativos, mas sim, situações sociais de conflito e tensão que permeiam o sistema de dominação e de estruturação relação entre homens e mulheres. Pretende-se contribuir para a construção da historiografia e ampliação dos estudos de gênero, história oral e memória no Maranhão. O caleidoscópio de pequenas referências oriundas dos jornais, entrevistas e bibliografia atesta a participação ostensiva das mulheres no movimento reggae. O resgate dessa trajetória e análise do seu modo de inserção social foram possíveis através de um complexo jogo de montagem baseado na memória.

ELAS SEMPRE ESTIVERAM NOS SALÕES: INÍCIO E EXPANSÃO

Mesmo importado da Jamaica, em São Luís o ritmo foi ressignificado, sofrendo adaptações e sendo apropriado pelos *regueiros guerreiros* como fruto de sua própria criação, gerando um cenário único para o reggae no contexto brasileiro. Apesar dos vários discursos existentes, é muito difícil obter uma única resposta que justifique a afinidade entre parte da população ludovicense e o ritmo jamaicano. Assim como também não existe uma explicação consensual sobre como ocorreu a inserção do reggae em terras maranhenses.

É importante o enfoque a algumas prováveis situações que proporcionam afinidades entre povos geograficamente tão distantes. Neste sentido, Silva (1995) destaca na década de 70 o predomínio de ritmos caribenhos entre a população local de ambas realidades, tais como merengue, carimbó e bolero, tocados nas festas populares, reuniões de amigos e festejos. Os depoimentos de regueiros e regueiras que participam do ritmo desde o início do movimento reforçam essa afirmativa.

Eu nasci e me criei na Liberdade, bairro regueiro, coração do reggae, vi essa coisa toda acontecer. Antes do reggae as pessoas já dançavam ritmos caribenhos, era aquela coisa rápida, agitada, “num” sabe como é? Eu era pequena, menininha ainda, uns 10 anos de idade, mas eu me lembro, tinham vários ritmos, principalmente o merengue, depois entre uma música e outra veio o reggae, mas antes o reggae não tocava

em salão, era somente nas casas, nas festinhas de amigos que um e outro botava. (Célia Sampaio¹ – cantora de reggae).

É muito difícil precisar como o reggae “chegou” em terras maranhenses. Vários discursos povoam o imaginário coletivo, sendo que as principais explicações dos pesquisadores é remetida aos discos de reggae que vinham nos navios estrangeiros e eram dados como mimos às prostitutas; ao costume local de ouvir os sons que vinham do Caribe, principalmente durante a madrugada, sintonizavam o rádio em determinadas emissoras captando o reggae através de ondas curtas; a chegada do reggae através dos contrabandistas de café, que levavam o produto agrícola de barco para as Guianas Francesa e Inglesa (países próximos ao arquipélago caribenho) e traziam de volta mercadorias diversas, entre elas discos de reggae que vinham misturados com outros de ritmo do Caribe, muito apreciados no local. Por fim, a chegada do reggae via construção da estrada de ferro de Carajás. Esta propiciou um fluxo intenso entre Maranhão e Pará, promovendo um intercâmbio de ritmos. Essas diferentes explicações mostram as diversas possibilidades de inserção do ritmo jamaicano em terras maranhenses (SILVA, 1995; BRASIL, 2014).

Apesar de assemelhar-se à Jamaica em alguns aspectos, São Luís desenvolveu algumas particularidades em seu reggae. A divulgação do reggae em São Luís começou em meados da década de 70, através dos radioleiros e discotecários mais antigos, com destaque para Riba Macedo, “Carne Seca” e Nestábulo. As músicas de reggae eram tocadas entre as sessões de ritmos populares como o merengue e o forró, expandindo-se pelos bairros da cidade através das radiolas que animavam as festas, clubes e festejos da época, principalmente nos festejos de santos que eram providos em sua maioria por mulheres. Nesse momento, as músicas de reggae ainda não eram identificadas como reggae e sim como música internacional.

Eu cresci com o reggae, nem sei quando ouvi pela primeira vez, era molecote, fez parte da minha trajetória como pessoa, me acompanha até hoje, minha mãe era dona de um dos terreiros mais tradicionais de São Luís, promovia festa do Divino Espírito Santo, era o forró de Mariazinha, ou Festejo de Mãe Mariazinha no Bairro de Fátima. Tinham várias dessas festas de mãe de santo ou de promessas, eram várias mulheres que promoviam pela cidade. Nessas festas sempre tinha radiola. No início tocava de tudo, depois tocava só reggae, eram vários dias de festejo só com reggae (...), as festas de reggae eram chamadas de forró depois com os programas de rádio, que ficamos

¹ Entrevista concedida em 20/08/15. Célia Sampaio iniciou sua trajetória musical em blocos afros no movimento negro. A partir dos anos 90 atua profissionalmente como cantora de reggae.

sabendo que isso era reggae(...), agente não sabia e chamava música internacional. (Luís Guerreiro² – Cantor).

Apesar de terem seu mérito negligenciado, as mulheres deram uma larga contribuição para expansão do ritmo através da promoção de festejos religiosos animados ao som de “música internacional”. São Luís tem uma característica bem marcante na forma de dançar o reggae, pois é dançado em par³, de forma sensual e cadenciada. Segundo os relatos coletados em entrevistas com os regueiros mais antigos, essa característica é devido ao reggae ter surgido em meio às festas de lambada, bolero e merengue, ou seja, ritmos dançados em par, assim, estendeu-se o hábito também ao reggae.

A dança é muito importante para os membros do reggae, é uma forma de aceitação e legitimação diante do grupo, é uma forma de ser visto. Nas entrevistas, várias expressões reforçam a necessidade da dança para o regueiro. Dançar bem gera status e atrai parceiros, como explicam duas dançarinas de reggae premiadas: “O homem pode ser feio, mas se ele souber dançar já chama atenção” (Nana Roots⁴); “Sempre escolhi meus parceiros, pois sempre soube dançar, dançar é o grande lance” (Rosa Amélia⁵). Quem sabe dançar é respeitado e disputado nos salões de reggae. No universo entrevistado nesta pesquisa, a dança aparece como principal motivação para participação nas festas.

A alta concorrência pelo status de bom dançarino deu origem aos famosos concursos de dança, muito comuns nas atividades do reggae. As disputas eram promovidas por radioleiros e donos de clubes, sempre com premiações. O grupo de comunicação Mirante⁶ realizou no dia 17 de fevereiro de 1987 o 1º Reggaço Mirante, na Praia da Ponta da Areia, contendo uma vasta programação e o concurso de dança foi o clímax do evento, como se vê nas matérias e imagens abaixo:

² Entrevista concedida em 12/03/15. Luís Guerreiro é cantor de reggae e militante do movimento negro. Figura presente na cena cultural ludovicense.

³ O filme *Rockers* (1975) sugere que na Jamaica certas músicas de reggae seriam dançadas em par, porém a coreografia criada pelos maranhenses continua única.

⁴ Entrevista concedida em 18/08/15. Nana Roots participa do reggae do movimento de reggae desde 1978. Dançarina vencedora de vários concursos de dança.

⁵ Entrevista concedida em 27/09/15. Rosa Amélia participa do reggae do movimento reggae desde 1978. É uma das dançarinas mais conhecidas de São Luís, vencedora de inúmeros concursos.

⁶ Empresa privada, da área de comunicação



Imagem 01

Título: Anúncio do Reggaço

Fonte: O Estado do Maranhão – 16/02/87



Imagem 02

Título : Concurso de dança

Fonte: O Estado do Maranhão – 17/02/87

O concurso era uma atração com grande adesão do público e que entusiasmava a todos. A aceitação foi tão grande que alguns espaços chegaram a promover a maratona do reggae, ou seja, uma disputa de longa duração, podendo ser individual ou entre casais, onde o desafio durava horas e, até mesmo, dias, dançando até a exaustão, e comumente os finalistas apresentavam mal estar. Um dos primeiros espaços de reggae a promover maratonas de reggae foi o Espaço Aberto, que, segundo a sócia e gerente da época, D. Raimundinha⁷, era um concurso extremamente organizado:

Nós cuidávamos de todos os detalhes, quando eles faziam a inscrições, deixávamos claro quais seriam as regras, não podiam parar de dançar em hipótese alguma, sob pena desclassificação. Os candidatos tinham hora certa para alimentação e idas ao banheiro. Toda alimentação era fornecida pelo evento, eles não podiam trazer de fora. Eu praticamente fazia maratona junto com eles, porque não dormia, me alimentava muito mal nesse período. Embora eu tivesse pessoas para me ajudar, tinha algumas tarefas que mesma gostava de executar, não delegava a ninguém, então também comia somente quando eles comiam, dormia muito pouco e ficava boa parte do tempo cuidando dos concorrentes. Literalmente só descansava quando o concurso acabava. Tinha uma menina, a Ana Rita, era recordista. Ela ganhou várias maratonas lá no Espaço. Terminava a prova e ela ainda tinha forças para dançar o resto da festa.

Nos anos 80, o reggae consolidou-se entre parte da população de São Luís, principalmente entre os negros de baixa renda, moradores da periferia da cidade. O ritmo ganhava cada vez mais espaço na sequência musical que animava as festas, até que, mediante o crescente número de adeptos, os clubes, assim como as radiolas,

⁷ Entrevista concedida em 01/03/16. D. Raimundinha trabalhou em parceria com o marido durante 19 anos na gestão do Clube Espaço Aberto. Iniciando sua atividade profissional no reggae em 1986.

deixaram de tocar músicas variadas e dedicaram-se somente ao reggae (SILVA, 1995).

Nesse momento as mulheres já atuavam na cadeia produtiva do reggae, normalmente em funções ligadas a atividades de bastidores, eram garçonetes, bombomseiras, bilheteiras, serviços gerais, cozinheiras etc. As atividades administrativas, relacionadas a liderança, como os donos de clubes e radiolas eram exercidas por homens. Porém, mesmo nesse cenário machista temos uma liderança feminina, trata-se de D. Raimundinha que juntamente com seu esposo Ferreirinha coordenava as atividades do Espaço Aberto, um importante clube de reggae da cidade. Ela foi autora de vários projetos de sucesso, tais como Noite da Beleza Negra e Maratona de Dança. Coordenava funcionários e participava ativamente das decisões do clube.

A disputa pela exclusividade de um disco de reggae foi muito acirrada entre proprietários de radiolas. Em São Luís, nos anos de 1990, vários donos de radiola – a exemplo de Pinto Itamaraty, Ferreirinha e Natty Nayfson – viajavam à Jamaica em busca de discos. Alguns desses empresários foram mais de 20 vezes buscar exclusividades, até não conseguirem trazer mais tantas novidades e as viagens deixaram de alcançar o objetivo desejado. É importante destacar que a D. Raimundinha também participou de algumas dessas viagens, consagrando-se como a única mulher a ir a Jamaica “garimpar” discos de reggae nesse intuito.

Um elemento importante para a expansão do movimento regueiro no Maranhão foi o salão de reggae. Os salões de reggae desempenharam um papel de destaque na história do ritmo no Maranhão. Entretanto, seu início foi marcado por conflitos de natureza discriminatória, pois segmentos da sociedade veem os clubes como um encontro de pessoas pobres, violentas, apreciadoras de drogas e com ídolos duvidosos. Essa afirmação é reforçada pela fala da empresária D. Raimundinha:

Quando eu comecei a trabalhar com reggae muitas pessoas do meu convívio social me perguntavam – tu não tem medo de lidar com essa gente? Cuidado, é perigoso para mulher. Ouvi muito isso no começo, até as pessoas entenderem meu trabalho. (...) Assim que inauguramos eu, o Ferreira e os irmãos dele que sempre trabalharam conosco eramos os únicos brancos, eu até me sentia estranha às vezes, depois a classe média começou a frequentar, daí alguns brancos foram chegando e eu comecei a ter menos problemas com a polícia

A fala de D. Raimundinha destaca o preconceito inicial com as festas de reggae, predominantemente frequentadas por pessoas negras, e como a presença de

peessoas consideradas brancas no clube de reggae facilitou a aceitação do ritmo perante a sociedade, uma vez que “coisas de branco” são bem-vistas ao ponto de diminuir os conflitos com a polícia. Esse preconceito contra os negros faz parte da herança cultural que foi deixada pelo passado escravagista maranhense, em que aglomerações de negros escravizados eram repreendidas pelos Códigos de Posturas por representarem ameaças à ordem vigente. Essa fala é reforçada pela artesã Rosângela, que afirma ter presenciado várias blitz da polícia, embora nunca tenha sido abordada pelos policiais, atribuindo essa “imunidade” ao fato de ser branca, pois as pessoas negras em sua volta foram abordadas. A classe dominante maranhense temia que o reggae fosse uma ameaça à ordem social, como afirma a militante do movimento negro Mundinha Araújo, no artigo publicado no suplemento da *Coleção Vaga-lume*, em outubro/1990, intitulado *Dos batuques aos bailes de reggae: a repressão continua*, denunciando a atitude da polícia que invadiu o Espaço Aberto em 24/11/1989⁸, causando um grande conflito com os frequentadores presentes (maioria negros).

A repressão policial e a discriminação sofridas, pelos regueiros, vêm demonstrar que a prática racista, legalmente adotada pelo sistema escravocrata, no tempo do cativo, impedindo que pretos livres e escravos dançassem e tocassem seus instrumentos dentro das vilas e povoados, deixou sequelas, ainda não erradicadas, da sociedade maranhense. (...) A história nos mostra que por mais de um século os batuques e as danças de pretos foram duramente reprimidos no Maranhão: a polícia invadia os terreiros, dispersava os participantes, quebrava instrumentos e imagens, prendia pais e mães de santo. Os ensaios de bumba-meu-boi transcorriam sob a reprovação da sociedade; a imprensa, como porta voz das classes dominantes, tecia, a respeito dessas brincadeiras, comentários preconceituosos e racistas. Batuques no passado, bailes de reggae no presente. Vivemos um outro momento histórico, fato que impossibilitaria a repetição da história. Mas os atos de violência policial cometidos no passado assemelham-se aos de hoje: as vítimas pertencem às camadas mais pobres da população e à mesma etnia. (...) Recordamos Bob Marley e a mensagem do reggae, que é nitidamente da não violência mas de conscientização, denúncia e protesto, quando ainda temos o sangue gelado nas veias diante do incidente ocorrido entre policiais e regueiros no dia 24 de novembro/89 no Espaço Aberto. Sentimos o sangue gelar nas veias todas as vezes que as portas se fecham para os negros, impedindo-os de derrubar as barreiras sociais existentes; sentimos o sangue gelar nas veias todas as vezes que os negros são humilhados, torturados e jogados nas prisões, unicamente por questões raciais, ainda não resolvidas em nosso país.

⁸ Mesmo após o período da Ditadura Militar no Brasil (1964 à 1985), os espaços de reggae foram alvos de sucessivas invasões policiais.

Não se tem registro do primeiro clube específico de reggae: Especulações de antigos regueiros giram em torno do Sonzão do Povo, Espaço Aberto e Pop Som. Como clubes antigos, atuantes entre os anos de 1970 e 1980, são citados nas entrevistas e na imprensa os seguintes: União dos Moradores do Bairro de Fátima (Bairro de Fátima), Palmeirinha (Aurora), Palhinha (Bom Milagre), Clube Retirão (Monte Castelo), Beiradão (Liberdade), Barracão do Carne Seca (Areinha), Palmeirão (Vila Palmeira), Simplesmente Maria (Coroadinho), Pop Som 2 (Coroadinho), Toque de Amor (Ponta da Areia), Holywood (Camboa), O Globo (Ivar Saldanha), Greminho (Anjo da Guarda) e Cajueiro/Espaço Aberto (São Francisco). Sabe-se que existiam outros clubes, mas são citados aqui apenas os mapeados através das entrevistas ou jornais. O reggae roots era a preferência do público nos clubes, que gostava do ritmo bem cadenciado para dançar “agarradinho”.

O reggae consolidou-se em São Luís também por ser a única opção de lazer para muitos jovens moradores da periferia, que por questões sociais e financeiras não podiam frequentar outros espaços. Os regueiros e regueiras davam preferência aos clubes próximos de suas residências, para não depender de transporte coletivo. Era muito comum a presença de clubes de reggae em bairros periféricos.

Era o nosso lazer, ninguém tinha como ir para outros lugares, ou porque era longe, ou por que era caro, então só sobrava para o reggae. Dava para ir aqui na União⁹ e nos clubes de perto, eu dancei muito no Pop Som e no Globo de Ouro. Se hoje não tem corujão imagina naquela época. A gente ia e voltava de turma, sempre andando (Beth Roots¹⁰ – dançarina).

Silva (1995) faz uma análise sociológica do clube de reggae como espaço de socialização entre seus frequentadores, os denominados regueiros, que na sua maioria eram negros, jovens e moradores da periferia de São Luís. Para estes jovens, o ato de frequentar o clube extrapola a simples necessidade de buscar lazer. Frequentar os clubes é bem mais que isso, é partilhar de uma identidade coletiva encontrando seus “iguais”. As pessoas ali presentes comungam da mesma realidade social, enfrentando problemas como violência, drogas, carência de infraestrutura. As regueiras entrevistadas confirmam a importância do clube de reggae nessa socialização.

⁹ A União dos Moradores do Bairro de Fátima é uma associação de bairro, onde por muitos anos houve festas de reggae, também conhecida popularmente pelo nome de “Cofó”.

¹⁰ Entrevista concedida em 17/08/15. Beth Roots é moradora do João Paulo e participa das atividades do reggae desde o final dos anos 70.

Eu não escuto reggae em casa, só gosto de escutar no meio do salão, com a radiola batendo e eu no meio do meu povo, da minha raça (Nana Roots – dançarina premiada).

Lá em Brasília eu continuei a militância no movimento negro e o reggae sempre reforçou toda negritude que tem em mim, consigo me conectar com toda essa ancestralidade africana pelo reggae (Rosalina¹¹ – cabeleireira Afro).

Segundo Silva (1995), ir ao clube, portanto, é reafirmar uma identidade cultural. Ser do reggae é pertencer a um coletivo que se une por fatores “étnico-sociais”. As festas são uma maneira de resistência de um segmento da juventude de São Luís diante das desigualdades sociais e das tentativas de desarticulação por parte da polícia e da sociedade. O ritmo é considerado como forma de mobilização entre pessoas iguais, transcendendo a necessidade de simples lazer, tornando-se elemento de identidade cultural.

É possível classificar os anos de 1970 e 1980 como período de “Chegada” e “Consolidação” do reggae local. Em análise dos exemplares do jornal *O Estado do Maranhão*, referentes a este período, mais especificamente de 1975 a 1989, percebe-se que o reggae teve pouca inserção no circuito midiático. Neste momento, já havia programas de reggae no rádio, vários clubes específicos do ritmo jamaicano, adesão de grande parte dos moradores da periferia e consolidação de um movimento econômico em torno do ritmo, mesmo assim, o reggae figura timidamente nos impressos pesquisados.

Dentre as poucas matérias encontradas sobre o período, destaca-se *O reggae agita a praia*, em 15/02/1987, e *1º Reggaço Mirante*¹², em 17/02/1987, ambas falando do evento promovido pela Mirante através do programa Reggae Night. A matéria do dia 17/02/87 traz fotos do concurso de dança realizado no dia do evento¹³ e seu texto destaca que a produção organizou sorteio de camisetas e o concurso de melhor dançarino disputado entre casais. O trecho “melhor dançarino disputado entre casais” chamou a atenção, pois mesmo a disputa acontecendo em dupla, ou seja, com a participação feminina, o que seria levado em consideração era a performance masculina. Por que não a escolha do melhor casal ou, além do melhor dançarino, também a melhor dançarina? Durante a década de 80, os jornais pesquisados não faziam nenhuma

¹¹ Entrevista concedida em 29/08/15. Rosalina é cabeleireira Afro, sendo responsável pela produção de várias cantoras e dançarinas do reggae. Acompanha o movimento desde os anos 90.

¹² Sistema de Comunicação local afiliado à Rede Globo.

¹³ Essas fotos correspondem às imagens 01 e 02.

referência à mulher no reggae, seja realizando alguma atuação, seja como simples participante.

As distintas lembranças entres homens e mulheres podem ser problematizadas através das teorias da memória de Maurice Halbwachs (1989). Para o autor, as diferentes lembranças entre pessoas que vivenciaram os mesmos fatos ocorrem em decorrência da força dos diferentes pontos de referência que estruturam a memória e caracterizam a memória coletiva. Estes pontos podem ser músicas, culinária, tradições, paisagens e evidentemente os monumentos, a que Pierre Nora classifica de lugares de memória. O autor coloca a capacidade de seletividade da memória, considerando que as memórias individuais estariam em constante “disputa” com as memórias coletivas.

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 1989, p. 3)

Ou seja, no “jogo da memória”, Halbwachs (1989) enfoca que havendo concordância e quantidades de pontos de contato suficientes, as memórias podem apresentar uma base comum, caso contrário, cada sujeito reconstruirá sua participação de forma particular, considerando a história social individual, podendo relatar de inúmeras maneiras em função do contexto no qual está envolvido. Assim sendo, as narrativas pessoais devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. No caso dos concursos de dança, as mulheres lembram daquilo que é mais significativo para elas, sua participação satisfatória ao ponto de conquistar a vitória, já os homens rememoram os mesmos fatos destacando o protagonismo masculino, pois são os pontos que consideram relevantes para afirmar sua superioridade. Nessa mesma perspectiva,

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. (PORTELLI, 1996, p. 3)

Portanto, tratando-se de história oral, não existe um fato histórico dado e acabado, existem vivências que são lembradas, mais significativo que o fato é a representação que ele gera sobre os sujeitos sociais. As memórias são um mosaico social e cada pessoa contribui a partir de um dado lugar social: “Não sei a verdade, sei apenas do que vivi”.

Nos impressos analisados do período, apesar do aumento do número de clubes de reggae, apenas o Espaço Aberto¹⁴ recebia atenção, figurando na coluna *O que fazer*, uma espécie de agenda cultural da cidade no jornal *O Estado do Maranhão*, ainda assim, dentro de um subitem intitulado “boates”. Na sua divulgação, usava-se a expressão “bailes” para designar suas festas, e “repertório musical exclusivo e importado” para atrair o público, reforçando a cultura da exclusividade presente no reggae desde o começo. Por várias vezes, essas chamadas aparecem ao lado das chamadas de famosas boates de classe média, como a Gênesis, localizada no bairro do Calhau, por exemplo. No final dos anos de 1980, a classe média começou a frequentar o reggae, principalmente através do clube Espaço Aberto e sob influência dos programas de rádio, assim, novos contornos foram delineados para o reggae.

A trajetória aqui apresentada, da chegada e consolidação do reggae na ilha de São Luís, é permeada por memórias femininas, com relatos que ilustram a participação das mulheres desde o início do processo de desenvolvimento do ritmo na capital. Participação que começa tímida e cheia de obstáculos e que, paulatinamente, vai se expandindo, como será analisado adiante.

Segundo Perrot (2005), o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos possíveis de serem apreendidos e estudados é relativamente recente e tem se fortalecido nas últimas décadas, aprimorando fontes e métodos para preencher as lacunas da História sobre a atuação das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história oral permitiu um mergulho no universo feminino do reggae ludovicense, revisitando antigas questões sob um novo ponto de vista, o da mulher. As relações de gênero, juntamente com as questões de classe e raça, compõem a tríade analítica que ajuda a esclarecer os mecanismos de poder e as concepções dominantes no interior do movimento reggae de São Luís.

¹⁴ Famoso clube de Reggae de São Luís, conhecido pela qualidade de suas festas programadas e pela mobilização de um grande número de pessoas nas noites de funcionamento.

Vários estudos acadêmicos demonstram interesse sobre o reggae local, todavia, poucos consideram a participação feminina. Mas, como foi exposto nesta pesquisa, elas atuaram de diversas formas desde a chegada do ritmo, contribuindo para sua consolidação e expansão.

A presença marcante nas festas rendeu a algumas delas o título de “ariris” de festa, expressão reforçada orgulhosamente por várias entrevistadas, que com notável paixão e saudosismo rememoram períodos onde suas participações davam-se de forma muito assídua, chegando a frequentar as festas quase todos os dias da semana. A forma peculiar como essas mulheres se relacionavam com o lazer e com a maternidade merece destaque, pois fogem dos padrões sociais vigentes, já que não se comportavam de acordo com o modelo de mães abnegadas, que, por força de uma pretensa “natureza” feminina, abrem mão de suas prioridades em prol da prole.

Tendo em vista a interseccionalidade gênero, classe e raça, têm-se como perfil principal dentre a amostragem selecionada mulheres negras e pobres. Estas refletem em suas micro-histórias problemas socioeconômicos atrelados à macro-história vivenciada por grande parte da população negra do Brasil, tais como subempregos, ausência de garantias trabalhistas, extensa carga horária de trabalho, baixos rendimentos, dupla jornada, baixo grau de escolaridade, pouca mobilidade social, violência doméstica.

A situação de vulnerabilidade social tem sido reproduzida pelas novas gerações, em um ciclo preocupante. Apesar da dura rotina, essas mulheres driblam as dificuldades e a pobreza, aprimorando habilidades e comercializando sua força de trabalho das mais variadas formas, fazendo tranças, bolos, doces, comercializando refeição, cuidando de crianças e idosos, desempenhando serviços domésticos ou atuando direta ou indiretamente na cadeia produtiva do reggae local.

A partir dos anos 70, coincidentemente no mesmo período de chegada e consolidação do reggae em São Luís, uma série de fatores propiciou visibilidade à condição feminina, e as pautas defendidas pela segunda onda do feminismo renderam “bons frutos”, ampliando o acesso das mulheres a anticoncepcionais, meios de escolaridade, mercado de trabalho. Órgãos públicos adotam políticas institucionais com o propósito de amenizar e combater as desigualdades de gênero. Todos esses fatores, somados à maior aceitação do reggae junto à sociedade ludovicense, resultam em uma nova representação da parcela feminina para o movimento.

Atualmente, as mulheres do reggae são vistas como portadoras de renda própria, os

empresários do meio reconhecem a importância econômica delas para o movimento reggae, são sempre presença significativa nas festas, consomem bebidas, pagam a entrada e influenciam quanto à atratividade do público masculino. Sendo assim, os empresários manifestam interesse em fidelizar esse público. As transformações geram impacto na cadeia produtiva do reggae, que apesar de ainda ser dominada por homens e expressar relações desiguais de poder agora abrem espaço para a atuação feminina. Os avanços não se deram sem embates, mulheres pioneiras em diferentes épocas das décadas seguem encarando preconceitos e discriminações na luta por espaço e relações mais igualitárias na sociedade e no movimento reggae de São Luís.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos. O eterno verão do reggae. 34 ed. São Paulo: Coleção Ouvido Musical, 1997

BRASIL, Ramusyo. O reggae no Caribe brasileiro. São Luís, Pitomba, 2014.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2009a

. _____. O segundo sexo: a experiência vivida Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2009, 1960b. [original publicado em 1949]

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. “História como memória social”. In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Karla. Onde o reggae é lei. São Luís Jamaica Brasileira. São Luís: Edufma,

2012.

GONÇALVES, André Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jaques. **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins, 1993. [original: 1978].

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, 1993.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC; 2005

RIBEIRO, Alessandra dos Santos. *Reggae em São Luís: Um estudo sobre o ritmo como elemento de atratividade turística*. Monografia de Conclusão de curso. Centro de Ciências Humanas. Departamento de História. Universidade Federal do Maranhão, 1998.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1995. [original 1986].

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. *Da Terra das primaveras à ilha do amor: reggae, lazer e identidade cultural*. São Luís: Edufma, 1995.